

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Silvia Carla Miranda Ferreira

**”Líderes comunitárias e o trabalho nas associações de bairro de São Paulo:
os limites entre a participação política e a inserção ocupacional”**

Campinas

2009

Silvia Carla Miranda Ferreira

**”Líderes comunitárias e o trabalho nas associações de bairro de São Paulo:
os limites entre a participação política e a inserção ocupacional”**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Área de Concentração: Educação, Sociedade, Política e Cultura
Orientadora: Prof.^a Dr.^a. Márcia de Paula Leite
Co-orientadora: Prof.^a Dr.^a. Isabel Pauline Hildegard Georges

Campinas

2009

ii

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

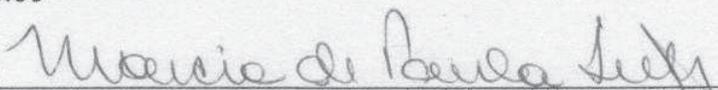
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

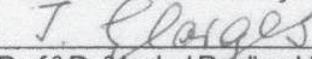
"Líderes comunitárias e o trabalho nas associações de bairro de São Paulo:
os limites entre a participação política e a inserção ocupacional"

Autor: Silvia Carla Miranda Ferreira
Orientadora: Márcia de Paula Leite
Co-orientadora: Isabel Pauline Hildegard Georges

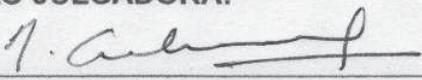
Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida por Silvia Carla Miranda Ferreira e aprovada pela Comissão Julgadora.

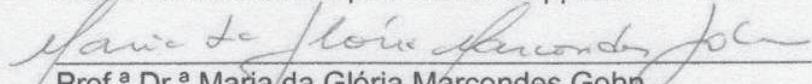
Data: 30.06.09

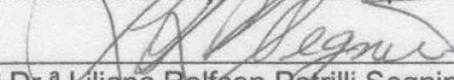
Assinatura: 
Prof.^a Dr.^a Márcia de Paula Leite (orientadora)
Faculdade de Educação – Unicamp

Assinatura: 
Prof.^a Dr.^a Isabel Pauline Hildegard Georges (co-orientadora)
Institut de Recherche pour le Développement – IRD

COMISSÃO JULGADORA:


Prof.^o Dr.^o Robert Cabanes
Institut de Recherche pour le Développement – IRD


Prof.^a Dr.^a Maria da Glória Marcondes Gohn
Faculdade de Educação – Unicamp


Prof.^a Dr.^a Liliansa Rolfsen Petrilli Segnini
Faculdade de Educação – Unicamp

2009

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

F413L Ferreira, Silvia Carla Miranda.
Líderes comunitárias e o trabalho nas associações de bairro de São Paulo:
os limites entre a participação política e a inserção ocupacional / Silvia Carla
Miranda Ferreira. -- Campinas, SP: [s.n.], 2009.

Orientador: Márcia de Paula Leite.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade
de Educação.

1. Gênero. 2. Mercado de trabalho. 3. Neoliberalismo. 4.
Associativismo. 5. Família. 6. Democracia. I. Leite, Márcia de Paula. II.
Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

09-203/BFE

Título em inglês : Feminine leaders active in local organizations in São Paulo: the limits between political participation and occupational inclusion

Keywords: Gender; Labor market; Neoliberalism; Associativism; Family; Democracy

Área de concentração: Ciências Sociais na Educação

Titulação: Mestre em Educação

Banca examinadora: Prof^a. Dr^a. Márcia de Paula Leite (Orientadora)
Prof^a. Dr^a. Isabel Pauline Hildegard Georges (co-orientadora)
Prof^a. Dr^a. Liliana Rolfsen Petrilli Segnini
Prof^a. Dr^a. Maria da Glória Marcondes Gohn
Prof. Dr. Robert Cabanes

Data da defesa: 30/06/2009

Programa de pós-graduação : Educação

e-mail : silviamirandaferreira@gmail.com

DEDICATÓRIA

*Às mulheres e aos homens que cotidianamente lutam por uma
sociedade justa.*

AGRADECIMENTOS

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro durante dois anos, sem o qual seria impossível a realização desta pesquisa.

À todos os funcionários, mas especialmente a Rita Lanoux e Nadir Camacho, da secretaria de pós-graduação da Faculdade de Educação que foram sempre muito prestativos e competentes na execução dos trâmites burocráticos que envolvem um programa de mestrado.

À todas as pessoas que cederam seu tempo para que nós pudéssemos entrevistá-las e que estiveram disponíveis para nos receber nas inúmeras visitas de acompanhamento que realizamos durante a pesquisa. Nossos agradecimentos especiais.

Aos demais moradores, e funcionários das subprefeituras dos distritos pesquisados que não foram propriamente entrevistados, mas com quem mantivemos um diálogo próximo que permitiu ampliar nosso conhecimento sobre diversos assuntos.

Ao Prof.^o Dr.^o Robert Cabanes, meu orientador informal e, sobretudo, meu grande amigo, obrigada pela ampla confiança, orientação segura e cuidados dedicados a mim e ao meu futuro. Agradeço também os comentários realizados durante a defesa da minha dissertação, mais uma vez precisos e engrandecedores.

À Prof.^a Dr.^a Márcia de Paula Leite e à Prof.^a Dr.^a Isabel Georges, minhas queridas orientadoras, sábias e amigas, agradeço o apoio e a compreensão que me mantiveram firme em meu propósito, assim como a orientação que atribuiu qualidade a minha pesquisa. Para mim, o que torna vocês especiais é a dimensão humana que atribuem ao trabalho intelectual.

Ao Prof.^o Dr.^o Jacob Carlos Lima e à Prof.^a Dr.^a Maria da Glória Gohn, professores que compuseram minha banca de qualificação, agradeço o exame cuidadoso sobre minha pesquisa e

as observações realizadas a fim de tornar meu trabalho mais claro e consistente. Agradeço ainda à Prof.^a Dr.^a Maria da Glória Gohn pelas questões levantadas durante a defesa que certamente contribuíram para tornar esta pesquisa mais coerente e clara.

À Prof.^a Dr.^a Liliana Segnini por aceitar participar da banca de defesa e enriquecê-la com suas reflexões que contribuíram de modo fundamental para a tornar este trabalho mais objetivo, preciso e conciso.

À Prof.^a Dr.^a Cibele Rizek pela sua disponibilidade, tanto durante a qualificação, quanto no momento da defesa da dissertação.

À todos os professores e alunos-pesquisadores que compõem os projetos temáticos, aos quais minha pesquisa está vinculada, que por meio de debates e do compartilhamento de experiências enriqueceram e ampliaram a visão sobre meu tema de pesquisa;

À Gilberto Oliani e Michel Gosselin responsáveis técnicos, respectivamente, pela salas de vídeo conferência no Brasil (Unicamp) e na França (IRD), que tornaram possível a participação do Prof.^o Dr.^o Robert Cabanes, um dos membros da banca, que se encontrava na data da defesa na França.

À Rolf Rauschenbach e Denise Toosey pela ajuda amiga e competente com a tradução de partes da minha dissertação.

À Maria Elisabeth Soares Canova e Mona Houssami pelo profissionalismo e excelente trabalho de transcrição das entrevistas realizadas durante a pesquisa, viabilizando a realização deste trabalho.

Aos amigos Fábio Carignani, Jeferson Brian Kucioyada e Thiago Carvalho pelo carinho devoto e pelo apreço sincero que fazem com que me sinta especial. Eternamente obrigada.

À todos os meus amigos queridos que acompanharam de perto todo o processo do mestrado, sem

os quais minha caminhada teria sido infinitamente mais difícil, além de solitária. Vocês foram a companhia perfeita que me manteve confiante.

À minha *dear friend* Denise Toosey, meu agradecimento especial, pela amizade abnegada e pelo apoio irrestrito durante todo o mestrado, oferecendo sempre conselhos oportunos e uma palavra reconfortante que me reconduzia a serenidade necessária a fim de concluir meu trabalho.

À minha irmã Silvana Miranda, ao meu irmão José Victor e ao meu pai José Ferreira, que mesmo geograficamente distantes, souberam habilmente se fazer presentes, dedicando a mim seu carinho e torcendo pelo meu sucesso.

À minha amada irmã Suelen Miranda sou grata sinceramente pela sua alegria constante que me fortaleceu, pelo ouvido que sempre escutou meus conflitos, por compreender minha ausência nesses longos três anos. Que privilégio ter seu amor e amizade.

Por último quero render meus mais profundos e sinceros agradecimentos à Mulher que me ensinou o sentido humano da vida, minha mãe, amada flor Margarida. Mais que seus conselhos, foram seus exemplos de dignidade e força que sempre me ensinaram a jamais desistir e ter coragem de lutar pela vida, procurando, como diz Simone de Beauvoir, viver sem tempos mortos. Lembre-se que sua simplicidade, força e amor são, e sempre serão, parte do que me faz forte.

Reitero meus sinceros agradecimentos a todos!

“A teoria sempre acaba, mais cedo ou mais tarde, assassinada pela experiência”.

Albert Einstein

RESUMO

FERREIRA, Silvia C. M. **Líderes comunitárias e o trabalho nas associações de bairro de São Paulo: os limites entre a participação política e a inserção ocupacional.** 2009. 297 f. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

Esta pesquisa pretendeu observar, investigar e analisar a diversidade associativa existente em três distritos localizados no extremo leste da cidade de São Paulo – que não obstante terem histórias de formação diferentes, compartilham uma realidade de alta privação social – com o objetivo de discutir a respeito das possibilidades e das limitações de construção de uma sociedade democrática a partir das práticas cotidianas vivenciadas pelas líderes comunitárias que atuam nos espaços associativos. Para tanto, esta pesquisa optou por uma abordagem sócio-antropológica, que por meio das histórias de vida individuais e familiares dessas atrizes sociais, possibilitou problematizar tais práticas – pensadas articulada e dinamicamente entre práticas do espaço privado da família e práticas do espaço público associativo – de modo que a experiência de vida foi considerada para a compreensão dos processos sociais que se delineiam na atualidade.

PALAVRAS-CHAVES: GÊNERO. TRABALHO PRECÁRIO. NEOLIBERALISMO. ASSOCIATIVISMO. FAMÍLIA. DEMOCRACIA.

ABSTRACT

FERREIRA, Silvia C. M. **Feminine leaders active in local organizations in São Paulo: the limits between political participation and occupational inclusion.** 2009. 297 f. Dissertation (Master). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

The objective of this research was to observe, investigate and analyse the associative diversity in three districts in the extreme east of the city of São Paulo – despite the different development experiences, they share the reality of high social deprivation – with the purpose of discussing the possibilities e limitations of building a democratic society based on the daily experiences lived by women community leaders in the district voluntary associations. With this in mind, the option for a social anthropologic approach was made, based on the individual and family trajectories of life. This approach will allow the problematization of such experiences – by the articulation of private space and public space – in a way that the experience of life can be considered for the understanding of the social processes that are outlined at the present time.

KEYWORDS: GENDER. PRECARIOUS WORK. NEOLIBERALISM. ASSOCIATIVISM. FAMILY. DEMOCRACY.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de entrevistas realizadas (2009)	111
Tabela 2 - Perfil das presidentes das associações (2009)	112
Tabela 3 - Quadro legal das instituições: certificações e qualificações (2009)	114
Tabela 4 - Situação das associações quanto ao convênio com o poder público (2009)	116
Tabela 5 - Quadro dos serviços oferecidos pela associação.....	117

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AELO	Associação dos Empreendimentos e Loteamentos
ANAMPOS	Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional da Habitação
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CCM	Cadastro de Contribuintes Mobiliários
CDHU	Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo
CDM	Clubes Desportivos Municipais
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEB	Comunidade Eclesiais de Base
CEI	Centro de Educação Infantil
CET	Companhia de Engenharia de Tráfego
CGT	Central Geral dos Trabalhadores
CMDCA	Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente
CMTC	Companhia Municipal de Transportes Coletivos
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
COHAB	Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo
COMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CONSEG	Conselho Comunitário de Segurança
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAF	Centro de Referência Ação Família ligado a prefeitura
CRECI	Conselho Regional dos Corretores de Imóveis
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEM	Partido dos Democratas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FMI	Fundo Monetário Internacional
FOS	Federação de Obras Sociais
FUMCAD	Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JECRIM	Juizado Especial Criminal
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MOBRAL	Movimento Brasileiro de Alfabetização
MOVA	Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização Não-Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OSS	Organização Social de Saúde

PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDS	Partido Democrático Social
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PFL	Partido da Frente Liberal, atual Democratas (DEM) - desde mar/07
PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PRN	Partido da Renovação Nacional
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSF	Programa Saúde da Família
PT	Partidos dos Trabalhadores
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SEADE	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SERASA	Empresa Brasileira de Análise de Crédito
SESC	Serviço Social do Comércio
SESI	Serviço Social da Indústria
SOF	Sempreviva Organização Feminista
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UBS	Unidades Básica de Saúde
UDR	União Democrática Ruralista

SUMÁRIO

FOLHA DE APROVAÇÃO	III
DEDICATÓRIA	V
AGRADECIMENTOS	VI
EPÍGRAFE	IX
RESUMO	X
ABSTRACT	XI
LISTA DE TABELAS	XII
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS	XIII
SUMÁRIO	XV
INTRODUÇÃO	1
A) PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	9
B) ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	15
PARTE I	18
CAPÍTULO 1	18
GÊNERO E O MERCADO DE TRABALHO	18
1.1 INSERÇÃO OCUPACIONAL FEMININA NA PRECARIZAÇÃO E O TRABALHO ASSOCIATIVO	18
1.1.1 A INFORMALIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	19
1.1.2 A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DA MULHER NO TERCEIRO SETOR	24
RECAPITULAÇÃO	26
CAPÍTULO 2	28
MOVIMENTOS SOCIAIS E ASSOCIATIVISMO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA	28
2.1 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM TRÊS ATOS: DA “EMERGÊNCIA HERÓICA DOS MOVIMENTOS” AO PERÍODO DE REDEMOCRATIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO ATÉ A ‘PROFISSIONALIZAÇÃO’ DO NOVO ASSOCIATIVISMO	30
2.1.1 DA EMERGÊNCIA HERÓICA DOS MOVIMENTOS	32
2.1.2 PERÍODO DE REDEMOCRATIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO	40
2.1.3 A ‘PROFISSIONALIZAÇÃO’ DO NOVO ASSOCIATIVISMO	48
PRINCIPAIS ASPECTOS	54
2.2 O CONCEITO DE ‘SOCIEDADE CIVIL’: CONTRIBUIÇÕES CONTEMPORÂNEAS	55
2.2.1 O CONCEITO DE ‘SOCIEDADE CIVIL’ NO BRASIL: INTERPRETAÇÕES E APLICAÇÕES	63
PRINCIPAIS ASPECTOS	72
2.3 O MOVIMENTO SOCIAL BRASILEIRO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS: DA PRESSÃO SOCIAL A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	74
2.3.1 TERCEIRO SETOR: CONCEITO E INTERPRETAÇÕES	74

2.3.2 NOVO MARCO LEGAL DO TERCEIRO SETOR	83
PRINCIPAIS ASPECTOS	96
RECAPITULAÇÃO	97
PARTE II	101
CAPÍTULO 3	101
CAMPO EMPÍRICO DE PESQUISA	101
3.1 BREVE HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DOS DISTRITOS PESQUISADOS	102
3.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS TRÊS DISTRITOS	106
3.3 A HETEROGENEIDADE ASSOCIATIVA LOCAL	109
RECAPITULAÇÃO	119
CAPÍTULO 4	121
AS LÍDERES DAS ASSOCIAÇÕES	121
4.1 TRAJETÓRIA DE VIDA ANTERIOR A ENTRADA NO NOVO ASSOCIATIVISMO	123
4.1.1 A ESTRUTURA FAMILIAR E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A EDUCAÇÃO E O TIPO DE INSERÇÃO OCUPACIONAL DAS SEIS LÍDERES COMUNITÁRIAS	123
4.1.2 QUESTÃO GERACIONAL E DE ‘RAÇA’	165
4.2 TRAJETÓRIA DE VIDA A PARTIR DA ENTRADA NO NOVO ASSOCIATIVISMO	166
4.2.1 O SENTIDO PARA AS MULHERES DA INSERÇÃO NO TERCEIRO SETOR	166
4.2.2 A VISÃO QUE AS LÍDERES TÊM DO TERCEIRO SETOR: TIPO DE GESTÃO E DOS SABERES	172
4.2.3 RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO E COM OS POLÍTICOS	177
4.2.4 RELAÇÃO COM A INICIATIVA PRIVADA	182
4.2.5 RELAÇÃO COM O TERCEIRO SETOR	185
4.3 ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA À LUZ DA TEORIA DISCUTIDA	188
RECAPITULAÇÃO	206
CONSIDERAÇÕES FINAIS	209
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	216
APÊNDICE	226
APÊNDICE A - CRONOLOGIA DA TRAJETÓRIA DE VIDA DAS LÍDERES DAS ASSOCIAÇÕES	226
1) CRONOLOGIA DE FABÍOLA	226
2) CRONOLOGIA DA ELEONOR	238
3) CRONOLOGIA DA PAULA	256
4) CRONOLOGIA DA MICAELA	262
5) CRONOLOGIA DA GLÓRIA	267
6) CRONOLOGIA DA LILÁ	275
ANEXO	281
ANEXO A - MAPAS DE GUAIANASES, LAJEADO E CIDADE TIRADENTES	281

INTRODUÇÃO

Este projeto teve como objetivo analisar o associativismo atual, considerando os diversos arranjos existentes, observando suas dinâmicas internas, assim como, suas articulações com o Estado, com a iniciativa privada e com outras associações, procurando identificar também os instrumentais legais existentes que asseguram a difusão das associações como espaços de interesse público não-estatal. O que se pretende é discutir os limites e as possibilidades reais de construção de uma sociedade orientada pelas premissas democráticas a partir da atuação da sociedade civil organizada nessas instituições.

Depois de um longo período de ditadura permeado de muitas e intensas lutas e movimentos político-sociais e sindicais, que caracterizaram significativamente as décadas de 1970 e 1980, trazendo à cena a sociedade civil organizada como novo personagem político, os anos de 1990 se iniciam inspirados pelos princípios da recém re-conquistada democracia. Simultaneamente, o neoliberalismo, que já vinha ganhando forças em diversas partes do mundo desde os anos de 1970, se confirma e enraíza como orientação política e econômica dos novos tempos no Brasil (ANDERSON, 1995; SADER, 2001).

Os efeitos conjugados dessa nova realidade significaram: (i) o início de um processo de reposicionamento do Estado com relação à questão pública, transferindo legalmente sua responsabilidade social para a iniciativa privada e para a sociedade civil; (ii) a descentralização gradativa do poder público e, portanto, da responsabilidade quanto à questão social, da instância federal para a estadual e para a municipal; (iii) a expressiva substituição dos movimentos sociais presentes nas décadas de 1970 e 1980 pelas ONGs e iniciativas associativas em geral; (iv) a crescente informalização da economia orientada pelo ideário neoliberal (GOHN, 2006).

Diante de tais mudanças no cenário brasileiro, esta pesquisa, ao propor a observação, estudo e análise da diversidade de associativismos, que surgem e se multiplicam no espaço urbano da cidade de São Paulo a partir dos anos de 1990, tem como objetivo primordial discutir as mudanças no processo de construção de uma sociedade democrática, tomando como referência as práticas vivenciadas e problematizadas pelos atores sociais organizados nessas instituições.

A ênfase que demos nesta pesquisa as ‘práticas’ dos atores sociais pertencentes aos espaços associativos é uma tentativa, por um lado, de construir uma base analítica onde saberes antes compreendidos isoladamente, “tratados em campos disciplinares distintos” sejam estudados conjuntamente, uma vez que podem elucidar “[...] conexões e fluxos que articulam e ao mesmo tempo transbordam campos de práticas nas suas formas estabelecidas, revelando zonas de contigüidade e criando passagens onde não se esperava que acontecessem”; por outro lado, esse olhar sobre as práticas permite pensar as relações que existem entre espaço privado da família e espaço público da associação que “[...] se definem em uma mútua e permanente interação, em que os dois pólos são produzidos” (CABANES; TELLES, 2006).

Com isso, pretendeu-se escapar das análises macro e institucionais, muito embora se reconheça sua relevância, que acabam por interpretar o associativismo atual segundo duas perspectivas que se opõem claramente:

(i) a primeira insere tal associativismo dentro de um movimento virtuoso-colaborativo entre Primeiro, Segundo e Terceiro Setores. Essa perspectiva propõe a idéia de maior democratização a partir da atuação direta e institucionalizada da sociedade civil por meio das associações, que de modo mais eficiente, por ser de seu interesse direto, gradativamente assumiria a ação do próprio Estado no que concerne a lidar com as questões públicas, tais como: moradia, saúde, educação, creches (HUDSON¹, 2004 apud OLIVEIRA; ROMÃO, 2006, p.35; OLIVEIRA; ROMÃO, 2006; SZAZI, 2006);

(ii) a segunda, por sua vez, insere o mesmo associativismo dentro de um movimento substitutivo do Primeiro Setor pelo Segundo e Terceiro Setores, onde o associativismo atual é considerado resultado e instrumento de reprodução da lógica de mercado, imposto e completamente cooptado por essa lógica. Calcada na idéia de ineficiência do Estado, estaria ocorrendo a descentralização e privatização dos serviços públicos, pensados e tratados, agora, segundo as diretrizes do projeto neoliberal, ou seja, de minimização dos custos do Estado com as políticas de bem-estar social e de garantia da liberdade de concorrência no mercado de trabalho, com conseqüente transferência

¹ HUDSON, Mike. **Administrando organizações do Terceiro Setor**: o desafio de administrar sem receita. São Paulo: Makron Books, 2004.

das responsabilidades sociais para as empresas (responsabilidade social) e para as associações (MONTANO, 2007; SOARES, 2000, 2001).

Considerando tais posições dicotômicas, mas tentando contribuir de modo diferente para o debate sobre a relação entre o paradigma democrático-neoliberal e a multiplicação em tipo e número de iniciativas associativas no município de São Paulo, optamos por realizar uma abordagem sócio-antropológica que põe em discussão as práticas do ator social por meio de sua trajetória de vida, revendo, deste modo, as sociabilidades em construção tanto no espaço privado quanto no espaço público, uma vez que o mundo associativo tem como peculiaridade uma posição intermediária entre esses espaços.

Essa perspectiva relacional, que pensa o indivíduo a partir das inúmeras inter-relações, entre este e a sociedade, inserido dentro de um movimento constante e processual (ELIAS, 1994, 1995), buscou entender o tratamento que os atores das associações dão as questões sociais, assim como os efeitos que essa experiência produziu nos arranjos familiares das lideranças femininas pesquisadas. Portanto, foi fundamental observar o fluxo contínuo entre o espaço privado e o espaço público para obter subsídios capazes de construir uma explicação sobre como a sociedade atual vai se auto-produzindo e transformando.

Em vista do enfraquecimento, nos anos de 1990, das mediações coletivas oriundas do movimento social, desenvolve-se um associativismo articulado, em particular, às mudanças das relações sociais de gênero. A partir da presença significativa de mulheres no mundo associativo, esta pesquisa buscou entender a relação entre tal presença e as mudanças recentes no mercado de trabalho e como tal experiência pode produzir rompimentos com os padrões tradicionais presentes tanto no espaço público, quanto no espaço privado da família.

Esse aspecto torna-se relevante na medida em que estamos inseridos em uma cultura, cuja lógica tende a submeter as mulheres a uma relação de dominação e exploração pelos homens. A instituição família é culturalmente orientada para se estruturar segundo o sistema do patriarcado²,

² Mais antigo sistema de dominação e exploração do homem sobre a mulher (SAFFIOTI, 1999 apud CARVALHO, 2002, p.18).

muito embora as condições concretas da experiência de cada pessoa produzam resultados, muitas vezes, dissonantes e inovadores.

Como aponta Carvalho (2002) a lógica do patriarcado interfere tanto na constituição da vida produtiva, quanto da vida reprodutiva – dimensões diferentes de uma mesma realidade – se perpetuando, assim, nos mais diferentes espaços da experiência humana. A autora ressalta ainda que, nesse campo de forças e de relações conflituosas onde as contradições são construídas, homens e mulheres aparecem como os sujeitos responsáveis, cada um ao seu modo, pela reprodução desse sistema de dominação-exploração, que não deve ser visto como o único elemento estruturador da nossa sociedade.

“[...] a sociedade não está dividida entre homens dominadores de um lado e de mulheres subordinadas de outro. Há homens que dominam outros homens, mulheres que dominam outras mulheres e mulheres que dominam homens [...]” (SAFFIOTI³, 1987 apud CARVALHO, 2002, p.27).

Portanto, a relação de dominação e exploração presente no sistema patriarcal é também reproduzido pelas mulheres quando cumprem

“[...] com maior ou menor frequência e com mais ou menos rudeza as funções do patriarca, disciplinando filhos e outras crianças e adolescentes segundo a lei do pai. Ainda que não sejam cúmplices deste regime, colaboram para alimentá-lo [...]” (SAFFIOTI⁴, 1999 apud CARVALHO, 2002, p.27).

Diante disso, o capitalismo, outro sistema de dominação-exploração, calcado na noção de classes sociais, utiliza-se do sistema patriarcal, para reproduzir seu modo de produção. Quando observamos o mercado de trabalho vemos que a construção de papéis e funções presente nas relações do espaço privado da família, são reconhecíveis no espaço público por meio da sexualização das atividades e da caracterização de um saber próprio feminino e de um saber próprio masculino.

O mercado de trabalho neoliberal, com sua lógica de acumulação mais flexível, se apropria ainda mais desses construtos simbólicos que vinculam a imagem da mulher à idéia de ‘cuidadora’ por

³ SAFFIOTI, Heleieth I. B. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. 120 p.

⁴ SAFFIOTI, Heleieth I. B. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.12, p. 157-163, set. 1999.

natureza, desqualificando as atividades pertencentes ao universo dito feminino. Desse modo, notamos o quanto o capitalismo e o patriarcalismo são sistemas articulados que definem um modo produção e reprodução da mulher e do homem, assim como da sociedade onde vivem. Carvalho (2002) chama a atenção ainda para um terceiro sistema de dominação-exploração que alia aos precedentes, a saber, o racismo.

Por meio dos movimentos feministas, por exemplo, as mulheres no mundo e no Brasil questionaram essas relações sociais que as enquadravam em estereótipos⁵ e as discriminavam, inerentes tanto ao espaço público, como ao espaço privado, que não existem autonomamente, mas se auto-influenciam todo o tempo.

Podemos descrever dois movimentos diferentes de interação entre espaço privado e público: o primeiro localizado a partir da Revolução Francesa, onde o espaço público aparece como espaço de igualdade (democratizado e apenas para homens), isolando-se do espaço privado, subordinado ao primeiro, e deixado para ser gerido pelas mulheres, mais para impedi-las de se fazerem sentir no espaço público, do que para lhes garantir autonomia no espaço privado. Assim os conflitos de gênero só existem no interior deste espaço e, simultaneamente, a família torna-se objeto de controle das políticas públicas; o segundo movimento é o atual em que espaço privado e público, igualam seus estatutos (espaço privado se declara como espaço político tanto por homens, quanto por mulheres a partir de 1968) e o espaço privado revela seu 'modo de ser' e suas relações sociais como 'modelo político de realização do projeto democrático' (COMMAILLE; MARTIN⁶, 2001 apud CABANES, 2006, p. 390-391).

Como afirma Cabanes (2006, p.398) “[...] o movimento feminista em escala mundial introduziu a ‘paixão da igualdade’ no espaço privado”, se inscrevendo lentamente nas representações familiares, “[...] apesar da antiga herança da divisão sexual e social do trabalho, nas práticas relativas ao exercício de diferentes formas de trabalho [...], assim como nas representações relativas ao mundo social onde se constitui como critério de julgamento que diz respeito ao

⁵ Entre alguns estereótipos podemos citar a docilidade, passividade, atribuídas a mulher, além de serem exímias ‘cuidadoras’ de crianças, velhos, marido, e das coisas em geral.

⁶ COMMAILLE, J.; MARTIN, C. La repolitisation de la famille contemporaine. In: DOSSIÊ Comprendre le lien familial. **Philosophie et Sciences Sociales**, n.2, p. 129-150, 2001.

espaço público”.

No Brasil, principalmente a partir de 1970, houve a organização de diversos movimentos populares onde a presença das mulheres foi expressiva (SADER, 2001), além de muitas vezes serem liderados por elas. E ainda, o movimento feminista brasileiro foi caracterizado muito mais pela reivindicação de bens e serviços, embora não se reduza a isso, diferentemente do movimento feminista europeu, cujo foco estava na busca por direitos sociais e culturais (CARVALHO, 2002, p.21).

No entanto, se nas décadas de 1970 e 1980 os novos personagens eram "sujeitos coletivos", expressão, segundo Sader (2001), de uma "coletividade onde se elabora uma identidade e se organizam práticas *por meio* das quais seus membros pretendem defender interesses e expressar suas vontades, constituindo-se nessas lutas", hoje já não se pode explicar os fenômenos associativistas do mesmo modo, uma vez que constituem práticas menos coletivas, mais pragmáticas, locais, pontuais e articuladas que interpenetram uma diversidade de espaços/territórios e realidades, estando mais próximas do espaço privado, diferenciando-os de partida daqueles movimentos sociais autônomos e de caráter universalista.

O ‘terceiro setor’, onde essas associações estão incluídas, marca um novo lugar onde um grande número de mulheres atua. No entanto, as mulheres que hoje assumem a liderança comunitária de uma associação de bairro, não necessariamente participaram dos movimentos sociais da década de 1970 e 1980, e, mesmo aquelas que tiveram essa experiência, têm um tipo de atuação nessas instituições que necessita ser mais bem discutida a fim de compreender os processos sociais que estão em construção e de que modo essa experiência contribui para o processo de autonomização das mulheres.

Deter-nos nesta questão, é importante quando evidenciamos, como faz Carvalho (2002), o caráter contraditório do terceiro setor – que apesar de construir sua identidade distinguindo-se do Estado, por ser um espaço de integração cidadã, e do mercado, por defender interesses coletivos – que propõe oferecer um serviço voluntário e profissional fundado nas noções de solidariedade e cidadania, mas que muitas vezes se organiza

“[...] menos como lugar de acesso aos direitos de uma cidadania emancipatória e mais como lugar de exercício de uma cidadania outorgada, de cima para baixo, que promove a inclusão a inclusão de indivíduos a uma rede de serviços, na maioria das vezes de forma assistencial. Os novos cidadãos se transformam em clientes de políticas públicas administradas pelas entidades do terceiro setor [...]” (GOHN⁷, 2000 apud CARVALHO, 2002, p.24).

Como a maior parte dos serviços oferecidos nas associações estão ligados ao universo feminino do *care*, tendo fundamentalmente como público-alvo crianças, adolescentes, terceira idade, e a própria mulher, esse tipo de atividade poderia implicar numa consolidação no espaço público da imagem de ‘cuidadora’ que a mulher já possui no espaço privado da família, sendo a atividade associativa apenas um desdobramento ampliado para o espaço público de uma prática privada, onde as mulheres lançam mão de saberes que já possuem para construir um lugar de pertencimento no espaço público, implicando na manutenção de valores e padrões tradicionais que se colocam como obstáculo da luta pela construção de igualdade, equidade e busca de autonomia que as mulheres travam há algum tempo.

Todavia, como veremos no decorrer desta dissertação, apesar da lógica neoliberal ter forte influência sobre o funcionamento das associações, que muitas vezes se restringem a oferta de serviços, revelando um processo de despolitização da participação da sociedade civil, destacamos como efeito positivo dessa experiência para mulheres de baixa renda e com formação formal mediana (Ensino Médio), o encontro de uma oportunidade de trabalho que não necessariamente permite a construção de uma autonomia financeira, mas, principalmente, significa a entrada delas em num processo de autonomização moral por meio da aquisição de novos e diversos saberes – que, assim, empoderadas aumentam o campo de possibilidades sobre a elaboração de sua vida.

A família assume uma dimensão relevante para analisar os efeitos da experiência associativa uma vez que essa instituição está localizada entre o espaço privado e o espaço público. As relações de poder internas a família são abaladas e se reestruturam, muitas vezes invertendo o sujeito que domina, passando a mulher a assumir tal papel, outras vezes, as relações de dominação são substituídas por relações mais igualitárias.

Evidentemente que a realidade é mais complexa, e que o campo de disputa no espaço privado da

⁷ GOHN, M. G. M. **Mídia terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis: Vozes, 2000. 182 p.

família funciona de modo menos mecânico que a descrição estanque feita logo acima, sendo os papéis sociais negociados constantemente.

A reconfiguração por que passa a cena social, exige que se investigue mais detidamente a amplitude, qualidade e possibilidades da participação dos sujeitos privados e do espaço privado na construção do espaço público. Podem-se repetir velhas práticas, mas também inovar, ou ainda viver da simbiose de ambas. Logo, o interesse no associativismo atual está diretamente ligado ao lugar do sujeito privado e do espaço privado dentro do contexto social em que vivemos (OTTMANN, 2006).

Enfim, compreender essas novas formas de ação social emerge como um dos desafios das ciências sociais contemporânea, tendo em vista que sua recente constituição ainda não permite uma análise mais clara e aprofundada de suas características, potencialidades, dinâmicas e, sobretudo, de seu sentido no atual processo de mudança social.

É exatamente a esta lacuna que este estudo remete, propondo-se a discutir questões tão cruciais e complexas para o entendimento do tecido social nos dias atuais, como: (i) procurar compreender o significado das novas correlações de força entre Estado, mercado e sociedade civil para a construção democrática; (ii) entender qual o lugar do ‘terceiro setor’, re-significado pelo neoliberalismo, na discussão democrática; (iii) verificar a relação entre as mudanças na economia e o tipo e qualidade de inserção ocupacional feminina; (iv) no que consiste ao espaço privado da família, de que forma os padrões sociais tradicionais estão sendo afetados a partir da experiência da mulher no espaço associativo; (v) Esses possíveis novos padrões chegam a se desdobrar para o espaço público por meio da participação e atuação dessas mulheres nas associações de bairro, criando nesse espaço, padrões de relações sociais mais igualitários? Ou ao contrário, o que ocorre é uma privatização do espaço privado da família, seguindo o processo de privatização motivado pelo mundo econômico?

Pretendemos realizar o trabalho analítico a partir de dois questionamentos mais centrais: (i) o primeiro, mais abrangente, busca verificar se as atividades associativas estão cooptadas pelo ideário neoliberal, reproduzindo o discurso do empreendedorismo social, ou se existe brechas por

onde os atores sociais podem escapar e criar outras formas de atuação com um sentido político; (ii) o segundo questionamento, mais pontual, visa entender o sentido da participação feminina no terceiro setor, uma vez que este encontra-se na intersecção entre espaço privado da família e espaço público, onde o papel de ‘cuidadora’ atribuído no espaço privado pode ser nele também projetado, esvaziando assim de seu valor as atividades por elas desenvolvidas.

A) PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para estudar nosso objeto de pesquisa, a saber, as associações de bairro, esta pesquisa adotou como procedimento metodológico tomar a família como campo empírico uma vez que a consideramos como unidade social mais concreta que a noção de indivíduo, pois estes estão articulados em diversos grupos sociais, entre eles e, em primeiro lugar o grupo familiar, seja qual for seu arranjo. É na família que se é imediatamente socializado e onde se constrói nossa primeira visão de mundo (SARTI, 2004) e que as relações sociais de gênero se atualizam sobre as mesmas bases que as outras relações sociais – dimensões de igualdade, de justiça, de dominação (CABANES, 2006).

Portanto, localizamos este indivíduo dentro dos contextos que lhe dão significado e sentido e, de onde ele irá re-significar e dar outro sentido, seja para ele mesmo, seja para o mundo em que vive. A família, vista como realidade construída pela linguagem, socialmente elaborada e internalizada pelos indivíduos, assume, assim, um lugar privilegiado para pensar a relação entre estes e o meio social, entre o tempo biográfico da família e o tempo social dos distritos pesquisados. Território e família se auto-definem todo tempo de acordo com a facilidade/possibilidade ou não de acesso a serviços públicos, equipamento urbanos, emprego, moradia, associações de bairro de diversos tipos (onde pode ser implantado algum programa social, seja do poder público, seja do poder privado), alterando o campo das práticas cotidianas e estratégias de vida de cada grupo familiar (CABANES; TELLES, 2006; CORREA, 2003; SARTI, 1994).

Deste modo refletimos sobre o ‘boom’ associativista recente a partir da base que o constrói,

pondo em discussão toda a complexidade do campo de disputas, conflitos e de poderes, no qual esses atores sociais estão inseridos a fim de entender as continuidades e descontinuidades da ação social.

A.1) MÉTODO

Para alcançar o campo das práticas e da própria experiência dos atores sociais, onde estão imbricados tempo e espaço, optamos pelo uso do método biográfico que implica no relato das trajetórias de vida individual e familiar das líderes comunitárias. Esta metodologia permite ter acesso ao modo como pensam e agem diante dos desafios do mundo social, possibilitando compreender a inter-relação entre experiência pessoal e a entrada na vida associativa.

O método biográfico torna possível que analisemos com mais profundidade três dimensões das relações sociais internas à família:

(i) **a dimensão individual:** diz respeito a cada um dos membros de cada gênero e geração e está atrelada à maneira como cada um vê o outro e a si mesmo;

(ii) **a dimensão do casal:** diz respeito à divisão sexual do trabalho tanto no mundo social quanto na vida doméstica. Refere-se a decisões que passaram pela arbitragem comum sobre diversas questões, tais como, estratégias de trabalho, de residência, vida reprodutiva, escolha de consumo, estilos de vida, relações com o mundo social. Decisões, portanto, que têm peso sobre a história familiar;

(iii) **a dimensão geracional:** diz respeito às características assumidas por cada geração frente a sua antecessora.

Assim, procuramos refletir sobre o ‘boom’ associativista iniciado na década de 1990, a partir da base que o constrói, pondo em discussão toda a complexidade do campo de disputas, conflitos e de poderes, no qual esses atores sociais estão inseridos, buscando também problematizar as implicações que a experiência associativa tem para a mulher, tanto no sentido da construção de um tipo de inserção ocupacional, quanto no sentido da construção de uma outra identidade no interior do espaço da família, onde costuma haver uma reprodução dos papéis tradicionais

atribuídos a homens e mulheres.

A.2) OBJETIVOS

Como objetivo geral este projeto se propôs a investigar empírica e teoricamente a diversidade associativa que eclode em tipo e número a partir dos anos de 1990 no Brasil urbano, mais especificamente em três distritos localizados na zona de fronteira (ROLNIK, 1994) da região metropolitana da cidade de São Paulo, considerando os diversos arranjos existentes que estão vinculados à noção de ‘terceiro setor’, observando as articulações construídas entre tais entidades e o Estado, a iniciativa privada e outras instituições pertencentes e geridas pela “sociedade civil”.

Com isso, pretendemos verificar se as associações de bairro, por um lado, são completamente cooptadas pela lógica neoliberal, ou por outro lado, são espaços virtuosos, a partir das práticas e procedimento encontrados nesses espaços, buscando mais profundamente entender, para além do marco teórico que a define, o sentido de democracia que esse conjunto de práticas cotidianas que se desenrolam nas associações atribuem a essa noção, num contexto de mundialização da economia, com um Estado regulador, cuja tendência é privatizar os serviços públicos, provocando um aprofundamento dos processos de exclusão social, empobrecimento das famílias, fragmentação social que alteram os padrões de relação, interação e integração sociais.

Por sua vez, a pesquisa tem também alguns objetivos mais específicos: primeiramente, trata-se de investigar a partir das práticas concretas de seis líderes comunitárias de associações localizadas nos distritos do Lajeado, Guaianases, Cidade Tiradentes – extremo leste da cidade de São Paulo – se existe alguma diferença significativa nas práticas associativas atuais das entidades pesquisadas e distribuídas entre os três distritos, tendo em vista que são assentamentos urbanos com diferentes histórias de formação e de envolvimento com os movimentos sociais dos anos de 1970 e 1980, mas que compartilham uma realidade de alta privação social;

Em segundo lugar, trata-se de investigar os processos sociais que se delineiam e que reconfiguram o mundo social a partir da perspectiva das líderes comunitárias, caracterizado pela (i) precariedade das relações e condições de trabalho; (ii) crescente informalização da economia;

(iii) desemprego estrutural; (iv) insegurança e incerteza no emprego; (v) intensificação da privatização de diversos serviços essenciais, como educação, saúde, moradia; (vi) esmaecimento da idéia de Estado como agente integrador por meio de políticas públicas, assim como do mercado e dos serviços públicos como espaços que possibilitam mobilidade social ascendente.

De outro modo, nos interessou analisar como a experiência associativa poderia se constituir como um tipo de inserção ocupacional para essas mulheres em meio a esse contexto de reestruturação produtiva que se apropria de sentidos culturalmente forjados sobre o papel da mulher na sociedade para se fortalecer e reproduzir.

Outro aspecto importante, que buscamos entender, é o significado desse tipo de atividade associativa, uma vez que as seis líderes, essencialmente, oferecem em suas instituições serviços relacionados ao universo dito feminino do *care*, portanto, publicizando saberes antes restritos ao espaço privado da família. Desse modo, será essas mulheres reproduzem no espaço público essa identidade de ‘cuidadoras’ reforçando os papéis tradicionais do homem-provedor e da mulher-cuidadora disseminados na nossa sociedade?

Por último, nos interessou verificar como a instituição família é re-significada a partir da experiência associativa dessas mulheres, que empoderadas de novos saberes podem romper com os padrões tradicionais propondo outro conjunto de relações sociais no interior da família que, assim, poderia se caracterizar por um caráter político, capaz de se desdobrar para o espaço público atuando como mais um vetor de transformação social que colocaria a mulher no interior de um processo de autonomização financeira e moral.

Assim, a partir de uma abordagem sócio-antropológica que se apóia nas trajetórias de vida familiar e individual das seis líderes comunitárias, que articula dinamicamente as experiências e práticas do espaço privado da família, ou como Habermas diria, do mundo da vida, às experiências e práticas do espaço privado-público associativo, pretendemos (i) verificar a relação do boom associativo dos anos de 1990 com os processos de precarização do trabalho; (ii) analisar o delineamento das entidades sociais como novos espaços de oportunidade de trabalho, de obtenção de renda e de integração social; (iii) observar se existe uma dimensão política nas

formas de atuação associativa e caracterizá-la; (iv) compreender as inter-relações que existem entre espaço privado e espaço público: quem invade quem, como se dá a troca de influências entre eles. Para isso, no entanto, não aceitaremos o conceito de democracia como definição absoluta, mas buscaremos seu sentido nas experiências de vida evidenciadas por meio das falas e trajetórias das pessoas entrevistadas; (v) tomando as trajetórias, o que está acontecendo: o espaço público está sendo invadido pelo neoliberalismo e o espaço privado da família surge como uma matriz de sociabilidades que pode vir a influenciar as relações do espaço público; (vi) tendo em vista a relação dinâmica entre privatização e publicização, as relações do espaço privado da família, sob influência do neoliberalismo, estão sendo privatizadas, resultando numa despolitização (GOHN, 2008) do mesmo, ou as questões desse espaço estão sendo publicizadas.

A.3) ATIVIDADES REALIZADAS NO CAMPO

Ao todo, entre 2006 e 2008, foram realizadas 36 entrevistas⁸, entre líderes comunitários, familiares dos mesmos, usuários dos serviços oferecidos nas associações e associados das entidades. Também mantivemos diálogo com inúmeras pessoas que moram nos respectivos distritos e com funcionários das subprefeituras de Guaianases e de Cidade Tiradentes.

Essa pluralidade de perspectivas se deve à metodologia utilizada que permitiu não apenas que colocássemos em diálogo vários olhares sobre a realidade, como também permitiu a realização de entrevistas longas e com muitos retornos, a fim de alcançar o plano das reflexões dos entrevistados, desvelando sua subjetividade. Além disso, mantivemos um acompanhamento constante e próximo com cada entrevistado, para além das entrevistas realizadas. O que está em questão aqui é a observação das práticas e identidades constituídas ao longo do tempo para perceber os processos que estão sendo construídos e desconstruídos no atual campo de forças e de disputas onde a realidade é produzida.

Apesar de em 2008 termos ampliado nosso campo acrescentando mais duas associações na amostra anterior de seis instituições, a fim de caracterizar melhor a diversidade de práticas

⁸ Esse número corresponde a pelo menos duas entrevistas com cada líder comunitário, assim como com seus respectivos cônjuges e pais, associados e usuários da associação.

associativas que encontramos na realidade, optamos por utilizar apenas seis exemplos possíveis, devido oferecerem informações mais substantivas, permitindo uma análise mais profunda sobre os processos sociais que se delineiam. A partir deste recorte a distribuição das associações por distrito ficou da seguinte forma: Guaianases (2), Lajeado (1); Cidade Tiradentes (3).

O critério utilizado para definir o campo de pesquisa – os distritos contíguos de Guaianases, Lajeado e Cidade Tiradentes – foi por um lado as diferentes experiências e envolvimento com os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980, e por outro lado as semelhanças socioeconômicas que classificam essa micro-região como sendo de alta vulnerabilidade social: (i) Guaianases e Lajeado são assentamentos urbanos mais consolidados (148 anos/09) que Cidade Tiradentes (25 anos/09); (ii) o histórico de envolvimento com os movimentos sociais é maior nos dois primeiros, até mesmo pela tempo de existência e forma de constituição dos assentamentos, do que em Cidade Tiradentes (produto de um programa habitacional do poder público); (iii) os três distritos estão distantes em mais de 30Km do centro da cidade, longe, portanto, das regiões com mais oferta de emprego e providas de mais serviços; (iv) as duas subprefeituras têm um contingente populacional grande devido aos remanejamentos “espontâneos” e/ou planejados pelo poder público dos habitantes da cidade de São Paulo e mesmo de outras cidades e regiões do país.

Em cada um dos distritos que compõe nosso campo, realizamos a pesquisa em bairros diferentes, num total de sete bairros. Isso significa que a experiência social de cada líder comunitário está diretamente ligada a formação de cada localidade – que pode estar vinculada a instalação de conjuntos habitacionais, invasões, loteamentos clandestinos, casa própria auto-construída – e a realidade socioeconômica do bairro, dando ênfase na existência e distribuição de serviços públicos e equipamentos urbanos e na situação ocupacional das líderes comunitárias, seus familiares, associados da entidade e usuários dos seus serviços.

Para permitir a comparação entre as diferentes realidades e trajetórias de vida é feita uma edição de cada entrevista, após serem transcritas, onde os dados são organizados em fichas que percorrem a trajetória familiar e ocupacional de cada líder comunitária relacionadas ao tempo social que as influencia⁹. Como já mencionamos, para a obtenção de todos esses dados, a

⁹ Cf. APÊNDICE deste trabalho, p. 226-280.

pesquisa se beneficiou do método biográfico (CABANES, 2002), onde o roteiro de entrevistas é orientado para reconstituir as histórias de vida das líderes comunitárias a fim de conhecer as diversas sociabilidades em processo e as experiências no mercado de trabalho de cada entrevistado. Com isso queremos entender as práticas dos líderes comunitárias, suas ações públicas e privadas, continuidades e descontinuidades de suas ações sociais, dentro dos contextos que lhe dão significado e que são significados por elas.

B) ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

O presente texto está dividido, em duas partes e uma conclusão geral. A primeira parte apresenta, além desta introdução, dois capítulos teóricos, e a segunda parte se subdivide em dois capítulos que discorrem sobre o campo empírico. A seguir enuncio resumidamente do que cada capítulo irá tratar e como está estruturado.

O Capítulo 1 eu realizo uma breve discussão sobre a inserção ocupacional das mulheres no mercado de trabalho. O capítulo se subdivide em: (1.1) inserção ocupacional feminina na precarização e o trabalho associativo; (1.1.1) a informalização do mercado de trabalho brasileiro; (1.1.2) a experiência de trabalho da mulher no terceiro setor. Com isso, pretendemos mostrar como o terceiro setor vem se constituindo como uma oportunidade de trabalho para as mulheres, que não obstante ser fortemente influenciado pelas diretrizes neoliberais, resulta num processo de autonomização feminina.

No Capítulo 2 realizo o debate teórico sobre as dimensões que atravessam o objeto empírico desta pesquisa, ou seja, as associações. Para tanto, o capítulo está subdividido em: (2.1) a participação social em três atos: da “emergência heróica dos movimentos” ao período de redemocratização e institucionalização até a ‘profissionalização’ do novo associativismo; (2.1.1) da “emergência heróica dos movimentos”; (2.1.2) período de redemocratização e institucionalização; (2.1.3) a profissionalização no novo associativismo; (2.2) o conceito de sociedade civil: contribuições contemporâneas; (2.2.1) o conceito de sociedade civil no Brasil: interpretações e aplicações; (2.3) o movimento social brasileiro nas últimas décadas: da pressão social a prestação de serviços; (2.3.1) terceiro setor: conceito e interpretações; (2.3.2) marco legal

do terceiro setor. Minha intenção aqui é, por um lado, discutir o sentido polissêmico das categorias relevantes para a pesquisa, precisando seu sentido para o contexto atual, assim como compreender as dimensões políticas e ideológicas que pautam determinadas discussões e, por outro, verificar os diferentes padrões de correlação de forças entre Estado, ‘sociedade civil’ e mercado a partir da década de 1970 em diante. Portanto, o interesse na discussão teórica que será feita neste capítulo está na perspectiva de relativizá-la a partir da análise empírica da experiência de vida das lideranças estudadas, inseridas num contexto neoliberal.

No Capítulo 3 discorro sobre o campo empírico de pesquisa realizado nos distritos periféricos de Guaianases, Lajeado e Cidade Tiradentes, localizados no extremo da zona leste da cidade de São Paulo. Este capítulo está subdividido em: (3.1) breve histórico de formação dos distritos pesquisados; (3.2) perfil socioeconômico dos três distritos; (3.3) a heterogeneidade associativa local. O objetivo deste capítulo é relacionar os processos de precarização, que agravam a situação socioeconômica de uma população que já era vulnerável, com o boom associativista, assim como com os tipos de trabalhos sociais que surgem.

O Capítulo 4 faço a análise da trajetória de vida das seis líderes comunitárias entrevistadas. O capítulo se divide desta forma: (4.1) trajetória de vida anterior a entrada no novo associativismo; (4.1.1) a estrutura familiar e sua influência sobre a educação e o tipo de inserção ocupacional das seis líderes comunitárias; (4.1.2) questão geracional e de ‘raça’; (4.2) trajetória de vida a partir da entrada no novo associativismo; (4.2.1) o sentido para as mulheres da inserção no terceiro setor; (4.2.2) a visão que as líderes têm do terceiro setor: tipo de gestão e dos saberes; (4.2.3) relação com o poder público e com os políticos; (4.2.4) relação com a iniciativa privada; (4.2.5) relação com o terceiro setor; (4.3) análise das trajetórias de vida à luz da teoria discutida. Assim, pretendo mostrar a partir das experiências concretas, a complexa mudança de padrão no modo como Estado, mercado e sociedade civil estão imbricados, e as implicações desta relação no processo de autonomização das mulheres.

Em seguida, apresento minhas considerações finais, retomando as principais idéias apresentadas neste trabalho.

Ao final da dissertação contamos ainda com um Apêndice que apresentada a cronologia da trajetória de vida das seis líderes das associações para quem quiser ter acesso ao resumo de suas histórias e de um Anexo constituído do mapa da Zona Leste da cidade de São Paulo para facilitar a localização dos distritos onde a pesquisa foi realizada.

PARTE I

CAPÍTULO 1 GÊNERO E O MERCADO DE TRABALHO

1.1 INSERÇÃO OCUPACIONAL FEMININA NA PRECARIZAÇÃO E O TRABALHO ASSOCIATIVO

Este tópico tem como objetivo discutir duas dimensões teóricas que atravessam o objeto empírico desta pesquisa, a saber, seis associações de bairro, distribuídas entre os distritos de Guaianases, Lajeado e Cidade Tiradentes – extremo leste da cidade de São Paulo.

A primeira dimensão a ser discutida tenta entender as relações existentes entre o processo de precarização das condições e relações do trabalho com o *boom* associativo dos anos de 1990. Pretendemos analisar como o espaço da associação pode surgir como uma oportunidade de trabalho num contexto de desregulamentação do mercado de trabalho, mas, também, como ela própria pode constituir-se em mais um tipo de trabalho precário.

A segunda dimensão teórica aprofunda a discussão anterior tomando a questão de gênero para refletir sobre a relação da diversificação dos trabalhos precários e o tipo de inserção ocupacional feminina na atualidade. Uma vez que o trabalho associativo, como já foi dito, surge como uma oportunidade de trabalho, principalmente para as mulheres, cuja presença nesse espaço é expressiva, faz-se interessante problematizar o sentido da dessa atuação na medida em que o trabalho feminino é transpassado por conceitos discriminatórios.

A peculiar localização da associação de bairro entre o espaço privado da família e o espaço público implica numa valorização do trabalho feminino e numa autonomização da mulher, ou pelo contrário significa o esvaziamento do conteúdo dessa atividade ao ser identificada com o universo feminino do *care*? A partir da experiência no espaço associativo as mulheres rompem com velhas práticas, inovando, ou as reproduzem, legitimando-as? Estas são questões que irão pautar a discussão que se segue.

1.1.1 A INFORMALIZAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Paralelamente a intensificação do processo de informalização e precarização do mercado de trabalho iniciado a partir de 1990, a atuação feminina vem aumentando sua participação nos últimos vinte anos ao contrário dos homens. Baseada em Georges e Silva (2007, p.2) detectamos que em 2005 a taxa de ocupação das mulheres na região metropolitana de São Paulo era de 44,7% contra 55,3% dos homens, o que comparativamente a 1986, onde a relação era de 36,9% para 63,1%, aponta um significativo processo de inserção. No entanto, é necessário que analisemos em quais ocupações as mulheres estão entrando, como isso se dá e quais seus significados.

Estudos mostram que não obstante a entrada das mulheres em profissões como engenharia, advocacia, entre outras, a expressiva participação delas se dá mesmo no mercado informal, cujo leque é amplo, abrangendo “serviços sub-contratados, comunitários e domésticos”. A intensificação do processo de terceirização tem aumentado, particularmente, a utilização do trabalho doméstico em setores onde este sempre se fez presente, como o de confecção e de calçados. Estamos diante do deslocamento do trabalho em empresas formais e legais para o trabalho em oficinas ilegais funcionando, em grande parte, no espaço domiciliar (BRUSCHINI; LOMBARDI, 2003; GEORGES; SILVA, 2007, p.2; LEITE, 2004, 2008).

Leite (2004) e Georges e Silva (2007) mostram que tanto na indústria de calçados, quanto na de confecção a maior parcela do trabalho desenvolvido nos domicílios é realizado pela força de trabalho das mulheres, em geral casadas e com filhos pequenos. Essas trabalhadoras, assim como as que trabalham nas oficinas, são sujeitadas a uma quantidade e ritmo de trabalho intenso inversamente proporcionais ao seu rendimento e em condições inadequadas, sendo que a divisão do trabalho entre oficinas e trabalhadoras domiciliares segue a lógica taylorista, ou seja, a cada um cabe uma parcela do trabalho previamente estabelecida pela empresa contratante.

Em geral, segundo Lavinias¹⁰ et al. (1998 apud LEITE, 2008, p.20) que se baseou em dados da

¹⁰ LAVINAS, Lena et al. **Trabalho a domicílio**. Novas formas de contratação. Genebra: OIT, 1998. 54 p.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)¹¹ de 1995, a maior parte dos trabalhos desenvolvidos no ambiente domiciliar estão ligados a tarefas tradicionais, sendo que apenas 1% encontram-se vinculados as indústrias modernas, apresentando algum tipo de inovação as atividades associadas às novas tecnologias. Outro dado trazido pela sua pesquisa mostra que 78,5% do trabalho domiciliar é realizado por mulheres.

Outro desdobramento resultante do processo de reestruturação produtiva é o trabalho cooperativado. A partir da alteração da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)¹², que anuncia a possibilidade de constituição de uma relação sem vínculo empregatício entre cooperativa e seus associados, criou-se um dispositivo legal que permitiu com que as empresas criassem muitas vezes suas próprias cooperativas, sub-contratando seus serviços, e esquivando-se, assim dos encargos/custos trabalhistas, deixando em evidência o processo de informalização e de precarização do trabalho em andamento (GEORGES; SILVA, 2007; LEITE, 2008; LIMA, 2002).

O Estado, como demonstra Lima (2002), atua diretamente nessa desregulamentação do mercado de trabalho por meio de uma política pública de atração de empresas – que recebem incentivos fiscais – para regiões sem tradição industrial como o nordeste brasileiro.

Estamos diante, da desregulamentação de um mercado que nunca chegou de fato a ser regulamentado, implicando na constituição de um tipo de inserção ocupacional que apesar de deslocar uma parcela da população do interior de uma economia de subsistência para uma economia de mercado que lhes proporciona, entre outras coisas, um ganho monetário ‘regular’, não podemos ignorar que esse movimento está atrelado a um processo maior de flexibilização da produção e das relações de trabalho que promove formas precarizadas de assalariamento onde os direitos são restritos ou nem existem.

Consideradas naturalmente mais habilidosas, as mulheres representam 75% da força de trabalho utilizada nessas cooperativas que pertencem majoritariamente ao setor de confecções, e ainda, uma menor parte ao setor de calçados, artesanato e de produtos siderúrgicos.

¹¹ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.

¹² Alteração do artigo 442 através Lei 8949/94 (LEITE, 2008, p.20).

Como a maior parte dessas atividades está relacionada ao universo feminino, portanto, esvaziadas de valor e conteúdo uma vez que são desvinculadas dos seus respectivos processos de aprendizagem, as mulheres e, inclusive, meninas convocadas para trabalhar, que não possuíam, muitas vezes, experiência de trabalho anterior nessas atividades, não reclamavam, por exemplo, da ausência de pagamento sobre seu trabalho, pois não viam seu salário como um direito a ser garantido.

Isso se deve em grande parte a auto representação sobre si dessas mulheres, que vêem seu trabalho na cooperativa como uma extensão das atividades que comumente realizam em casa, constituintes do rol de obrigações domésticas. Portanto, se não recebem em suas respectivas residências por essas tarefas banais, por que cobrariam por esses serviços na cooperativa?

Como Carvalho (2002) aponta, apesar das mulheres não serem cúmplices desse sistema de dominação e exploração que intenta submetê-las, elas colaboram para reprodução dos estereótipos disseminados na sociedade que discriminam as mulheres, naturalizando seus saberes.

Se por um lado, o mercado flexibilizado reduz os ganhos salariais em geral, por outro lado, quando observamos seus efeitos sobre o trabalho feminino essa perda é ainda mais expressiva, pois o capitalismo se apropria dos valores e representações sobre a mulher para maximizar seu lucro. E ainda, no caso do nordeste, mas também das regiões periféricas de São Paulo, onde as condições socioeconômicas são precárias, o modelo neoliberal de acumulação se utiliza das circunstâncias de pobreza para se impor.

O que vemos aqui é um cruzamento de três fatores que favorecem o capital em detrimento do trabalho: condições materiais concretas de existência; conceitos discriminatórios sobre a identidade da mulher; estratégias neoliberal de acumulação flexível.

Dois outros setores que se apresentam predominantemente femininos e que fazem uso do trabalho precário são os de telemarketing e o de cosméticos. As empresas de telecomunicações, maior empregador do setor de serviços¹³, justificam a preferência pelo trabalho feminino alegando que a

¹³ Entre 2000 e 2001 o número de empregos no país cresceu 21,6% - indo de 370 mil para 450 mil trabalhadores

mulher é naturalmente mais paciente, tem uma capacidade para escutar mais apurada, além de ter uma voz suave. Vale ressaltar que os call centers têm preferência por mulheres mães-solteiras, uma vez que tal situação cria maior dependência delas em relação ao trabalho, aceitando mais facilmente a lógica taylorista que impõe ritmos e cotas, cujo cumprimento é constantemente cobrado pelos supervisores.

A baixa remuneração dos teleoperadores se fundamenta, segundo as empresas, pelo fato de ser um trabalho de meio período (6h/dia) que permite a continuidade dos estudos, portanto, percebemos uma tendência para a contratação de mão-de-obra jovem nesse setor que ainda tem possibilidade de se expandir. Também foi identificada a existência de trabalhadores autônomos na área (LEITE, 2008).

O setor de revenda de cosméticos e de utensílios domésticos, que já existia há algum tempo, é resignificado, segundo Abílio (2007, p.12-13), num contexto de flexibilização do trabalho e de desemprego, pois as empresas se utilizam dessa desvantagem social dos trabalhadores em geral, para ampliar seu leque de consultoras, fazendo desse tipo serviço desregulado sua principal estratégia de acumulação. A autora aponta para o número de 500 mil mulheres espalhadas no país atuando na empresa¹⁴ em que pesquisa, cuja identidade de trabalhadora é negada e transferida para a de consultora. São mulheres de perfis e condições sociais variados: “jóvens, de meia-idade, idosas, desempregadas, autônomas, donas de casa; de baixa renda e de classe média; de baixo nível escolar a mulheres com 3º grau completo”.

Um outro tipo de atuação feminina, que cresceu consideravelmente com as reconfigurações do mercado de trabalho, é como camelô. Apesar do trabalho de rua ser a alternativa em geral procurada pela massa de trabalhadores excluídos do trabalho formal, Durães¹⁵ (2007 apud LEITE, 2008, p.22-23) demonstra em sua pesquisa em Campinas, que existe atualmente uma tentativa de controle pelo poder público desse tipo de atividade, além de estar se exigindo certa

(GUIMARÃES, 2006 apud LEITE, 2008, p.20).

¹⁴ Quase não possui lojas.

¹⁵ DURÃES, Bruno. Novas configurações no mundo do trabalho: o que há de novo na informalidade de rua. In: X Encontro Nacional da ABET, 2007, Salvador.

qualificação, para aqueles que pretendem atuar, por exemplo, com a comercialização de tecnologias. A criação de licença para trabalhar e de shoppings populares são dois exemplos que evidenciam a tentativa de contenção da expansão do número de camelôs. No entanto, nada disso implica na garantia dos direitos trabalhistas, revelando apenas que o poder público reconhece a nova informalidade e tenta lidar com ela e não eliminá-la, institucionalizando a precariedade “das relações produtivas e da proteção social” (NEVES; JAYME; ZAMBELLI¹⁶, 2006 apud LEITE, 2008, p.23).

Diante disso, Hirata e Maruani (2003) e Georges e Silva (2007), concluem que as mulheres são um dos segmentos sociais mais atingidos pelo processo de informalização e precarização do trabalho, ocupando grande parte das novas formas de trabalho atípico, o que significa que as formas de inserção ocupacional feminina atuais demonstram a persistência de uma discriminação, calcada na naturalização das ‘habilidades femininas’, apartadas do seu processo de aprendizagem, portanto, esvaziadas de sentido, de valor, de qualificação.

Araújo (2004) reitera tais conclusões ao afirmar que o movimento de terceirização reativou, dando centralidade, a antigas formas de trabalho como o domiciliar, artesanal e familiar. Para as mulheres a subcontratação tornou-se uma estratégia de sobrevivência em meio a uma situação de desemprego estrutural, transformando-as muitas vezes na principal ou única mantenedora da casa. Isso demonstra como o mercado se utiliza para fins próprios de preconceitos pré-existentes superexplorando a mão-de-obra feminina.

Notamos que as relações de trabalho são constituídas em meio a uma situação de precarização das condições e das relações de trabalho, que no caso das mulheres ganha uma dimensão mais perversa, por serem alocadas na ponta precária da cadeia produtiva, ocupando as posições menos qualificadas, mal pagas, mais rotinizadas e instáveis, muitas vezes sem vínculo empregatício, ativando formas antigas de trabalho, como o domiciliar, com novas, como o trabalho temporário e o de tempo parcial (GEORGES; SILVA, 2007; GUIMARÃES; HIRATA, 2006; MATOS, 2005).

¹⁶ NEVES, Magda de A.; JAYME, J.; ZAMBELLI, P. Trabalho e Cidade: os camelôs e a construção dos shoppings populares em Belo Horizonte. In: 30º Encontro Anual da ANPOCS, 2006, Caxambu.

Para além das redefinições dos papéis de homens e mulheres no espaço público, é interessante notar quais são os desdobramentos do processo de precarização na vida privada e cotidiana do espaço privado da família, onde novas experiências são forjadas e, cujas características precisam ser problematizadas para se entender a ‘sociedade civil’ na qual vivemos.

1.1.2 A EXPERIÊNCIA DE TRABALHO DA MULHER NO TERCEIRO SETOR

O desprestígio na vida profissional é reafirmado na divisão sexual do trabalho doméstico onde cabe as mulheres quase completamente a responsabilidade pela reprodução social – cuidado e educação dos filhos e atenção a outros dependentes – legitimando, assim, uma espécie de ‘destino biológico’ feminino que hierarquiza homens e mulheres, desfavorecendo estas últimas (HIRATA, 2002; NEVES; COSTA, 2007).

Com isso, o resultado da equação trabalho doméstico e trabalho ‘profissional’ ou extra-doméstico, formal ou informal, num cenário de incerteza da permanência no emprego ou em determinada atividade, significa o enfrentamento da sobrecarga das duplas jornadas de trabalho, produzindo conseqüências como o aumento do nível de estresse que acarreta, por sua vez, doenças e problemas de diversas ordens (CASTEL, 1998; DRUCK, 2007; LEITE, 2003; HIRATA, 2002).

É nesse cenário de desregulamentação do mercado de trabalho e de reforma do Estado – que tem sua posição com relação a questão social redefinida, como prevê o projeto neoliberal – que o Terceiro Setor, cuja composição é heterogênea e complexa, ganha outra conotação, sendo promovido a ator mais competente para enfrentar e superar as desigualdades sociais e o próprio desemprego. Isso demonstra uma mudança no conteúdo do que se entende por direito social¹⁷ o que afeta significativamente os trabalhadores e a população em geral, principalmente os mais carentes.

¹⁷ O projeto neoliberal, tanto como ideologia, quanto como política, promove mudanças “referentes à perda de direitos de cidadania por serviços e políticas sociais, assistenciais e por uma seguridade social estatais, universais e de qualidade (particularmente nos países centrais), e à sua precarização e focalização (particularmente nos países periféricos), e à remercantilização e refilantropização da “questão social”, afetam profundamente tanto os setores mais carentes quanto o conjunto dos trabalhadores” (MONTANO, 2007, p.15).

Se tomarmos os dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) que afirmam que na América Latina a pobreza é essencialmente feminina¹⁸ – pobreza compreendida não apenas como ausência de renda, mas, segundo Neves e Costa¹⁹ (2007 apud WANDERLEY, 2002), como resultado de uma articulação complexa de “acesso precário aos serviços públicos e, especialmente, à ausência de poder” – entendemos a razão do Terceiro Setor ser composto significativamente por mulheres, tanto na sua definição como público-alvo, como quanto agentes sociais.

Essa multidimensionalidade da pobreza interfere diretamente na “liberdade real das pessoas, ou seja, o que elas podem fazer e ser” (NEVES; COSTA²⁰, 2007 apud GUÉRIN, 2005). Assim, uma das formas de superação da pobreza e de integração na sociedade para as mulheres tem se constituído no trabalho associado, que surge como alternativa para a garantia de direitos sociais, de acesso a serviços básicos, de busca de geração de renda e trabalho²¹.

Como destacam Neves e Costa (2007), a entrada das mulheres no trabalho associativo, muitas vezes segue uma trajetória ocupacional, iniciada quando ainda eram muitos jovens, de trabalhos precários ou em processo de precarização e informais, intermediados com curtos, médios e longos períodos de desemprego. Muitas dessas trajetórias ocupacionais foram interrompidas pelo casamento e/ou pela chegada dos filhos, o que ainda restringe a prática de atividades profissionais em geral.

Assim, a experiência de vida das mulheres no interior de uma sociedade e de um mercado excludentes, pode constituir-se como primeiro impulso para sua entrada no Terceiro Setor, que surge no contexto atual como alternativa ao desemprego. O trabalho associativo surge também

¹⁸ MATOS, 2005, p.13.

¹⁹ NEVES, Magda de A.; COSTA, Bianca L. Empreendimentos de reciclagem: as mulheres na economia solidária. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia: Desigualdade, Diferença, Reconhecimento, 2007, Recife. Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia. Recife, 2007. p. 247-248.

²⁰ Ibid.

²¹ A menor participação masculina no trabalho associativo se deve a sua alta expectativa em obter um emprego formal, que consequentemente nas entrelinhas, menospreza tais iniciativas relegadas às mulheres, consideradas como menos qualificadas (Ibid., 2007).

como um espaço flexível capaz de conciliar de certa forma o trânsito entre as atividades do espaço privado e público, entre trabalho reprodutivo e produtivo (MATOS, 2005).

A questão que se coloca aqui é analisar de que forma, a atuação feminina nos espaços associativos – muitas vezes vistos como prolongamentos do trabalho desenvolvido pelas mulheres no espaço privado, cujas atividades estão relacionadas aquelas tidas como tradicionalmente femininas, ou seja, costura, artesanato, cozinha, ou a serviços femininos como a creche – inserida previamente em um contexto que a expõe desigualmente a “fatores de vulnerabilidade, pobreza e privação social”, vinculando as mulheres a um circuito de precariedade social, esbarra nos limites desse circuito, retro-alimentando-o, e/ou constrói possibilidades democráticas nos espaços privado e público que rompem com o mesmo, promovendo, entre outras coisas, a equidade de gênero (CASTEL, 1998; NEVES; COSTA, 2007, p.4-5).

RECAPITULAÇÃO

As mudanças na lógica de acumulação do neoliberalismo, colocam a ‘nova informalidade’ no centro de suas estratégias de ação competitiva criando novos tipos de trabalho precário, mas principalmente re-significando os antigos. Os processos de precarização do trabalho e social, num país com pouca tradição democrática, com um mercado que usufruiu de poucos momentos de domínio do trabalho formal, e com profundas desigualdades sociais e econômicas, agrava ainda mais seu quadro social.

Segmentos mais discriminados são afetados de modo mais intenso por esse processo. É o que constatamos ao perceber que o mercado precário se utiliza largamente da mão-de-obra feminina, para reduzir os custos da produção. Em meio a tantas mudanças o Terceiro Setor assume um papel cada vez mais central, surgindo inclusive como opção ao desemprego. A expressiva inserção ocupacional das mulheres nesse setor confirma como o processo de precarização dá um novo sentido e conteúdo para os trabalhos desenvolvidos nos espaços associativos.

Assim, quando nos propomos a entender como o boom associativo e sua relação com a

consolidação da democracia, queremos fazê-lo a partir das práticas das líderes comunitárias.

O Capítulo seguinte colocará em perspectiva a mudança no tempo da correlação de forças entre Estado-sociedade civil-mercado a fim de entender mais amplamente o sentido da participação feminina no novo associativismo num contexto de recuo do Estado em relações às questões sociais.

CAPÍTULO 2

MOVIMENTOS SOCIAIS E ASSOCIATIVISMO: UMA DISCUSSÃO TEÓRICA

A construção de um Estado Democrático de Direito passa pela criação e enraizamento de instituições e práticas democráticas, calcadas num constitucionalismo coerente com tais premissas. A Constituição Cidadã de 1988 foi um importante avanço legal para o Brasil, tanto no sentido de assegurar a ordem democrática num país cuja tradição autoritária prevalece na sua história, quanto na garantia e ampliação de direitos fundamentais, destacadamente na área social e do trabalho (LEITE, 2009), para uma ‘sociedade civil’ caracterizada pela sua pluralidade e complexidade, verificada, sobretudo pela profunda desigualdade social e exploração.

No entanto, mais significativo ainda que a própria promulgação da Constituição foi a tomada de consciência política de importantes e diferentes parcelas da ‘sociedade civil’, que se organizaram, nas décadas de 1970 e 1980, em diversos movimentos sociais, tendo, estes, em comum a luta em torno da redemocratização da nação. Este período da nossa história é descrito na literatura especializada como àquele em que o significado de política é ampliado do campo institucional para as várias formas de ação coletiva dos atores sociais (SADER, 2001).

A disputa política travada na Assembléia Nacional Constituinte durante os 20 meses de discussões define o final desse processo e o início de outro, devido à introdução no país, em 1990, de um novo paradigma político-social-econômico fundamentado no ideário neoliberal cujo foco está na eficiência sobre a acumulação do capital, o que irá re-significar a noção de sujeito político, de política e de espaço público, afetando a forma de atuar dos atores sociais que se organizam através do novo associativismo incorporado no difuso e contraditório Terceiro Setor (GOHN, 2000).

Estamos diante de um outro campo de disputas, que reelaboram as relações sociais e a forma como a questão social é vista e tratada, onde a correlação de forças entre Estado, mercado e ‘sociedade civil’ parte de uma nova política econômica pautada pela desregulamentação e de uma nova institucionalidade que, entre outras conquistas, criou canais participativos que fortalecem a

‘sociedade civil’ na medida em que garante a possibilidade de sua organização e participação direta no regime democrático.

Assim, diante de uma sociedade cuja cultura política tem ainda fortes os traços do patrimonialismo, patriarcalismo, clientelismo e assistencialismo, faz-se relevante analisar as tensões e contradições presentes no paradigma moderno da sociedade que caracterizam a experiência democrática atual, mais dialógica, com o propósito de compreender a relação entre processos democráticos e a pluralidade de organizações civis encontradas hoje no meio social.

Nesta pesquisa fizemos a opção de analisar a experiência social considerando as relações de tensão entre Estado, mercado e ‘sociedade civil’ a partir da perspectiva de homens e mulheres do povo, por perfazerem a maior parcela da população, assim como por vivenciarem mais direta, ampla e profundamente as adversidades sociais, decorrentes na atualidade das prerrogativas neoliberais. Tomando as experiências de vida dos atores sociais buscamos entender como se dá a construção das relações sociais e práticas tanto no espaço público, quanto no espaço privado da família, ou seja, se há reprodução das estruturas de dominação ou se há inovação e avanços que tornam concreta a idéia de cidadania e de participação igualitária, fortalecendo, assim, a própria democracia.

Para compreender se o espaço privado da família constitui uma possível matriz de onde surgem novas sociabilidades capazes de se colocar no espaço público como um projeto político, iremos realizar no Capítulo 2 uma gradativa discussão sobre as contradições existentes nas relações entre Estado, ‘sociedade civil’ e mercado.

Este Capítulo tem como objetivo específico saber quais as principais abordagens sobre ‘sociedade civil’ e sobre ‘terceiro setor’. Para tanto, primeiramente, no item (2.1) contextualizaremos e caracterizaremos as relações entre Estado-‘sociedade civil’-mercado, ao longo de certo tempo, cujo recorte histórico se dá a partir de 1970, pois foi nesse momento que novos atores sociais (SADER, 2001) surgem no cenário político, impulsionando uma retomada do interesse pela compreensão do conceito de ‘sociedade civil’. A seguir no item (2.2) trataremos da discussão mais ampla e contemporânea do conceito de ‘sociedade civil’ a partir dos marcos

teóricos construídos por Hannah Arendt e Habermas. Na seqüência deste mesmo item faremos um aprofundamento por meio do item (2.2.1) do tratamento que o conceito de ‘sociedade civil’ teve especificamente no Brasil. No último item (2.3) abriremos a discussão sobre o significado de ‘terceiro setor’ no cenário brasileiro segundo algumas perspectivas. Por fim faremos algumas considerações finais sobre este Capítulo retomando os principais aspectos discutidos.

2.1 A PARTICIPAÇÃO SOCIAL EM TRÊS ATOS: DA “EMERGÊNCIA HERÓICA DOS MOVIMENTOS”²² AO PERÍODO DE REDEMOCRATIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO ATÉ A ‘PROFISSIONALIZAÇÃO’ DO NOVO ASSOCIATIVISMO

“[...] a democracia é uma idéia muito radical [...] *porque dá poder* a quem não tem dinheiro, e isso é uma idéia muito perigosa” (SICKO, E.U.A, 2007)²³.

Neste tópico pretendemos mostrar os diferentes padrões de relação estabelecidos entre Estado, ‘sociedade civil’ e mercado em três diferentes períodos, a saber, 1970-1981, 1982-1989, 1990 em diante, a fim de compreender no interior de cada contextura, o sentido político das diferentes formas de organização e de participação da ‘sociedade civil’, e qual seu significado para a construção e consolidação da democracia.

Cabe ressaltar, ainda, que tal divisão cronológica não demarca fases que se desenvolvem de modo autônomo segundo a dinâmica e lógica dos próprios movimentos sociais, mas apontam para os contextos políticos diversos onde esses mesmos movimentos atuam, definindo campos de tensão, contradição e de disputa diferentes (CARDOSO, 2004).

Esse recuo ao passado tem o sentido de procurar entender no interior dos processos sociais de um longo tempo as “singularidades” históricas que caracterizam cada momento e verificar “os elementos do passado que se projetaram presente” (TELLES, 1994, p.219). Ou ainda, como afirma Gohn (1995) entendemos que “o evento é a forma de expressão momentânea de um processo social”.

²² CARDOSO, 2004, p.81-82.

²³ Tony Benn é um político inglês do Partido Trabalhista. O trecho citado é um recorte de uma entrevista concedida por ele ao cineasta Michael Moore no filme “SICKO: \$O\$ SAÚDE”, E.U.A, 2007.

Com isso, estamos em última instância, buscando o aprofundamento da própria experiência humana, assim como procuramos entender melhor, qual o campo de possibilidades por onde a própria democracia se desenvolve, sendo esta definida pela ação dos atores sociais.

A maior ou menor participação política da ‘sociedade civil’ organizada, assim como o caráter dessa participação, é um forte indicativo do quanto uma sociedade é ou não democrática.

No Brasil, os movimentos sociais estiveram presentes em todos os períodos que compõem a história desta nação, tendo por vezes características reformistas-adaptativas e até mesmo propositivas-revolucionárias. Para além dos resultados concretos obtidos por meio dessas ações coletivas, algumas vezes distantes do que foi idealizado, o relevante nelas foi sua capacidade de refletir sobre a lógica predominante, a problematizando, e de propor alternativas de sociedade, criando, assim, espaços de resistência e oposição, que alteravam a forma como o Estado se relacionava com a população (GOHN, 1995).

No entanto, por muitos anos a história oficial ignorou as ações coletivas dos atores da ‘sociedade civil’, especialmente das camadas populares, desqualificando suas iniciativas, as nomeando como atos de rebeldia, revolta, baderna ou de insubordinação das massas, tratando-as como “acontecimentos marginais, como disfunções à ordem social vigente” (GOHN, 1995, p.7).

Desse modo os historiadores e cientistas, seja por desconhecimento, seja por profundo preconceito com relação a essas lutas sociais, garantem em seus registros a atribuição unicamente aos integrantes das camadas média e alta da sociedade, que ocupavam os cargos políticos do Estado, pelas mudanças sociais ocorridas. Essa postura acaba legitimando uma prática política que servia para certificar a permanência dos privilégios econômicos dessa minoria, que tratavam o Estado como extensão de sua propriedade privada.

Todavia, a partir da década de 1970, em meio aos violentos Anos de Chumbo²⁴ (1968-1974) e da

²⁴ No Brasil essa expressão é utilizada para delimitar o período que tem início em 13 de dezembro de 1968 com a decretação do Ato Institucional, nº. 5 (AI-5), que atribuía poderes absolutos ao governo militar, fortalecendo, assim, a linha dura ambicionada pelo regime. Esse período acaba juntamente com o fim do governo Médici em março de 1974. Alguns estudiosos utilizam a expressão Anos de Chumbo apenas para se referirem ao período correspondente

crise do Milagre Econômico²⁵ (1968-1973), a autoridade do governo militar começa a ser abalada e os movimentos sociais passam a adquirir grande relevância política, sendo, inclusive, qualificados como novos movimentos sociais²⁶, em contraponto ao velho movimento operário depositário histórico da transformação social (DOIMO, 1995) e ao clássico movimento representado pelas Sociedades Amigos de Bairros ou Associação de Moradores (GOHN, 2003).

Essa atmosfera de novidade, com a criação de novos espaços de oposição, protesto, luta e resistência a forte repressão, reacende o interesse dos teóricos pela compreensão do conceito de ‘sociedade civil’, abrindo um intenso debate sobre participação democrática e associativismo civil.

2.1.1 DA EMERGÊNCIA HERÓICA DOS MOVIMENTOS

O período de emergência heróica dos movimentos sociais urbanos, 1970-1981, tem como traço distintivo a forte participação popular urbana – saudada como os ‘novos personagens da cena pública’ (SADER, 2001) – organizada em diversos movimentos sociais, principalmente àqueles ligados a ala progressista da Igreja Católica vinculada a Teologia da Libertação (GOHN, 2006; DOIMO, 1995), que pressionavam o Estado autoritário em várias frentes de combate político – cujo lema comum era o ‘direito a ter direitos’ e a orientação transversal era a busca da autonomia.

Vale ressaltar que o conjunto dessas ações coletivas que eclodem nesse período no Brasil se insere num contexto mais amplo de caráter mundial onde a ‘sociedade civil’ contesta a democracia representativa, que se descaracteriza na medida em que os representantes políticos,

ao governo Médici. Tendo como pano de fundo a Guerra Fria, esses, foram anos caracterizados pelo embate violento entre o aparato policial do Estado e a extrema-esquerda da ‘sociedade civil’.

²⁵ A política econômica implantada com o Estado Militar estava estruturada a partir da aliança entre os militares, o capital estrangeiro e o empresariado nacional urbano que conjuntamente estavam comprometidos com o desenvolvimento e aprofundamento do modo de produção capitalista, cuja lógica de acumulação estava orientada pelo incentivo ao consumo interno e pela instalação e difusão de indústrias multinacionais no país. Durante todo o período do Milagre Econômico (1968-1973) os centros urbanos, principalmente do sudeste brasileiro, receberam um contingente crescente de pessoas que migravam atraídas pela possibilidade de emprego. A classe média foi privilegiada por essa política econômica, tendo acesso a bens de consumo e a moradia. Paralelamente existia também a possibilidade para a massa proletária de comprar a prazo lotes com preços acessíveis nas regiões periféricas da cidade, onde construiriam suas casas por conta própria, com ou sem ajuda de familiares e/ou amigos (autoconstrução familiar) (GOHN, 1995; KOWARICK, 1994).

em nome do capital, parecem mais dispostos a adequar o povo ao sistema, ao invés de adequar o sistema para servir ao povo.

No Brasil, particularmente, isso estava evidente na tutela estatal dos sindicatos, compostos por interventores que mantinham seu caráter assistencialista e na clandestinidade dos partidos políticos. Desde 1965, por meio do Ato Institucional nº. 2 (AI-2), a capacidade representativa das camadas populares foi restringida a fim de evitar que se opusessem ao regime militar. A ‘expressividade’ política é canalizada para apenas dois partidos oficiais: o situacionista Aliança Renovadora Nacional (ARENA) ligado diretamente aos interesses do governo militar, e o oposicionista Movimento Democrático Brasileiro (MDB) que abrigava todos os opositores do regime ditatorial e representava o conjunto dos movimentos sociais, o que significava a coexistência sob a mesma designação de uma diversidade político-ideológica.

Portanto, o que se observa é uma expressiva contestação, por um lado, do “padrão de desenvolvimento tecnológico capitalista” (MIRANDA, 1997, p.11) que intensifica a divisão do trabalho e as relações de exploração, e por outro lado, do autoritarismo político presente nos regimes totalitários do Leste Europeu, assim como nas ditaduras implantadas na América Latina.

Diante disso, podemos dizer que os movimentos sociais que surgiram a partir da década de 1970, tanto no continente Europeu, quanto no Americano, no bloco capitalista e socialista, em países economicamente avançados e periféricos, particularmente no Brasil, buscavam, sobretudo, o estabelecimento de outra situação política, onde vigesse a liberdade política. Lutava-se, assim, segundo Miranda (1997, p.11)

“[...] pela ampliação do acesso ao espaço político, pelo reconhecimento do indivíduo enquanto sujeito na esfera pública”.

Portanto, o conceito de política assume no interior desses movimentos sociais, heterogêneos e numericamente expressivos (GOHN, 2006), um sentido mais amplo que ultrapassa o âmbito da lógica política partidária que busca por meio do voto assegurar posições de poder e da lógica de controle político do próprio Estado.

Segundo Paoli (1995), o que movia grandemente esses atores sociais era a busca pela construção

radical de uma cultura política nova – vislumbrando, assim, mais do que a simples reconstituição da democracia política e da garantia de direitos civis.

Em vista deste projeto democrático, as ações coletivas dessa década são caracterizadas pelas análises a partir de duas idéias fundamentais, a saber, a autonomia e o espontaneísmo. O espontaneísmo dos movimentos significava o novo, aquilo que iria promover a substituição dos instrumentos de participação, como partido, associações, sindicatos, num período onde os canais de representação estavam bloqueados e cooptados. Por sua vez, a autonomia dos movimentos sociais aparecia como iniciativas geradas a partir da base²⁷, nas camadas populares – portanto, fora das instituições reprodutoras do sistema estabelecido – que surgiam como possibilidade de rompimento com as relações clientelistas e com a política tradicional (CARDOSO, 2004).

Calcado em outros valores políticos, que visam o estabelecimento de uma ‘nova’ forma de fazer política e de uma ‘nova’ sociabilidade, essas ações sociais lutam pela resolução de problemas específicos e reivindicam a participação dos cidadãos nas discussões e decisões a respeito dos problemas sociais que os atingem diretamente, sem com isso pretenderem o poder político instituído, pressionando, assim, que sejam promovidas mudanças na ordem institucional (MIRANDA, 1997).

É diante dessa expectativa, que por meio dos movimentos sociais se desconstruísse as estruturas de dominação que vigoravam, chegando-se à outra cultura política – livre das práticas clientelistas que caracterizavam a relação entre Estado e sociedade – que a idéia de participação política passa a ter cada vez mais relevância nos espaços de discussão e mobilização da ‘sociedade civil’, significando “uma participação anti-Estado, antipartido, anti-sistema político em geral, sendo o Estado realmente visto como um inimigo” (CARDOSO, 2004, p.82), explicitando, assim, o padrão de relação entre Estado e ‘sociedade civil’ que vigorava na década de 1970.

Tal conjuntura revela que o que estava se processando nesse momento era uma ruptura entre o

²⁷ As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) buscavam organizar a população a partir de seu local de moradia, seu bairro, tomando como referência as realidades concretas para criar e unificar uma pauta de movimento coletivo.

que até então, segundo a concepção liberal, era considerado privado e público. Observamos que tanto o cenário liberal quanto a matriz marxista, não obstante suas contribuições e respectivos valores identificavam o espaço político com a esfera do Estado.

Diante disso, os novos movimentos sociais ao romper com essa dicotomia que identifica o Estado com o político e a sociedade com a esfera civil põe em questão as noções estabelecidas de política e de democracia, que passam a ser fortemente definidas pela ação dos atores sociais, pelas práticas dos sujeitos em conflito, que visam a construção de uma sociedade pautada pelo ideário de justiça social, igualdade, liberdade e legitimidade, por meio dessas ações. De outro modo, o que está sendo elaborado é

“[...] uma nova maneira de relacionar o político e o social, o mundo público e a vida privada, na qual as práticas sociais cotidianas se incluem junto, e em direta interação com o ideológico e o institucional-político” (GUTIÉRREZ; JELIN²⁸, 1987 apud MIRANDA, 1997, p.13).

Quanto a isso, Cardoso (2004) – refletindo sobre o fortalecimento da ‘sociedade civil’ a partir dessas novas formas de participação que se desenvolveram nesse período – explica que os movimentos sociais em sua fase heróica (1970-1981) foram importantes para a redefinição política dos espaços público e privado. A esfera privada assume um *status* político e passa por um processo de politização na medida em que problemas antes obscurecidos na vida privada são publicizados no espaço público – o que alarga o próprio sentido da esfera pública.

“[...] *os movimentos sociais* trouxeram a questão das carências que atingiam as populações pobres, as mulheres, os negros [...]” (CARDOSO, 2004, p.88).

Entre alguns dos principais movimentos sociais da década de 1970 podemos citar o “Movimento do Custo de Vida”²⁹ (MCV) que teve início em 1972 e é considerado pelos pesquisadores como um dos mais importantes da década devido sua abrangência nacional e capacidade de organizar em torno de si outros movimentos sociais que reconstruíram a voz pública da população duramente afetada desde o Ato Institucional n.º. 5 (AI-5)³⁰. Este movimento foi inicialmente

²⁸ GUTIÉRREZ, Fernando C.; JELIN, E. Classes sociais e movimentos sociais na América Latina: perspectivas e realidades. **RBCS** 5, p. 65-85, 1987.

²⁹ Em 1979 o movimento muda de nome e passa a chamar-se “Movimento de Luta Contra a Carestia”. Ele discutia as condições de vida da população periférica (GOHN, 1995, p.109).

³⁰ O AI-5 foi o quinto decreto emitido pelo presidente Artur da Costa e Silva no dia 13 de dezembro de 1968 que

estruturado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), tendo, portanto, na Igreja Católica, representada pela ala da Teologia da Libertação, a instituição de apoio e fomento da participação popular (GOHN, 1995).

O MCV avança em suas iniciativas e, em 1975 temos a intensificação das lutas e movimentos populares em geral. Entre eles, estão os “Movimentos Feministas”, que haviam eclodido na Europa e nos Estados Unidos na década de 1960. As integrantes desse movimento eram basicamente mulheres que tiveram a oportunidade de participar dos movimentos no exterior e por mulheres reunidas nos sindicatos, uma vez que sua entrada no mercado de trabalho foi significativa durante o período do milagre econômico (GOHN, 1995).

O “Movimento Sindical”, por sua vez, depois de longa ausência do cenário político, devido a forte repressão³¹ e cooptação, começa a partir de 1974 a construir uma nova expressividade social, crítica e não pelega, renovando seus quadros na região do ABC e reestruturando-se a partir de dados obtidos de “assessorias próprias, como o Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sociais e Econômicas (DIEESE), ou em profissionais da área jurídica identificados com as causas dos trabalhadores”. O ano de 1976 marca o início de um forte questionamento dos dados oficiais fornecidos pelos ministérios federais que forjavam a realidade em prejuízo dos trabalhadores, atingidos nos seus direitos de assalariados e na sua dignidade (GOHN, 1995).

Uma das características do Movimento Sindical desse período foi a organização de base³² que buscava autonomia frente ao sindicato tutelado pelo Estado. Em 1979, idealizadores e realizadores do “I Congresso da Oposição Metalúrgica de São Paulo”³³ (OSM-SP), descrevem os

fortaleceu a linha dura instituída pelo Regime Militar. Este decreto dava ao militares poderes absolutos e entre algumas das medidas destacamos: o fechamento do Congresso Nacional por tempo indeterminado e a proibição da realização de reuniões e manifestações públicas de caráter político.

³¹ Algumas tentativas de greve como as de Contagem (MG) e Osasco (SP) em 1968 foram violentamente reprimidas.

³² Dentro do “Movimento Sindical” existiam outras tendências que estavam mais preocupadas com a “[...] ocupação da máquina sindical, mesmo que atrelada, do que pela sua destruição e investir principalmente na atuação de base [...]” (SADER, 2001, p.226).

³³ A data de origem da OSM-SP, segundo seu grupo majoritário, está entre os anos de 1967 e 1968 – neste último ocorreu a greve de Osasco (SP). Foram os anos em que se formou uma chapa de oposição ao pelego da época, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, conhecido como Joaquinção.

‘objetivos’ daquela organização como sendo,

“A oposição então nasce propondo um combate à estrutura sindical e defendendo a organização pela base da classe operária, começando a discutir algumas experiências isoladas de Comissões de Fábrica e Grupos de Fábrica” (SADER, 2001, p.226).

Paralelamente a reestruturação do “Movimento Sindical”, ocorre o ressurgimento do “Movimento Estudantil”, que tinha sofrido grande declínio com o AI-5 em 1968. A partir de 1977, inseridos na discussão sobre a redemocratização do país, os grupos estudantis se articulam e passam a realizar inúmeras greves, manifestações e passeatas que são violentamente reprimidas³⁴, aumentando o grau de insatisfação da população com o regime militar, que à medida que a inflação crescia, perdia seu poder (GOHN, 1995).

Essas ações coletivas combativas e reivindicativas dos movimentos populares, de servidores e sindicais atingiram seu auge no final dessa década – a partir de 1978 – produzindo mudanças profundas na cena pública, dando à vida política e à democracia um novo *status* e recolocando definitivamente a ‘sociedade civil’, principalmente as camadas populares, de volta à essa cena pública de modo combativo (GOHN, 1995). Vale destacar ainda, que os movimentos sociais, destacadamente os relativos à carestia, saúde, habitação, educação, direitos da mulher, eram essencialmente compostos e às vezes dirigidos por mulheres (CABANES, 2006).

Temos o início das Grandes Greves que começam no ABCD paulista e que foram se espalhando pelo país, perfazendo um total de mais de 100 movimentos de paralisação do trabalho. O setor dos metalúrgicos, um dos mais importantes da economia nacional, liderava o movimento. Não é por acaso que foi ele o protagonista, nesse mesmo ano, do “I Congresso da Mulher Metalúrgica”, com apoio do “Movimento Feminista” e do DIEESE, para discutir questões relacionadas à realidade feminina dentro da indústria e fora dela (GOHN, 1995).

Embalados pelo entusiasmo da repercussão que o boom grevista do ano de 1978 teve, movimentos de caráter popular foram organizados, povoando o cenário de luta que caracterizou o ano de 1979. Não obstante as peculiaridades de cada luta, todos tinham como bandeira comum a

³⁴ Entre algumas das atrocidades da repressão estava o lançamento de bombas na direção dos corpos dos estudantes, como ocorreu diversas vezes na PUC-SP (GOHN, 1995, p.114).

luta pela redemocratização, o que conjuntamente fortalecia cada movimento.

Outra característica comum de todas essas ações foi sua eclosão simultânea em vários locais, o que gerava simbólica e concretamente sua força transformadora, tendo pouca importância as divergências internas quanto a concepção, modo de atuar e de se organizar (GOHN, 1995).

Entre alguns dos movimentos que se sobressaíram, destacamos o “Movimento de Saúde” da Zona Leste; o “Movimento de Moradia”; o “Movimento de Luta por Creches”; o “Movimento da Educação”; o “Movimento dos Transportes Coletivos”; “Movimento das Favelas”; “Movimento dos Sem-Terra”; “Lutas pelo Pluripartidarismo”; “Movimento pela Anistia”³⁵; “Movimento de Luta Contra a Carestia” (GOHN, 1995).

Em 1980, ocorre uma tentativa de construir uma unidade entre os diversos movimentos sociais existentes, sindicais e populares, a fim de fortalecer o discurso de contestação da ordem autoritária: é criada a Articulação Nacional de Movimentos Populares e Sindicais (ANAMPOS). No entanto, as divergências ideológicas, partidárias e de objetivos específicos de cada movimento começam a ganhar força dentro da ANAMPOS (GOHN, 1995).

Reflexo desse conflito e da reconstrução da vida político-partidária no país que rompia com o bipartidarismo oficial, foi a criação nesse mesmo ano do Partido dos Trabalhadores (PT) que pretendia ser politicamente mais representativo dos interesses dos trabalhadores que o partido de oposição MDB. Este se transforma em Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e sofre algumas das inúmeras crises que enfrentou devido à multiplicidade de correntes ideológicas que lhe compunham (SINGER, 1981).

É diante dessa relação conflituosa entre Estado e sociedade civil, que em 1981, ocorrem no interior da ANAMPOS diversas crises dentro dos movimentos, entre as quais destacamos a separação entre luta sindical e luta popular, ou seja, desarticulação dos problemas inerentes ao universo do trabalho e ao universo da moradia (bairro), e a re-organização dos movimentos em

³⁵ Este movimento, criado a partir de discussões realizadas em todo o mundo, existe desde 1976 no Brasil (GOHN, 1995, p.113).

torno de grupos político-ideológicos semelhantes: a ala pró-PT e a ala pró-PMDB e Partido Comunista Brasileiro (PCB) (GOHN, 1995).

Foi assim, que aos pouco os “moradores das periferias, das favelas, cortiços e outros submundos”, orientados pela ala combativa da Igreja Católica, pelo novo sindicato autônomo e pelo MDB, deixavam de ser casos de polícia e passaram a ser vistos como atores sociais capazes de produzir outra realidade social, onde as premissas da liberdade e da igualdade se difundissem como valores universais, sendo vividos cotidianamente (KOWARICK, 1988; SADER, 2001).

Diversos autores que partilhavam dessa perspectiva que atribui a política um sentido vinculado ao conjunto de práticas sociais que lutam pelo conjunto de ideários acima citado, viam nesses movimentos sociais uma revalorização da democracia – independentemente das motivações e razões peculiares que levavam a organização de cada ação – que passava por uma renovação da ordem institucional a fim de criarem-se novas metas de liberdade e para se

“[...] fundar a cidadania possível – não a abstrata da democracia-liberal, nem a plena da Grécia antiga – em condições de diversidade histórica, e cultural, e, manifestando-se também sob formas diferentes em cada situação específica” (MIRANDA, 1997, p.13).

Para Santos (1995), a luta em torno da cidadania e a conquista de direitos sociais promoveu um alargamento da cidadania política e civil para a cidadania social. Em virtude de tal alargamento da cidadania, abriram-se as possibilidades para o desenvolvimento da subjetividade segundo outras perspectivas.

Portanto, a noção de movimento social difundida no imaginário dos atores sociais estava atrelada à luta pela legitimação de novos direitos que garantiriam o exercício da cidadania e democracia (PAOLI, 1995).

Do ponto de vista teórico-histórico, grande parte dos estudos, desse período, que se dedicaram a analisar os movimentos sociais, identificavam mecanicamente a classe operária como classe política, elaboraram concepções orientadas por determinações estruturais, que subordinam “a ação da classe a uma mera figuração de possibilidades já contidas na estrutura” (MIRANDA, 1997, p.13). Entre os principais autores que seguem essa linha interpretativa, ainda que existam diferenças a serem consideradas, citamos Borja (1985), Castells (1976; 1980) e Lojkin (1977).

Resumidamente podemos dizer que tais estudos têm como características fundamentais um modelo teórico calcado na análise estrutural, cuja ênfase está nos processos econômicos. E ainda, a preocupação presente nesses estudos em contextualizar os movimentos sociais está ligada ao objetivo de identificarem as forças atuantes naquele campo de disputa, o que permitiria compreender a lógica inerente a ação. Trata-se de uma

“[...] visão ‘de fora’ e ‘para fora’ dos movimentos, buscando encontrar o significado dos mesmos em sua relevância para a atuação partidária, em sua relação com o Estado e em sua eventual importância como instrumento de contestação do sistema” (MIRANDA, 1997, p.13).

No Brasil, como afirma (MIRANDA, 1997, p.15), essa perspectiva teórica de cunho economicista esteve presente nos trabalhos relativos a investigação: (i) dos efeitos causados pelo processo de periferização das classes populares; (ii) da emergência de mobilizações das classes populares associadas à problemática urbana; (iii) dos movimentos de protesto urbano; (iv) das contradições urbanas, como fator propulsor dos movimentos sociais; (v) das relações entre Estado e classes populares por meio de reivindicações urbanas etc.

Percebe-se claramente no decorrer da década de 1970 e nos dois primeiros anos da década de 1980 que à medida que os movimentos sindicais e populares vão se ampliando e aprofundando sentem a necessidade de extrapolar os campos e formas tradicionais de luta, gradativamente tomando consciência que as mudanças estruturais que desejam passam pela construção de um espaço político participativo a partir do qual se poderiam formular e decidir sobre projetos sociais e mudanças econômicas. Juntamente com as grandes vitórias democráticas que caracterizam esse período da história nacional, surgem no novo tempo os desafios de saber lidar com as diferenças e com os conflitos gerados a partir delas, assim como repensar a noção de autonomia que permeio os discursos em cada momento desse longo processo (SINGER, 1981).

2.1.2 PERÍODO DE REDEMOCRATIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO

Com o período de redemocratização (1982-1989), iniciado a partir de 1982 com as eleições estaduais³⁶, tem início o paulatino processo de institucionalização da participação dos

³⁶ Em 1982 ocorrem as primeiras eleições diretas para governador depois de quase vinte anos com indicações feitas pelo Estado Militar.

movimentos sociais – o que vai redefinir o padrão de relação entre ‘sociedade civil’ e Estado³⁷ que aos poucos vai passando a ser visto e tratado, não mais como um inimigo, mas como um interlocutor (CARDOSO, 2004, p.81-82; GOHN, 2006).

Os próximos anos da década de 1980 serão caracterizados pela intensificação e ampliação da ação dos movimentos sociais em todo território nacional, assim como pela dificuldade da nova esquerda se unir em torno de um projeto de nação. As diferenças entre os grupos políticos de oposição tornam-se mais perceptíveis e geram cada vez mais divergências (GOHN, 1995, 2006).

Tais divergências político-ideológicas entre os partidos levaram a criação em 1982 da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) que praticava um sindicalismo mais moderado que congregava entre outros partidos o PMDB e, o até então, ilegal PCB – o Partidão (GOHN, 1995).

Diante disso, as camadas populares e os trabalhadores sentem cada vez mais necessidade de criarem instituições que lhes representem. Assim, no ano seguinte, em 1983, é fundada a Central Única dos Trabalhadores (CUT) – esquerda estava ligada à idéia do novo: novas propostas, novo sindicalismo, novas formas de fazer política. Este grande grupo combatia os representantes da esquerda tradicional, entre eles os do Partidão (GOHN, 1995).

Entre algumas das razões que explicam essa mudança na postura das ações sociais e dos próprios partidos estão o caráter de abertura política do momento e o agravamento dos problemas sociais potencializados, pelo aumento populacional, pela inflação galopante que estará presente durante toda essa década e pelo desemprego crescente, o que conjuntamente produz a possibilidade e a necessidade da defesa de lutas mais específicas.

A possibilidade e facilidade em registrar e divulgar as ações coletivas que ocorriam, para todo o país, através das mídias de massa foi outro fator decisivo para o compartilhamento de uma mesma experiência, economicamente ruim, mas política e socialmente ricas (GOHN, 1995).

³⁷ Cardoso (2004, p.83) prefere usar o termo agências públicas ao invés de Estado para nomear a instituição com a qual os movimentos sociais iniciaram um processo dialógico, pois para a autora de fato não houve uma relação destes com o Estado, tendo sido o processo parcial e fragmentado: “[...] acontecia na saúde, [...] mas não na educação; criava-se um conselho da mulher, mas não eram criados conselhos em outras áreas [...]”.

Entre alguns movimentos importantes que eclodiram na cena pública entre 1983 e 1985 destacamos o Movimento dos Desempregados organizado no centro econômico do país, São Paulo, que contestava o crescente número de demissões produzido pela recessão econômica que afetava o Brasil como um todo, levando a organização em todo o território nacional de ações sociais que reivindicavam empregos e frentes de trabalho.

O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra³⁸ também assume grande peso nesse momento ocorrendo em 1983 o I Encontro Nacional dos Sem-Terra dos Estados do Sul onde foi decidido que a ocupação de terras seria uma das estratégias de pressão pela Reforma Agrária (GOHN, 1995).

O Movimento de Luta pela Moradia nasce na zona sul da cidade de São Paulo e, em seguida se espalha para as demais áreas da cidade, e foi uma resposta a um dos mais graves problemas sociais do período. Vale ressaltar que esse Movimento surgiu a partir da experiência no interior do Movimento Contra o Custo de Vida, onde a participação das CEBs foi fundamental para a organização de ambos (GOHN, 1995).

Ainda em 1983 tem início uma série de movimentos sociais em todo o Brasil que reivindicam eleições diretas para a presidência³⁹. No ano seguinte, 1984, ocorre na cidade de São Paulo a maior mobilização promovida por esses Movimentos das Diretas-Já, que reuniu mais de um milhão de pessoas, entre elas jornalistas, artistas, estudantes, funcionários públicos, trabalhadores, políticos, classes populares e médias⁴⁰, que não obstante as diferenças, disputas

³⁸ A Igreja Católica, cuja participação na vida política do país era forte, reunida no I Encontro Nacional da Comissão Pastoral da Terra (CPT) juntamente com trabalhadores da terra decidiram pela criação de um movimento de âmbito nacional dos Trabalhadores Sem-Terra, autônomo em relação a CPT, pois algumas tendências da própria igreja impediam o andamento da organização desse movimento (GOHN, 1995).

³⁹ Foi o senador Teotônio Vilela que lança a idéia de criar um movimento pelas eleições diretas para a presidência.

⁴⁰ A classe média que durante o milagre econômico havia sido privilegiada em detrimento das camadas populares, vivência nos anos de 1980 uma inversão de prioridades do poder público que passa a priorizar a realização de políticas públicas para a população de baixa renda e desempregados, inclusive como estratégia de garantia de votos, na medida em que a democracia aos poucos se re-estabelecia. Um dos grandes problemas enfrentados pela classe média devido à crise econômica foi a incompatibilidade entre os valores das prestações reajustadas no decorrer da década dos imóveis adquiridos através do Banco Nacional de Habitação (BNH) com o poder de compra dos salários corroídos pela inflação. Assim, os mutuários se viam diante da impossibilidade de continuar a pagar as prestações, seja pela defasagem dos salários, seja pela ausência de qualquer tipo de renda, consequência do desemprego. O

partidárias e ausência de um projeto de nação concreto se uniam naquele momento em defesa de um mesmo ideal, a saber, o retorno do jogo democrático por meio da aprovação da emenda Dante de Oliveira que devolveria a população o direito de escolher seu presidente⁴¹. No entanto, apesar da pressão popular a emenda foi rejeitada por falta estratégica de maioria parlamentar no dia da votação (GOHN, 1995, 2006).

Ainda sob o clima de derrota das Diretas-Já, o ano de 1985 anuncia a volta o jogo democrático⁴², cabendo a José Sarney, primeiro presidente civil, a responsabilidade de concluir o processo de redemocratização. A hiperinflação era um dos problemas centrais desse momento juntamente com a necessidade de promulgar uma nova Constituição que ficasse no lugar daquela escrita pelos militares em 1967. Vale ressaltar ainda que é neste ano que o Movimento dos Sem-Terra é criado oficialmente em âmbito nacional defendendo o lema “Terra não se ganha, se conquista” (GOHN, 1995).

A segunda metade da década de 1980 é marcada pelos inúmeros planos econômicos⁴³ e pelo início do “Movimento pela Constituinte” que requeria a atualização dos códigos jurídicos defasados em relação a realidade presente. Diferentes setores da sociedade civil e política se mobilizaram em torno da Constituinte, e mesmo diante de algumas vitórias obtidas pelas camadas populares e pelo funcionalismo público por meio de seus representantes progressistas, podemos dizer que as elites estiveram a frente desse processo de modo mais organizado. A igreja de base conservadora e tradicional tem também forte participação na Constituinte. A diversidade de interesses e os conflitos derivados dessa pluralidade geraram grande tensão durante todo o processo, caracterizado pela existência de “grupos de pressão” e de lobbies (GOHN, 1995).

A partir de 1987, quando é oficialmente instaurada a Assembléia Constituinte, vários setores da

padrão de consumo dessa classe havia sido sensivelmente abalado (GOHN, 1995).

⁴¹ Foi o governador paulista, Franco Montoro, que realizou esse grande encontro democrático na praça da Sé.

⁴² Ainda por voto indireto, Tancredo Neves (integrou o MDB) é eleito presidente do Brasil dando fim ao Regime Militar. Pouco antes da sua posse, todavia, ele falece deixando o cargo para seu vice José Sarney (integrou a ARENA).

⁴³ Os Planos Cruzado e Cruzado II foram tentativas de conter a inflação e recolocar a economia do país numa trajetória ascendente. No entanto, ambos falharam.

sociedade estimulados a participar do processo organizam grupos que irão defender seus interesses utilizando-se dessa estratégia de *lobbies*. Do lado da elite podemos citar dois exemplos: (i) a formação pela elite agrária de um movimento tradicional e de direita que cria a União Democrática Ruralista (UDR)⁴⁴; (ii) a criação, ainda em 1986, pela elite dos proprietários de grandes glebas da Associação dos Empreendimentos e Loteamentos (AELO) para defender seus interesses corporativos de valorização do setor imobiliário (GOHN, 1995).

No entanto, as classes médias e populares também se organizaram para defender seus interesses na Constituinte. Exemplo disso foi a criação em 1986 pela classe média, frente a crise econômica que agravava o problema habitacional, do Movimento dos Inquilinos Intranquilos e o Movimento dos Sem-Casas, que protestavam contra os altos índices de aumento nos valores dos aluguéis que superavam o ganho salarial (GOHN, 1995).

Por sua vez as classes populares com suas inúmeras necessidades e demandas, incentivada por um dos grandes líderes da Igreja Católica da época, bispo D. Angélico, fortalecem os diversos movimentos organizados a partir da criação em 1987 da União dos Movimentos da Zona Leste. Este movimento é considerado de grande expressão e seu objetivo era articular as lutas populares (GOHN, 1995).

Depois de muitas lutas e disputas permeadas de tensão, em 1988 é promulgada a nova Constituição Brasileira. Estava concluído um longo processo de negociação do qual a sociedade civil participou a partir de grupos ideológica e socialmente diferentes, onde houve algumas vitórias dos movimentos sociais. Entre as conquistas na área dos direitos sociais, destacamos a possibilidade do plebiscito, do referendo e da iniciativa popular (GOHN, 1995).

Doimo (1995) aponta para certos movimentos sociais que não apenas perduraram a todo esse período autoritário, como também saíram dele fortalecidos, tais como o movimento negro, de

⁴⁴ Exemplo de lobby durante a Constituinte pode ser verificado por meio da forma de atuação da elite agrária que constitui um movimento tradicional e de direita que, em 1987, resultou na criação da União Democrática Ruralista (UDR). Sua força política comparativamente a de outras elites, apesar de significativa nesse momento, era de menor magnitude uma vez que compunham um grupo ligado a setores não modernos. A UDR, no entanto, foi eficiente na perseguição e assassinato de trabalhadores rurais, principalmente os envolvidos nos movimentos de luta pela terra (GOHN, 1995).

mulheres e ecológico. A autora acrescenta que para além das questões específicas de cada luta, esses movimentos defendiam a bandeira comum da ampliação da participação do povo – elemento estruturador do projeto de democratização da sociedade defendido pelos ‘novos’ movimentos sociais.

Atuando a partir da base, a organizando, esses movimentos estavam buscando o fortalecimento da própria ‘sociedade civil’ a fim de construir um outro sentido de política e de democracia, contrapondo-se, assim, ao Estado centralizador e as práticas políticas tradicionais presentes nos partidos políticos (SCHERER-WARREN, 1987).

O que os ‘novos’ movimentos sociais pretendiam era a construção de uma relação entre Estado e ‘sociedade civil’ pautada por outros valores políticos – participativos. Tal idéia vai sendo incorporada pela população e ganhando corpo à medida que a concepção de transformação social deixa de ser vinculada apenas a imagem do Estado e a própria ‘sociedade civil’ passa a ser definida como um ente fundamental nesse processo de transformação política durante a transição democrática.

Estamos diante de uma ampliação do político e do fazer político que por meio dos movimentos sociais, das ONGs militantes e outras instituições da sociedade ‘civil’ vai delineando um novo campo ético-político na sociedade orientado por um novo tipo de participação (movimentalista) – diferente daquele presente na “moderna concepção de participação política”⁴⁵ (DOIMO, 1995, p.59).

Vale ressaltar a importante participação política que as ONGs militantes tiveram durante os anos de 1970 e 1980, principalmente neste último decênio, no enfrentamento do regime militar e na luta pela reconstrução democrática da democracia. Como descreve Gohn (2000), o caráter militante-cidadão dessas entidades – que aglutinavam em torno de si os valores inerentes a uma

⁴⁵ “De acordo com Sartori (1962), a moderna concepção de política está associada ao surgimento do Estado Moderno no processo de secularização, que ocorre precisamente quando este se desprende da matriz privatista e corporativa medieval. Ao analisar o ‘príncipe moderno’, Gramsci (1978b, p.10), por outro lado, designa a política como ‘uma atividade autônoma, com seus princípios e leis diversos daqueles da moral e da religião’. Portanto, ainda que fundada na luta entre forças sociais, a atividade política tem independência e especificidade própria (Cf. Albuquerque, 1980)” (DOIMO, 1995, p.227).

ação coletiva democrática – contribuiu, assim como os ‘novos’ movimentos sociais, com suas causas sociais, políticas e culturais, para a reconstrução do conceito de ‘sociedade civil’ e para a construção de nova cultura política nas camadas populares, possibilitando a elaboração de

“[...] um novo campo ético-político e cultural por meio de ações coletivas desenvolvidas em espaços alternativos de expressão da cidadania” (GOHN, 2000, p.62).

“[...] suas ações abriram espaços que demarcaram novos ‘lugares’ para a ação política, especialmente ao nível do poder local e no meio urbano, na gestão das cidades” (GOHN, 2000, p.63).

Nessa direção, Scherer-Warren (1998) ao analisar a trajetória e o perfil das ONGs, explica que com relação as práticas coletivas essas entidades, assim como os demais atores da ‘sociedade civil’, tinham como bandeira de luta a defesa da cidadania e a construção de uma sociedade mais justa, por meio da participação ativa e democrática. Sua agenda de trabalho recaía sobre áreas temáticas, como

“[...] a da pobreza ou desigualdade, da discriminação de gênero e raça, da destruição ambiental, do desamparo às crianças e adolescentes, da violência, das carências coletivas, tais como de equipamento e bens coletivos urbanos (transporte, saneamento, assistência à saúde etc.), ou como a moradia, terra, direitos humanos, educação etc.” (SCHERER-WARREN, 1998, p. 163).

Desse modo, particularmente no Brasil, o conceito de ONG do ponto de vista histórico as define como aquelas instituições vinculadas aos “[...] centros populares de educação, promoção e assessoria e mais recentemente as entidades ambientalistas [...]” e, do ponto de vista dos critérios de funcionalidade são entidades que prestam “[...] assessoria, apoio, promoção, educação e defesa de direitos humanos e ambientalistas” (SCHERER-WARREN, 1998, p.163).

Esta definição mostra que as ONGs militantes atuavam de modo a dar suporte aos movimentos sociais e populares – estavam por detrás deles – auxiliando na sua estruturação e, em muitos casos, algumas dessas entidades desenvolviam trabalhos de conscientização dos grupos organizados por meio da tematização, na esfera pública, dos aspectos negativos da realidade social (GOHN, 2005).

Diante disso, percebemos que o esforço despendido pelas ONGs cidadãs era de legitimar o verdadeiro sujeito coletivo e histórico da transformação da sociedade, ou seja, os movimentos

sociais populares, fortalecendo sua representatividade. Portanto, essas instituições atribuíam a si um caráter transitório e não reivindicavam visibilidade e nem reconhecimento, moldando sua identidade a partir da prestação de serviços direto a determinados segmentos da população (GOHN, 2003).

Esse período da redemocratização é caracterizado pelos alinhamentos construídos pelos diversos grupos de interesse, onde o Estado começa a perder a conotação de inimigo e torna-se um espaço de negociação e proposição, onde cada segmento social quer ter o máximo de acesso e participação dentro do aparelho estatal. Com isso, a independência e autonomia passam a ser pensadas a partir de um novo campo de disputa.

Vale destacar que não obstante a importante participação da igreja na luta democrática nesta década, sua influência começa a sofrer um refluxo devido a nova orientação adotada, mais conservadora, que opta por uma igreja mais carismática do que engajada e política.

E, apesar de nem tudo ter sido considerado vitória, durante esse período houve um enriquecimento político proveniente de todo o processo de lutas e movimentos sociais surgidos desde a década de 1970, tanto no âmbito da experiência pessoal-coletiva, quanto pelas garantias de direitos e compromissos descritos na chamada Constituição Cidadã, entre eles, a descentralização político-administrativa e o estabelecimento de um compromisso de construir um espaço dialógico entre democracia representativa e democracia participativa.

No entanto, ainda faltava um último passo para que o processo democrático fosse concluído: a eleição direta pela população do presidente da nação. Assim, em 1989 tem início a campanha eleitoral que em sua fase final inscreve na cena pública a disputa entre Fernando Collor de Melo do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) e Luís Inácio Lula da Silva do PT, sendo o primeiro vitorioso (GOHN, 1995).

É o princípio de um novo período de nossa história onde a angústia pelo fato dos planos econômicos do governo Sarney não terem contido a crise, e a esperança depositada na figura do novo presidente, são dois fortes sentimentos que darão a tônica da década de 1990.

2.1.3 A ‘PROFISSIONALIZAÇÃO’ DO NOVO ASSOCIATIVISMO

Ávido pela constituição de uma sociedade nova onde a justiça imperasse e livre da hiperinflação e da corrupção, o Brasil inaugura o decênio de 1990 com uma grande festa democrática: a posse do primeiro Presidente da República, Fernando Collor de Mello⁴⁶, eleito diretamente pela população após 21 anos de regime militar. O contexto agora era de consolidação da democracia e as expectativas e esperanças eram muitas, assim como as mudanças que irão se operar em diversos planos.

Entre elas está a implantação do projeto neoliberal⁴⁷ no país, que defende um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras (ANDERSON, 1995). O Estado brasileiro inicia, então, gradativo reposicionamento quanto ao modo de intervir na vida social e econômica. O novo governo lança um conjunto de reformas econômicas, conhecidas como Plano Collor, que entre outras políticas anuncia a abertura do mercado nacional às importações e o Programa Nacional de Desestatização. O que vemos é uma forte reação teórica e política contra o Estado Intervencionista e de Bem Estar, baseada em outra lógica de acumulação do capital – flexível.

O argumento do economista Friedrich Hayek, principal mentor do neoliberalismo, era de que o

⁴⁶ Fernando Collor de Mello. Sua trajetória política inicia-se em 1979, como prefeito indicado de Maceió (AL) pela ARENA, partido da situação durante o Regime Militar. Pouco tempo depois, em 1982, é eleito deputado federal pelo Partido Democrático Social (PDS) partido criado em 1980, herdeiro e sucessor da extinta ARENA. Esteve ao lado dos defensores das Diretas Já votando a favor da emenda Dante de Oliveira. No entanto, diante da derrota da emenda, apoiou e votou através do Colégio Eleitoral no candidato Paulo Maluf (PDS) nas eleições para presidente do país em 1985. Posteriormente filiou-se ao PMDB e aproveitando-se da força que este partido tinha nesse momento devido, inclusive, ao sucesso imediato do Plano Cruzado lançado em 1986, elegeu-se governador de Alagoas nesse mesmo ano. Nessas eleições os candidatos apoiados pelo presidente José Sarney ocuparam 22 dos 23 estados da nação.

⁴⁷ Na América do Norte e na Europa as idéias neoliberais começaram a ser gestadas desde o fim da II Guerra Mundial. A partir dos anos de 1970, com as crises ocorridas que combinam baixas taxas de crescimento com altas taxas de inflação, elas finalmente ganham força e passam a figurar como outra alternativa de acumulação capitalista frente à receita Keynesiana. Em 1979, a Inglaterra aplica, com Thatcher, a mais radical receita liberal. Depois vem Reagan nos E.U.A. (1980), Kohl na Alemanha (1982); em 1983 a Dinamarca, Estado modelo do Bem Estar Social escandinavo aderiu ao governo de direita de Schluter. A partir dos anos de 1990, com o fim de muitos governos autoritários, a América Latina passa a ser o outro palco de experimentação do ideário neoliberal (ANDERSON, 1995).

Às crises do petróleo da década de 1970 se seguiram altas taxas de inflação, redução da produtividade e dos níveis de crescimento, elevação dos déficits públicos e aumento do desemprego. O cenário que se monta é de crise do fordismo, portanto, do anterior regime de acumulação, levando ao término do acordo de Bretton Woods (FILGUEIRAS, 1997, p.10).

igualitarismo apregoado no período quando vigorou o Estado de Bem Estar Social destruía a “liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência da qual dependia a prosperidade de todos” (ANDERSON, 1995, p.10).

Segundo o paradigma neoliberal a estabilidade monetária deveria ser a meta suprema de qualquer governo o que exige disciplina orçamentária, com contenção dos gastos sociais e recuo nas intervenções econômicas, o que garantiria a existência de uma taxa natural de desemprego que por sua vez abalaria o poder dos sindicatos. As reformas fiscais visando incentivar os agentes econômicos também compunham o receituário do livre mercado. Em suma, buscava-se a implantação de uma desigualdade saudável que dinamizaria as economias através da competição, retirando-as da letargia do protecionismo estatal (ANDERSON, 1995).

O Estado brasileiro inicia, então, gradativo reposicionamento quanto ao modo de intervir na vida social e econômica caracterizado pelo processo de desregulamentação do Estado promovido pela sua Reforma. No entanto, se o governo Collor lançou as bases de tais mudanças, foi no governo Fernando Henrique Cardoso, empossado em 1995, que a articulação entre os fenômenos estruturais ‘neoliberalismo’, reestruturação produtiva’ e ‘globalização’ se aprofundam tanto no imaginário, quanto nas práticas cotidianas da nação.

No entanto, tal mudança paradigmática não se reduz apenas à alteração na forma de acumulação do capital, mas na modificação de um modo de vida baseado anteriormente na busca do pleno emprego, em certa estabilidade do trabalho e nas garantias sociais. No Brasil, mesmo cientes de que essa realidade não foi válida para a maioria de sua população, tendo sido a sociedade salarial predominantemente masculina, ao menos estava no horizonte como sentido de vida a ser alcançado.

No cenário que começa a se delinear predominam a sensação de abandono social, de insegurança, de imprevisibilidade, de instabilidade, de riscos, de adaptabilidade, por fim de incerteza quanto ao futuro. É um mundo onde homens e mulheres tornam-se rapidamente obsoletos e descartáveis, sendo substituídos por outros(as) mais ‘modernos’, ou seja, flexíveis – capazes de sobreviver no mercado de trabalho (CASTEL, 1998; DRUCK, 2006).

Observamos ainda que apesar da lógica atual de reprodução do capital criar um cenário de desemprego estrutural, sub-emprego e crescente informalização do trabalho que abala a todos, essa realidade atinge distintamente os diversos segmentos da sociedade, sendo os jovens, mulheres, negros, migrantes legais e ilegais, os grupos sociais mais prejudicados.

De acordo com teses defendidas no texto da Reforma do Estado é criado ainda em 1995 o Conselho da Comunidade Solidária presidido pela primeira dama Ruth Cardoso, antropóloga especialista no tema da participação e dos movimentos sociais. O Conselho era um órgão do governo composto por ministros, políticos, e representantes da sociedade civil, professores universitários que representam centros de estudo sobre a questão da criança e do adolescente, núcleos de políticas públicas. Foi concebido segundo a lógica moderna da parceria entre Estado e sociedade civil e tem como cerne de suas preocupações a área social, objetivando combater a pobreza e a exclusão social dando apoio para que as iniciativas de organizações da sociedade civil tornem-se mais eficientes (GOHN, 1995 e 2003).

Em meio a esse rol de mudanças estruturais a institucionalização dos movimentos sociais foi considerada por alguns autores de suma importância para a firmação de um espaço público democrático. Nesse sentido, Paoli (1995) afirma que o jogo político foi re-significado na medida em que a inclusão dos movimentos na política institucional, sem o prejuízo de suas particularidades constitutivas, resulta numa ampliação da relação e negociação dialógica entre forças conflitantes – entre governos e movimentos, entre classes sociais antagonicas – deslocando

“[...] os limites da democracia formal para muito além de si mesma: em direção da lei democrática, pensada como a construção de uma medida comum entre forças conflitantes, que expressam a criação de novos direitos” (PAOLI, 1995, p.46).

A ampliação do campo da ‘sociedade civil’ devido ao descentramento do sujeito atribuí ao conceito de cidadania a mesma relevância nesta nova fase que tinha o conceito de autonomia nas décadas anteriores. Apesar da questão da cidadania já estar presente nas décadas anteriores, nos anos de 1990, incorporada pelos discursos oficiais, ela é ressignificada passando a se aproximar da idéia de

“[...] participação civil, de exercício da civilidade, de responsabilidade social dos cidadãos como um todo, porque ela trata não apenas dos direitos, mas também de deveres, ela homogeneiza os atores.” (GOHN, 2005, p.75).

A noção de dever apontada na citação acima traz implícita a idéia de responsabilização dos cidadãos, pelo menos sua tentativa, em arenas públicas por meio da idéia de parceria entre ‘sociedade civil’ e Estado na aplicação das políticas públicas sociais do governo. Isso apresenta um caráter ambíguo, pois se por um lado a ‘sociedade civil’ tem um ganho na medida em que é reconhecida como ator social, por outro lado corre-se o risco dela estar sendo encarregada de um compromisso que é de fato do poder público (GOHN, 2005).

É nesse contexto, por meio da Reforma do Estado que surge a idéia de público não-estatal, o que leva a um entrelaçamento cada vez mais intenso entre a ampla ‘sociedade civil’ e a sociedade política, colaborando, assim, para aprofundar o caráter contraditório e fragmentado que o Estado passa a ter na década de 1990. Começa a se esboçar a idéia de um ‘terceiro setor’ que juntamente com o primeiro setor vão gerir a coisa pública vinculada as demandas sociais, sendo estas incorporadas como parte da questão social da nação.

Podemos dizer que em geral os movimentos sociais da década de 1990 têm como características comuns a preocupação em torno da construção e defesa da cidadania⁴⁸ orientada pela ética e pela moral da dignidade, a organização de coletivos suprapartidários, que contam muitas vezes com figuras carismáticas, são pluriclassistas - contando com o apoio e participação da classe média - o que torna as lutas mais difusas do ponto de vista sociopolítico, possuem uma gestão pensado no modelo da parceria com o Estado e com a iniciativa privada, assumem o formato de 'Campanhas' de conscientização pessoal. O novo das lutas dessa década está na busca de valores sociais atualizados que priorizavam a superação de uma cultura política impregnada de corrupção, clientelismo, nepotismo, paternalismo, de uma visão patrimonialista de Estado.

Esse conjunto de características negativas da cultura política brasileira⁴⁹, assim como o cenário de desemprego, corrupção e de violência social, desencadeia um movimento de descrença em relação aos políticos, a política e as ações do Estado, impulsionando a sociedade civil a se organizar a partir de coletivos suprapartidários, que buscam práticas menos burocratizados, mais

⁴⁸ O “Movimento pela Ética na Política” e o “Movimento dos Caras-Pintadas” são dois exemplos de manifestações dessa década que tinham como característica primordial a defesa da democracia e da cidadania.

⁴⁹ Corrupção, clientelismo, nepotismo, paternalismo, visão patrimonialista de Estado.

eficientes e localizadas.

Portanto, vemos um deslocamento da ação para o âmbito da sociedade civil que cada vez mais acredita ser mais capacitada para lidar com as questões sociais, delineando-se como ator social ativo que busca a igualdade na diversidade, e não mais como representantes de grupos. Estamos na

"Era dos Direitos, tanto dos direitos sociais elementares, como direito à vida (comida, abrigo e roupa), como os direitos sociais modernos, relativos às questões de gênero, sexo, raça, etnia, geracional, que dizem respeito a liberdade dos indivíduos se diferenciar e fazer suas próprias opções." (GOHN, 1995, p.207).

O perfil das ONGs também começa a sofrer alteração, gradativamente assumindo um caráter mais profissional e propositivo – passando a compor o difuso ‘terceiro setor’. Diferentemente das ONGs militantes, as dos anos de 1990 não tem definido um perfil ideológico, defendendo o pluralismo, as políticas de parceria entre o primeiro setor e as entidades sem fins lucrativos e a ampliação do espaço público não estatal (GOHN, 2000).

A autora chama a atenção ainda para o fato de que muitas dessas ONGs foram fundadas por empresários e que parte dessas entidades está ampliando a participação para campos pouco ou nada politizados. O que estava se processando era uma redefinição das ações políticas dessas entidades, portanto, da própria concepção de participação coletiva (GOHN, 2008).

Nesse sentido, Doimo (1995) explica que diante da atual contextura a postura reivindicativa das ONGs militantes não é suficiente. As atuais entidades deixam de funcionar como serviços de assessoria para o fortalecimento dos movimentos populares e passam a assumir um perfil mais propositivo, tendo que dialogar, inclusive, com o mercado. São o que Gohn (2000) define como ONGs propositivas do ‘terceiro setor’,

“[...] que atuam segundo ações estratégicas, utilizando-se de lógicas instrumentais, racionais e mercadológicas[...]” (GOHN, 2000, p.62).

Passa a vigorar a lógica dos projetos onde as articulações políticas mais amplas, principalmente com partidos políticos e com sindicatos quase não ocorrem. O ‘empoderamento’ da comunidade, protagonista da sua própria história, tornou-se o jargão das políticas públicas (GOHN, 2005).

Esse processo de institucionalização dos movimentos sociais e de redefinição do perfil das ONGs é identificado por Scherer-Warren (1998) como constitutivos das idéias sobre o surgimento de um ‘terceiro setor’ que, segundo algumas análises, funcionaria com um espaço que agrega diversos setores da sociedade visando a promoção e bem estar desta. Nas análises sobre o ‘terceiro setor’, as ONGs aparecem muitas vezes como suas instituições mais significativas – seus principais atores.

A expressividade que tais entidades ganharam no espaço do novo associativismo deu-se devido a conquista de autonomia no novo contexto o que, por sua vez, permitiu o delineamento de uma pluralidade de posições ideológico-políticas (GOHN, 2000).

Diante do novo paradigma democrático-neoliberal, onde o Estado transforma-se em um potencial parceiro, vê-se modificado as premissas políticas que orientam o modo como as ONGs irão agir, assim como são redefinidos o lugar e o papel dos protagonistas do campo popular. Essas mudanças e redefinições coloca em risco o sentido de política e de democracia pela qual a ação movimentalista lutou (DOIMO, 1995; GOHN, 2008).

É no interior de um forte processo de desregulamentação do mercado e do Estado, que transfere suas responsabilidades com o social para as comunidades organizadas da sociedade civil, e de ênfase nas políticas de parceria que as ONGs surgem nos anos de 1990 como as novas formas de atuação e intermediação comunidade-governo, quase que substituindo completamente os movimentos sociais das duas décadas anteriores. Com essas instituições cria-se a noção de público não-estatal, ou seja, são organizações da sociedade civil que lidam com questões de interesse público.

O político agora se constrói no interior de uma dinâmica de parceria entre o público estatal com o público não-estatal e, algumas vezes, com a iniciativa privada. É de fundamental importância destacar que a participação feminina no espaço das ONGs é numericamente expressiva, inclusive porque tal atividade surge como oportunidade de trabalho e renda, além de garantir direitos sociais e o acesso a serviços básicos, o que leva a indagar qual a qualidade dessa inserção na medida em que a mulher lida na sociedade com inúmeros preconceitos histórica e culturalmente

forçados, que lhes impõe lugares e condições sociais desfavoráveis. Analisar com atenção essa questão nos ajuda a verificar se as mulheres, a partir de sua experiência pessoal e comum, ao participarem do jogo político, rompem com velhas práticas da cultura política tradicional do país, construindo novos valores, mais democráticos (GOHN, 1995; MATOS, 2005; SZAZI, 2006).

PRINCIPAIS ASPECTOS

Como pudemos verificar neste item os anos de 1970 foram caracterizados pelo otimismo (GOHN, 2006) relacionado à idéia de que os movimentos sociais desse período eram o novo instrumento político que cumpriria um papel diferente (CARDOSO, 2004), cuja principal inovação estava na organização social pensada a partir da base – com incisiva participação da ala progressista da igreja Católica, a saber, da Teologia da Libertação – e na busca pela autonomia.

Já os anos de 1980 foram vistos como um processo de refluxo (CARDOSO, 2004) dos movimentos na medida em que a participação dos mesmos era institucionalizada, estabelecendo um novo padrão de relação entre o Estado-‘sociedade civil’-mercado. A mudança de postura dos movimentos sociais e dos próprios partidos políticos, como vimos, é resultado de uma equação complexa composta entre outras pelas variáveis ‘recessão econômica contínua’ e ‘abertura política’, o que altera a forma de fazer política e a visão sobre os direitos da cidadania (SADER, 2001). Diante de tais mudanças Gohn (2006) ressaltou que esta fase foi vista primeiramente com perplexidade e, em seguida, com descrença.

Os anos de 1990, por sua vez, cria um novo campo de disputas centrado na idéia de público não estatal. O Estado deixa de ser inimigo e passa a ser um potencial parceiro na gerência conjunta com a ‘sociedade civil’ de política públicas. Esta última assume a conotação de esfera mais competente para lidar com as questões sociais, enquanto o estado é visto como impotente e incapaz. A transferência de responsabilidades quanto aos problemas sociais para a ‘sociedade civil’ revela um recuo do Estado em relação aos problemas sociais. Neste novo momento, os discursos oficiais dão a categoria de cidadania a importância que a idéia de autonomia tinha nas décadas anteriores, uma vez que o ‘empoderamento’ da comunidade, produtora de sua própria história, virou jargão das políticas públicas.

Por fim, em todas as fases a participação das mulheres, tanto nos movimentos sociais populares e feministas, como no terceiro setor foi expressiva, o que significa dizer que sua inserção no espaço público vem crescendo de modo a re-significar sua representação social.

2.2 O CONCEITO DE ‘SOCIEDADE CIVIL’: CONTRIBUIÇÕES CONTEMPORÂNEAS⁵⁰

Neste tópico iremos tratar de algumas abordagens sobre o polissêmico conceito de ‘sociedade civil’. Primeiramente veremos a discussão contemporânea realizada por Habermas e Hannah Arendt sobre essa noção de esfera pública e, também sobre a noção de ‘sociedade civil’. Em seguida veremos como a categoria ‘sociedade civil’ foi incorporada à realidade nacional nos três períodos tratados no item anterior.

A importância de recuperar a trajetória desta categoria analítica, que ressurgiu no âmbito das lutas pela redemocratização do Leste Europeu e da América Latina nos anos de 1970 e 1980, reside no fato de sua conceitualização atual estar inserida em um intenso debate teórico, marcado pela ambigüidade (CARA, 2005).

Uma das facetas dessa ambigüidade está na identificação da sociedade civil ora com a idéia de “amoralidade” e de “desorganização”, ora com a idéia de “fonte primária das virtudes cívicas” necessárias para a consolidação da democracia (CARA, 2005, p.16).

Uma segunda característica da noção de ‘sociedade civil’ que revela essa ambigüidade está na posição que assume entre o privado e o público – segundo o aspecto ideal normativo – sendo privada se comparada ao Estado e pública se comparada com a família. Já segundo o aspecto da realidade empírica a noção de ‘sociedade civil’ contempla em seu conceito uma infinidade de categorias, que por vezes incluem associações econômicas e em outros momentos limita o

⁵⁰ Vale destacar que a expressão ‘sociedade civil’ começa a ser utilizada desde Aristóteles, passando pelos jusnaturalistas – destacadamente Hobbes, Locke e Kant – Hegel, Marx e pelos pluralistas – Montesquieu, Burke e, principalmente Tocqueville. Todos esses pensadores compõem o quadro que nos fornece as contribuições clássicas sobre a idéia de ‘sociedade civil’. No entanto, ainda, que a reconstrução conceitual dessa expressão requisite, mais ou menos, por essas contribuições clássicas, não iremos nos deter nelas, uma vez que a discussão contemporânea sobre a expressão ‘sociedade civil’ empreendida por Habermas e Hannah Arendt, nos parece mais relevantes para os propósitos desta pesquisa (CARA, 2005).

conceito as associações voluntárias não econômicas (CARA, 2005).

Desse modo, adentrar nesse debate é fundamental para compreender o sentido político que é atribuído a expressão ‘sociedade civil’, cujo caráter polissêmico traz como consequência uma construção teórica que ora a descreve positivamente, como possibilidade de resistência forjada no espaço público, ora negativamente, como resultado da lógica neoliberal atual, onde tudo e todos estão cooptados – servindo como meios de reprodução das forças de dominação.

O que queremos propor é uma discussão que escape dessa disputa também ideológica e política, partindo do próprio campo para pensar as contradições e conflitos gerados a partir (da experiência) das dinâmicas desenvolvidas no cotidiano das associações de bairro periférico, a fim de definir mais concretamente o caráter político dessa organização civil.

Com os anos de 1990 surge no Brasil o chamado novo associativismo e com ele reacende o interesse teórico em compreender o sentido da participação popular e das ações coletivas da atualidade que visam ao desenvolvimento social. Alguns estudos recentes procuram demonstrar que o que está em curso é um novo padrão de relação entre Estado-‘sociedade civil’-mercado e, portanto, uma nova concepção de participação política e social. O ‘terceiro setor’ apareceria, então, como o espaço onde seria rompida a dicotomia entre racionalidade instrumental das esferas econômica e política e romantismo utópico de certos setores organizados da ‘sociedade civil’.

Assim, podemos dizer que a análise do ‘terceiro setor’ insere-se no interior de um debate mais amplo sobre organização coletiva, processos de democratização e construção do espaço público. No entanto, para entender mais apuradamente o debate que existe sobre as diferentes visões de participação da ‘sociedade civil’, faz-se necessário retomar o próprio significado desse conceito.

Ao longo de sua trajetória a expressão ‘sociedade civil’ adquiriu muitos significados – novos e re-significados – e, como explica Cara (2005), muitos deles irreconciliáveis. Em linhas gerais, as reformulações do sentido dessa noção, dialogam com os diferentes contextos políticos onde reapareceu e com as lutas políticas e sociais que se desenvolveram e se desenvolvem no país

(GOHN, 2005).

Um desses significados foi forjado no calor das lutas pela redemocratização do Brasil nos anos de 1970 e 1980 – anos de ditadura militar⁵¹. Contrariando seu sentido tradicional a expressão ‘sociedade civil’ foi definida como um pólo de oposição tanto ao Estado (inimigo), quanto a ação predatória do mercado com sua lógica privada. Após os anos de 1990, num contexto de consolidação democrática a conceitualização de ‘sociedade civil’ está imersa em um debate difuso, de onde transbordam as ambigüidades em torno de seu sentido. Acrescente-se a isso, o fato de que muitas vezes tal discussão é marcada por um intenso viés ideológico-político.

A experiência gerada com o novo associativismo põe em discussão posições anteriores que vêm a ‘sociedade civil’, ora como uma esfera sujeitada as esferas econômica e política, ora como uma esfera autônoma e soberana as tensões e conflitos inerentes as relações entre vida pública e vida privada (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000).

A releitura e emprego atuais da noção de ‘sociedade civil’ nos exige que busquemos nas contribuições de dois autores contemporâneos, Hannah Arendt⁵² e J. Habermas, subsídio teórico que nos auxilie na sua compreensão, principalmente na discussão que ambos empreendem sobre a idéia de esfera pública. As formulações de ambos sobre essa noção colaboram para a compreensão do conceito de ‘sociedade civil’.

A noção moderna de esfera pública está atrelada ao surgimento dos Estados-Nação com suas comunidades nacionais que compartilham, discursiva e simbolicamente, em certa medida, o mesmo cotidiano (ou mundo da vida) e cultura política. Apesar de ainda incipiente, a discussão teórica sobre o conceito de esfera pública tem em Habermas um dos autores mais profícuos, muito embora tenha sido bastante influenciado por Hannah Arendt. Seu modelo teórico, todavia, não ficou imune a críticas e complementações realizadas por outros pensadores (AVRITZER; COSTA, 2004).

⁵¹ O período de ditadura militar no Brasil durou de 1964 a 1985.

⁵² Hannah Arendt não trabalhou exatamente a noção de ‘sociedade civil’, mas elaborou muitas formulações que podem ser aproximadas dessa expressão, entre elas a de espaço público.

Habermas⁵³ dedicou parte considerável da sua vida intelectual a um programa de pesquisa positivo – que se contrapunha ao pessimismo da primeira geração de frankfurtianos – a partir do qual buscava analisar a viabilidade da democracia no contexto da modernidade, promovendo, assim, a renovação da teoria crítica, e estabelecendo, como falam Avritzer e Costa (2004), uma nova relação desta com a teoria democrática. Isso significou a reformulação do diagnóstico do problema e sua contextualização no interior dos conflitos experimentados pelas sociedades atuais, perguntando:

“[...] como os grupos humanos podem conviver de forma democrática em sociedades cujos sistemas econômico (mercado) e político-administrativo (Estado) exercem uma atuação cada vez mais corrosiva sobre as esferas de vida privada e sobre os modos de vida social e historicamente construídos?” (SANTOS, 2005, p.54).

Para Habermas, segundo Santos (2005), a solução aos problemas sociais e políticos enfrentados pelas sociedades modernas não estaria nem na proposta liberal de um mercado auto-regulado, nem na ação do Estado através das estruturas de poder institucionalizadas, mas na constituição de uma esfera pública, resultado de uma relação dialógica entre as esferas da sociedade civil, do Estado e do mercado. Portanto, o conceito de esfera pública abrange um campo amplo, relacional e difuso onde “se concretizam e se condensam intercâmbios comunicativos gerados em diferentes campos da vida social” (AVRITZER; COSTA, 2004, p.14).

No interior da esfera pública existem inúmeros espaços públicos – instâncias mais específicas que discutem questões elaboradas na esfera pública. Entre alguns exemplos de espaços públicos com forma definida, citamos: conselhos, fóruns, câmaras, comitês, redes. Assim, numa dada sociedade pode coexistir muitos espaços públicos que configuram sua esfera pública de cunho relacional.

No entanto, a simples existência de espaços públicos não garante a eficiência de um processo democratizante – onde o foco do debate é o interesse público – uma vez que eles (os espaços públicos) podem ser manipulados a fim de reproduzir as estruturas do poder dominante.

É diante desse problema que Habermas concebe espaço público como uma instância que deve surgir de modo autônomo, construída a partir do debate público livre de coerção, calcada na

⁵³ Filósofo alemão pertencente a segunda geração da Escola de Frankfurt – Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt fundado em 1924 (SANTOS, 2005).

opinião coletiva, ser autogerida e orientada pelo interesse público. Desse modo, estaríamos diante “de um poder legítimo pela via comunicativa” onde se estabeleceria a mediação “entre o mundo da vida e o sistema político, permitindo que os impulsos provindos do mundo da vida cheguem até as instâncias de tomada de decisão instituídas pela ordem democrática” (SANTOS, 2005, p.57; HABERMAS⁵⁴, 1990 apud AVRITZER; COSTA, 2004, p.5).

Por meio da razão comunicativa, Habermas afirma ser possível a construção social de acordos entre os indivíduos, que ao revisarem seus respectivos pontos de vista quando se vêem diante das posições dos demais, chegam a um consenso que está, portanto, além da razão instrumental e estratégica de cada um. Neste ponto percebemos, apoiados em Freitag e Rouanet (1980), uma convergência primordial entre os pensamentos de Habermas e Arendt ao afirmarem que a legitimidade do poder, decorre de uma ação humana solidária, portanto, não instrumental, só possível através do consenso tal como definido acima e a seguir por Costa⁵⁵ (1994 apud SANTOS, 2005, p.64):

“[...] A disputa de idéias se dá em torno dos temas que irão, num acirrado processo seletivo, cristalizar-se na forma do que se entende como opinião pública, que, nesse caso, é necessariamente diferente da soma das opiniões individuais medidas nas pesquisas de opinião. Ela representa a amalgamação de consensos públicos amplos [...]”

O espaço público, assim, é um “‘lugar’ [...] sob o primado da racionalidade trabalhada pela linguagem”, cujo fortalecimento depende da publicização dos diversos problemas enfrentados por grupos humanos específicos a fim de que sejam debatidos e pensados no interior de um processo dialógico que envolva o maior número de pessoas possível, o que levaria, segundo Arendt (2008), a uma “melhor compreensão pública (comum) sobre a própria realidade” (AVRITZER⁵⁶, 1999 apud SANTOS, 2005, p.63-64).

⁵⁴ HABERMAS, J. Neues Vorwort [Novo Prefácio]. In: _____. Strukturwandel der Öffentlichkeit [Mudança estrutural da esfera pública]. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1990.

⁵⁵ COSTA, S. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.38, p. 38-52, mar. 1994.

⁵⁶ AVRITZER, L. Teoria crítica e teoria democrática: da impossibilidade de democracia ao conceito de esfera público. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.53, p 167-188, mar. 1999.

É justamente a construção desse mundo comum, onde existem esferas públicas constituídas por uma pluralidade de ações e de discursos compartilhados e não necessariamente consensuais, que dá sentido e reforça a noção de cidadania para Arendt (TELLES, 1990).

Assim, o mundo comum, permeado de uma diversidade humana, para se constituir depende de certo tipo de sociabilidade só possível de ser construída no espaço público, pois é aqui que a realidade pode ser vista e discutida por muitas pessoas, construindo um tipo de experiência que se distancia daquela estritamente subjetiva e pessoal, cuja validade pertence ao âmbito da vida privada.

Diante do que foi dito, podemos destacar duas formulações importantes de Arendt a respeito de espaço público: a aparência e a visibilidade; e, a pluralidade. Quanto a primeira formulação, Telles (1990) acrescenta que se o espaço público é o lugar do aparecimento e da visibilidade é porque é nele que a realidade de fato é construída. Nas palavras de Arendt (2008)

“[...] nossa percepção da realidade depende totalmente da aparência, e portanto da existência de uma esfera pública na qual as coisas possam emergir da treva da existência resguardada, até mesmo a meia-luz que ilumina a nossa vida privada e íntima deriva, em última análise, da luz muito mais intensa da esfera pública” (ARENDR, 2008, p.61).

No entanto, se a publicidade das questões humanas no espaço público depende da aparência e da visibilidade que elas têm, é a formulação acerca da pluralidade que traz a idéia de partilha de uma experiência, atribuindo a público o sentido de comum a todos. De outro modo, é a pluralidade que permite a comunicação interjuzetiva e o julgamento orientado a partir de diferentes pontos de vistas – de onde resulta a opinião.

Assim, quando diferentes opiniões são formuladas no espaço público – ainda que fora dele, tivessem um *status* diferenciado – assumem todas, o mesmo caráter de simples opiniões entre tantas outras, que serão discutidas, contestadas, reformuladas, reduzidas, transformadas. Com isso, cria-se uma comunicação horizontal entre as pessoas, imprescindível para a constituição do mundo comum.

Com isso podemos dizer que para Arendt o mundo comum e, também do que é comunicável, é construído por meio de um espaço público onde coexistam as idéias da aparência, da visibilidade e da pluralidade. Assim, também se definem as fronteiras entre o público universal e o privado.

Quando essa fronteira não está clara, quando os fundamentos da pluralidade e comunicação esmaecem, há grande possibilidade das pessoas tornarem seus interesses particulares na medida de tudo. Vale ressaltar que para a autora no mundo moderno essa fronteira entre o público e o privado se dilui.

Disso decorre a perda dos critérios de diferenciação entre aquilo que é inerente a vida de cada indivíduo e aquilo que é inerente ao mundo comum, consequentemente fazendo da subjetividade a referência de verdade e julgamento. É a partir disso que torna-se possível a emergência de indivíduos desinteressados e desprovidos de responsabilidade no mundo, que deixam de participar da esfera pública – o que os leva ao isolamento em suas próprias singularidades (TELLES, 1990).

É apenas no espaço público da aparência e da visibilidade que essa singularidade será reconhecida e afirmada por meio do discurso e da ação. Por ação entende-se a capacidade de realizar o infinitamente improvável, a constituição de um projeto político – dando início a um novo começo, a uma outra tradição.

E ainda, para Arendt (2008) é ação dos homens em conjunto e em comum acordo que define o sentido de poder, pois este não é propriedade de um indivíduo, pertence ao grupo enquanto este estiver unido. O poder, portanto, resulta da troca de opiniões, do diálogo estabelecido, no espaço público, onde as questões públicas serão formuladas.

Vale ressaltar, que para a autora o sentido de política está vinculado a idéia de liberdade pública de participação democrática. Finalmente, ela afirma que é necessário que se construa e se mantenha o espaço público – espaço politicamente organizado – onde as pessoas possam usufruir

da liberdade pública de participação democrática, onde a palavra e a ação serão publicizadas.

Telles (2004) observa em relação a isso, que uma experiência desprovida de espaço público pode ser caracterizada como uma experiência de impotência, submetida e conduzida pelos automatismos da vida, onde o campo das necessidades se sobrepõe ao da liberdade, facilitando a invasão do privatismo na coisa pública, o que torna inviável a construção do mundo comum.

Pensando sobre a contribuição que Arendt nos fornece a respeito da construção da noção de espaço público, e sobre a aproximação dessa noção em relação a idéia de ‘sociedade civil’, podemos dizer que sendo o espaço público um lugar de constituição de certo tipo de sociabilidade, com regras, normas e critérios próprios, onde as questões sociais são publicizadas e refletidas por aqueles que participam da discussão, a noção de espaço público está mais próxima da idéia de ‘sociedade civil’ do que de Estado.

O conceito de política, para a autora, também não se define exclusivamente a partir do Estado, assim como a esfera estatal não está naturalmente vinculada à idéia de espaço público. O poder também é formulado por Arendt a partir de uma ação coletiva que visa o bem comum. Assim, por meio do conceito de espaço público, as noções arendtianas de política, ação, liberdade, poder formam um instrumental teórico-analítico para se pensar a própria noção de ‘sociedade civil’.

Se, como GOHN (2008) observa, as práticas da ‘sociedade civil’ atuais criam certo risco a despolitização, o sentido político poderia estar sendo fomentado também a partir do espaço privado da família. Neste momento retomamos nossa pergunta, a saber, se o espaço da família pode ser mais estruturante no contexto atual, surgindo como uma matriz produtora de sociabilidades capaz de propor um modelo político no espaço público.

Pensando como Gurza Lavalle (2001) em termos de processo, de relações dinâmicas entre espaço privado e espaço público que se entrecruzam e auto-influenciam todo o tempo, queremos ver se o neoliberalismo invade imperativamente o espaço privado da família ou se neste último espaço

podem surgir novidades, brechas por onde elementos de transformação possam surgir, gerando conflito no espaço público e caracterizar a relação entre esses espaços para a atualidade, tentando notar as transformações que estão se esboçando.

E, ainda, mas especificamente queremos perceber os efeitos do cruzamento entre a cultura política existente, as urgências e valores inerentes à família, as questões que a sociologia do trabalho traz sobre os processos de reestruturação produtiva e de informalização que alteram o mercado de trabalho e, finalmente a questão de gênero. Com isso, buscamos compreender o significado mais amplo que a experiência no mundo associativo tem para as mulheres no sentido delas construírem e vivenciarem relações mais igualitárias.

2.2.1 O CONCEITO DE ‘SOCIEDADE CIVIL’ NO BRASIL: INTERPRETAÇÕES E APLICAÇÕES

“A decepção, mais ou menos generalizada, com o Estado abre caminho, depois de 1964 e, sobretudo, depois de 1968, à descoberta da sociedade civil.” (WEFFORT⁵⁷, 1984 apud SADER, 2001, p.33).

Como Cara (2005) explica a expressão ‘sociedade civil’ é inserida nos estudos das ciências sociais no Brasil mais como uma sentença político-estratégica do que como um conceito referencial, servindo de contraposição a “sociedade militar” que controlou o Estado Brasileiro entre 1964 e 1985.

“Nós queríamos ter uma sociedade civil, precisávamos dela para nos defender do Estado monstruoso à nossa frente. Isso significa que, se não existisse, precisaríamos inventá-la. Se fosse pequena precisaríamos engrandecê-la [...] É evidente que, quando falo aqui de ‘invenção’ ou de ‘engrandecimento’, não tomo estas palavras no sentido de propaganda artificiosa. Tomo-as como sinais de valores presentes na ação política, e que lhe conferiam sentido exatamente porque a ação pretendia torná-los realidade.” (WEFFORT⁵⁸, 1984 apud SADER, 2001, p.33).

Assim, durante a década de 1970 o termo ‘sociedade civil’ generalizou-se mais a partir do seu sentido coloquial (não militar), do que como “uma formulação teórica com vasta tradição na

⁵⁷ WEFFORT, F. **Por que democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1984. 133 p.

⁵⁸ WEFFORT, F. **Por que democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1984. 133 p.

literatura” (CARA, 2005, p.113) especializada. Sader (2001) explica ainda que o fortalecimento da expressão ‘sociedade civil’, nesse período, se dá num quadro de crise dos referenciais analíticos e políticos que modulavam as representações sociais sobre o Estado e a sociedade na década anterior, o que implicou numa desconstrução da imagem do Estado como espaço privilegiado de produção das mudanças sociais e o início de uma polarização, algumas vezes, de cunho maniqueísta entre Estado e ‘sociedade civil’.

Costa (1997) acrescenta que o compartilhamento de uma mesma experiência pautada pelo “terror de Estado” colabora para que a expressão ‘sociedade civil’ se fortalecesse como espaço de possibilidades para a construção de resistência a essa cultura política autoritária, cabendo aos novos atores sociais⁵⁹, descritos por Sader (2001), o estabelecimento de outra institucionalidade. Com os novos atores sociais há a ampliação do leque de sujeitos históricos, antes restrito aos sindicatos e aos partidos políticos. A bandeira comum de todos eles era a luta por mais justiça social e liberdade.

Ainda que a discussão da noção de ‘sociedade civil’ tenha sua origem nos estudos sobre os movimentos sociais que surgiram na década de 1950 (SCHERER-WARREN, 1987), Gohn (2005, p.70,71) destaca que o termo ‘sociedade civil’ é definitivamente introduzido no vocabulário político brasileiro no final dos anos 1970, quando se intensifica a luta pela redemocratização, e significava “participação e organização da população civil do país na luta contra o regime militar”, reivindicando por meio de diversos movimentos, “bens, serviços e direitos sociopolíticos”, negados pelo Estado autoritário, trazendo para a esfera pública aquilo que costumava ficar restrito ao âmbito da vida privada. Assim,

“A democracia direta e participativa, exercitada de forma autônoma, nos locais de moradia, trabalho, estudo etc. era tida como modelo ideal para a construção de uma contra-hegemonia ao poder dominante. Participar das práticas de organização da sociedade civil significava um ato de desobediência civil e de resistência ao regime político predominante” (GOHN, 2005, p.71-72).

Desse modo, o retorno do jogo democrático, tal como o enraizamento da própria democracia, estava maniqueísta e diretamente relacionado ao fortalecimento da ‘sociedade civil’, ao que Costa

⁵⁹ Os movimentos sociais populares urbanos e suas lutas por bens e serviços públicos, terra, moradia; e, os novos movimentos sociais que lutavam pelo reconhecimento de direitos sociais e culturais modernos: raça, gênero, sexo, qualidade de vida, meio ambiente, segurança, direitos humanos.

(1997) chama a atenção, como tendo sido um dos grandes obstáculos para a construção objetiva da expressão e verificação da sua plausibilidade empírica. No limiar dos anos de 1980 ainda havia problemas quanto à construção de uma distinção categórica do termo, o que significa dizer que grupos diversos, tais como associações do novo sindicalismo, organizações de base, setores da igreja progressista, partidos da oposição, militantes pró-democracia, grupos do novo empresariado, estavam todos reunidos e compunham sem diferenciação a sociedade civil brasileira (CARA, 2005).

É justamente na virada da década de 1970 para a de 1980 que a expressão ‘sociedade civil’ passa a ser objeto de elaboração teórica, surgindo os primeiros estudos dedicados a sua compreensão que promovem um *revival* teórico-conceitual. Entre algumas das análises mais importantes destacamos Cohen e Arato (1992), Keane (1988), Wolfe (1992), Walzer (1992), Avritzer (1994) (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000; CARA, 2005). Arato (1995) atribui o re-surgimento notável do conceito de ‘sociedade civil’ ao fato dele expressar

“[...] as novas estratégias dualistas, radicais, reformistas ou revolucionárias de transformação das ditaduras, observadas primeiro na Europa oriental e depois na América Latina, para as quais proporcionou uma notável compreensão teórica. Essas estratégias se baseavam na organização autônoma da sociedade e na reconstrução dos laços sociais fora do Estado autoritário e a conceituação de uma esfera pública independente e separada de todas as formas de comunicação oficial, controladas pelo Estado ou pelos partidos” (ARATO, 1995, p.19).

Portanto, os dez anos que antecederam o início da década de 1990 foram marcados pela presença de alguns estudos que pretendiam atribuir um tratamento conceitual rigoroso e adequado à noção de ‘sociedade civil’, o que resultou na produção de importantes análises sobre essa noção e sobre as diversas formas de associativismo civil (ação coletiva) que se multiplicam nesse período – quando tem início o processo de abertura política e a retomada dos espaços de manifestação social (AVRITZER, 1994; DAGNINO, 2002; SCHERER-WARREN, 1987).

Muito embora as definições acerca da noção de ‘sociedade civil’ variem bastante entre aqueles mais abrangentes que incluem tudo o que não é Estado ou mercado, até aquelas concepções que delimitam essa noção a idéia de “formas de vida associativa organizadas voltadas para a expressão de interesses da sociedade”, a maior parte das análises incluía os “movimentos sociais entre seus componentes centrais e mais vitais”. Desse modo, a ‘sociedade civil’ torna-se a

“celebridade política”⁶⁰ do processo de transição democrática brasileira, dotada de um potencial democratizador local, regional, nacional e global (ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p.39).

Esses trabalhos, em sua maioria, estavam estruturados a partir da literatura marxista, “fundamentada em uma interpretação estrita da concepção gramsciana”, e defendiam que do interior da ‘sociedade civil’ emergiriam os movimentos sociais capazes de alterar a “lógica das relações de classe” (CARA, 2005, p.113), o que de certo modo revela o caráter otimista que permeava as análises.

Costa (1997) confirma essa tendência analítica acrescentando que os estudos realizados no começo nos anos de 1980 sobre os movimentos sociais, que se desenvolveram ainda no período autoritário, foram fortemente orientados pela linha interpretativa de Gramsci e seu modelo tripartite de sociedade.

Muito embora, como Cara (2005) mostra em seu texto, o tratamento maniqueísta em relação ao Estado ainda se fizesse presente, mesmo que de modo mais sutil, na maior parte desses trabalhos, e que Gurza Lavalle (2001) faça críticas ao entusiasmo e otimismo que, simultaneamente, atravessam tais análises, é importante ressaltar que esses estudos – ao defenderem que a consolidação da democracia no Brasil, vista a partir de uma perspectiva processual, estava peculiarmente relacionada ao surgimento substancial e espontâneo das associações civis cujas relações sociais internas são caracterizadas pela horizontalidade e pela defesa de objetivos comuns, assim como pela autonomia que mantinham com relação ao Estado autoritário, aos partidos cooptados e ao sindicalismo tutelado – buscavam outro sentido explicativo para a realidade social contrário àqueles de caráter institucionalista, ainda hoje hegemônicos na literatura política nacional.

Segundo Costa (1997), os teóricos da ‘sociedade civil’ consideram as análises focadas unicamente nas instituições como que permeadas de significativas insuficiências na medida em que ignoram a dissonância existente entre democracia formal-institucional e democracia real,

⁶⁰ STEPAN, 1988 apud ALVAREZ; DAGNINO; ESCOBAR, 2000, p.38.

incorporada e vinculada às práticas cotidianas dos atores sociais e políticos. Doimo (1995, p.38) aponta como um dos grandes problemas enfrentados pelas diversas matrizes teóricas desse momento a polarização entre a valorização da “racionalidade política e a negação da institucionalidade”.

No entanto, foi especialmente a partir de 1985, com a saída dos militares do poder e a recuperação do governo federal pelos civis, que a forte pressão popular estimulada pelos novos governos instituídos, provoca a criação de novos canais de participação e de representação política, o que causa a perda gradativa da centralidade dos movimentos sociais populares, em especial, nas discussões a respeito da participação da ‘sociedade civil’.

Cardoso (2004) mostra que esta nova fase é identificada como de refluxo, pois os movimentos sociais já não possuem as mesmas características anteriores, uma vez que passam a atuar em outro contexto político.

Diante dessa nova contextura, o significado, até então, atribuído ao termo ‘sociedade civil’ sofre alteração, iniciando-se um processo de fragmentação do “‘sujeito social histórico’, centrado nos setores populares” (GOHN, 2004, p.22), que tinha resultado de uma atuação conjunta entre movimento sindical e movimento popular de bairro, ou seja, entre trabalhadores e moradores – parceria esta relevante naquele momento histórico para produzir o conjunto de mudanças sociais necessárias e esperadas (DAGNINO, 2002; GOHN, 1995).

Com o fim da ditadura, o retorno do jogo político e do processo eleitoral democrático, uma série de novas formas de associativismos emerge, assim como uma pluralidade de novos atores sociais surgem em decorrência dessas experiências de organização coletiva. Uma parcela desses atores sociais, entre novos e antigos, muda de campo de disputa, migrando para a sociedade política e fixando sua bandeira de luta em torno das políticas públicas (GOHN, 2006).

Diante disso, a categoria da autonomia, tão relevante durante todo o regime militar para pensar as formas de resistência da ‘sociedade civil’ e as possibilidades de construção de uma sociedade democrática, deixa de ser um eixo estruturante (GOHN, 2005). A autora acrescenta que a

autonomia

“[...] também era um discurso estratégico para evitar alianças consideradas espúrias, para que o perfil de certos grupos da sociedade civil fosse configurado segundo alguns princípios, para que não houvesse reprodução de práticas autoritárias estatais e nem práticas consideradas superadas, como as baseadas no centralismo democrático das correntes de esquerda mais radicais e mais tradicionais, dependendo da interpretação” (GOHN, 2005, p.71).

Todavia, inseridos num discurso contraditório, os movimentos sociais, especialmente os populares, que construíam sua auto-imagem perante a sociedade e ao Estado como ações autônomas, apresentavam internamente um campo de conflitos gerado pelas diferenças entre as lideranças, as bases e as assessorias externas que os apoiavam e da qual existia certa dependência – o que relativizava a idéia de autonomia.

Coutinho⁶¹ (1999 apud GOHN, 2005, p.72-73) observa ainda que o caráter positivo até então atribuído a expressão ‘sociedade civil’, construído a partir de sua oposição direta ao Estado militar – sendo este tipo de análise apresentada muitas vezes como a verdadeira teoria gramsciana – contribuiu para encobrir as contradições existentes entre as forças sociais que compunham a ‘sociedade civil’ – apesar disso não ter produzido no momento da transição tantos efeitos negativos.

No decorrer da década de 1990, paralelamente ao descentramento do sujeito social histórico, a ampliação e diversificação das ações coletivas e dos atores sociais – incorporados no novo associativismo – buscando verificar e/ou demonstrar a validade das teorias em voga, houve a produção de muitos estudos teórico-científicos e, também empíricos sobre o novo campo de conflitos e tensões armado entre Estado-‘sociedade civil’-mercado que caracterizava o contexto social pós-repressão e de um Estado neoliberal em processo de encolhimento.

Segundo Vieira (1997, p.44), do ponto de vista teórico-político o conceito de ‘sociedade civil’ por um lado, vem sendo referido crescentemente como o “território social” sujeito à lógica político-administrativa e econômica e, por outro, como o “lugar fundamental” e potencial para o enraizamento e difusão da democracia “nos regimes democráticos-liberais”, o que significaria um

⁶¹ COUTINHO, C. N. Prefácio. In: SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 9-12.

processo permanente de democratização da própria democracia (Santos⁶², 2002 apud CARA, 2005, p.114).

A história da humanidade ocidental mostrou o quanto as forças da economia capitalista, assim como as forças do poder do Estado ameaçam a solidariedade, justiça social e a autonomia dos cidadãos (CARA, 2005). Diante dessa constatação que os defensores da nova ‘sociedade civil’ acreditam que um conceito adequado deve diferenciar essa noção da economia, portanto, da sociedade burguesa (COHEN; ARATO, 1992).

O que está implícito nessa argumentação é a defesa do modelo tripartite de sociedade gramsciana, que diferencia o conceito de ‘sociedade civil’ do de Estado e da economia. Com isso pretende não apenas definir o papel da ‘sociedade civil’ na luta pela democracia em regimes democráticos, como também reforçar e renovar seu potencial crítico nas democracias liberais, onde despontaria como esfera de interação social entre o Estado e a economia (COHEN; ARATO, 1992).

É diante desse campo difuso de visões que algumas antigas idéias foram revistas, re-elaboradas e novos conceitos foram criados ou ressignificados para pensar a configuração social desse período a partir de outras perspectivas, ampliando as possibilidades analíticas. Desse modo, o conceito de cidadania passa a ter no novo contexto a mesma relevância que possuía nos anos de 1980 a noção de autonomia (GOHN, 2005).

Apesar do conceito de cidadania, existir a séculos, e já estar presente durante o período de lutas pela redemocratização e também no âmbito dos movimentos populares, nos anos de 1990 ele é ressignificado, passando a adquirir o sentido próximo

“[...] à idéia de participação civil, de exercício da civilidade, de responsabilidade social dos cidadãos como um todo, porque ela trata não apenas dos direitos, mas também de *deveres*, ela homogeneiza os atores” (GOHN, 2005, p.75, grifos nossos).

Gohn (2005) aponta que o sentido desses deveres é o de uma tentativa de responsabilização da ‘sociedade civil’ quanto às questões sociais, na arena pública, por meio de políticas de parceria

⁶² SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a cidadania**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p.39-82. (Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos; v.1).

com o Estado.

Quanto a isso, Costa (1997) coloca que atualmente existe um processo de demarcação de fronteiras entre o Estado e a 'sociedade 'civil' e, que esta passou a ser vista como espaço privilegiado e mais capaz do que o Estado para propor soluções para os problemas em geral que afetam a população, assim como para resolvê-los.

De fato, mais do que uma elaboração positiva sobre o papel da 'sociedade civil', o que está se processando é a valoração negativa da instituição Estado, que não apenas perde a centralidade e exclusividade sobre as transformações sociais, como passa a ser reconhecido como incapaz de enfrentar as questões sociais que se colocam no novo tempo.

Assim, Costa (1997) explica, diante desse processo de definição clara dos novos papéis políticos tanto da sociedade política quanto da 'sociedade civil', as transformações sociais passam a ser pensadas a partir da elaboração de políticas públicas e/ou de projetos que serão conduzidos por meio de relações de cooperação e parceria entre Estado e atores da 'sociedade civil'.

No entanto, Gohn (2005) chama a atenção para o caráter dessas políticas públicas que fracionam a sociedade pondo em risco o próprio sentido de igualdade. De outro modo, tais políticas seguem uma lógica de recorte dos públicos que serão beneficiados, assim sendo, entre os pobres, primeira distinção, são selecionados os 'miseráveis', entre estes os mais excluídos, entre estes os em situação de risco e, assim sucessivamente. A unidade de atendimento passa a ser ou o indivíduo ou a família.

Com isso a autora quer dizer que a unidade e força de mobilização em torno de direitos sociais e políticos ficam fragilizadas e os cidadãos são reduzidos a públicos-alvo, a meros clientes-consumidores de serviços públicos. E, ainda, que a ênfase na relação entre Estado e 'sociedade civil' se constrói sobre a idéia dos deveres dos cidadãos.

Se tomarmos a observação sobre 'sociedade civil' feita por Alvarez, Dagnino e Escobar (2000) de que está não deve ser vista como o lugar onde reina o virtuosismo idílico, uma vez que nela

também existem conflitos, disputas desiguais de poder e tensões que vão mediar as ações dos atores sociais que de modo algum constituem uma massa homogênea, podemos perceber mais facilmente o caráter contraditório que assume o campo de relações que se forma a partir do entrelaçamento entre atores da ‘sociedade civil’ e da sociedade política – de onde é originado um novo espaço público: o público não-estatal⁶³ (GOHN, 2005).

É neste espaço que serão geridas as políticas públicas⁶⁴ voltadas para as questões sociais, entre elas o desemprego, por meio de parceria entre poder público e entidades do ‘terceiro setor’, de caráter mais propositivo, a fim de responder as demandas sociais.

No entanto, em grande parte essas demandas são pensadas pelas instâncias administrativas do poder público, geralmente a federal, segundo a lógica neoliberal de ênfase na política externa e de restrição de verbas para investimento no bem estar social, portanto, sem a participação da ‘sociedade civil’ na reflexão e na elaboração das políticas públicas.

Sem instâncias próprias onde essa ‘sociedade civil’ possa pensar o ser humano, o mundo e suas questões, torna-se difícil estabelecer novos pactos políticos que conduzam a democratização da sociedade.

O espaço do ‘terceiro setor’ é visto por Gohn (2005) como um lugar onde o discurso predominante dilui os conflitos e contradições sociais existentes, preocupando-se apenas com a inclusão no sentido de integrar os cidadãos ao sistema vigente, sem contestações ao modelo neoliberal de desenvolvimento que visa, entre outras coisas, o crescimento econômico descolado, no entanto, do aumento de emprego formal e, cujos processos tendem a excluir cada vez mais. Desse modo o que se vê é a constituição de um espaço pouco politizado.

No atual contexto de formulação de uma nova categoria, a saber, da esfera pública não-estatal, e diante da necessidade de se pensar as relações entre ‘sociedade civil’ e Estado, a partir da perspectiva da primeira, vale relembrar, como foi apresentado neste item que tanto Habermas,

⁶³ Neste espaço situam-se os conselhos, fóruns, redes, entre outras instituições.

⁶⁴ Por exemplo, bolsa-família, bolsa-trabalho, cestas básicas etc.

quanto Arendt apresentam uma defesa com relação a necessidade de constituição de uma esfera pública onde haja a possibilidade da participação política dos cidadãos.

Cara (2005, p.95), mostra que Habermas, em suas análises havia formulado a idéia de “uma esfera privada no ‘sistema’ (economia) e uma esfera pública não-estatal, constituída pelos movimentos sociais, ONGs, associações de cidadania. O que significa dizer que os conceitos de público e de privado não são mais automaticamente vinculados ao Estado e ‘sociedade civil’, respectivamente.

Nesse sentido, Melucci⁶⁵ (1988 apud CARAS, 2005, p.96, 1989) aponta para a importância em serem constituídos espaços públicos independentes do âmbito do Estado e do sistema partidário, que comungariam os mecanismos da representação com os da participação, a fim de que seja consolidada a democracia contemporânea.

PRINCIPAIS ASPECTOS

A trajetória do conceito de ‘sociedade civil’ revela que antes das contribuições contemporâneas essa noção estava ligada a idéia de Estado. É no âmbito da luta pela redemocratização dos anos de 1970 e 1980 que a idéia de ‘sociedade civil’ se constrói em oposição ao Estado e fora de sua tradição teórica.

Disso decorrem alguns problemas teórico-metodológicos que puderam ser mais bem observados após o restabelecimento da democracia. Gurza Lavalle (2001), um dos críticos da idéia de nova sociedade civil aponta para o problema desse modelo está estruturado segundo o desejo da esquerda de encontrar agentes de moral elevada que encarnam o mundo justo, e nesse processo abandonam uma das principais idéias clássicas, a saber, o vínculo entre sociedade civil e Estado, criando no lugar uma relação de oposição onde a ‘sociedade civil’ assume um caráter positivo e o Estado um caráter negativo.

⁶⁵ MELUCCI, Alberto. Social Movements and the Democratization of Everyday Life. In: KEANE, J. **Civil Society and the State**: New European Perspectives. Londres; Nova York: Verso, 1988.

É relevante observar, nesse novo contexto que dá a ‘sociedade civil’ maior centralidade e importância, que a define como uma rede de instituições, cuja origem é privada, mas de finalidade pública, onde os cidadãos participam de associações e defendem o bem comum (CARA, 2005), que ao prescindir o Estado, corre-se o risco de despolitizar a própria noção de ‘sociedade civil. Ao contrário, como disse Habermas, é fundamental para a democracia que o campo de tensões inerentes a relação entre ‘sociedade civil’ e Estado exista, como forma de controle de uma sobre a outra.

A amplitude dada a expressão ‘sociedade civil’ abre o precedente de seu uso segundo conveniências analíticas diversas. Contrariamente, Gurza Lavalle busca por uma construção conceitual da expressão ‘sociedade civil’ menos elástica.

Para Hannah Arendt e Habermas a ‘sociedade civil’ se delineia como um campo de disputa ideológico e cultural, onde os consensos são produzidos num processo comunicativo – dialógico. Respectivamente para cada um desses autores a ‘sociedade civil’ é *locus* e a institucionalização do espaço público, sendo para o último essencial para a descolonização do mundo da vida.

No entanto, como bem observa Cara (2005), se quisermos compreender o atual sentido de ‘sociedade civil’ não podemos cair no discurso que atribui a essa expressão uma potência positiva frente ao Estado visto negativamente, e muitas vezes como impotente. Para tanto, é importante e necessário tornar relativas características como autonomia, auto-mobilização e horizontalidade das associações civis.

Diante disso, esta pesquisa propôs olhar a realidade a partir do espaço privado da família, tentando obter outros elementos que contribuíssem para o debate sobre os caminhos da consolidação da democracia. O que coloca como proposta de debate é constituição do espaço da família como uma possível matriz de construção de novas sociabilidades num contexto em que os imperativos neoliberais parecem tentar privatizar tudo e a todos. Com isso queremos verificar se é possível atribuir a família um *status* político onde a partir de um processo dialógico e conflituoso chega-se a consensos que intentam se estruturar a partir de valores mais igualitários. E, também, de que modo por meio das práticas associativas, mas não apenas, esses valores se

desdobram para o espaço público a partir da experiência de vida das atrizes sociais.

2.3 O MOVIMENTO SOCIAL BRASILEIRO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS: DA PRESSÃO SOCIAL A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Neste tópico iremos nos deter na discussão, propriamente, sobre o ‘terceiro setor’ a fim de rever algumas de suas abordagens, o que permitiria observar como essa idéia genérica está sendo apropriada por diferentes interesses e perspectivas. No primeiro sub-tópico trataremos da imprecisão de sua conceitualização e das formas com que é apropriado, muitas vezes de modo político e ideológico. No sub-tópico seguinte, iremos relacionar as mudanças macrossociais, tal como a Reforma do Estado, à expansão desse setor.

2.3.1 TERCEIRO SETOR: CONCEITO E INTERPRETAÇÕES

O conceito de ‘terceiro setor’ é difuso, o que por sua vez faz com que as análises sobre o novo associativismo transitem em um campo de incertezas, portanto, de possibilidades. Quanto isso, Salamon (1997) explica que apesar do momento ser favorável para as iniciativas desenvolvidas no âmbito do ‘terceiro setor’, nada que diga respeito a ele pode ser considerado definitivo ou acabado.

Alguns autores vinculam mais facilmente o processo de consolidação da democracia no Brasil a ampliação e aprofundamento das iniciativas, ações e formas de participação vinculadas ao novo associativismo – que gradativamente se constituiria como a maior força de mobilização democrática nacional (LANDIM; VILHENA, 1998).

Em contrapartida, outros autores, a maior parcela – apesar de reconhecerem que o terceiro setor pode contribuir para a elaboração de uma nova cultura política – são menos entusiastas sobre o papel político que o ‘terceiro setor’ possui para a consolidação da democracia participativa e para a construção da cidadania (ARANTES, 2000; LANDER, 1999; MONTANO, 2007).

Estas diferenças de visão estão relacionadas, como já dito, as ambigüidades que cercam o

conceito de ‘terceiro setor’. Salamon (1997) afirma que é necessário definir mais adequadamente o que o ‘terceiro setor’ é, e o que ele não é, para que se possa de fato pensar sobre o que ele pode fazer e qual o caráter e alcance de suas ações.

Fernandes (1997) aponta que uma explicação genérica sobre a noção de ‘terceiro setor’ que vem se firmando em diversas discussões o define como um espaço que abriga diversas instituições organizadas pela ‘sociedade civil’⁶⁶ cujas características são simultaneamente não terem fins lucrativos, serem de direito privado e de interesse público coletivo.

No entanto, a construção de uma identidade de ‘terceiro setor’ a partir dos designativos não-governamental e sem fins lucrativos não necessariamente e nem automaticamente lhe atribui um caráter autônomo diante das esferas do Estado e do mercado, podendo, respectivamente ser instrumentalizado pela lógica do poder e pela lógica do capital (JEREZ; REVILLA⁶⁷, 1997 apud FIGUEIRÓ, 2000, p.21).

Acreditando na autonomia do ‘terceiro setor’ com relação ao Estado e ao mercado, Cardoso (1997, p.8), por exemplo, destaca dois aspectos do novo associativismo que para a autora colaboram a sua compreensão: (i) constitui um espaço de participação, onde novos modos de pensar e de agir com relação às questões sociais são experimentados; (ii) ser um espaço que rompe com a dicotomia público-privado, redefinindo seu sentido político a partir da constituição de um espaço “público não-estatal e de iniciativas privadas com sentido público”.

Fernandes (1997) também aponta o ‘terceiro setor’ como sendo um espaço em potencial para agregar e combinar entes privados com finalidades públicas, uma vez que nessa expressão existe a idéia de ampliação da esfera pública, que não deve ser reduzida ao Estado, se o que está em discussão é a própria noção de democracia, que inclui, por sua vez a própria noção de cidadania. O ‘terceiro setor’ pode então ser compreendido como aquele que é

⁶⁶ O autor aponta que no Brasil, a expressão ‘sociedade civil’ é ainda a mais utilizada para definir as ações coletivas que são distintas daquelas empreendidas seja pelo Estado, seja pelo mercado. Todavia, mais recentemente, no contexto de redemocratização, o conceito clássico de ‘sociedade civil’ passou a ser vinculado ao de cidadania, definindo as fronteiras de um campo de ação e de participação não-governamental sobre as questões sociais.

⁶⁷ JEREZ, A.; REVILLA, M. El tercer sector. Una revision introductoria a un concepto polémico. In: JEREZ, A. (org.). **Trabajo voluntario o participación?** Madrid: Editorial Tecnos, 1997.

“[...] composto de organizações sem fins lucrativos, criadas e mantidas pela ênfase na participação voluntária, num âmbito não-governamental, dando continuidade às práticas tradicionais da caridade, da filantropia e do mecenato e expandindo o seu sentido para outros domínios, graças, sobretudo, à incorporação do conceito de cidadania e de suas múltiplas manifestações na sociedade civil” (FERNANDES, 1997, p.27).

Ao utilizar na citação acima termos que se contrapõem, tais como filantropia-caridade e cidadania-mecenato, o autor quer chamar atenção para o fato de que as diferenças existentes entre essas noções, estão passando por um processo de transformação, que as retira do campo da contradição radical e as coloca em outro patamar, mais complexo e instável, de oposições e complementaridades. Elas

“[...] não se confundem, mas já não se separam de todo tampouco. Recobrem-se parcialmente, alterando situações de conflito, de cooperação e de indiferença. A irmã de caridade que defende sua creche como uma ‘ação de cidadania’ ou o militante de organizações comunitárias que elabora projetos para o mecenato empresarial tornaram-se figuras comuns” (FERNANDES, 1997, p.27).

Podemos ver quão variados são os componentes do ‘terceiro setor’, o que para o autor se explica a partir de quatro razões principais. Todos os atores sociais (i) fazem contraponto às ações de governo; (ii) fazem contraponto às ações do mercado; (iii) emprestam um sentido maior aos elementos que o compõem e; (iv) projetam uma visão integradora da vida pública.

Fernandes (1997) ainda destaca que um outro aspecto dessa diversidade de componentes do ‘terceiro setor’, revela que sua maior força está na capacidade de mobilização de capital humano, mais do que na sua capacidade empreendedora e profissional. Em outras palavras, a capacidade de gerar empregos e reestruturar a vida social a partir dessa perspectiva tem uma repercussão menor do que sua capacidade de problematizar no espaço público questões fechadas no espaço privado.

Uma outra visão sobre o novo associativismo pode ser encontrada nas análises que identificam as entidades que o compõem a imagem de empresas sociais, inseridas num processo de profissionalização crescente que as transforma em prestadoras de serviços sociais economicamente viáveis, constituindo-se, assim, como uma outra faceta do mercado (MARCOVITCH, 1997; MONTANO, 2007).

O que está em jogo aqui é a identificação do ‘terceiro setor’ como um prolongamento da esfera do mercado e de suas práticas. Acredita-se que não obstante o designativo ‘sem fins lucrativos’ das entidades que compõem o setor, a tendência (e, o esperado) é que ocorra uma profissionalização do mesmo em muitos níveis – as próprias práticas de mobilização social passariam a funcionar segundo as regras disciplinatórias do mercado – transformando-o em um significativo pólo de atividade econômica. Com isso, estaríamos diante de um processo de equiparação dos status da ‘sociedade civil’ e do setor empresarial, no que consiste as normas e procedimentos adotados.

Marcovitch (1997) acredita que o desenvolvimento social deve ser orientado pelo fortalecimento dos princípios de cidadania e justiça social, promovendo o combate a problemas como a pobreza e a exclusão social. Essa reestruturação social deve também ser pensada como produto de um complexo sistema solidário de cooperação entre as esferas da sociedade. Diante disso, o autor entende que novos instrumentos analíticos devem ser construídos para que uma reflexão mais adequada sobre a realidade e seus impasses atuais seja elaborada.

O ‘terceiro setor’ surge então como uma dessas categorias analíticas a partir de onde se pode pensar qual o papel desse sujeito coletivo que re-surge, enquanto ator político capaz de propor e realizar transformações sociais a fim de consolidar a democracia.

No campo empresarial há um discurso sobre a humanização do mercado diante da visão de que as urgências do mundo atual carecem que novas posturas sejam assumidas a fim de pensar o desenvolvimento social. Nesse sentido o ‘terceiro setor’ surge como essa novidade esperada e necessária, indo ao encontro de tais expectativas da esfera do mercado.

No entanto, a incorporação das questões sociais nas agendas empresariais, seu tratamento segundo a lógica do mercado e seu desenvolvimento por meio de ações realizadas por organizações sociais do ‘terceiro setor’, traduz um encontro entre duas esferas cujos interesses a princípio são absolutamente divergentes. Como coloca Arantes (2000), nem sempre é possível perceber

“[...] onde termina a utopia republicana e principia um empreendimento tocado à imagem e semelhança do mundo dos negócios” (ARANTES, 2000, p.6).

De outro modo, ainda que quisesse o mercado não conseguiria escapar da sua própria lógica de funcionamento. Isso pode ser percebido de certo modo em algumas discussões e análises em torno do fortalecimento do ‘terceiro setor’, portanto, de um setor público não-estatal e sem fins lucrativos, que não concebem o processo de desenvolvimento social sem o protagonismo do mercado.

Marcovitch (1997) argumenta ser necessário superar as fragilidades do setor não lucrativo da sociedade como informalidade, generosidade, altruísmo – elementos fundantes de tais entidades – incorporando na gestão dessas instituições procedimentos operacionais do mundo dos negócios, com sua visão gerencial e rigor financeiro. Desse modo, as entidades não só terão uma longevidade, como também, e inclusive por isso, serão obtidos resultados mais efetivos no que diz respeito ao desenvolvimento social. A profissionalização da gestão das entidades não-governamentais que compõem o ‘terceiro setor’ torna-se premente para impedir um rápido desaparecimento.

O autor, desse modo, está dando a competência do mercado uma centralidade que subordina a ‘sociedade civil’ a lógica deste – com seus imperativos – a descaracterizando como ator político capaz de influir na reflexão sobre os problemas sociais e de conceber propostas de políticas públicas que serão discutidas no âmbito político-institucional.

E também, ao atribuir ao mercado a competência para realizar a profissionalização do ‘terceiro setor’, Marcovitch, está reduzindo o potencial de politização dos atores sociais à dimensão corporativa dos grupos sociais.

É a partir desse cenário, por um lado de identificação de deficiências presentes no *modus operandi* amador do ‘terceiro setor’, a saber, na “[...] qualidade dos serviços, (nas) relações custo-eficiência-efetividade, (na) formação de recursos humanos, (na) atenção ao cliente [...]”⁶⁸, e por outro lado de reconhecimento de sua capacidade de influenciar na produção de uma nova ética empresarial por meio da sua habilidade em problematizar as questões sociais e propor políticas

⁶⁸ THOMPSON, 1997, p.46.

públicas que conduzam a transformação social, que conceitos como cidadania empresarial e responsabilidade social ganham cada vez mais destaque (MARTINELLI, 1997). Tais conceitos crescem também em cima da idéia de que o Estado é incapaz de pensar e propor as soluções para enfrentar e resolver por meio de políticas públicas aos problemas sociais (CHERTO⁶⁹, 1999 apud FIGUEIRÓ, 2000, p.32).

No ambiente empresarial, preocupados com sua imagem pública e com a garantia de sucesso de sua marca a longo prazo, há a disseminação da exigência sobre as empresas em adotarem um comportamento mais ético em relação a seus funcionários e a seus consumidores. Desse modo, começa a se delinear um novo padrão organizacional no interior das empresas, que passam a ver o espaço do ‘terceiro setor’ como um lugar privilegiado para o enraizamento das idéias de cidadania empresarial e de responsabilidade social.

Quanto a essa mudança organizacional, Rifkin (1997) mostra que as mudanças empreendidas na lógica organizacional das empresas estão respondendo a um rol de novas exigências do público consumidor (mais ético) que não se contenta mais apenas com as características técnicas dos produtos, mas espera uma postura mais ética e comprometida das empresas.

Assim, para além das estratégias de investimento com vista a maximização de lucro as empresas entram num outro campo de concorrência: o investimento na promoção da assistência social com o propósito de reduzir problemas como a violência, pobreza, desemprego, exclusão social. Desse modo, podemos então afirmar que

“[...] o grande mérito das empresas-cidadãs é apoiar financeiramente a iniciativa e incentivar a ação das verdadeiras organizações do terceiro setor (OTS), reconhecendo sua responsabilidade para com a sociedade onde convivem e da qual dependem em termos de mercado e recursos, materiais e humanos, num intercâmbio que não seja de mera exploração” (CHERTO⁷⁰, 1998 apud FIGUEIRÓ, 2000, p.33).

O que está se processando, diz Martinelli (1997), é uma mudança no modo como se pensava a atribuição da responsabilidade social, que deixa de ser exclusivamente do Estado e passa a ser de todos. A partir do “[...] fortalecimento do terceiro setor (é criado) um equilíbrio entre os

⁶⁹ CHERTO, Revista Trevisan, 1998.

⁷⁰ CHERTO, Revista Trevisan, 1998.

protagonistas da área social: governo, mercado e sociedade civil organizada”⁷¹.

No entanto, apesar de defender o estreitamento das relações sociais e mercantis das chamadas empresas-cidadãs⁷², pautado pela idéia de responsabilidade social, o autor reconhece que há a suspeita por parte da sociedade de que essas mudanças organizacionais nas empresas têm como principal mote a obtenção de lucro. Para ele, uma das causas dessas suspeitas é a existência de projetos híbridos, que não distinguem adequadamente ações empresariais de cunho social e ações empresariais de cunho comercial, o que acaba associando tais projetos a estratégias de marketing social, que transformam as causas sociais em um mercado atraente

“[...] realimentando o pré-conceito de que todo o empresário [...] só pensa em ganhar dinheiro, até quando se dispõe a doá-lo” (MARTINELLI, 1997, p.85).

Martinelli (1997) entende ainda que o caráter social de uma empresa tem um sentido limitado na medida em que a razão de ser delas é a busca pelo lucro. Diante disso ele lança o seguinte questionamento:

“Mas, afinal, as empresas devem agir, na área social, de modo absolutamente desinteressado? Não é justo que elas esperem algum retorno de sua ação filantrópica, quando até os santos faziam o bem em troca do céu?” (MARTINELLI, 1997, p.86).

Isso demonstra como é difícil separar um comportamento ético, cujos fins são o bem estar social, de um comportamento estratégico-econômico, cujos fins são a maximização do lucro. O que se vê grandemente ainda é a sobreposição dos objetivos econômicos aos sociais, inclusive pela utilização dos mecanismos comerciais no desenvolvimento de ações sociais. Quanto a isso, Arantes (2000, p.6) afirma que de certo modo esse resultado é esperado, pois

“[...] de fato, numa economia de mercado, não há valor de uso coletivo que, ao se tornar objeto de uma demanda efetiva, não gere um correspondente investimento lucrativo”.

O autor explica que a utilização de procedimentos ético-morais pelo setor empresarial não significa uma humanização do mercado, cada vez mais impermeável às causas humanistas, mas uma falácia para manter as forças produtivas a serviço de seus interesses.

⁷¹ MARTINELLI, 1999, p.8.

⁷² O autor define empresa-cidadã como aquela que atua na sociedade de modo promover o meio social onde se estabelece. Este tipo de empresa tem um caráter ainda inédito e pertence ao último estágio de um processo evolutivo linear de desenvolvimento das empresas (Id., 1997, p.83).

Landim e Vilhena (1998) destacam como formas de atuação e de investimento social das empresas as fundações e institutos, que romperiam com a lógica da filantropia senhorial pessoalizada, de baixa institucionalização e profissionalização. Elas podem desenvolver projetos próprios ou financiar os projetos sociais de outras instituições.

Tal argumentação nos revela que estamos diante de uma significativa mudança de paradigma: se num passado recente a simples existência de uma entidade ou a validade de sua causa era suficiente para justificar a doação de recursos sem que fosse cobrado os resultados do ‘investimento’, hoje o que se exige de uma organização social pertencente ao ‘terceiro setor’ é a eficiência na aplicação dos recursos e eficácia nos resultados obtidos (MONTANO, 2007).

Essa posição ideológica de mercantilização da vida social está presente em muitas análises sobre o ‘terceiro setor’. Nesse sentido, Thompson (1997) confirma a primazia da lógica do mercado e da economia, que se coloca no cenário político como a esfera reguladora das práticas dos cidadãos e das comunidades, responsável pelo desenvolvimento e modernização das sociedades. Assim,

“[...] se, o PIB cresce, prevê-se um futuro feliz; se, ao contrário, a inflação é que cresce, isto significa uma catástrofe. O desenvolvimento humano é secundário, diante dos dados da macroeconomia”.

Para o autor, foi justamente a combinação dessa primazia do mercado com o processo de institucionalização das ações coletivas⁷³ – iniciado ainda no contexto político-econômico dos anos de 1980 – que possibilitou a emergência de um ‘terceiro setor’ que passava a incluir sob sua designação tanto as antigas e tradicionais instituições da ‘sociedade civil’, quanto as modernas ONGs⁷⁴ – abalando a divisão da sociedade civil entre os assistencialistas e os transformadores

⁷³ Movimentos Sociais, ONGs etc.

⁷⁴ As ONGs (Organizações Não-Governamentais) possuem um “[...] conceito bastante fluido, que permite incluir associações de natureza e fins muito diversos, desde que identificados como não-governamentais e sem fins lucrativos (Cf. Landim, 1988). Ma na história dos movimentos populares latino-americanos o termo assume uma denominação bastante específica. [...] pode-se definir as ONGs como organizações formais, privadas, porém com fins públicos, sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros como voluntários, objetivado relatar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvo específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global)” (SCHERER-WARREN, 1998, p.161-162, 165).

das práticas políticas.

Com isso o autor quer explicar que as redefinições sociais provocadas pela abertura política exigiam uma reconceitualização do papel das ONGs e do ‘terceiro setor’, portanto, do tipo de participação do ator político – que precisava ser atualizada:

“[...] ganha peso uma percepção funcional em lugar de uma percepção político-ideológica. [...] as ONGs (deixam de ser) sinônimo de sociedade civil, (e passam a ser) sinônimo de um conjunto mais amplo e heterogêneo, com diversos interesses e agendas, dialético e contraditório, de organizações sem fins lucrativos, de um ‘Terceiro Setor’ que começa a explorar novos diálogos e uma nova cultura de participação cidadã” (THOMPSON, 1997, p.45).

No entanto, para Thompson (1997), essa heterogeneidade de organizações não significa que elas não tenham objetivos comuns – que o ‘terceiro setor’ seja fragmentado – uma vez que um aspecto transversal a todas as iniciativas desse setor é a colocação das pessoas no centro do cenário social. Desse modo, se a política e a economia cada vez mais se estruturam a partir do poder e do lucro, respectivamente, cabe ao ‘terceiro setor’ o desafio de

“[...] ver como, a partir do social, o mercado pode ser reinventado, para que satisfaça às necessidades de bens e serviços da maioria da população, e não de uma minoria. E também como se pode reinventar o Estado enquanto extensão de um contrato social que reflita essa relação, onde as pessoas estejam no centro das preocupações políticas” (THOMPSON, 1997, p.47).

A relação entre novo associativismo e Estado também revela limitações quanto ao sentido político-democrático. A lógica de parceria entre primeiro e terceiro setores, estabelecida a partir da Reforma do Estado para a execução de políticas públicas, tem um sentido de atuação complementar entre os setores e se desenvolve na nova esfera pública não-estatal.

No entanto, como destaca Reilly (1999), o Estado aceita mais facilmente o papel das organizações da ‘sociedade civil’ como executoras dos programas sociais, do que sua tentativa de adquirir influência política, vista com reservas, descaracterizando, assim, esse caráter complementar inscrito no texto da Reforma. Portanto, fica claro que a influência política dessas entidades no que concerne a capacidade de mobilizar pessoas para a construção de novos valores sociais é visto com reservas.

Vale destacar ainda que o novo associativismo civil, vinculado a esfera pública não-estatal, diz

respeito àquelas organizações da ‘sociedade civil’ que optaram por participar do cenário político por meio dessa relação de parceria e cooperação com o Estado, por um lado, mas por outro lado, também com o mercado e com outras instituições da sociedade a fim de construir uma base de sustentação por meio de trabalhos, para a efetivação das políticas públicas voltadas para o combate de inúmeros problemas sociais. Reilly (1999) aponta para o importante papel que as organizações da ‘sociedade civil’ assumem nesse momento na atuação em serviços tidos como ‘não exclusivos’⁷⁵ do Estado.

Haddad⁷⁶ (1999 apud FIGUEIRÓ, 2000, p.24-25) chama atenção para a vinculação que se está processando entre duas importantes premissas defendidas pelos movimentos sociais, a saber, o associativismo e o cooperativismo, e as premissas conservadoras do Estado pós Reforma. Nesse sentido, o que ocorre é um ajustamento das ONGs e das cooperativas despolitizadas ao jogo político estatal, aceitando e participando do processo de terceirização de serviços públicos fundamentais, anteriormente identificados como sendo função do Estado.

2.3.2 NOVO MARCO LEGAL DO TERCEIRO SETOR

Como já vimos, inserido num quadro, por um lado, de Reforma do Estado⁷⁷ e, por outro de desregulamentação do mercado – mudanças vislumbradas pelo projeto neoliberal – que o Terceiro Setor⁷⁸ gradativamente vai perdendo o caráter marginal que lhe era atribuído até meados de 1990 e passa a ter uma outra conotação e importância, sendo designado, principalmente entre os teóricos dessa Reforma, como o conjunto das entidades da ‘sociedade civil’ de fins públicos e sem objetivo de lucro e, identificado como o espaço virtuoso para responder de modo mais

⁷⁵ Os serviços classificados como sendo ‘não exclusivos’ do Estado são aqueles relacionados a fatores produtores de pobreza, como educação, saúde, moradia.

⁷⁶ HADDAD, S. **Fortalecimento do terceiro setor ou desmonte da assistência social?** Boletim ABONG, jun. 1999.

⁷⁷ Conjunto de mudanças que visavam o enxugamento da máquina pública. Para tanto, entre outras coisas, pretendia-se o desenvolvimento das organizações públicas não-estatais (FILGUEIRAS, 1997).

⁷⁸ O que diferencia o Terceiro Setor do Primeiro Setor (Estado), é que as entidades que a ele pertencem são de natureza privada e, o que o diferencia do Segundo Setor (Mercado) é que tais entidades não visam o lucro nem benefício pessoal, mas realizam trabalhos com fins públicos.

eficiente as demandas por bens e serviços públicos que antes eram vistas como de responsabilidade do Estado.

A discussão sobre o marco legal do Terceiro Setor, empreendida a partir de 1997 no Conselho da Comunidade Solidária⁷⁹ e também na Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), significou um importante passo na direção da legitimação do chamado novo associativismo, assinalando um outro tipo de relação entre Estado e ‘sociedade civil’. Alguns entusiastas do Terceiro Setor falam inclusive de humanização do capitalismo, superação da pobreza, redução das desigualdades a partir de uma redefinição da idéia de público: o público não-estatal.

Foram aproximadamente 20 meses de debate e negociação que envolveu mais de cem pessoas, entre representantes do governo federal, da ‘sociedade civil’ (várias organizações) e do poder legislativo, para a elaboração do projeto de Lei⁸⁰. Segundo Franco⁸¹ (1999 apud FIGUEIRÓ, 2000, p.69), “[...] buscava-se identificar as principais dificuldades legais e as sugestões de como mudar e inovar a atual legislação relativa às organizações da sociedade civil que são de interesse público”.

Em 1999, é sancionada pelo, então, presidente da República Fernando Henrique Cardoso, a nova Lei do Terceiro Setor (Lei 9790/99) que dedica especial atenção a criação institucional das ‘organizações sociais’ (OSs) ou das ‘organizações da sociedade civil de interesse público’ (OSCIPs)⁸², indo ao encontro, assim, das realizações consideradas relevantes para dar seguimento a modernização do Estado. Esperava-se por meio dessa Lei definir “o caráter das organizações sociais, assim como os critérios para o funcionamento como prestadoras de serviços” (MONTANO, 2007).

⁷⁹ Programa social criado em 1995 que possui “um perfil próprio e inédito enquanto instrumento de diálogo político e de promoção de parcerias entre Estado e Sociedade para o enfrentamento da pobreza e da exclusão por intermédio de iniciativas inovadoras de desenvolvimento social” (CARDOSO; FRANCO; OLIVEIRA, 2000).

⁸⁰ Já em 1995, o, então, ministro Bresser Pereira intermediou as indicações para a preparação do ainda projeto de Lei.

⁸¹ FRANCO, A. de. A nova Lei do Terceiro Setor. 1999. Texto fotocopiado.

⁸² Considerada carro-chefe do ‘terceiro setor’, hoje, no Brasil.

Além disso, a Lei 9790/99 que regulamentou as OSCIPs tinha como objetivo primordial simplificar o processo burocrático⁸³ de reconhecimento das instituições como entidades sem fins lucrativos agilizando e potencializando, desse modo, a cooperação entre ‘sociedade civil’ e Estado – que pela primeira vez reconhecia o surgimento de um espaço público que se define assim, não pela sua origem, mas pela sua finalidade (FRANCO⁸⁴, 1999 apud FIGUEIRÓ, 2000, p.64). Com isso, afirma Bresser Pereira (1999)⁸⁵, o Estado passa a entender que existem duas categorias de funções: àquelas que lhe são exclusivas e àquelas não exclusivas, que podem ser transferidas para as organizações sociais, ficando o Estado responsável pela sua gerência.

Uma das simplificações descritas pela nova Lei é que a entidade pode solicitar a qualificação de OSCIP antes mesmo de ter iniciado qualquer trabalho definido em seu estatuto, funcionando este como uma espécie de carta de intenções. Não há, portanto, exigência de comprovação prévia do trabalho como ocorre no caso de quem pleiteia o Título de Utilidade Pública⁸⁶ (SZAZI, 2006).

Seguindo nesse movimento de suposta modernização do Estado e das relações deste com a ‘sociedade civil’, os defensores do ‘terceiro setor’ criam o Termo de Parceria⁸⁷ – novo instrumento regulatório, complementar aos que já existem⁸⁸, das relações de parceria entre

⁸³ Aqui se está fazendo uma comparação com o Título de Utilidade Pública (Lei 91, de 28/8/1935), cujo processo burocrático para sua obtenção encerra um rol significativo de exigências (SZAZI, 2006).

⁸⁴ FRANCO, A. de. A nova Lei do Terceiro Setor. 1999. Texto fotocopiado.

⁸⁵ BRESSER-PEREIRA, L. C. Sociedade civil: sua democratização para a Reforma do Estado. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (orgs.). **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 1999. p. 67-116. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1998/93SociedadeCivil.PDF>>.

⁸⁶ Entre as exigências para obtenção do título está a comprovação por meio de relatório quantitativo e qualitativo dos últimos três anos de atividade acompanhado de atestado original de alguma autoridade local (prefeito, juiz de direito, promotor de justiça, delegado de polícia) que declare ciência de que a entidade está funcionando a três anos, obedecendo ao seu estatuto. Caso o pedido do título seja negado à entidade, esta não poderá renová-lo antes de dois anos. Caso o pedido seja aceito, a entidade precisa apresentar relatórios anuais para o Ministério da Justiça. Entre as vantagens que o título oferece está a possibilidade de dedução fiscal no imposto de renda, em doações de pessoas jurídicas (SZAZI, op. cit.).

⁸⁷ Introduzido pela Lei 9.790, de 23/3/1999 (Ibid., p.96).

⁸⁸ Quanto ao acesso às verbas públicas há diversas formas de contratação que podem ser “firmadas entre o poder público e as entidades que atuam no ‘terceiro setor’ para viabilizar ações de interesse social” (Ibid., p.102): auxílios e contribuições; subvenções; convênios; acordos ou ajustes; contratos; contratos de gestão; termos de parceria.

instituições com fins públicos, de diferentes origens (estatal e social) e natureza (pública e privada). Em outras palavras, o Termo de Parceria é o mais recente vínculo contratual de captação de recursos públicos e só pode ser firmado com entidades que tenham a qualificação de OSCIP⁸⁹.

Além dessa vantagem, de ter acesso a verbas públicas via Termo de Parceria, para financiamento de seus projetos, as entidades providas com a qualificação de OSCIP podem ser beneficiárias de recursos privados por meio de incentivos fiscais dados a empresa patrocinadora, que deduz as doações como despesa. As OSCIPs também podem remunerar seus dirigentes estatutários, sem perder a imunidade ou isenção fiscal (SZAZI, 2006).

Segundo Szazi (2006), esse novo tipo de relacionamento Estado-entidades traz no seu cerne, positivamente ressaltado, os princípios desejados no mundo moderno, ou seja, transparência na gestão dos recursos, competição para acesso a tais recursos e cooperação e parceria na execução dos projetos. Além disso, espera-se que esse novo tipo de relacionamento entre Estado-entidades contribua para o planejamento e desenvolvimento de projetos mais objetivos e pragmáticos, com melhores índices de sucesso e efetividade nas suas ações – o que revela a inscrição dessa parceria no projeto de racionalização dos gastos e de qualificação dos resultados. E ainda,

“[...] (a criação da OSCIP vai) ao encontro (dos interesses) das entidades que desenvolvem projetos conjuntos com o Estado e que se viam premidas pelos entraves burocráticos e pelas restrições operacionais dos convênios, como a duração limitada ao exercício fiscal, os relatórios excessivamente formalistas e a impossibilidade de contratação de mão-de-obra adicional para tocar o projeto financiado” (SZAZI, 2006, p.109).

Cabe ressaltar que no universo das associações⁹⁰ de bairro (entidades de pequeno porte no sentido de possuírem pouco recurso material e humano e de terem menos organização) o convênio é a forma de contratação mais recorrente entre Estado e ‘sociedade civil’. São considerados o meio

⁸⁹ Para obtê-la, entre outras coisas, as entidades precisam cumprir com programas nas áreas descritas pela lei ou doar ou prestar serviços de apoio às organizações que cumpram com tais programas. Entre alguns, estão a promoção da assistência social; da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; promoção gratuita da educação e da saúde; promoção da segurança alimentar e nutricional; promoção do voluntariado; promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; etc. (SZAZI, 2006, p.96).

⁹⁰ A sociedade civil organizada em associações pode ser definida como “uma pessoa jurídica (PJ) criada a partir da união de idéias e esforços de pessoas em torno de um propósito que não tenha finalidade lucrativa” (Ibid., p.27).

jurídico

“[...] adequado para a execução, em regime de mútua cooperação, de serviços de interesse recíproco dos órgãos e entidades da administração federal e de outras entidades públicas ou organizações particulares” (SZAZI, 2006, p.105).

Portanto, as duas idéias principais dos convênios são: a mútua cooperação⁹¹ e o interesse recíproco. O dinheiro público repassado para entidades conveniadas deve ser reservado para cobrir serviços executados em regime de mútua cooperação, ou seja, deve ser reservado para executar apenas o projeto conveniado, o que significa, em outras palavras, que as entidades precisam ter capacidade econômica para arcar com suas despesas correntes, como por exemplo, o aluguel da sede (SZAZI, 2006, p.27-28, 101,105-106).

É importante fazer a distinção entre as associações de cunho associativo e de cunho social, pois dessa forma se identifica quais tipos de associação poderão ser beneficiadas com vantagens fiscais para si e para seus patrocinadores. As associações de cunho associativo ou de benefício mútuo, de natureza endógena, “dedicam suas ações ao benefício de seus quadros sociais”⁹². Já as associações de cunho social ou de benefício público, de natureza exógena, “atuam em favor daqueles que estão fora de seus quadros sociais” (SZAZI, 2006, p.28).

Para que uma associação de cunho social possa obter benefícios fiscais e para que possa oferecer incentivos fiscais aos doadores e patrocinadores de seus programas é necessária a obtenção de títulos e certificados de âmbito federal. São eles: declaração de utilidade pública federal⁹³, por ato do ministro da Justiça; registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); certificado de entidade Beneficente de Assistência Social, expedido pelo CNAS; reconhecimento como organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), expedido pelo Ministro da Justiça (SZAZI, 2006, p.89).

⁹¹ “A mútua cooperação pressupõe aportes de recursos por ambas as partes, ainda que com preponderância de uma delas. É fato que a norma não exige que a entidade conveniente realize aporte de recursos financeiros, mas é necessário que a contrapartida seja feita com algo (bens, serviços, tecnologia) economicamente mensurável” (SZAZI, 2006, p.106).

⁹² Clubes recreativos de acesso restrito a sócios; clubes de colecionadores de selos ou automóveis importados (Ibid., p.28).

⁹³ Existem também os títulos de utilidade pública estadual e municipal e uma multiplicidade de normas pra obtê-los (Ibid., p.89).

Isso demonstra que existem diversos níveis de formalização que irão definir o tipo de articulação entre o Primeiro e Terceiro Setores. Entre eles, vale destacar os títulos de utilidade pública e OSCIP devido à quantidade de referências feitas a eles nas entrevistas.

Diante de tantas mudanças e redefinições, o ‘terceiro setor’ se apresenta atualmente como uma realidade complexa e heterogênea. Os diversos autores que tratam do tema divergem em muitos aspectos: discute-se, por exemplo, quais instituições podem ou não ser incluídas nesse setor – apontando uma “crise de identidade” (OLIVEIRA; ROMÃO, 2006).

Montano (2007, p.205) diz que a flexibilidade do conceito permite que cada autor inclua diferenciadamente “tanto organizações não-governamentais [...], como organizações sem fins lucrativos [...], as fundações empresariais e a chamada ‘empresa cidadã’, as instituições filantrópicas e a imensa e imensurável ‘atividade voluntária’”.

Hudson⁹⁴ (2004 apud OLIVEIRA; ROMÃO, 2006, p.29), por exemplo, classifica o ‘terceiro setor’ ampliando seu conceito a partir da seguinte subdivisão: “(i) Organizações Típicas do Terceiro Setor: instituições de caridade, organizações voluntárias, organizações de campanhas, organizações de arte subsidiada, igrejas, sindicatos, organizações de empregados, organizações profissionais e clubes; (ii) Organizações Secundárias do Terceiro Setor e Setor Público: associações de habitação, escolas educacionais, Tecs, escolas mantidas por doações, Quangos – Quase não governamentais e museus; (iii) Organizações Secundárias do Terceiro Setor e Setor Privado: escolas independentes, cooperativas, associação de previdência, associação de amigos e sociedade de seguro mútuo”.

Já Fernandes (1994) afirma que o ‘terceiro setor’ apresenta quatro segmentos: “(i) formas de ajuda mútua (creches, asilos, hospitais); (ii) movimentos sociais e das associações civis (que lutam por uma determinada causa, assumindo um caráter reivindicatório ou contestatório junto à sociedade e ao Estado); (iii) organizações não-governamentais; (iv) filantropia empresarial (das empresas, ou organismos por elas financiados, que apóiam a execução de projetos sociais, sem

⁹⁴ HUDSON, Mike. **Administrando organizações do terceiro setor**: o desafio de administrar sem receita. São Paulo: Makron Books, 2004. 332 p.

preocupação com a lucratividade)” (FERNANDES⁹⁵, 1994 apud MATOS, 2005, p.40).

Szazi (2004), por sua vez, define ‘terceiro setor’ como “constituído por organizações sem fins lucrativos e não governamentais que têm como objetivo gerar serviços de caráter público” (SZAZI⁹⁶, 2004 apud OLIVEIRA; ROMÃO, 2006, p.xxii), excluindo as igrejas dessa classificação por estas não prestarem serviço de caráter público, cuidando de questões espirituais.

Em geral, a definição de Terceiro Setor torna-se mais abrangente. Às tradicionais organizações⁹⁷ que lhe compunham, juntaram-se as ONGs, com características diversas, que surgem a partir dos movimentos sociais iniciados nos anos de 1970, além de contemplar instituições filantrópicas diversas que oferecem serviços nas áreas de saúde, educação e bem estar social; instituições que lutam pelos direitos de segmentos diferentes da sociedade, tais como, mulheres, negros, índios; instituições que visam a preservação do meio ambiente; instituições que promovem o esporte, o lazer e a cultura. Nota-se, também, nesse quadro uma crescente participação da filantropia empresarial por meio da lei de responsabilidade social e a valorização do trabalho voluntário (MONTANO, 2007).

Montano (2007) acredita que com a expansão que o ‘terceiro setor’ vem apresentando no Brasil, principalmente a partir da década de 1980, estaríamos diante de uma realidade historicamente nova. Alguns dados estatísticos permitem observar esse crescimento. Landim (1998, p.59) mostra que quase 60% das entidades associadas à ABONG foram legalmente fundadas a partir de 1985 e que 15,4% dentre elas são “novíssimas”, tendo sido criadas de 1990 a fevereiro de 1994⁹⁸. As entidades mais antigas, fundadas na década de 1970 representam apenas 21% desse conjunto.

A partir de dados obtidos por meio do Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda,

⁹⁵ FERNANDES, R. C. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

⁹⁶ SZAZI, Eduardo (org.). **Terceiro Setor**. São Paulo: Peirópolis, 2004. 144 p. (Temas Polêmicos; v. 1).

⁹⁷ Santas Casas de Misericórdia e as obras sociais (MATOS, 2005).

⁹⁸ Data final da pesquisa.

em 1991 existiam 220 mil entidades sem fins lucrativos registradas⁹⁹. Dados da ONU revelam que o Brasil contava em 1998 com “200 mil ONGs de âmbito nacional [...], sendo 32 mil aquelas de atuação internacional” (MONTANO, 2007, p.205). No ano de 2000 estima-se que o número de ONGs registradas seja de 400 mil e o de fundações 4 mil.

Acompanhando o crescimento quantitativo do ‘terceiro setor’, Landim e Beres¹⁰⁰ (1999 apud SZAZI, 2006, p.77), constataram que entre 1991 em 1995, o número de pessoas ocupadas nesse setor cresceu cerca de 44%, o que representa 1,45 milhão de pessoas, das quais 1,12 milhão são trabalhadores remunerados e 0,33 milhão de voluntários. Esses números revelam que o crescimento no emprego desse setor foi bem superior ao da PEA que, em 1995, foi de apenas 19,8% (LANDIM¹⁰¹, 1999 apud MONTANO, 2007, p.206). Outro dado relevante é que o ‘terceiro setor’ representa aproximadamente o dobro de funcionários públicos federais da ativa – 512 mil (MONTANO, 2007, p.206).

Sobre o serviço voluntário, os números mostram que, em 1999, 16% da população acima de 18 anos estava envolvida com o ‘terceiro setor’ e que, “se transformarmos o total de horas trabalhadas no equivalente à jornada de tempo integral, teremos um número representativo de 333.000 pessoas” (SZAZI, 2006, p.77; MONTANO, 2007, p.206).

Vale ressaltar que enquanto Szazi (2006) lê esses números de modo otimista, destacando o ‘terceiro setor’ como espaço potencialmente mais promissor para absorver a força de trabalho, sem, no entanto, problematizar o significado desse crescimento, Montano (2007) vê neles a comprovação do aumento do desemprego causado pela reestruturação produtiva, o que impulsiona os trabalhadores a buscarem fontes alternativas de renda.

Os dois autores também têm posições políticas e ideológicas diferenciadas quanto ao serviço

⁹⁹ LANDIM; BERES, 1999 apud SZAZI, 2006, p.77; MONTANO, 2007, p.206.

¹⁰⁰ LANDIM, Leilah; BERES, N. **Ocupações, despesas e recursos**: as organizações sem fins lucrativos no Brasil. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

¹⁰¹ LANDIM, Leilah. Notas em torno do terceiro setor e outras expressões estratégicas. **Revista O Social em Questão**, Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social PUC-Rio, ano III, v. 4, 1999.

voluntário, enquanto Szazi se refere a ele como “doação de tempo de **trabalho**” (p.77; grifos nossos), Montano o classifica como uma atividade, tecendo crítica a Szazi quanto a utilização do termo ‘doação’: “[...] **pomposamente** chamada de ‘doação de tempo de trabalho’[...]” (MONTANO, 2007, p.206, grifos nossos).

Esse incremento de pessoas ocupadas no ‘terceiro setor’, exigiu que a legislação se ‘modernizasse’ para regular adequadamente a “relação das entidades sem fins lucrativos com sua força de trabalho” (SZAZI, 2006, p.77). No decorrer do ano de 1998, enquanto a Lei do Terceiro Setor tramitava no Congresso Nacional, com vista a oferecer suporte legal para a relação entidade-força de trabalho, são promulgadas duas novas leis: “a Lei do Contrato de Trabalho por Prazo Determinado (Lei 9.601, de 21/1/1998) e a Lei do Trabalho Voluntário (Lei 9.608, de 18/2/1998)” (SZAZI, 2006, p.77).

Szazi (2006, p.77) explica que o trabalho no ‘terceiro setor’ pode ser dividido em não-remunerado e remunerado. Este último, por sua vez, está subdividido em “empregados sob o regime da CLT, trabalhadores temporários, autônomos e estagiários”.

O trabalho não-remunerado corresponde ao trabalho voluntário que em 2001 já representava 22,6% da população maior de idade¹⁰². Esse tipo de trabalho é denominado pela lei já citada (Lei 9608/98) como “atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social, inclusive mutualidade [...]” e que “[...] não gera vínculo empregatício, nem obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou afim” (SZAZI, 2006, p.77-78).

Já o trabalho remunerado é regido pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) com regras que protegem o trabalhador e cria vínculo empregatício. No entanto, existem novidades legais que flexibilizam a relação entre entidade e trabalhador, com a pretensão de criar novos postos de

¹⁰² “Sendo 2001 o Ano Internacional do Voluntário, no Brasil 22,6% dos adultos (isto é, 19.748.388 pessoas) “doam alguma parte [...] do seu tempo para ações de ‘ajuda’ a alguma entidade ou pessoa física [...]” (LANDIM; SCALON, 2000 apud MONTANO, 2007, p.15).

trabalho formais, para combater o desemprego e a informalidade. Uma delas é a já citada lei (Lei 9601/98) que prevê o Contrato de Trabalho por Prazo Determinado.

Antes da nova lei, o trabalhador só poderia ser contratado por tempo determinado “se o fosse pelo período de experiência (90 dias) ou para realização de serviços transitórios e, portanto, não relacionados com a atividade-fim do empregador (neste caso, o prazo de contratação poderia ser de até dois anos, com apenas uma única renovação no período)” (SZAZI, 2006, p.83).

Depois de 1998, a Lei 9601/98 cria uma série de vantagens para o empregador, entre elas, podemos citar: “ampliação do prazo para contratação por tempo determinado de trabalhadores alocados na atividade-fim para dois anos; redução do percentual de contribuição para o FGTS de tais trabalhadores de 8% para 2% [...]; redução em 50% do percentual de contribuição para o financiamento do seguro de acidente de trabalho [...]; possibilidade de redução das indenizações por rescisão antecipada de tais contratos por prazo determinado [...]” (SZAZI, 2006, p.83).

Vale ressaltar que a Lei de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado não é exclusiva para o ‘terceiro setor’, tendo sido criada para estimular a criação de novos postos de trabalho no Segundo Setor. No entanto, ela poderá possibilitar para as entidades a redução de encargos sociais (SZAZI, 2006, p.83).

Como já foi mencionado, além das formas citadas de contratação de trabalho remunerada com vínculo empregatício, existem outras formas que não constituem vínculo: trabalho temporário; estágio; autônomos. As entidades também podem utilizar essas formas de contrato para obter força de trabalho (OLIVEIRA; ROMÃO, 2006; SZAZI, 2006).

Essa flexibilização na forma de contratação da força de trabalho vai ao encontro dos interesses da nova Lei do Terceiro Setor. Franco¹⁰³ (1999 apud FIGUEIRÓ, 2000, p.68) considera que essa lei, apesar de constituir um avanço no sentido de maximizar os investimentos para o capital social nacional, ainda representa “o primeiro passo na direção da reforma do marco legal que regula as

¹⁰³ FRANCO, A. de. A nova Lei do Terceiro Setor. 1999. Texto fotocopiado.

relações entre Estado e sociedade civil”, pois o objetivo maior com a reforma institucional é gradativamente incorporar as organizações sociais “de cidadãos” na elaboração, na execução, monitoramento, avaliação e finalização das políticas públicas realizadas em parceria com o Estado. Com isso, se estaria rompendo com velhas práticas e mentalidade e favorecendo o crescimento da sociedade.

Quanto a esta última afirmação, o autor reconhece que existe resistência às mudanças tanto por parte do Estado, quanto por parte da ‘sociedade civil’. No Estado, há forte predomínio da cultura estatista que vincula a idéia de público a idéia de estatal, recusando a novidade do público não-estatal; na ‘sociedade civil’, a posição defensiva vem de entidades reguladas a partir do antigo marco legal – viciadas numa mentalidade instrumental orientada pelos seus próprios interesses – que temem perder garantias conquistadas ao aderirem ao novo modelo de parceria. Assim, essas entidades estariam reproduzindo de certo modo o pensamento do Estado, auto considerando-se como complementares a atuação deste, recebendo financiamento para realizar os serviços que ele não pode ou que não quer mais fazer, terceirizando. Agindo assim,

“[...] (essas entidades) não estão vislumbrando o seu papel estratégico no novo tipo de sociedade que está surgindo, no qual Estado, mercado e ‘sociedade civil’ compõem três esferas relativamente autônomas da realidade social, cujas relações devem ser regidas por novas normas” (FRANCO¹⁰⁴, 1999 apud FIGUEIRÓ, 2000, p.68-69).

No entanto, críticas de outra natureza, menos positivas, começaram a ser elaboradas logo a seguir a aprovação da nova Lei. A curta tramitação do projeto de Lei do Terceiro Setor pelo Congresso Nacional (durante o ano de 1998) resultou na permanência de imperfeições burocráticas e ambigüidades no texto final, provocando censuras tanto por parte de integrantes da ‘sociedade civil’, quanto por parte dos membros que compuseram as negociações, pois perceberam uma dissonância entre o texto final e os acordos construídos durante o processo de debate.

Entre as contradições apontadas pela ‘sociedade civil’, que causaram muita polêmica, estão a apropriação e manipulação pelos membros do governo das propostas apresentadas pelos representantes das entidades e a posição estanque e fechada do governo no que concerne a política fiscal dirigida para o setor não governamental. A maior preocupação dos representantes da ‘sociedade civil’, inclusive daqueles que participaram de perto da elaboração do projeto de

¹⁰⁴ FRANCO, A. de. A nova Lei do Terceiro Setor. 1999. Texto fotocopiado.

Lei, está numa possível instrumentalização do social pela lógica de mercado, o que desencadearia um processo de despolitização do mesmo, deixando um campo aberto para o retorno de práticas clientelistas à medida que as decisões políticas voltassem a ser centralizadas (MORONI¹⁰⁵, 2000 apud FIGUEIRÓ, 2000, p.70).

Moroni¹⁰⁶ (2000 apud FIGUEIRÓ, 2000, p.70) afirma que essas mudanças, enaltecidas pelos reformistas do Estado, de fato camuflaram sob o discurso da participação cidadã – remanufaturado e modernizado no discurso da responsabilidade da sociedade em propor soluções para a questão social – um processo de terceirização e privatização das políticas sociais. Para o autor, o Termo de Parceria confirma esse movimento, no sentido que as avaliações realizadas sobre a aplicação de recursos estão sentadas sob a lógica do custo-benefício. Todo o procedimento que rege esse novo tipo de parceria Estado-sociedade civil está orientado a partir do estabelecimento de metas e do cumprimento de prazos, tal qual em uma empresa capitalista.

Outros problemas inerentes a Lei do Terceiro Setor podem ser apontados, tal como o controle administrativo da destinação de verbas para entidades civis que realizavam um trabalho complementar às políticas públicas estatais na área da assistência social. Ainda durante a discussão do projeto de Lei, a ‘sociedade civil’ fez propostas esperando obter no final do processo um instrumento legal que facilitasse tanto a resolução de inúmeras dificuldades enfrentadas por entidades de pequeno porte (associações de bairro) e pouco organizadas – como, por exemplo, o não acesso a verba pública – como dificuldades em geral que fazem parte do cotidiano dessas organizações civis.

O que se viu foi um completo descumprimento dos termos sob os quais a ‘sociedade civil’ pretendia construir esse instrumento legal, na medida em que o governo se apropriou das propostas dos representantes civis e, em seguida, criou a Lei do Terceiro Setor e instituiu o Termo de Parceria, que não apenas desconsidera a necessidade de acesso a verba pública pelas

¹⁰⁵ MORONI, J. A. Pontuando a Lei. Jornal do CRESS (Conselho Regional de Serviço Social), 10ª região, Porto Alegre, mai. 2000.

¹⁰⁶ Ibid.

pequenas entidades, como constrói critérios rígidos (critérios de seleção) para que uma instituição receba a qualificação de OSCIP, o que vai reduzir ainda mais as possibilidades de participação desse tipo de entidade no festejado processo de modernização.

Diante disso, adverte Moroni¹⁰⁷ (2000 apud FIGUEIRÓ, 2000, p.71), apenas os grandes grupos corporativos e grandes fundações empresariais terão acesso aos recursos para executar políticas públicas. Esses grandes núcleos irão disputar tais recursos com as demais entidades que trabalham na área social e, com vantagem, pois possuem excelentes estratégias de marketing. Isso nos leva a concluir, diz o autor, que “[...] o social virou uma questão de marketing institucional”.

Reiterando as críticas acima, para Haddad¹⁰⁸ (1999 apud FIGUEIRÓ, 2000, p.71-72), os descumprimentos de alguns dos consensos obtidos no período de negociação que visavam, sobretudo, ao fortalecimento do ‘terceiro setor’, põem em risco a legitimidade das propostas defendidas pela ‘sociedade civil’ e fazem com que os representantes dessas instituições transformem-se em “inocentes úteis”, que alimentam o processo de desmantelamento da assistência social – dos serviços públicos em geral – enquanto discursam sobre a consolidação do ‘terceiro setor’. O autor ressalta ainda que as ambigüidades dessa política de parceria entre ‘governo e sociedade civil’ aprovada pela nova Lei, podem ser potencializadas, tornando-se um grande complicador, se considerarmos o contexto de “desconstrução de direitos e de retrocesso sistemático das políticas sociais”, no qual todos estão inseridos.

Arantes (2000) discorre sobre outro rol de críticas lançadas na direção das reformas fiscal e administrativa do governo. Sem nenhuma restrição, o Estado estaria deixando de investir em políticas sociais para fazê-lo em políticas externas. O ‘terceiro setor’, então, a partir de uma estratégia governamental, seria validado institucional e publicamente pelo próprio Estado, segundo o pragmatismo das leis de mercado, a fim de que a ‘sociedade civil’ fosse aos poucos convencida da ineficiência estatal e da sua própria capacidade em lidar com a questão social,

¹⁰⁷ MORONI, J. A. Pontuando a Lei. Jornal do CRESS (Conselho Regional de Serviço Social), 10ª região, Porto Alegre, mai. 2000.

¹⁰⁸ HADDAD, S. **Fortalecimento do terceiro setor ou desmonte da assistência social?** Boletim ABONG, jun. 1999.

legitimando o processo de afastamento do Estado quanto ela. Aos poucos ocorre uma naturalização dos novos papéis e responsabilidades sociais pela ‘sociedade civil’, resultando na despolitização.

O que se nota até aqui é que à medida que a idéia de um ‘terceiro setor’ mais competente é reforçada, há um movimento de ampliação do quadro legal onde esse setor pode se apoiar, muito embora a maioria dos autores ainda o julgue deficitário e confuso. Vale ressaltar que a profissionalização do trabalho associativo das entidades, que descreve os parâmetros a partir dos quais se darão as relações entre Estado e ‘sociedade civil’, pode vir a criar ‘novas’ formas de discriminação, na medida em que o caráter universal dos direitos se perde, dando lugar a lógica dos projetos (TELLES, 2006), onde o local e imediato é priorizado.

Além disso, as diversas questões sociais que caracterizam a realidade da nossa sociedade são diferentemente valorizadas por diferentes líderes comunitários. Muitas vezes, os critérios de escolha dos projetos são definidos por julgamentos pessoais do que é ou não mais urgente. Outras vezes, esses critérios seguem a lógica de mercado, ou seja, daquilo que é economicamente mais vantajoso, ficando a critério de cada um escolher o que acha melhor.

Diante de todas essas críticas, o que vemos é a configuração do ‘terceiro setor’ como uma peça fundamental de um sistema complexo de engrenagens políticas e econômicas, que visam alterar a estrutura Estatal, fundando um Estado-Mínimo, segundo intenta o projeto neoliberal e está dialogando com os interesses do mercado. Vale destacar que à medida que o Estado torna-se mais enxuto e eficaz, torna-se também socialmente mais ausente, portanto, menos democrático.

PRINCIPAIS ASPECTOS

Vimos que o conceito de ‘terceiro setor’ incorpora no seu interior uma grande diversidade de organizações, revelando-se, assim, impreciso. Esse setor passa a ter força a partir, principalmente de 1995 com a Reforma do Estado que cria instrumentos legais para legitimar a relação de parceria entre Estado e ‘sociedade civil’, seguindo com isso as premissas neoliberais que prevêm o recuo do Estado quanto à questão social.

As perspectivas sobre a forma de participação via ‘terceiro setor’ variam entre o pólo positivo, que vê no seu fortalecimento a própria possibilidade de consolidação da democracia, e o pólo negativo que acredita estar havendo um processo de despolitização e privatização da questão social.

E, muito embora para alguns autores haja o rompimento da dicotomia público-privado na idéia do público não-estatal, outros afirmam que tal denominação dada a essas instituições não isenta os atores sociais organizados no novo associativismo a escaparem da lógica mercadológica. Em parte o discurso do empresariado sobre o ‘terceiro setor’ demonstra o isso, quando pregam que a busca pela eficiência e durabilidade dos serviços oferecidos por esse setor dependem de adotarem justamente a logística administrativa de uma empresa.

Apesar da noção de público não dever ser vinculada estritamente ao Estado, não se pode perder de vista o processo de desresponsabilização deste com relação a questão social, que tende a transferir para a sociedade civil seus deveres. A questão social passaria então a ser tratada privadamente.

No entanto, apesar de não podermos negar a existência do neoliberalismo e de seus imperativos atravessando e orientando a realidade e muitas práticas, o novo associativismo ainda é um campo de incertezas, o que por princípio significa também dizer que é um campo de possibilidades. Portanto, não é possível cair no discurso da privatização sem buscar outros elementos de análise.

Assim, faz-se relevante retomar nossa questão, que busca ver nas dinâmicas da experiência privada da família uma matriz capaz de construir sociabilidades que se projetem para o espaço público como modelo político, criando brechas por onde os processo democráticos se desenvolvem.

RECAPITULAÇÃO

Os chamados “novos movimentos sociais” que caracterizaram as décadas de 1970 e 1980 no

Brasil tornaram-se um tema de relevância nas ciências sociais, não apenas por delimitarem um dos campos mais significativos onde os conflitos sociais e políticos se desenvolvem, mas também por trazerem para o cenário social uma novidade quanto à organização de grupos diversos em torno de questões específicas, o que resulta um deslocamento do foco de transformação histórica do movimento operário para os movimentos sociais (MIRANDA, 1997).

Faz-se relevante dizer que todas essas manifestações da sociedade civil se desenrolaram num país sem tradição democrática e cujas noções de bem comum e poder público estiveram vinculadas, desde sua origem na época Colonial, a assegurar os interesses econômicos de pequenos e poucos grupos privilegiados. Portanto, tais noções estavam esvaziadas do caráter universalizante, alheias a idéia de bem-comum da maioria. Isso explica a visão patrimonialista construída sobre o Estado, assim como a presença do clientelismo e da corrupção. Diante disso a população reage com grande desconfiança a tudo que pertence ao setor público. Simultaneamente, todavia, ela tenta se aproximar da vida pública para tirar vantagens, ter privilégios, criar oportunidades para si, o que evidencia a relação contraditória e conflituosa estabelecida entre o povo e os governos. Conjuntamente essas são as características que dão substância a cultura política nacional.

O período correspondente as três décadas tratadas no Capítulo 2 foi rico em movimentos e lutas sociais, cujas características diferiam de acordo com a conjuntura política de cada decênio e com os tipos de problemas sociais que se sobressaíam, potencializados pelo aumento populacional gerado pelas migrações internas peculiares aos anos do Milagre Econômico - especialmente entre 1969-1973 - que incharam os centros urbanos despreparados para receber adequadamente tal contingente.

Nas décadas de 1970 e 1980, considerando-se que são períodos de forte repressão e de abertura política respectivamente, as lutas e movimentos sociais que permeiam esses longos vinte anos, salvo casos específicos, têm algumas características comuns. Entre elas podemos citar: a organização das manifestações a partir de entidades político-partidárias, sindicais, religiosas; os movimentos geralmente representam interesses de classe - tendo a classe média uma participação, via alguns representantes, de assessoria dos movimentos populares; os movimentos buscavam mudanças estruturais de caráter político-social; o modelo socialista era uma forte referência; tais lutas se faziam ante um Estado tido como inimigo; a presença da Igreja Católica a partir da ala da

Teologia da Libertação foi significativa na organização desses movimentos; as lutas se construíam em torno de princípios universalizantes e coletivos que compunham um projeto de transformação social; a nova-esquerda adota um modelo organizativo centralizador que é as bases, ignorando-se sua diversidade cultural e as divergências político-ideológicas existentes; a ação indireta, mediada via representantes políticos predominava; havia predominância das lutas populares (GOHN, 1995, 2006).

Em contrapartida da década de 1990 em diante, o novo dos movimentos e lutas sociais passa por uma redefinição. Suas principais características são: a organização dos movimentos é suprapartidária e muitas vezes têm âncoras carismáticos; pluriclassistas, portanto, as ações possuem o apoio da classe média, conseqüentemente o movimento não está mais circunscrito unicamente ao âmbito popular; essas lutas têm repercussão positiva nas mídias de massa e perante a sociedade; os referenciais no espaço público são outras diante da queda do muro de Berlim e da crise do modelo cubano: o projeto político está orientado agora para a construção de valores como da ética e da moral; há uma descrença em relação a política e aos políticos; o Estado é visto agora como um agente de negociação - um parceiro; a igreja tradicional-conservadora-carismática se impôs e desmobilizou a ala combativa da Igreja militante das décadas anteriores; as lutas agora são mais pontuais e visam a audeterminação e a expressão das singularidades; prefere-se a ação direta - participativa - ao invés da ação delegada aos partidos e outros entes políticos; busca-se valorizar os direitos sociais, tanto os elementares quanto os modernos, como os relacionados a questão de gênero, sexo, raça, etnia, geração, ligados a liberdades individuais; os movimentos assumem mais o formato de Campanhas; as lutas cívicas são mais importantes e estão diretamente vinculadas a nova cultura política que está sendo construída (GOHN, 1995, 2006).

Os movimentos e iniciativas das camadas populares, tal como as ações associativas de bairro, inseridas dentro dessa nova lógica iniciada na década de 1990 trazem grandes desafios analíticos uma vez que na busca por novos rumos circulam por diversos espaços e entre velhas e novas práticas e valores. A cultura política que se esboça a partir dessa experiência produz mudanças tanto no espaço privado da família quanto no espaço público a serem mais bem definidas.

O complexo enredo social no qual vivemos, onde a informalidade faz parte de uma estratégia de acumulação que vem re-significado as diversas formas de trabalhos, precisa ser mais bem dimensionada numa sociedade onde não existe tradição democrática, caracterizada pelas grandes desigualdades econômicas e sociais, onde alguns segmentos, como as mulheres, são mais discriminados que outros, vivenciando, assim, mais perversamente os efeitos da precarização. Isso pode ser constatado quando percebemos que a força de trabalho da mulher é utilizada por esse mercado neoliberal para reduzir os custos da produção. É nessa medida que o terceiro setor vem se tornando uma opção ao desemprego.

Resta saber de que forma essa experiência associativa contribui para a construção de relações mais igualitárias no espaço privado da família. Assim como, cabe ver como o próprio espaço privado da família surge nesse contexto neoliberal como uma potencial matriz onde novas sociabilidades podem ser construídas e projetadas para a esfera pública.

PARTE II

CAPÍTULO 3 CAMPO EMPÍRICO DE PESQUISA

Este Capítulo tem como propósito realizar uma discussão sobre a possibilidade de haver diferenças significativas na forma de atuação e participação dos atores sociais do novo associativismo em localidades cujas histórias de formação e, principalmente, de envolvimento com os movimentos sociais das décadas de 1970 e 1980 são distintas.

Por esse motivo escolhemos realizar a pesquisa nos distritos de [Guaianases, Lajeado e Cidade Tiradentes]¹⁰⁹, extremo leste da cidade de São Paulo, por justamente serem regiões com histórias de formação e de envolvimento nas lutas sociais e políticas das décadas de 1970 e 1980 diferentes, ao mesmo tempo que possuem uma situação socioeconômica de privação social semelhante, que se intensifica diante do recuo do Estado com relação a questão social.

É no interior desse quadro que vemos nos três distritos um aumento numericamente expressivo de associações de bairro que tentam, cada uma do seu jeito e dentro das suas possibilidades, propor respostas e lidar com as diversas facetas dos problemas sociais que enfrentam cotidianamente. Num primeiro momento, as diferentes experiências político-sociais compartilhadas em cada distrito, poderiam significar resultados também diferentes quanto ao modo como os líderes comunitários atuam e como as associações funcionam.

O universo associativo que tomamos para desenvolver a pesquisa não é representativo, nem esse foi o propósito desta pesquisa, e está concentrado em seis associações escolhidas entre oito possíveis por apresentarem informações mais substantivas. Tais instituições estão assim distribuídas: Guainases (2); Lajeado (1); Cidade Tiradentes (3). Em geral as organizações civis estudadas lidam com os seguintes ‘públicos-alvo’: mulheres, crianças e adolescentes, idosos e

¹⁰⁹ Os distritos de Guaianases e Lajeados (148 anos/2009) estão sob a administração da subprefeitura de Guaianases e o distrito de Cidade Tiradentes (25 anos/2009) está sob a administração da subprefeitura de Cidade Tiradentes.

deficientes físicos – considerados grupos vulneráveis da sociedade.

Apresentaremos, primeiramente, a história de cada um desses distritos, para que se compreenda suas particularidades históricas e como isso pode configurar vantagens ou desvantagens políticas para cada área. Em seguida, mostraremos a realidade socioeconômica de cada lugar a fim de caracterizar o processo de precarização social no qual seus moradores estão inseridos, para posteriormente analisar os vínculos entre a realidade de privação social e a resposta associativa subsequente. Por último, definiremos por meio de dados específicos o perfil associativo que encontramos em cada localidade, que forma nosso campo empírico, para verificar o que isso significa política, econômica, social e culturalmente.

3.1 BREVE HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DOS DISTRITOS PESQUISADOS

[Guaianases¹¹⁰ e Lajeado¹¹¹]¹¹² são distritos originários de um aldeamento indígena¹¹³. A partir de 1820 as terras da região já estavam nas mãos de particulares e os índios extintos. As terras do Lajeado¹¹⁴ eram cheias de chácaras e a região considerada mais rica que Guaianases. Os moradores dos dois bairros cultivavam verduras, frutas, flores e outros produtos agropecuários. Todavia, será após 1920 que a região ganha certo desenvolvimento com a instalação de olarias e com a chegada da Estrada de Ferro Norte. Pelos trilhos chegam também os imigrantes estrangeiros, principalmente italianos¹¹⁵ e espanhóis¹¹⁶.

¹¹⁰ Possui uma área de 8,6 Km², que corresponde a 0,6% do território do município de São Paulo (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO: Guaianases, 2004).

¹¹¹ Possui uma área de 9,2 Km², que corresponde a 0,6% do território do município de São Paulo (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO: Cidade Tiradentes, 2004).

¹¹² A data de inauguração da Capela de Santa Cruz do Lajeado em 3 de maio de 1861, em torno da qual desenvolveu-se o povoado de Guaianases, marca também a inauguração desse espaço como bairro (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO: Guaianases, op. cit., p.12).

¹¹³ Índios Guaianas (Ibid., p.12).

¹¹⁴ A fazenda Santa Etelvina (1926), um dos principais loteamentos do Lajeado, abrigava 12 famílias austríacas e alemãs (Ibid., p.13).

¹¹⁵ Pequenos comerciantes, fabricantes de vinho, de tachos de cobre, ferreiros, carpinteiros (Ibid., p.13).

¹¹⁶ Representados pela família dos Matheus, que ali chegou em 1912 e se dedicou à extração de pedras nas Pedreiras Lajeado e São Matheus (Ibid., p.13).

A partir de 1950 o desenvolvimento da cidade de São Paulo impulsiona a imigração nordestina. A baixa remuneração desses trabalhadores, que desempenhavam diversas atividades na cidade, mão-de-obra em geral não qualificada¹¹⁷, fazia com que buscassem moradia nessa região devido ao baixo valor dos terrenos.

A intensa migração leva a um crescimento desordenado dos bairros por meio da autoconstrução, que alcança áreas de risco e de mananciais, sujeitas a enchentes. Tal crescimento não é acompanhado de uma política urbana que oferecesse infra-estrutura adequada, o que entre outras coisas dificultava o deslocamento na cidade e, portanto, a aquisição de emprego no centro, uma vez que a oferta de emprego local era insignificante¹¹⁸. Por essa razão, já nessa época¹¹⁹, Guaianases e Lajeado eram considerados bairros-dormitório dos operários que trabalhavam afastados dali. Ainda hoje a região sofre com a defasagem de moradias.

Podemos dizer que a história de formação dos distritos de Guaianases e Lajeado está ligada à ocupação da classe operária na periferia, que enfrentava inúmeras dificuldades devido a falta de infra-estrutura e de equipamentos públicos. A atmosfera de luta que caracteriza as décadas de 1970 e 1980 juntamente com a carência dessa região funcionaram como mote que impulsionou a intensa mobilização da população local, que se organiza em diversos movimentos sociais reivindicando melhores condições de saúde, educação, moradia, transporte, creches. Vale destacar ainda, conforme já explicitamos no Capítulo 1, que tais movimentos sociais foram fortemente influenciados pela ala progressista da igreja católica orientada pela Teologia da Libertação, com um importante recorte de classe (SADER, 2001; SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO: Guaianases, 2004, p.12-14).

Cidade Tiradentes¹²⁰, por sua vez, é resultado direto da intervenção do Estado, que no final dos

¹¹⁷ A maioria tinha uma história cuja infância e parte da vida adulta estava ligada ao trabalho na roça (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO: Guaianases, 2004, passim).

¹¹⁸ A maior oferta de trabalho estava ligada à construção de casas (dados obtidos a partir do trabalho de campo, 2007).

¹¹⁹ Em 1950 Guaianases tinha mais de 10 mil habitantes (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO: Guaianases, op. cit., p.13).

¹²⁰ Possui uma área de 15 Km², apresenta uma topografia acidentada, com muitos morros, imersos na Mata Atlântica

anos 70 começa a adquirir glebas locais, como por exemplo, as terras da Fazenda Santa Etelvina, para iniciar uma série de obras habitacionais¹²¹, re-allocando, assim, um grande contingente populacional que desde a década de 1940 vinha crescendo no município de São Paulo devido ao processo de industrialização que ano a ano se intensificava, alimentando a expansão urbana. Resultado de um programa habitacional desvinculado de política urbana, portanto, sem criação de infra-estrutura adequada (comércio, escola, postos de saúde, creches), Cidade Tiradentes torna-se, assim como os distritos vizinhos de Guaianases e Lajeado um bairro dormitório (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO: Cidade Tiradentes, 2004, p.12).

Este é o início de uma ocupação sem planejamento, que degrada nascentes, lagos e córregos, usados anteriormente para pescaria, que substitui a velha economia baseada nas olarias¹²² pelos pequenos comércios informais montados na garagem dos condomínios. Estes tentam, na medida do possível, suprir as necessidades locais, uma vez que a distância de 35Km do marco zero da cidade, a Praça da Sé, isola a região do centro da cidade. Nesse contexto, seus moradores são colocados numa espécie de exílio, pois o sistema viário e de transportes coletivo é precário e insuficiente, dificultando a aquisição de emprego no centro, onde as ofertas são maiores, assim como a permanência nos mesmos, uma vez que as distâncias são grandes, levando-se entre uma a duas horas para chegar ao trabalho. A oferta de emprego local é tão insignificante quanto nos distritos vizinhos de Guaianases e Lajeado (KOWARICK, 1994; SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO: Cidade Tiradentes, 2004, p.12).

Para agravar mais a situação, as áreas vazias e sem utilidade, tanto públicas quanto privadas, espaços entre os conjuntos habitacionais¹²³, deixadas à mercê da sorte pelo poder público em Cidade Tiradentes sofreram com as ocupações, com o crescimento expressivo do número de

(SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO: Cidade Tiradentes, 2004, p.12).

¹²¹ Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB) e Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU).

¹²² As olarias instaladas nas regiões de Guaianases e Lajeado se espalhavam pela região, posteriormente, denominada de Cidade Tiradentes.

¹²³ As construções ignoravam o aspecto humano e se organizavam por blocos de apartamento monocromáticos (cores parecidas), sem tratamento paisagístico, com carência de áreas verdes, precária infra-estrutura e insuficiente oferta de equipamentos públicos (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO: Cidade Tiradentes, op.cit., p.12).

favelas e com a proliferação de loteamentos clandestinos¹²⁴. Devido a isso, e também à implantação de outros conjuntos habitacionais¹²⁵, a taxa de crescimento desse distrito entre 1980 e 2000 supera a taxa de crescimento do município de São Paulo, o que confirma a política de remanejamento da população¹²⁶, desarticulada, no entanto, da política urbana. Paralelamente ao crescimento de Cidade Tiradentes, a partir de 1985, o Lajeado também teve um incremento populacional significativo¹²⁷ (ROLNIK¹²⁸, 2000 apud CABANES; TELLES, 2006, p.105; SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO: Cidade Tiradentes, 2004, p.12).

Portanto, a formação dos três distritos está ligada a um imenso deslocamento populacional na direção centro-periferia, provocado pela intensificação do processo industrial brasileiro a partir de 1950, que em Guaianases e Lajeado é motivado pelo baixo custo dos seus terrenos, e no caso de Cidade Tiradentes pela política de remanejamento da população realizada pelo poder público. Em todos os distritos, no entanto, a chegada das pessoas foi desacompanhada de políticas públicas capazes de dar conta das necessidades locais por equipamentos públicos. Essa defasagem, somada à densidade populacional, gera uma série de problemas sociais que serão apresentados a seguir.

¹²⁴ Áreas indevida e ilegalmente re-apropriadas por loteadores que promovem invasões (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO: Cidade Tiradentes, 2004, passim).

¹²⁵ O distrito de Cidade Tiradentes possui o maior complexo habitacional da América Latina com mais de 40 mil unidades habitacionais construídas pela COHAB, CDHU e empreiteiras que utilizaram as últimas verbas do Instituto Nacional da Habitação (BNH) (Ibid., passim).

¹²⁶ As taxa de crescimento do município de São Paulo entre 1980/91 foi de 1,16 enquanto a de Cidade Tiradentes foi de 24,55; entre 1991/96 São Paulo cresceu 0,40 e Cidade Tiradentes 11,06; entre 1996/2000 São Paulo cresceu 1,48 e Cidade Tiradentes 4,05; entre 1991/2000 a taxa de crescimento de São Paulo foi de 0,88 enquanto cidade Tiradentes cresceu 7,89 (Ibid., p.14). “Na década de 1980, Cidade Tiradentes e José Bonifácio, localizados no extremo da Zona Leste, “tiveram os maiores crescimentos populacionais dentre os 96 distritos administrativos do município. Cidade Tiradentes teve o maior incremento, (...) sua população teve uma taxa de crescimento anual um pouco maior do que 100% (101,92%). A cada ano da década de 1980, Cidade Tiradentes dobrava a sua população” (ROLNIK, 2000).

¹²⁷ Com o desemprego e a perda de poder aquisitivo da população, a aquisição de terrenos loteados cai e o número de invasões cresce. O número de favelas aumenta (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO: Cidade Tiradentes, op. cit., passim).

¹²⁸ ROLNIK, R. **Reestruturação urbana da metrópole paulistana**: análise de territórios em transição. Relatório de pesquisa, 2000.

3.2 PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS TRÊS DISTRITOS

Apesar dessas diferenças quanto à suas histórias de formação, os três distritos são igualmente apontados pelo Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo como sendo uma região de alta e altíssima vulnerabilidade social¹²⁹.

A Zona Leste tem uma população de aproximadamente 3 milhões e 812 mil pessoas, das quais 1 milhão e 158 mil vivem em condições consideradas de alta e altíssima vulnerabilidade social, o que significa em termos percentuais 30,4% de toda a população residente dessa Zona. Este contingente está majoritariamente localizado no extremo leste onde estão situados os distritos de Guaianases, Lajeado e Cidade Tiradentes, com mais de 50% de sua população vivendo dentro dos grupos de alta vulnerabilidade. É relevante salientar que a essa condição de alta vulnerabilidade soma-se a alta densidade demográfica desses distritos (CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE, 2004, p.18-20).

Em termos de número absoluto 166.698 pessoas vivem nos distritos de Guaianases e Lajeado¹³⁰ em situação de alta vulnerabilidade, o que corresponde em termos relativos a 65,2% dos habitantes da subprefeitura de Guaianases. No caso de Cidade Tiradentes¹³¹ 99.368 pessoas vivem em grupos de alta vulnerabilidade, ou seja, 52,6% dos habitantes da sua subprefeitura (CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE, 2004, p.21).

A alta densidade populacional soma-se a baixa oferta de emprego na região o que conjuntamente explica, ainda que em parte, a concentração de grande parte de seus habitantes na faixa de alta

¹²⁹ Entendemos por vulnerabilidade social a combinação entre elementos de privação socioeconômica – baixo nível de renda e escolaridade – com determinados perfis demográficos das famílias – elevada presença de crianças e idosos, grande presença de mulheres com baixa escolaridade ou de pessoas jovens na condição de chefes de família. A presença de um número grande de crianças e de idosos vai orientar o grau de autonomia e/ou de dependência “de cada membro no interior da família – o que amplia a condição do chefe de família de ser provedor de múltiplos dependentes”: a intensidade da vulnerabilidade social irá variar “de acordo com o grau de privação e com a maior ou menor presença desses grupos etários” (CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE, 2004, p.6).

¹³⁰ A subprefeitura de Guaianases possui, segundo o censo de 2000 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), 256.319 habitantes, sendo 98.546 no distrito de Guaianases e 157.773 no distrito do Lajeado. No entanto, estimativas da própria subprefeitura apontam uma população de aproximadamente 500 mil habitantes (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO: Guaianases, 2004, p.12).

¹³¹ Em 2000 a subprefeitura contabilizou um total de 190.657 habitantes (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO: Cidade Tiradentes, 2004, p.14).

vulnerabilidade social. Com relação à oferta de emprego local, a situação da Subprefeitura de Guaianases é de 561 estabelecimentos de trabalho, com a existência de 4.633 empregos, o que representa 0,21% do total de empregos da cidade de São Paulo que é de 2.222.518. O distrito de Guaianases tem 2.721 empregos e o distrito do Lajeado 1.912 (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO: Guaianases, 2004, p.16-17). Portanto, são poucos os estabelecimentos geradores de emprego, mais representativos no distrito de Guaianases na área de serviços e comércio, devido ao seu centro comercial, onde podem ser encontradas redes de magazines, redes de banco, cartório, fórum, cartório eleitoral.

A situação do Lajeado é ainda pior. Assim como Guaianases, o distrito possui poucos estabelecimentos que oferecem oportunidade de emprego, mas é desprovido de rede bancária, cartório, fórum, cartório eleitoral. Possui uma agência e posto dos Correios, sendo mais bem servido de rede de supermercados, inclusive tendo um mercado municipal. Recentemente, conquistou a instalação de um Conselho Tutelar que funciona também como mais um espaço de oferta de trabalho. É devido a essa baixa oferta de emprego que em ambos os distritos há uma crescente concentração de trabalhadores na economia informal.

Como revela o Mapa da Vulnerabilidade de São Paulo, os distritos de Guaianases e Lajeado comparativamente ao município de São Paulo apresentam um índice maior de famílias chefiadas por mulheres, de crianças com menos de 5 anos e de chefes de domicílio com menos de 30 anos. Em geral, a idade média dos chefes de domicílio é menor nesses distritos do que no município¹³² (CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE, 2004).

Cidade Tiradentes, por sua vez, tem 58 estabelecimentos de trabalho, ou seja, seu índice traduz em 59 empregos por estabelecimento de trabalho o que representa 0,02 da oferta de emprego da cidade de São Paulo. A cidade reivindica 459 empregos, o que representa 0,02% da oferta de emprego da cidade de São Paulo (SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO: Cidade Tiradentes, 2004,

¹³² Respectivamente para os distritos de Guaianases e Lajeado, a idade média dos chefes de domicílio é de 42 e 41 anos e aqueles com menos de 30 anos representam 19,3% e 21% enquanto para o município de São Paulo os dados são respectivamente de 45 anos e de 14,8% do total; as mulheres responsáveis pelo domicílio com até 8 anos de escolaridade correspondem a 21% e 21,3% e no município de São Paulo a 18,6%; a parcela de crianças com menos de 5 anos equivale a 10,8% e 11,5% do total da população enquanto no município de São Paulo equivale a 8,4% (CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE, 2004, p.43,45).

p.13-14). Segundo pesquisa realizada pelo SEADE em 2000, as condições de vida dos habitantes de Cidade Tiradentes indicam que os responsáveis pelo domicílio ganhavam em média R\$ 505,00 sendo que 55,5% ganhavam no máximo três salários mínimos¹³³. Eles tinham em média 6,1 anos de estudo, 39,7% completaram o ensino fundamental e 6,8% eram analfabetos.

Segundo o Mapa da Vulnerabilidade de São Paulo, o distrito de Cidade Tiradentes comparativamente ao município de São Paulo também apresenta um índice maior de famílias chefiadas por mulheres, de crianças com menos de 5 anos e de chefes de domicílio com menos de 30 anos. Da mesma forma que nos distritos da subprefeitura de Guaianases, a idade média dos chefes de domicílio é menor em Cidade Tiradentes do que em São Paulo¹³⁴ (CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE, 2004).

Vale ressaltar que este distrito tem uma população de deficientes físicos significativa, uma vez que apresentar algum tipo de deficiência era usado como critério facilitador para conseguir as moradias locais. Quase 100% da economia de Cidade Tiradentes é informal¹³⁵ (CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE, 2004, passim).

Diante dessa situação de privação social em que os três distritos se encontram, assim como do atual contexto pós Reforma do Estado em que certo tipo de participação da sociedade civil é incentivado, vemos como resposta as questões sociais a organização da sociedade civil por meio de associações de bairro, cuja densidade é alta na região pesquisada.

Informalmente, por meio de conversas nas duas subprefeituras chegou-se ao número de 600 associações, entre regularizadas e irregulares, nesses distritos. Grande parte delas funciona de

¹³³ “Em julho de 2000 o valor do salário-mínimo era R\$ 151,00” (CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE, 2004, p.12).

¹³⁴ Para Cidade Tiradentes a idade média dos chefes de domicílio era de 40 anos e aqueles com menos de 30 anos representam 19,5% enquanto para o município de São Paulo os dados são respectivamente de 45 anos e de 14,8% do total; as mulheres responsáveis pelo domicílio com até 8 anos de escolaridade correspondem a 23,7% e no município de São Paulo a 18,6%; a parcela de crianças com menos de 5 anos equivale a 11,7% do total da população, enquanto no município de São Paulo equivale a 8,4% (Ibid., p.43,45).

¹³⁵ As terras da região em sua maioria não estão regularizadas, o que dificulta o aluguel de áreas para a instalação de comércios. Para se ter uma idéia dessa situação, vale destacar que, a subprefeitura funciona dentro do Supermercado Negreiros, um dos poucos do distrito, pois não conseguiu encontrar outra área regular para se instalar.

modo assistencialista, entregando o leite e cesta básica. Muitas abriram, mas nunca funcionaram; outras funcionam dentro dos próprios domicílios; outras ainda representam verdadeiros currais eleitorais. Estes dois últimos aspectos revelam uma característica relevante da experiência associativa, a saber, sua localização entre o espaço privado e o espaço público.

As respostas associativas já existiam nos anos de 1970 e 1980, mas a grande explosão ocorreu nos de 1990 com o aprofundamento das políticas neoliberais. A relação Estado-entidade é diferente para cada momentos histórico citado: enquanto o Estado era visto como inimigo nos anos de 1970/80, na década de 1990 ele passou a ser visto como um interlocutor e um parceiro. Com isso, espera-se que a sociedade civil assume não apenas o papel de reivindicação, mas o propositivo, atuando diretamente sobre os problemas sociais, o que resulta numa grande heterogeneidade de práticas associativas, que será mais detidamente analisada no próximo tópico.

3.3 A HETEROGENEIDADE ASSOCIATIVA LOCAL

Quando falamos da história de formação dos três distritos pesquisados, ressaltamos que Guaianases e Lajeado são assentamentos urbanos profundamente ligados aos movimentos sociais populares presentes nas décadas de 1970 e 1980. Foi expressiva a articulação da população local para reivindicar serviços, como creche e escola, e bens como moradia e tinha nas mulheres grande representatividade. Isso ocorria porque, essas reivindicações estavam diretamente ligadas aos interesses femininos, uma vez que o cuidado com os filhos e a responsabilidade de educá-los, assim como o cuidado com a família, estão profundamente difundidos na cultura como sendo ‘coisas de mulher’ como pudemos verificar por meio da teoria apresentada na Parte I deste trabalho.

À medida que a cidade de São Paulo crescia e seu contingente populacional aumentava, lugares onde as terras eram baratas e o custo de vida baixo, como os distritos de Guaianases e Lajeado, inchavam desproporcionalmente à quantidade de equipamentos públicos oferecidos, o que impelia a atuação por meio dos movimentos. A redemocratização do país acaba transformando gradativamente a forma de atuação da população desses dois distritos na década de 1990, quando passa a predominar a forma associativa.

Cidade Tiradentes, ao contrário e como já explicitado, é resultado de uma política pública da década de 1980 de realocação desse contingente populacional crescente que é retirado da parte mais central da cidade e ‘exilado’ no extremo leste da cidade, sem nenhuma estrutura urbana e/ou equipamentos públicos.

A população feminina que fica isolada nesse distrito acaba tomando a frente de algumas iniciativas associativas que pretendem suprir a falta de tais equipamentos públicos, mas não se organiza em movimentos sociais¹³⁶. Novamente, o fato de serem as mulheres a aparecerem na linha de frente não é coincidência, mas fruto da natureza das reivindicações serem as mesmas, ou seja, serviços ligados àquilo que se considera como seu universo.

Assim, as diferenças históricas não trazem implicações significativas quanto à natureza dos serviços oferecidos, ou mesmo, quanto à forma como são oferecidos, uma vez que a similaridade socioeconômica inerente aos três assentamentos urbanos se sobrepõem a essas diferenças, revelando que a precariedade das condições sociais articuladamente as possibilidades concretas de sua superação ou atenuação no atual tempo social dão a tônica da produção social da existência humana.

A densidade associativa dos distritos de Guaianases, Lajeado e Cidade Tiradentes é alta¹³⁷. Como já vimos no Capítulo 2, o grande *boom* ocorreu nos anos de 1990, mais precisamente a partir de 1995 – ano da Reforma do Estado – quando foram criadas leis que incentivavam esse tipo de prática, ancoradas na idéia de um Estado ineficiente e de uma sociedade civil cheia de virtudes. Tomando a realidade socioeconômica dos três distritos podemos dizer que o associativismo existente traz similaridades, na medida em que responde a realidades de privação social semelhantes.

A diversidade de serviços oferecidos pelas associações é tão grande quanto é o número de problemas sociais existentes nessa micro região, sendo muitas associações caracterizadas pela

¹³⁶ Com isso não quero dizer que não existiram movimentos sociais organizados em Cidade Tiradentes, mas que foram em menor número, assim como não foram a forma predominante de mobilização.

¹³⁷ Mais de 300 associações por subprefeitura (dados não oficiais obtidos nas Subprefeituras de Guaianases e Cidade Tiradentes).

acumulação desses serviços. Algumas delas funcionam como braços do Estado, engajadas apenas na oferta de determinado serviço, outras se envolvem ainda em lutas políticas de garantia de direitos, de busca por justiça social, promoção da cultura, lazer, esporte.

Das oito associações pesquisadas, selecionamos apenas seis que servirão de parâmetro para a realização da análise que se fará no Capítulo 3, por formarem o conjunto que fornece informações substantivas sobre as práticas do universo associativo e de sua relação com o Estado e com a iniciativa privada, assim como sobre as mudanças que essa experiência desencadeou no espaço privado da família das líderes comunitárias.

Em meados de 2008 todas as entrevistas com as lideranças comunitárias e seus familiares, e com associados e usuários das associações haviam sido realizadas. A seguir, a Tabela 1 mostra a situação do campo, ou seja, quem foi entrevistado e o número de entrevistas realizadas. Cada associação será identificada por letras maiúsculas.

Tabela 1 NÚMERO DE ENTREVISTAS REALIZADAS (2009)

NÚMERO DE ENTREVISTAS REALIZADAS (2009)					
Associações	Distrito	Líderes comunitárias	Associados	Usuários	Familiares
A	Guaianases	2	2	3	2 (a; b)
B	Guaianases	2	2	1	1 (a)
C	Lajeado	2	1	1	1 (b)
E	Cidade Tiradentes	2	1	1	1 (d)
F	Cidade Tiradentes	2	1	1	1 (b)
G	Cidade Tiradentes	2	1	1	1 (c)
6	-	12	8	8	7

(a) mãe da líder comunitária; (b) marido da líder comunitária; (c) filhos da líder comunitária; (d) parceira.

Das entrevistas realizadas podemos dizer que o perfil das lideranças é de mulheres negras, com mais de 40 anos, com ensino médio para cima, casadas e com filhos, sendo algumas dessas famílias monoparentais e chefiadas por mulheres e, por fim, proprietárias de imóvel residencial. Em parte esse perfil coincide com o das mulheres atendidas – usuárias dos serviços oferecidos

pela associação de bairro. A Tabela 2 sistematiza detalhadamente os dados acima descritos.

Tabela 2 PERFIL DAS PRESIDENTES DAS ASSOCIAÇÕES (2009)

PERFIL DAS PRESIDENTES DAS ASSOCIAÇÕES (2009)									
Associação	Distrito	Pessoa	Idade/09	Escolaridade (Formação)	Estado civil	Filhos	Dependentes	Trabalho	Tipo de moradia
A*	G	B	28	S. C. (Serviço Social)	C	1	1	Assistente Social da prefeitura	Casa pp alvenaria
B	G	N	40	EF	S	4	4	Procuradora de aposentadorias	Casa pp alvenaria
C	L	B	53	S.I. (Medicina)	C	3	1	Decoradora de eventos	Casa pp alvenaria
E	CT	N	38	EM	S	1	1	Dona de bechó e lan-house	Casa pp Campinas
								Procuradora de aposentadorias(2006)	Apto pp COHAB
F	CT	N	59	EF	C	2	0	Supervisora técnica de habitação da subprefeitura (cargo de confiança)	Casa pp COHAB
G	CT	N	58	S.I. (Publicidade e Sociologia)	S	4	4	Desempregada	Apto pp COHAB

* Os dados se referem a coordenadora e líder do centro de referência da mulher – um dos serviços oferecidos pela associação “A”.

G – Guaianases; L – Lajeado; CT – Cidade Tiradentes; B – Branca; N – Negra; S.C. – Superior Completo; S.I. – Superior Incompleto; EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; S – Separada; C – Casada; pp – próprio.

A tabela acima revela um perfil demográfico das mulheres entrevistadas que as inclui, ao longo de sua trajetória, no grupo apontado como sendo socialmente vulnerável, assim como definido na citação noventa, ou seja, do ponto de vista socioeconômico são pessoas com baixa renda, embora tenham um nível de escolaridade mediano, muitas vezes obtido, é válido ressaltar, por meio de

supletivo, como é o caso das líderes das associações “B” e “G”, o que implica numa formação de menor qualidade.

Do ponto de vista demográfico de fato, essas mulheres pertencem a famílias com número considerável de crianças desproporcional a renda familiar, com exceção para as líderes das associações “A” e “E”, cujos filhos surgiram no interior de um quadro familiar-financeiro mais estável.

Ainda com relação a dados demográficos, a maior parte delas tornou-se chefe de suas famílias ainda muitos jovens, mesmo quando a figura do marido ainda se fazia presente. Este foi o caso de Eleonor líder da associação “B”, que antes de separar, representou a renda principal da casa por 5 anos. Depois da separação, Eleonor, assim como as líderes das associações “E” e “G”, Micaela e Lilá, fundaram famílias monoparentais. E, apesar das líderes das associações “A” e “F”, Fabíola e Glória, serem casadas, representam a renda principal da família.

Esse perfil de vulnerabilidade explica, em parte, como será mais bem demonstrado no Capítulo 3, o delineamento da experiência associativa como uma alternativa de inserção ocupacional para mulheres, cujo pertencimento a uma faixa etária que vai dos 30 e 40 anos, representava maior dificuldade de se colocar no mercado de trabalho formal orientado pela reestruturação produtiva de inspiração neoliberal. As exceções são as líderes das associações “A” e “E”, cuja entrada nesse universo teve outra motivação.

Um outro aspecto que se soma a explicação dada acima para entrada dessas mulheres no espaço associativo, é centralidade e a visibilidade que este tipo de atividade dá a elas, diferente da experiência ocupacional anterior que desconstruía sua auto-estima.

Como já explicado no Capítulo 1, para que uma associação seja legalmente reconhecida, ela precisa se cadastrar no cartório de pessoas jurídicas, obtendo um número que a identifique (CNPJ); precisa de um estatuto orientado a partir do Novo Código Civil de 1999, que defina sua área de trabalho; uma diretoria que irá compor o quadro associativo; uma sede que tenha passado pela vistoria do corpo de bombeiros ou de um engenheiro civil para retirar o Cadastro de

Contribuintes Mobiliários (CCM) na prefeitura; e uma ata. Esses documentos, no entanto, garantem apenas a existência legal da entidade, mas não o acesso a verba pública. Para tanto, são necessários a aquisição de registros, certificações e títulos que dêem à instituição credibilidade no cenário social nacional e internacional, tais como, registro no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), os títulos de utilidade pública (municipal, estadual, federal) e a qualificação de Organização Social de Interesse Público (OSCIP). Também é importante estar cadastrado em conselhos municipais, tais como o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA) para quem trabalha com esse público e o Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS). As entidades que participam diretamente do conselho têm mais possibilidades de acesso à verba pública e aos saberes (SZAZI, 2006). Diante disso, a Tabela 3 abaixo mostra o perfil legal de cada associação pesquisada.

Tabela 3 QUADRO LEGAL DAS INSTITUIÇÕES: CERTIFICAÇÕES E QUALIFICAÇÕES (2009)

QUADRO LEGAL DAS INSTITUIÇÕES: CERTIFICAÇÕES E QUALIFICAÇÕES (2009)									
Associações	Distritos	Sede	CCM	CNPJ	Ata	Estatuto	OSCIP	CMDCA	Utilidade Pública
A*	Guaianases	z	sim	sim	sim	sim	-	-	-
B	Guaianases	z/2006	sim	sim	-	sim	-	-	-
		k/2005							
C	Lajeado	z/2008	sim	sim	sim	sim	-	sim	-
		y/2007							
E	Cidade Tiradentes	x	-	sim	sim	sim	sim	-	-
F	Cidade Tiradentes	x	sim	sim	sim	sim	-	sim	sim
G	Cidade Tiradentes	x	-	sim	-	sim	-	sim	-
6	-	-	4	6	4	6	1	3	1

* Os dados se referem a associação "A";

z – casa alugada de terceiros; y – casa própria-moradia;

x – casa cedida pela prefeitura; k – casa alugada-moradia;

Esse quadro mostra que a maioria das associações de bairro funciona com o mínimo de recursos

legais o que diminui as possibilidades de adquirirem verba, seja pública, seja com o capital privado, que prefere investir em entidades que tenham certificações e qualificações, funcionando para as empresas como uma prova de idoneidade das mesmas, mas também como elementos agregam valor à marca da empresa.

Vale dizer que superado o primeiro de todos os problemas de qualquer associação de bairro, o desconhecimento sobre o ‘terceiro setor’, resta ainda superar o custo para a regularização da entidade, assim como para obtenção de titulação, certificação ou qualificação. Todo esse processo pode levar alguns anos, o que implica na permanência de uma associação numa situação instável e incerta quanto a sua longevidade e efetiva oferta de algum serviço.

O custo para essas entidades é duplamente alto. Primeiro, devido, ao valor da própria documentação; segundo, devido às despesas com os profissionais qualificados para escrever e assinar tais documentações, tais como engenheiros, advogados, contadores. As associações de bairro acabam esbarrando em obstáculos que podem torná-las inertes. Diante de tantas dificuldades uma das maneiras que as instituições ainda têm para garantir o acesso a verbas públicas são os convênios selados com o poder público. A Tabela 4 abaixo mostra a situação das associações pesquisadas com relação a esse assunto.

Tabela 4 SITUAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES QUANTO AO CONVÊNIO COM O PODER PÚBLICO (2009)¹³⁸

SITUAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES QUANTO AO CONVÊNIO COM O PODER PÚBLICO (2009)				
Associações	Distritos	Convênio	Público alvo	Tipo de serviço
A*	Guaianases	Prefeitura	Mulher vítima de violência doméstica	Centro de referência da Mulher
B	Guaianases	Prefeitura	Criança	Creche
C	Lajeado	Prefeitura	Criança	Creche
E	Cidade Tiradentes	Nunca teve	Mulher e deficientes físicos	Oficina de costura e cursos profissionalizantes
F	Cidade Tiradentes	Estado e Prefeitura	Criança e adolescente	Creche, Sócio-Educativo e Liberdade Assistida
G	Cidade Tiradentes	Nunca teve	Mulher negra	Cursos de Promotoras Legais
6	-	5	6	8

* Os dados se referem apenas a um dos serviços oferecidos pela associação “A”, ou seja, aquele ligado ao Centro de Referência da Mulher, com o qual a pesquisa entrou em contato mais detidamente.

Seguindo com nossa apresentação do campo, é importante dizer que diante da situação de alta privação social da região estudada e da falta de políticas públicas suficientes para atender a demanda por equipamentos públicos, as entidades acabam oferecendo mais de um serviço. A Tabela 5 mostra os serviços oferecidos por cada entidade pesquisada.

¹³⁸ Vale ressaltar neste ponto que cada serviço oferecido por uma entidade está hierarquizado numa escala de valor dentro da SAS. Por exemplo, o repasse de verba pública para a entidade conveniada “A” que trabalha com a defesa da mulher, contra a violência doméstica principalmente, é menor que o repasse de verba pública para a entidade “B” ou “C” que trabalham com criança e adolescente, pois estes são vistos como um público mais importante, além do que a violência contra a mulher é classificada como de menor potencial ofensivo, tratada no tribunal de pequenas causas. Aqui observamos o tratamento da questão social dentro da lógica de mercado, apresentadas como produtos a serem negociados dentro de uma “Bolsa de serviços”, assim como a influência de valores culturalmente disseminados que submete a mulher, na construção do valor de troca de cada produto.

Tabela 5 QUADRO DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA ASSOCIAÇÃO

QUADRO DOS SERVIÇOS OFERECIDOS PELA ASSOCIAÇÃO										
Associações	Distrito	Cesta básica	Leite	Creche	3ª Idade	MOVA	Defesa da mulher	Geração de renda	Abrigo	Outros
A	G	-	-	-	-	sim	1 centro	Artesanato	2 p/ Adolescente	-
B	G	sim	sim	2	-	-	-	-	-	-
C	L	-	-	1 (+ 2 em vista em CT)	-	-	-	-	-	w
E*	CT	sim	sim	-	-	-	-	y	-	-
F	CT	-	sim	2	-	-	-	-	-	-
G	CT	-	sim	-	-	-	-	-	-	z
6	-	2	4	5	-	1	1	1	1	2

(y) oficina de costura e cursos profissionalizantes para mulheres;

(w) curso profissionalizante para adolescentes;

(z) curso de promotoras legais;

* esta associação foi fechada em 2006.

A entrega do leite e da cesta básica persiste como prática das associações. Entre aquelas que oferecem esse serviço muitas usam as respectivas datas de entrega desses produtos para fazer propagandas políticas, assim como para angariar dinheiro uma vez que cobram indevidamente um valor monetário, normalmente R\$ 10,00 por beneficiário, para que possa ser retirado os alimentos que são doados pelo poder público.

Um segundo aspecto a ser considerado diz respeito aos diversos tipos de inserção ocupacional gerados tanto nas creches – cozinheira, pedagoga, enfermeira, faxineira, professoras – quanto nas oficinas de costura. Destacam-se ainda os cursos profissionalizantes que geralmente são de artesanato, cabeleireira e manicure. Entre os cursos oferecidos e os trabalhos desenvolvidos a maior parte está ligada a trabalhos tidos como femininos. Os cursos dados para os adolescentes, homens em geral, fugiam a essa regra, uma vez que formavam lavadores de carros e ensinavam informática o que demonstra uma sexualização das atividades e dos saberes.

A partir das instituições pesquisadas podemos afirmar que as associações de bairro periférico trabalham mais isoladamente, portanto, sem construir vínculos horizontais – o que significaria ter elos com entidades semelhantes no próprio bairro ou em outras localidades – e possuindo poucos

vínculos externos, de natureza vertical, caracterizados por meio dos convênios selados com o poder público, do suporte técnico recebido de outras ONGs como a Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (ABONG) ou de instituições como o Sebrae com seus cursos profissionalizantes voltados para o terceiro setor.

Os serviços oferecidos são de pequena abrangência, inconstantes e incertos, uma vez que os convênios podem não ser renovados, acarretando a interrupção do oferecimento do mesmo. Isso demonstra certa precariedade de funcionamento da própria instituição, que ainda conta com poucos instrumentos legais, mediante os quais poderia potencializar sua ação e aumentar o tempo de duração dos convênios ou criar outras formas de financiamento de seu trabalho.

Os dados também revelam a enorme presença feminina no trabalho associativo, assim como o tipo de serviço oferecido, relacionado ao universo feminino do *care*, como o ‘cuidado’ de crianças, adolescentes e idosos, o que poderia significar um prolongamento para o espaço público do papel de ‘cuidadora’ que a mulher assume na família, ratificando uma identidade feminina tradicional que vai de encontro ao processo de autonomização.

Assim, poderíamos dizer que existe, de forma geral, a oferta de um tipo de serviço precário, num contexto de alta privação social, alimentado por um Estado pouco presente, em um mercado extremamente excludente, que recria o espaço associativo como uma alternativa ao desemprego desse segmento populacional mais vulnerável as vicissitudes do mercado de trabalho.

Diante deste quadro macro social menos otimista, resta verificar a partir da análise minuciosa das trajetórias de vida dessas mulheres se algo diferente e novo, no sentido de contradizer os resultados esperados, capaz de se projetar como um paradigma no espaço público está sendo silenciosamente construído, especialmente no interior da família que pode vê suas relações sociais tradicionais serem abaladas pela experiência que tais líderes comunitárias obtêm por meio da atividade associativa, onde adquirem uma centralidade inédita que as empodera, inclusive pela aquisição de novos saberes referentes ao funcionamento da sociedade, as colocando no interior de um possível processo de autonomização não apenas financeira, mas também moral.

RECAPITULAÇÃO

Como vimos as diferenças históricas que caracterizam os três distritos, sendo Guaianases e Lajeado ligado à participação de seus moradores nos movimentos sociais populares das décadas de 1970 e 1980, onde se poderia esperar um modo de atuação das lideranças comunitárias diferenciado, acaba apresentando uma postura semelhante àquela vista em Cidade Tiradentes, que cresce a partir de uma política pública habitacional para a re-alocação de parte do contingente populacional da cidade de São Paulo, ou seja, uma postura de funcionamento como braços do Estado que organizam a oferta de um serviço que é terceirizado pelo poder público.

É importante ressaltar ainda as similaridades quanto às características socioeconômicas dos três distritos, no que concerne à reduzida e precária cobertura pelo poder público de infra-estrutura básica e de equipamentos públicos, tais como, redes de esgoto, água encanada, escola, creches, postos de saúde, hospitais, transporte urbano. Respondendo a tais questões sociais, forma-se um amplo tecido associativo na região, organizado para oferecer bens e serviços de interesse público, assim como para criar espaço de capacitação para o mercado de trabalho, gerando emprego e renda para um grande contingente populacional que sofre com o desemprego.

Um dado interessante que o campo trouxe foi a constatação, nos três distritos, da expressiva participação e atuação feminina nesse tipo de organização civil, o que nos faz pensar sobre como o mercado precarizado transforma esses espaços em uma alternativa de trabalho, muito embora extremamente ligado a ‘funções’ do universo feminino.

Em outras palavras, a forma de atuação dos líderes comunitários e as práticas das associações são similares nos três assentamentos urbanos em diversos aspectos: (i) quanto à forma de funcionamento da entidade, que assume a postura de oferta de serviços; (ii) quanto ao tipo de serviço oferecido, geralmente relacionado aos cuidados com crianças, adolescentes, idosos e mulheres, portanto, vinculado cultural e socialmente ao universo da mulher; (iii) quanto à formalização, que se restringe ao mínimo de recursos legais, muitas vezes ficando restrito à existência apenas como pessoa jurídica (CNPJ); (iv) quanto à articulação com o poder público, predominantemente via convênios – uma forma instável que pode ser rompida com a mudança de partidos no governo, assim como extremamente burocrática por exigir muitos relatórios de

prestação de contas, e, finalmente, caracterizada pela pequena autonomia das entidades; (v) quanto ao modo de se articular com os políticos que barganham benefícios por apoio político; (vi) quanto à forma de captar recursos do mercado; (vii) quanto à presença expressiva de mulheres na liderança das entidades, na ocupação das atividades internas da instituição e no seu uso como beneficiária; (viii) quanto ao tipo de ocupação gerada nas associações e sua relação com o universo feminino.

Todos esses aspectos serão aprofundados a seguir, quando analisaremos as práticas internas e externas das seis associações aqui apresentadas por meio da trajetória de vida de suas líderes, assim como os efeitos produzidos pela experiência associativa na dinâmica do próprio espaço privado da família, com suas relações tradicionais.

CAPÍTULO 4 AS LÍDERES DAS ASSOCIAÇÕES

Esta parte do trabalho consiste na análise da trajetória de vida de seis líderes comunitárias, escolhidas entre os oito casos possíveis que compõem esta pesquisa. O critério de seleção das seis trajetórias de vida foi o permanente e freqüente contato ao longo desses três anos de pesquisa, o que resultou no aprofundamento do conhecimento sobre as experiências de vida dessas mulheres, permitindo realizar uma discussão mais consistente.

Segundo foi exposto na Introdução, buscarei responder a partir de tais experiências de vida a duas perguntas centrais: a primeira, de cunho mais geral, visa problematizar se o associativismo está completamente cooptado pelo contexto neoliberal e determinado pela idéia de empreendedorismo social, ou se existe a possibilidade dos atores sociais criarem outras formas de atuação que escapem dessa idéia e tenham um sentido político; a segunda, de caráter mais específico, questiona sobre o papel que a mulher ocupa no espaço público associativo e no espaço privado da família, problematizando se o papel de ‘cuidadora’ que lhe é atribuído no espaço privado é também projetado para o espaço público a partir das formas de atuação dessas mulheres nas suas associações, assim como dos tipos de serviços oferecidos nessas entidades classificados como pertencentes ao universo feminino.

Para responder a tais perguntas e refletir sobre a realidade elaboramos três categorias analíticas que reúnem cada uma, duas trajetórias de vida semelhantes quanto à lógica de atuação. São elas: (i) categoria pessoal-instrumental; (ii) categoria movimentalista; (iii) categoria sócio-profissional. Elas serão utilizadas apenas no tópico 4.2.

Na categoria pessoal-instrumental estão localizadas as líderes das associações “C” e “E”, respectivamente Paula (branca), moradora e atuante do distrito de Guaianases/Lajeado, e Micaela (negra), moradora e atuante do distrito de Cidade Tiradentes. Não obstante as diferenças que caracterizam cada indivíduo, ambas apresentam uma visão sobre o universo associativo semelhante no sentido em que instrumentalizam a ação social em benefício próprio.

Na categoria movimentalista encontramos as líderes das associações “A” e “G”, respectivamente Fabíola (branca), moradora e atuante do distrito de Guaianases/Lajeado, e Lilá (negra), moradora e atuante do distrito de Cidade Tiradentes. Ambas as experiências de vida estão relacionadas ao envolvimento com os movimentos sociais o que promove um tipo de atuação com enfoque mais político, apesar de Fabíola investir na mobilização local e Lilá buscar uma projeção política nacional.

Por fim, a categoria sócio-profissional reúne as líderes das associações “B” e “F”, respectivamente Eleonor (negra), moradora e atuante do distrito de Guaianases/Lajeado, e Glória (negra), moradora e atuante do distrito de Cidade Tiradentes. As duas líderes desenvolvem um trabalho social local pautado pelo ideário de profissionalização da ação social, no entanto utilizam estratégias políticas diferentes, a primeira orienta-se por um sentido de independência partidária e, a segunda, guia-se pela fidelidade partidária.

Para facilitar a compreensão do cruzamento que pretendemos entre experiência pessoal e mudanças macrossociais a fim de responder a questões que norteiam esta pesquisa, iremos dividir a discussão em dois tópicos: (4.1) trajetória de vida anterior a entrada no novo associativismo; (4.2) trajetória de vida a partir da entrada no novo associativismo.

Vale ressaltar que escolhi utilizar na dissertação apenas os nomes fictícios das líderes comunitárias, denominando as demais pessoas a partir do tipo de relacionamento que mantém com elas. A cada aspecto abordado falarei das seis mulheres e ao passar de uma para a outra irei destacar seu nome em negrito, para facilitar a percepção da mudança de pessoa. Por fim, ao fazer citações de suas falas ressaltei em itálico ajustes gramaticais que eu mesma fiz a fim de facilitar a compreensão do sentido original de suas reflexões.

4.1 TRAJETÓRIA DE VIDA ANTERIOR A ENTRADA NO NOVO ASSOCIATIVISMO

Este tópico tem como objetivo discorrer sobre alguns pontos comuns da trajetória de vida das seis líderes comunitárias a fim de compreender a relação de sua experiência com a entrada no mundo associativo. Os aspectos que serão abordados são: a formação dessas mulheres – que em geral tem uma escolarização mediana; a precoce entrada no mercado de trabalho; a experiência militante de algumas delas; a chegada dos filhos; os maridos ou parceiros.

Interessa compreender como estes aspectos estão imbricados e favorecem ou desfavorecem essas mulheres, ampliam ou reduzem seu campo de possibilidades e de escolhas sobre seu destino.

4.1.1 A ESTRUTURA FAMILIAR E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A EDUCAÇÃO E O TIPO DE INSERÇÃO OCUPACIONAL DAS SEIS LÍDERES COMUNITÁRIAS

Com exceção de **Fabíola** (branca/1ª de 3 filhos), nascida em São Paulo em 1981, pertencente a uma família biparental e patriarcal (pai - pedreiro (mestre de obras); motorista de ônibus da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC) (1989); mãe - empregada doméstica; inspetora de escola; líder comunitária; conselheira tutelar; pedagoga), cuja primeira experiência de trabalho se deu aos 16 anos (1997) por iniciativa própria, como auxiliar de escritório em uma firma terceirizada de onde saiu antes do período de experiência, as demais mulheres iniciaram sua vida de trabalho ainda na infância.

Foi assim com **Glória** (negra/filha única por parte de mãe) que nasceu em Araxá, Minas Gerais, em 1950, pertencente a uma família monoparental e matriarcal constituída pelo abandono do homem desse núcleo.

“[...] meu pai trabalhava em cerâmica [...] ele fazia telhas, tijolos [...]. Bom, isso porque minha mãe me contava, né, porque eu conheci meu pai eu tinha 22 anos, já era casada e tinha meus dois filhos [...] *porque* com 2 anos de idade eles se separaram. [...] Da minha mãe eu sou filha única, do meu pai eu sou a caçula de seis filhos [...] *e eu* não convivi *com meus irmãos* porque ele levou todos [...]”

Glória acompanhava a mãe que lavava e passava roupa para fora, costumando dormir no chão frio embaixo da mesa onde a mãe trabalhava até tarde da noite e, se queixa que as patroas não

ofereciam nem jornal para ela deitar. Eventualmente, esfregava as meias e lenços para auxiliá-la. No entanto, foi aos 11 anos (1961) que começou a trabalhar de empregada doméstica nas casas onde sua mãe lavava e passava roupa com o intuito de ajudá-la.

“[...] Eu lembro que trabalhei na casa da minha 1ª *patroa* com 11 anos [...] só limpando, lavando as fraldas de criança [...] tomava conta de uns gêmeos que ela tinha lá [...] eu era muito pequenininha naquela época, mas eu dava conta [...]”

“[...] depois trabalhei na 2ª *patroa*, eu tinha 12 anos [...], mas o serviço era demais [...] a casa era grande, era uma mansão [...] eu tinha que lavar mármore, eu ajoelhava no chão com sapólio em pedra e bombril e areava todo o chão, [...] lavava o *salão*, de joelho, lavava do teto a parede, ao teto, do chão ao teto [...] enorme a casa, enorme [...] e, pagavam mixaria [...] dava tudo pra minha mãe [...]”

“Aí eu fui trabalhar pra uma *outra* senhora [...] eu fui pra lá eu tinha 14 anos [...] lá eu fiquei até casar (*aos 16 anos*). Só que, ela era muito boa para mim [...], mas o marido dela era sem vergonha [...] ele começou a fazer graça comigo [...] um dia *ela* saiu [...] ele pegou no meu braço e me puxou pra cama [...] eu dei um arranco no braço dele [...] e fui embora. Toda vida eu fui ajuizada [...]”

Lilá (negra/4ª de 4 filhos) nasceu em São Paulo em 1951, pertencente a uma família monoparental e matriarcal constituída pelo rompimento da mulher que fugia da violência doméstica e da extorsão no primeiro relacionamento/casamento.

“[...] Eu sou filha caçula de uma família que é comandada por [...] é matriarcal porque a minha mãe foi casada no primeiro casamento, teve três filhos [...] Depois de muito tempo [...] ficou muitos anos sozinha, conheceu o meu pai e [...] engravidou da minha figura [...]”

“[...] Não foi uma casamento feliz [...] Ele também era negro. Ele tinha problemas, na época, na verdade, ele era o que chamava de boêmio [...] *tinha muitas amantes* [...] daí não deu certo, porque aí ele começa a espancar a minha mãe quando bebe [...] ela teve vários abortos, ele não trabalha, ele tinha profissão (*pedreiro*), mas não trabalhava [...] *daí ele roubou o dinheiro das prestações do terreno que minha mãe estava pagando* [...] aquilo foi um baque pra minha mãe, que o sonho dela *era* ter uma casa, foi por água a baixo [...] aquilo foi a conta d'água, [...] se separaram e minha mãe foi morar sozinha.”

“Depois ela se separou e [...] muito mais tarde, ela conhece o meu pai. Na verdade, ela tem uma relação com ele, a minha mãe conheceu o meu pai *numa festa*, namorou um dia só [...] e engravidou [...] sabe aquelas coisas que você toma cachaça e acha que [...]”

Aos 7 anos (1958) Lilá foi posta pela mãe (empregada doméstica), que não tinha quem olhasse a filha, em uma escola¹³⁹ em regime de semi-internato, onde começou a trabalhar aos 8 anos (1959). Nessa escola, dirigida por duas freiras negras, existiam duas classes convivendo, mas que

¹³⁹ A escola de semi-internato dava aulas de balé, prendas do lar, bordado, música, para formar as futuras esposas. A escola de ensino primário e fundamental, para as filhas das empregadas domésticas, funcionava no SESI, onde as diretoras do semi-internato conseguiam vaga.

não se misturavam: a das filhas das patroas e a das filhas das empregadas domésticas (bolsistas; órfãs; abandonadas).

“[...] Esse setor dos filhos das empregadas domésticas que mantinha a estrutura do internato funcionando porque era gente que limpava, lavava, *cozinjava* [...]”

“[...] Eu cozinhava. Com 8 anos eu já tava na cozinha da escola. Botava um banco ou uma cadeira eu cozinhava uns panelão desse tamanho [...]”

“[...] *para as* filhas de madame, era bife, arroz, feijão, tinha um cardápio. Tinha frutas, suco, tinha umas que não tomavam suco, era refrigerante [...] a gente almoçava depois delas no refeitório, a nossa alimentação, era fubá. Sopa de fubá todos os dias [...]”

“[...] o colégio interno pra mim [...] o que eu lembro dele [...] que pra mim foi ruim, foi o afastamento da minha família, da minha mãe, [...]. Minha mãe, por mais rígida que ela fosse, ela era a minha mãe [...]”

Paula (branca/1ª de 4 filhos), nascida em São Paulo em 1956, pertencente a uma família biparental e patriarcal, começou a costurar aos 10 anos de idade (1966) em casa devido ao fato do seu pai ter ficado desempregado (sempre trabalhou como encarregado registrado em firmas grandes como Ford e Mercedes Benz; se aposentou pela General Eletric). Trabalhou durante sete meses 2h por dia, pois sua mãe, tecelã formalmente empregada de uma firma meias (35 anos na mesma firma), não permitia que fizesse mais horas.

“[...] Eu comecei a trabalhar com 10 anos, pregava bolso em calça rancheira. Foi uma fase ruim da vida da gente, o pai ficou desempregado 2 anos e fazia bico numa rádio, meu pai toca e canta. Então, todo o mundo em casa, começou a trabalhar e eu fui trabalhar com 10 anos [...]”

Eleonor (negra/3ª de 5 filhos) que nasceu em Feira de Santana (Bahia) em 1969, pertencente a uma família originalmente biparental e patriarcal desfeita pela saída da mulher que fugiu da violência doméstica, foi criada pelos avós maternos desde os 4 anos, começou a trabalhar na roça da família aos 6 anos (1975), ainda na Bahia, e aos 9 anos (1978) como empregada doméstica sem remuneração na casa dos tios em São Paulo (o homem era irmão da sua mãe).

“[...] Minha mãe não se deu bem com meu pai, né? E nós (*irmãos*) sempre fomos criados pelos nossos avós [...] *Com seis anos de idade eu já* trabalhava na roça. Eu que ajudava *meu avô* a carpir, plantar [...] ajudava ele a fazer farinha, separar as verduras, as frutas [...] Eu fiquei nessa vida mais ou menos até os nove anos de idade [...]”

“E aí depois dos nove anos de idade [...] como o meu tio já morava aqui, ele foi pra São Paulo e minha tia precisava de uma pessoa pra olhar a casa dela [...] aí eu vim pra cá pra São Paulo. [...] Aí, eu chegando aqui, [...] fui morar na casa da minha tia e não conhecia nada aqui... E minha mãe já vivia aqui [...] já fazia cinco anos que minha mãe tinha vindo pra cá pra São Paulo [...] Mas chegando aqui eu já conheci um São Paulo esquisito, me aprisionou [...] Porque eu cuidava dos filhos dela, da casa dela, né? E praticamente da vida dela inteira, porque ela trabalhava fora e eu é que cuidava de tudo.

Como eu era muito aprisionada [...] ela tinha eu assim como um escravo, na verdade! Que dos nove anos, que eu vim pra cá, que eu cheguei aqui, de idade até os *catorze* anos de idade, eu morei e vivi dentro de uma casa [...]"

Micaela (negra/4ª de 4 filhos) nasceu no interior do Maranhão e pertencia a uma família monoparental e matriarcal constituída pela ação de abandono da figura masculina desse núcleo muito antes do seu nascimento. Ela ficou órfã de mãe (camponesa) aos 6 anos (1977).

"[...] *Minha mãe não tinha estudo e trabalhava na roça* [...] de mandioca, milho, arroz, feijão [...] *mas era para consumo próprio*. [...] *Ela também mexia farinha* [...] para os outros [...] *e tirava um dinheirinho*. *E, meu pai já sabia escrever, mas era um preguiçoso, vagabundo, não trabalhava nada,* [...] só namorar, [...] ele vinha de boa família, a minha vó sustentava ele [...] ela tinha terras [...] eu não conheço ele. [...] Só que meu pai é branco e minha mãe era negra, minha vó era bem branca com os cabelos no meio das costas, a mãe do meu pai [...]"

"[...] Aí minha mãe [...] faleceu quando eu tinha 6 anos, assim ela ficou grávida sofreu um aborto e aí ela foi para São Luiz fizeram uma cirurgia nela aí ela voltou e brigou com uma tia minha, *que deu uma paulada na barriga dela, aí virou câncer*. [...] Isso aí ela passou um ano doente, aí ela entregou a gente na véspera dela morrer, ela entregou a gente aos nossos tios, *cada filho ela entregou para um irmão dela,* [...] me entregou para *meus pais de criação* [...]"

"[...] Minha mãe de criação não é parente *da minha mãe*, a minha mãe de criação é comadre dela (*mulher do tio-avô*). [...] *E eu era louca por ela quando eu era criança, aí quando minha mãe morreu, ela se transformou em outra pessoa* [...] começou me judiar, aí apareceu uma senhora de outra cidade, *minha 1ª patroa e, ela me deu para ela* [...]"

"[...] aí eu fui morar com esta *1ª patroa* e ela me deu para a filha dela (*2ª patroa*), e essa filha dela foi a que mais me judiou"

Com apenas 8 anos (1979) Micaela começou a trabalhar de empregada doméstica sem remuneração na casa de conhecidos dos seus parentes diretos (tios-avós da sua mãe).

"[...] Com 8 anos tomava conta dos 4 filhos dela (*2ª patroa*), lavava roupa, passava e cozinhava [...]"

Ficou nessa casa até seus 12 anos (1983) e durante toda sua permanência sofreu diversos tipos de humilhação, entre as quais teve o nome trocado no registro.

"[...] uma vez ela chegou, isso aí é que magoa muito, é o que eu preciso esquecer, é o que está me deixando com depressão eu lembrar do meu passado me deixa mais doente, eu preciso apagar isso da mente, uma vez ela chegou e o filho dela estava com diarreia, aí ele fez coco atrás da casa e eu não tinha visto, aí ela me levou até lá, pegou na minha cabeça, pegou na merda e passou no meu rosto, muito triste, aí eu [...] falei para a mãe dela *1ª patroa* [...] aí a mãe dela não acreditou [...]"

"*Outra vez ela pegou* [...] não tinha banheiro, ela morava em uma cidadezinha não tinha banheiro era fossa, tinha um negócio onde a gente sentava, então a noite ela fazia as necessidades em um pinico, aí a mãe dela veio e assistiu ela fazendo as necessidades dela em um pinico pegou e se limpou na minha rede [...]"

“[...] a gente fazia comida, aí eles comiam todos, e o que sobrava do prato deles ela juntava para mim comer [...]”

Quando sua 2ª patroa morre, Micaela pede para voltar para sua mãe de criação. Esta por sua vez a dá para suas irmãs que moram em São Luiz para tomar conta dos filhos de uma delas, sofrendo mais uma vez com a violência. A resposta de Micaela aos maus tratos eram as constantes brigas em que se metia na escola, o que acaba fazendo com as duas irmãs a mandem de volta para sua mãe de criação no interior do Maranhão.

“[...] Ia para a escola, eu tinha que me defender de alguma maneira. Eu ia para a escola batia nos meninos, batia nas meninas. [...] Aí como eu brigava muito na escola então ela resolveu me mandar embora para casa da *minha mãe de criação* [...]”

Aos 13 anos volta para a casa de sua mãe de criação e entra num novo ciclo de violência que só será interrompido aos 14 anos quando sua irmã que morava em São Luiz é alertada sobre o que estava ocorrendo e leva Micaela para morar na capital.

“[...] *minha mãe de criação* começou a me bater, se transformou em outra pessoa, começou a me bater, me judiar [...]”

“[...] Aí a minha tia, uma tia minha parente [...] foi em São Luiz e falou para minha irmã mais velha [...] *que* na época trabalhava de empregada doméstica em São Luiz, aí ela pegou e falou para ela vim me buscar porque eu estava sendo muito judiada, aí minha irmã foi lá me buscar [...]”

A vida em São Luiz lhe trouxe experiências ocupacionais diferentes pelo fato de desempenhar as funções de empregada doméstica e babá fora do âmbito do trabalho familiar e/ou de conhecidos, onde o designativo filha de criação, a inseria numa suposta relação de troca, que na verdade, sempre foi caracterizada pela desigualdade, humilhação e uso gratuito de força de trabalho infantil.

“[...] eu nunca tive carinho, eu nunca tive amor, eu não sei o que é carinho de mãe [...] Quando minha mãe morreu eu tinha 6 anos, dela eu conheci, mas das outras que me criaram nenhuma [...]”

Por indicação de sua irmã, Micaela aos 14 anos (1985) vai trabalhar de empregada doméstica e babá em uma casa onde fica pouquíssimo tempo. Em seguida, sua irmã consegue uma colocação como babá na casa de um médico onde fica 5 anos (dos 14 aos 19 anos), tendo pela primeira vez uma boa experiência de trabalho, no que concerne a qualidade da relação e ao fato de ter retomado os estudos que haviam sido interrompidos na 2ª série do ensino fundamental. Nessa casa a remuneração era pouca, quase simbólica.

“[...] com 14 [...] ela arranhou uma outra casa para mim trabalhar. Ai sim de babá na casa de um médico. Ai eu comecei a estudar, comecei a estudar de manhã junto com os filhos dele, *eles na particular e eu na pública*. Como eu era muito inteligente a professora [...] chamou a diretora e me passou. Eu não fiz nem a terceira, nem a quarta, fui direto para a quinta. Ela fez um teste lá comigo e se eu tirasse 10 ia direto para a quinta série.”

“[...] Eu tomava conta *dos filhos do médico*. *Ganhava* meio salário mínimo na época. Só dava para comprar uma peça de roupa”

Vemos na trajetória de vida de Micaela uma melhora no que diz respeito a sua experiência educacional, uma vez que pode finalmente dar continuidade aos estudos sem interrupção, assim como na ocupacional, na medida em que começa a ser remunerada e as relações entre patrão e empregada ganham uma dimensão de maior respeitabilidade.

Fabíola, por sua vez, levada pela mãe que nessa época não trabalhava por exigência do marido, freqüentava desde os seus 8 anos (1989) a igreja católica e estava sendo catequizada. Aos 12 anos (1993) começou a freqüentar sem compromisso a Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), da sua comunidade em Guaianases, a qual se integra oficialmente aos 14 anos (1995).

“[...] minha mãe [...] deixou de trabalhar [...] por causa dessas brigas todas que tinha [...], a pressão dela [...] cuidar mesmo *dos filhos*, *essa* visão mesmo que ela tinha que ficar em casa e que ele tinha que [...] que prover, ser o provedor [...] aquela coisa toda de que ele teria condições de [...] de manter tudo só trabalhando e ela se dedicando pra casa [...] E minha mãe [...] sempre trabalhou, nunca gostou muito. Mas [...] parece que foi muita pressão, eles tavam brigando demais por conta disso né [...] teve um momento quase de separação mesmo [...]”

“[...] minha mãe ela sempre foi católica [...] ela participava, pelo menos lá em Diadema, era uma simples fiel [...] de ir aos domingos e tal [...] não tinha envolvimento maior. *Mas* quando ela veio pra cá, ela procurou, ela tratou de procurar um modelo de igreja, na verdade, diferente do que ela tava acostumada, então era muito participativo, então assim que ela foi convidada pra participar de pastoral, [...] ela começou a freqüentar [...] e como ela é muito comunicativa, então isso com certeza o pessoal falou “olha a pessoa pra tá ajudando aqui” então [...] logo já se encaixou na comunidade [...] a gente começou a fazer catequese, eu e meu irmão [...]”

Cabe aqui o parêntese de que Fabíola não precisou trabalhar até a idade de 16 anos (1997) devido a dois fatos: o primeiro, diz respeito a ajuda de custo que recebia da igreja para atuar na PJMP, o que fez com que não investisse em uma colocação no mercado de trabalho; o segundo, e mais forte, é o fato de seu pai possuir, desde 1989, um emprego estável como motorista de ônibus da CMTC, o que permitia a toda a família maior liberdade de escolha.

Podemos dizer, então, que sua escolha em trabalhar nesse momento partiu não da necessidade, mas da vontade de conquistar sua independência financeira, portanto, autonomia frente a um pai centralizador que a obrigava a se adaptar a suas regras, gerando constantes conflitos entre os dois. Com isso Fabíola inicia um processo de rompimento com as relações sociais familiares tradicionais.

A relação entre a formação escolar e o tipo de trajetória ocupacional

Outro aspecto importante que influenciou o tipo de inserção dessas mulheres no mercado de trabalho é o nível de escolaridade delas. **Fabíola** de todas é que tem melhor formação, com graduação em Serviço Social numa faculdade particular (18 anos/1999-21 anos/2002) e uma pós-graduação em antropologia na PUC (com bolsa) iniciada em 2005/24 anos e interrompida em 2008/27 anos devido à chegada de sua primeira filha.

“[...] Com 17 anos [...] eu fiz a opção de fazer o curso de Serviço Social [...] Eu tinha na minha cabeça uma coisa, que eu queria trabalhar com povo [...] isso eu tinha certeza [...] eu queria uma profissão que [...] me deixasse mais próxima disso [...] Então lembro que eu dei uma pesquisada, fiz esses cursos de orientação vocacional, essa coisa toda [...] e eu li bastante, comecei a ler sobre o Serviço Social [...] aí eu [...] optei pelo curso [...]”

“[...] Entrei com 18 [...] lógico que na época a minha família não tinha condições de [...] pagar faculdade [...] por mais que Serviço Social [...] esteja entre as mais em conta, mas na época não tinha; então, por exemplo, essa relação que eu *tinha* com essa freira do centro bíblico que freqüentei (conheceu a freira por meio de um curso que um padre ofereceu), é que me possibilitou [...] eu [...] acabei ganhando uma bolsa [...] através desse centro bíblico. Então assim, eu ia [...] pro centro bíblico, fazia algumas atividades assim, 2 vezes por semana [...] um telefone que se atendia, um carta que tinha que ser encaminhada, fazia [...] algumas coisas internas deles [...] da administrativa deles porque eles não tinha ninguém e eles me pagavam essa bolsa e foi assim que eu fiz a minha faculdade [...] e eu também adquiri uma bolsa da faculdade, então dava pra segurar [...] ganhei 50% da faculdade, restituível [...] mas assim com esse dinheiro não precisava trabalhar [...]”

Como já havíamos dito, a situação monetária estável do pai que, inclusive, auxiliava Fabíola com as despesas de transporte, permitiu com que ela investisse em sua formação intelectual, não precisando dividir seu tempo com o trabalho. Tanto é assim que depois da primeira experiência de trabalho aos 16 anos, Fabíola só voltou a trabalhar para fazer seu estágio no final da sua faculdade quando já tinha 20 anos (2001). Portanto, ela não apenas teve tempo para investir em si, mas também pode escolher trabalhar dentro da sua área de formação.

Paula, Lilá e Micaela têm em comum o fato de terem entrado em uma faculdade particular, mas não terem concluído ou sequer iniciado. **Paula**, por exemplo, entrou aos 21 anos (1977) numa faculdade particular de Medicina. Pagou os seis primeiros meses com o dinheiro da costura, mas em seguida a trancou e nunca mais retornou devido não ter condição, assim como seus pais, de continuar pagando as mensalidades.

Apesar de Paula, a essa altura, ser uma costureira altamente qualificada – possuía formação de modelagem pelo Serviço Social da Indústria (SESI) e de modelagem e alta tecnologia em máquina pela Rhodia¹⁴⁰ (14 anos/1970 - 18 anos/1974) – o fato dela não alcançar uma formação superior implica na manutenção de sua trajetória ocupacional como costureira autônoma iniciada desde os 18 anos com aquisição de duas máquinas de costura, compradas com a ajuda dos pais.

Lilá por sua vez entrou em duas faculdades particulares, respectivamente de Publicidade aos 20 anos (1971) e de Sociologia aos 55 anos (2006), ambas interrompidas. No caso da Publicidade Lilá não concluiu o curso por não ver necessidade nisso já que havia recebido o registro profissional de publicitária devido estar há mais de seis anos trabalhando na área, mas também por não conseguir pagar. Já o curso de Sociologia, seu sonho, é interrompido após seis meses devido à impossibilidade de continuar pagando a mensalidade.

“[...] eu tinha entrado na faculdade pra fazer publicidade porque eu achei *que* era legal, só que como eu fui regulamentada, eu tenho a carterinha de publicitária, eu falei vou pagar um dinheiro e formar pra uma coisa que eu não preciso mais. Aí eu saí.”

“[...] *eu entrei na* Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo [...] é lógico que eu queria ter entrado na USP, é outra coisa [...] é dureza pra gente mesmo, pra gente que é pobre [...] no meu caso, eu sou uma mantenedora da família, né. Os jovens da minha casa não estão empregados, então eu não tenho como pagar a faculdade. Então ai você leva para o lado dos direitos humanos. Uma pessoa com mais de 50 anos tem direito de se formar gratuitamente? [...]”

O fato de não ter concluído o curso de Publicidade trouxe grandes implicações na trajetória ocupacional de Lilá, pois apesar dela já ser qualificada e ter pelos menos seis anos de experiência na área de mídia, as inovações tecnológicas e o processo de informatização pelo qual a

¹⁴⁰ Empresa multinacional, com sede na França, que atua em diversas áreas, “[...] desenvolvendo produtos inovadores para os mercados: agroquímico e nutrição, automotivo e transporte, bens de consumo e têxtil, eletroeletrônico, energia e abatimento de gases de efeito estufa, aromas e fragrâncias, saúde, indústria e processos.” Disponível em: <http://www.rhodia.com.br/pt/our_company/profile/index.tcm>

Publicidade passa no decorrer das décadas de 1970 e 1980 acaba expulsando Lilá desse mercado e da formalidade, pois qualquer curso de informática era extremamente caro, impossibilitando sua realização. Some-se a isso o fato da publicidade ser um mercado na época predominantemente masculino, o que dificultou ainda mais sua permanência.

Assim, sua inserção no mercado formal aos 18 anos (1969) que seguia uma linha ascendente e virtuosa desde sua entrada no Jornal Diário da Noite (indicada pela patroa da sua mãe – empregada doméstica) com subsequente entrada numa agência de Publicidade, começa a sofrer os primeiros abalos, a levando nos anos de 1980 para o trabalho informal como autônoma.

Micaela, com excelente formação no ensino médio, havia passado ainda no Maranhão na Faculdade de Serviço Social quando tinha 21 anos (1992), no entanto, nunca fez o curso. Quanto aos estudos ela diz que

“[...] eu estudava de madrugada [...], era assim, trabalhava o dia todo, levantava 5h da manhã, eu fazia café, fazia comida, limpava a casa, quando dava 5h da tarde eu já estava tomando banho, arrumada para ir para a escola [...] eu chegava da escola 10h30, 11h da noite, aí era a hora que eu ia comer, quando eu terminava de comer, eu ia estudar, aí eu estudava até 2, 3h da manhã todo dia um pouco [...] aí fiz a prova para o Liceu [...] De 7 mil alunos, empregada doméstica, eu passei em 12º lugar. O Liceu é uma escola de 2º Grau do Maranhão. É o melhor que tem. O Sarney estudou lá, a Roseana Sarney estudou lá, é o melhor colégio [...].”

“[...] fiz vestibular passei em primeiro lugar para Serviço Social só que eu não quis ficar porque eu queria fazer Medicina e a pessoa que passou em primeiro lugar em medicina fez menos ponto que eu na prova, aí eu fiquei revoltada [...].”

A excelente formação de Micaela lhe abre as portas para uma formação superior que, no entanto, acaba não se concretizando. O significado dessa escolha na vida dela é a sua permanência como empregada doméstica e como babá. No entanto, a mudança para São Paulo aos 23 anos (1994), motivada pela ida no ano anterior para essa cidade de um amigo muito próximo, considerado como irmão, muda o tipo de inserção ocupacional de Micaela.

Por último, temos Glória e Eleonor com apenas o ensino fundamental. **Eleonor** que havia fugido da casa dos tios aos 14 anos (1983) onde trabalhava de empregada doméstica e babá, vai morar com mãe (faxineira) e muda de endereço e escola. Num primeiro momento, já com 15 anos (1984), Eleonor continua atuando como empregada doméstica, o que tem como ponto negativo a informalidade do serviço prestado, e como ponto positivo o fato de ser um trabalho remunerado o

que significa uma melhora na sua condição de trabalho por permitir certa autonomia financeira.

No entanto, o ponto de inflexão positivo na sua trajetória ocupacional se dá em 1985 (16 anos) quando Eleonor faz um bico de garçomete por dois meses na lanchonete de uma amiga do bairro. É nesse local que conhece algumas pessoas que lhe encaminham para seu primeiro trabalho registrado como garçomete no Grupo X (Casa de Sfirra) na Zona Norte da cidade. Como era estudante nessa época, faltava grande parte das aulas devido ao fato de estudar e trabalhar em lugares muito distantes um do outro.

“[...] eu morava em São Miguel (*zona leste*) e ia trabalhar em Santana (*zona norte*) [...] saía três horas da manhã de casa pra chegar lá às oito, porque naquela época era muito difícil condução [...] E eu estudava nessa época e faltava [...] aí chegava na escola e me cobria de trabalho pra poder cobrir as faltas. Me cobria de trabalho [...] Mesmo porque compensava pra mim *ficar no trabalho* [...] não voltar pra casa, porque era muito longe, eu me cansava muito, entendeu? [...] Numa semana que eu faltava três dias *na escola*, na outra semana, eu já não faltava mais. [...] A professora chegava e falava: _“Oh, Ela veio [...] três dias, aí a semana que vem você vem, aí na outra semana mais três dias...”_. E eu falava: _“Tá bom, professora, mas é questão normal. É questão de necessidade”_. E ela falava: _“Tá bom”_. Ela entendia que era trabalho. Eu mostrava pra ela a minha carteira, mostrava o meu trabalho e tudo [...]”

Ao mesmo tempo em que esse trabalho amplia o campo de possibilidades profissionais para Eleonor à medida que ela entra em contato com um número maior de pessoas com diferentes experiências, podendo desempenhar diversas funções e recebendo, inclusive, o convite aos 20 anos (1989) para ser encarregada do restaurante, em reconhecimento de sua capacidade, ele também impõe limites para o investimento na sua formação básica. Desse modo, o movimento de Eleonor de rompimento com certo ‘destino ocupacional’ ou ‘destino biológico’ (HIRATA, 2002) – o que melhor se verifica na trajetória ocupacional estacionária de sua mãe que desempenha a mesma atividade por 33 anos (faxina) – esbarrará todo o tempo na exigência de maior formação.

Glória, por sua vez, parou de estudar na sétima série quando tinha 12 anos (1962), idade em que começou a namorar seu futuro marido. O investimento de seu tempo no trabalho como empregada doméstica, a partir dos 11 anos, surge como forte explicação para essa interrupção. A ausência de uma formação escolar maior, influência grandemente a re-inserção de Glória em trabalhos domésticos e/ou de baixa exigência de qualificação como de manicure, passadeira, lavadeira.

Cabe aqui a ressalva, mais uma vez, de que até este momento nossas protagonistas, assim como suas mães, desempenham atividades relacionadas ao universo feminino e do ‘care’. De partida, essas atividades são tratadas como habilidades naturais das mulheres, descartando qualquer processo de aprendizagem, o que implica na sua desvalorização social e na dificuldade de construção de uma identidade positiva com possibilidade de realização pessoal.

A relação entre a experiência militante e o tipo de inserção ocupacional

Outro dado relevante a ser destacado na trajetória de vida das nossas protagonistas é o envolvimento ou não com algum tipo de militância ainda durante a adolescência e início da fase adulta e suas implicações no tipo de inserção ocupacional no mercado de trabalho. Lilá, Micaela e Fabíola são exemplos de trajetórias fortemente influenciadas pela experiência militante.

Fabíola iniciou sua formação política quando era muito nova por meio da participação na PJMP onde entrou como integrante oficial com 14 anos (1995). Apesar da ala progressista da igreja católica, ideologicamente vinculada a Teologia da Libertação, já estar amplamente enfraquecida na década de 1990, sendo substituída pela igreja carismática, a presença de um de seus líderes em Guaianases, ligado diretamente a comunidade de Fabíola, permite não apenas a existência da PJMP como a manutenção de forte influência.

Ainda em 1995, Fabíola é também convidada por um líder do movimento de saúde, filiado ao PT, adepto à Teologia da Libertação e amigo de sua mãe, a integrar os conselhos onde eram realizadas as discussões sobre a criação de um Hospital Geral em Guaianases. É o início de sua participação nos movimentos sociais populares.

Fabíola se envolve cada vez com a vida política e tem uma mobilidade ascendente dentro da PJMP, sendo convidada a coordenar o grupo em 1996 (15 anos), o que não aceita por considerar ser muito jovem e recém chegada no grupo. No entanto, em 1997, com apenas 16 anos, torna-se secretária da sua paróquia, tendo como função articular todas as comunidades ligadas a ela.

“Bom, esse contato [...] da minha mãe de participar de igreja, de pastoral, a gente conheceu muita gente [...] E como ela era muito comunicativa, lá ela *se tornou* uma liderança [...] aqui, na região. Então assim, o contato com os padres [...] foi muito forte [...] eles iam na minha casa, freqüentavam a nossa casa. Minha mãe depois de um

tempo se tornou catequista, ministra [...]”

Aos 17 anos (1998), Fabíola se filia ao PT e começa a participar das reuniões do partido, ampliando, assim, seus horizontes políticos na medida em que sai apenas do âmbito da pastoral. Isso não implica que Fabíola pare de crescer na pastoral, pelo contrário, com 18 anos (1999), sempre apoiada pelo padre e líder local da PJMP, ela passa a compor a estrutura estadual dessa pastoral, tornando-se secretária regional o que significava representar sua paróquia no Estado de São Paulo.

No ano seguinte, com 19 anos (2000), depois de voltar de uma viagem a Itália onde foi representar sua comunidade e os jovens no Ano do Jubileu da Juventude no mundo, ela disputa as eleições para compor a estrutura nacional, mas perde devido a divergências internas à igreja, que a essa altura tinha nos cargos de poder, predominantemente, os declarados adversários da Teologia da Libertação. Fica evidente o processo de desmantelamento e desmoralização do trabalho das pastorais pelo poder conservador que agora assumia a igreja.

Após essa derrota, Fabíola sai da estrutura estadual após cumprir o período estipulado para a ocupação do cargo. Apesar disso, Fabíola vê positivamente sua experiência na pastoral, afirmando que foi

“[...] assim *que eu comecei* um pouco assim a entender [...] como funciona a sociedade, [...] algumas coisas que a igreja trazia de discussão que não era só a parte espiritual que importava né, que assim o bairro tinha muitas lutas pra serem *feitas* [...] então foi tudo a partir da pastoral que eu comecei [...] a identificar [...] da pastoral da juventude né, [...] da PJMP, [...] que a visão era atuar [...] dentro das periferias né, pra alertar essa consciência de classe, de que né, que o jovem pobre era diferente do jovem rico, passavam por mais dificuldades e tudo mais [...]”

A experiência política construída por meio da participação na PJMP, nos movimentos sociais e no PT conjuntamente proporcionaram a constituição de um *ethos* pessoal calcado na busca por justiça social e relações sociais igualitárias. Essa experiência no espaço público acaba sendo projetada para as relações no interior do espaço privado da família provocando conflitos crescentes entre Fabíola e seu pai, na tentativa por parte dela de romper com a relação de dominação masculina.

Cabe aqui destacar que as conquistas da sua mãe no que concerne a construção de sua imagem no

espaço público como líder local¹⁴¹, não traz para a mãe grandes mudanças quanto a dinâmica das relações sociais internas a família que, ainda que amenizadas, permanecem hierárquicas, tendo no homem (marido-pai) a figura da dominação e autoridade.

De todo modo, o posicionamento de enfiamento de sua mãe quanto a desigualdade das relações sociais no espaço da família, assim como seu incentivo para que a filha alcançasse a autonomia, abriu caminho para a emancipação de Fabíola, que empoderada pela própria experiência da mãe buscou definir sua vida a partir de referências mais igualitárias.

Isso é válido tanto para o espaço público quanto para o espaço privado, onde os conflitos com pai se intensificam, a levando a aceitar o conselho de sua mãe para fazer inscrição no Programa de Arrendamento Residencial (PAR), conselho que já havia rejeitado anteriormente, mostrando com isso uma postura de negação dos padrões tradicionais, de suas normas e valores. Em 2005, com 24 anos seu nome é contemplado e ela vai morar no PAR em Guaianases.

No espaço público podemos dizer que a experiência na militância levou Fabíola a escolher fazer uma formação superior em Serviço Social, como já foi dito acima, onde pudesse lidar diretamente com os problemas sociais que afligiam a população, sempre buscando por justiça social. Esse curso possibilitou a realização de um estágio aos 20 anos (2001), numa Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica onde pela primeira vez entrou em contato com essa questão.

“[...] Na pastoral, a gente nunca tinha tido essa discussão mais específica sobre gênero, a questão da desigualdade não tinha, a gente tinha muito forte o recorte de classe, mas os outros recortes não [...] era [...] pouco visto assim [...] talvez um recorte mais racial também, acho que era mais forte porque eu acho que as pessoas [...] os mais pobres, dentre os mais pobres também estão os negros [...] é uma presença muito forte então eu acho que também isso era mais forte. Mas a questão da mulher, da situação da mulher, isso não era [...]”

“[...] a experiência do centro bíblico, você tinha algumas leituras feministas da Bíblia, mas eu não entendia [...] pra mim não fazia muito sentido, eu era muito nova também

¹⁴¹ Após sua entrada na igreja militante em 1989, representada pela ala progressista da Teologia da Libertação, a mãe de Fabíola inicia uma trajetória de auto-empoderamento que tem como ponto de partida a retomada dos estudos, concluindo o ensino médio em 2001. Além disso, ela passa a atuar diretamente na vida da sua comunidade como conselheira tutelar, cargo que conquistou em 1999, sendo reeleita em 2002. Está ligada a associação “A”, fundada em 1995 - na qual sua filha esteve vinculada - coordenando o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) em Guaianases no período. Em 2004, ao concluir seu mandato como conselheira, ela ingressa na Faculdade de Pedagogia. Em 2007 ela se forma e volta a ser conselheira tutelar.

[...], então, [...] não me chamava muito a atenção. No terceiro ano de faculdade a gente é obrigado a fazer estágio e [...] *foi assim que entrei em contato com a questão da violência [...]*”

A experiência na Casa Abrigo levou Fabíola a problematizar a questão da violência doméstica, retirando o enfrentamento desta do âmbito da vida privada da família e a recolocando no espaço público, como um problema social de interesse da sociedade como um todo. A partir dessa experiência na Casa Abrigo, passa a participar das discussões empreendidas na Casa Eliane de Grammont, equipamento da prefeitura de São Paulo e primeiro Centro de Referência da Mulher, onde funciona o “Fórum Paulista de Não Violência Contra a Mulher”.

No ano seguinte, 2002 (21 anos), o assassinato de uma jovem mulher pelo próprio marido, moradores de seu bairro em Guaianases, irá redimensionar a questão da violência doméstica como um problema presente também no seu bairro. Este episódio é o estopim de uma grande mobilização de moradoras e líderes locais (algumas da associação “A”), que movidas pela revolta e vontade de mudar a realidade de violência propõem a realização de uma pesquisa capaz de apurar o quadro de violência doméstica em Guaianases a fim de posteriormente fazer um trabalho de formação/orientação e prevenção com as mulheres.

Fabíola integra esse movimento e busca apoio junto ao padre líder local da PJMP para pensar a logística da pesquisa. Ela também comenta sobre a pesquisa com outro padre que havia conhecido na viagem que tinha feito à Itália, com quem mantinha contato desde então, uma vez que sendo professor-pesquisador¹⁴² ele poderia auxiliar de algum modo. Fabíola utiliza o questionário que havia elaborado para o seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) como base para criar o questionário da pesquisa sobre violência, recebendo muitas sugestões e novas perguntas de ambos os padres.

Em 2003 (22 anos), durante 15 dias a pesquisa é realizada com a presença participante do padre italiano que trouxe uma orientanda para integrar a equipe, assim como dinheiro para pagar as pesquisadoras (mulheres moradoras locais) e o sistema que seria alimentado pelos dados da pesquisa, que recolheu ao final oitocentas entrevistas.

¹⁴² Professor de Filosofia e Sociologia.

O resultado foi alarmante e após muitas discussões, junto ao grupo de mulheres que realizou o levantamento, sobre o que poderia ser feito para mudar o quadro de extrema violência que as mulheres de Guaianases enfrentavam, Fabíola propõe a criação de um Centro de Referência da Mulher. Essa idéia é apoiada pelo padre italiano que pessoalmente apresenta o projeto para a secretária municipal de assistência social da época, Aldaíza Sposati (governo Marta Suplicy).

No entanto, independentemente da prefeitura aprovar o projeto, uma ONG italiana ligada a parentes do padre líder local em Guaianases se propõe a pagar o aluguel da casa onde o Centro seria instalado para realizar um serviço de orientação para as mulheres. Fabíola é então convidada pelo padre italiano para coordenar o Centro de Referência, que seria um serviço da associação “A”, o que aceita, levando-a a sair do Abrigo de Adolescentes, onde concordou em trabalhar (registrada) em 2003 (22 anos) para não ficar sem renda, uma vez que seu estágio na Casa Abrigo para Mulheres havia acabado no final do ano anterior. Ela começa a trabalhar no Centro de Referência em maio e é registrada em agosto pela associação “A”.

Como pudemos verificar a trajetória ocupacional de Fabíola está fortemente influenciada pela sua experiência militante o que certamente vai produzir efeitos sobre a forma como vê e conduz seu trabalho no Centro de Referência, o que veremos mais detidamente no tópico 3.2. Vemos na sua trajetória de vida uma coerência entre escolhas educacionais e ocupacionais, sem que precisasse em nenhum momento trabalhar para suprir uma necessidade de sobrevivência, mesmo quando vai trabalhar no Abrigo para Adolescentes, com o qual não se identificava. Ela se mantém atuando como assistente social desde o estágio na Casa Abrigo para mulheres do ABC.

Micaela, por sua vez e como já vimos acima tem um melhoramento na sua vida quando muda para São Luiz, tanto no âmbito ocupacional, quanto no educacional. Estava na casa do médico trabalhando como babá quando inicia sua experiência militante, a partir da sétima série, no Grêmio da própria escola onde era presidente.

“[...] foi na 7ª, que eu estudava na escola modelo, aí eu comecei a ser líder estudantil fazia abaixo assinado, escola pública, eu fiz abaixo assinado para melhorar a escola, a diretora quase perdeu o cargo por minha causa, nossa foi a maior confusão [...]”

“[...] eu fui líder estudantil mesmo sendo empregada doméstica, eu era a única pretinha da classe e líder da turma. Uma vez o jornal foi lá fazer uma matéria [...], todo mudo saiu na foto e eu era a única pretinha, aí eu disse gente esta todo mundo de preto só eu

de branco ali no meio, e eu era a líder da turma [...]"

Aos 19 anos (1990) sai da casa do médico e ingressa em outra casa, onde irá trabalhar como cozinheira, embora também faça a limpeza, durante 4 anos. É a primeira vez em que é contratada e que tem um salário bom. Este novo trabalho permite que concluisse o ensino médio no Liceu e que faça vestibular. Micaela continuou na sua trajetória militante e desconhecida pelos seus patrões.

"[...] Eu tinha vontade de crescer de ser alguém, mesmo sendo empregada doméstica, eu saía de casa inventava uma história para a patroa que ia fazer tal coisa assim, e ia fazer passeata, brigava com o governador, brigava com o prefeito [...]"

"[...] Só quando eu passeata televisão ela falava: "O que você está fazendo na televisão?". É que eu fazia movimentos, era do movimento estudantil. Uma vez, *em 1992*, passou 2 meses sem aula, ninguém tomou uma atitude. Aí eu fui lá e tomei uma atitude. [...] Em São Luiz inteiro não tinha aula. Aí eu fui e tomei atitude: fui na televisão, fui no rádio, convoquei os líderes estudantis, fiz uma reunião no Liceu aí chegou lá no Liceu convoquei os alunos, vai ter desfile 7 de setembro nós vamos fazer uma passeata contra este desfile. Aí fomos lá, se vestimos com a roupa do Liceu, tudo disfarçadamente, levamos um monte de cartolina, coisa de protesto e tal, eu que fiz tudo. Quando chegou em frente ao palco o governador estava lá, aí abrimos os cartazes, esculhambamos o governador [...] Aí o governador mandou me prender. Uma confusão [...] Estava no segundo ano do 2º Grau [...]"

"[...] Aí eu fui no sindicato dos professores, reuni uma passeata para falar com o governador. Foram todos os professores de São Luiz. Todos! Tinha 15mil pessoas na passeata, era muita gente. Aí todo mundo ficava admirados como que eu tinha este poder de liderança, de convocar as pessoas [...]"

Nessa mesma época, com apenas 19 anos, Micaela começou a se envolver com o movimento negro e pertencia também a um grupo/bloco de samba onde atuava como compositora e cantora. Sua composição baseada no tema "Quilombos e Quilombolas", interpretada por ela mesma, foi vencedora do primeiro festival do qual participou.

"[...] Em São Luís [...] já tinha um movimento organizado, centro da cultura negra. Aí eu fui convidada um dia para ir lá. Eu sempre tinha um sonho de ser cantora e compositora, o meu sonho era ser cantora e compositora, desde menina eu achava que ia ser igual Alcione, [...] então eu fui lá e comecei a cantar, comecei a compor [...]"

Até os 22 anos (1993) quando Micaela morou em São Luiz, seu histórico de militância estava muito centrado no universo estudantil, muito embora essa experiência a tenha levado a conhecer o movimento negro do qual participou, inclusive por meio de suas composições. No entanto, a trajetória de vida de Micaela sofre uma ruptura quando se muda aos 23 anos (1994) para São Paulo, seguindo um grande amigo que havia conhecido no Liceu e que militou juntamente com

ela durante todo o ensino médio.

Ao chegar à capital paulista ela vai trabalhar registrada primeiramente como atendente e, em seguida, como de analista de crédito na Besni após ser aprovada em uma prova de matemática e português onde tirou nota máxima. No entanto, apesar de Micaela ser melhor qualificada e ter dado demonstrações de sua competência ela sofreu discriminação racial no ambiente de trabalho quando perde o cargo de comando para uma mulher branca e loira e com escolaridade inferior.

“[...] Eu fiquei sustentando a loja 2 meses sozinha [...] *atendendo* [...] 150, 300 pessoas por dia sozinha, fazendo ficha, aprovando ficha, [...] das 7 da manhã [...] até meia noite. [...] Aí tem a função de coordenadora que era a função da minha encarregada, e eu queria ser coordenadora. [...] Eu passei 2 meses na loja sozinha e arripei [...] o gerente todo mundo gostava de mim na loja porque eu trabalhava mesmo [...]. Aí mandaram uma encarregada para mim. Só porque ela era bonitinha, tinha balanço no cabelo, branquinha, *tinha só a 4º série* e não sabia nem escrever. Nossa quando eu vi aquilo eu falei: _“Você sabe fazer ficha?” Ela: _“Não sei não”. Eu disse: _“Como você vai ser a minha encarregada? Não vou admitir.””

Diante disso, Micaela resolve ir falar com o dono da Loja para pedir esclarecimento, mas acaba pedindo as contas, saindo da Besni depois de 2 anos e meio de trabalho. Em meio a conversa com o dono da loja Micaela revela sua forte personalidade além de uma consciência de raça forjada durante os anos de militância.

“[...] Ai eu peguei e fui ver lá [...] falar [...] com o dono *da Besni*. [...] Aí eu disse assim: _“Eu sou negra, tenho o 2º Grau, sou inteligente, trabalho para o senhor há 2 anos e meio, nunca teve uma ficha minha que voltou [...] nunca faltou 1 real no caixa, por que não me dá a promoção? Mandam uma encarregada para mim que não tem nem a 4º série? Que conversa é essa? Ele: _“Não, não é assim, tem que ter paciência, não é assim. Eu: _“Eu quero que você me mande embora, eu não quero mais ficar, eu quero ser mandada embora, se você não me mandar embora eu vou na delegacia abrir um boletim de ocorrência contra preconceito racial.” Era declarado. Só porque eu era negra não podia ser coordenadora nem encarregada sendo que eu tinha competência para isto? Se eu segurei a loja 2 anos? Ele falou: _“Não, você está enganada. A gente não tem preconceito na nossa firma. _“Eu quero ser mandada embora porque se eu não posso ser coordenadora eu não posso ser subordinada à uma pessoa que não tem nem escolaridade. O que [...] é isto?”

Diante da desilusão provocada pelo que ocorreu na Besni, Micaela toma a decisão ser uma trabalhadora autônoma e começa a vender, aos 26 anos (1997), cachorro quente num campo de futebol em Guaianases, onde já morava.

“[...] em dezembro ele me mandou embora. Aí eu disse para mim mesma: _“Eu nunca mais vou trabalhar para ninguém, eu tomei a minha decisão de nunca mais trabalhar para ninguém. Naquela época estava a maior onda de fazer cachorro quente sabe [...]”.

Quando Micaela se mudou para Guaianases ela entrou em contato com o movimento negro de Poá, se integrando a ele, e começou a fazer shows ligados ao movimento nessa cidade, assim como em Suzano. Portanto, ela retoma sua trajetória de militância.

Com o dinheiro de seu trabalho com o carrinho de cachorro quente ela consegue comprar um apartamento da COHAB em Cidade Tiradentes, conquistando sua autonomia habitacional aos 28 anos (1999).

“[...] Aí eu comprei aqui com o dinheiro do cachorro quente [...] só com o dinheiro do cachorro quente [...] em 1999. Em dois anos [...]”

No entanto, problemas de saúde a obrigam a deixar o trabalho no campo de futebol de Guaianases e a montar uma barraca no ponto final do ônibus que ficava ao lado de sua casa em Cidade Tiradentes. Esse local onde estava tinha um prédio da COHAB abandonado, utilizado para desmanche, que Micaela invadiu em 2000 (29 anos) para montar um barzinho. Todavia os constantes assaltos a seus clientes a fizeram fechar o bar.

“[...] não deu certo lá porque tinha muito assalto, eles não me assaltavam, [...] me respeitavam, [...] mas assaltavam as pessoas que estavam dentro do bar [...] Aí como não deu certo aí eu montei a associação “E” [...]”

Como vimos a trajetória ocupacional de Micaela em São Paulo não apresentou vínculo direto com sua experiência militante. No entanto, seu grande caráter de líder sempre se fez presente em todas as suas atividades. Na passagem da citação acima quando afirma que ninguém a assaltava porque a respeitavam, Micaela deixa claro que utiliza seu carisma de líder para construir seu espaço em meio a um ambiente hostil, negociando com assaltantes e traficantes – personagens do poder paralelo de Cidade Tiradentes. Portanto, da sua militância anterior foi extraído um sentido mais pragmático de liderança.

Por fim, **Lilá** iniciou sua trajetória militante ainda no ginásio participando ativamente do Grêmio a partir dos 11 anos (1962), dando continuidade a militância no ensino médio onde entra com 15 anos (1966).

“[...] as professoras *no primário (Sesi)* quando trabalhavam com a gente elas [...] vem construindo na gente essa formação, mas politizada [...] Então a professora, muitas vezes, ela externava a opinião dela e isso forma o cidadão porque ela faz aquele contraponto com aquilo que está no caderno de história [...]”

“[...] *depois* estudei no ginásio e uma parte [...] dos professores eram [...] ex-

seminaristas. Então, o ginásio que eu fiz era uma escola *estadual* que tinha [...] o 15 de novembro, eram ex-seminaristas que formaram o colégio e eles também tinha uma posição, porque a igreja sempre tem uma posição ela é mais politizada [...]"

"[...] *aí no* [...] ginásio [...] já tem o grêmio já [...] antigamente tinha o grêmio. O grêmio não era só no segundo grau, ou na universidade, então por isso que a gente faz uma avaliação das gerações e você vê como tem uma geração que ela é mais politizada, mesmo que ela não faça universidade, ela é politizada, ela tem consciência, ela tem senso crítico, e você faz uma comparação hoje de quem ta saindo do colegial e indo pra universidade e a universidade hoje também não tem mais esse ponto crítico político como tinha antigamente. Então, no ginásio a gente já tem o grêmio, que a gente discute várias coisas, era um momento que tem Beatles, Rolling Stones, as festas, e aí vem todo mundo, o movimento Hippie que ta aí, que já é a discussão política do que acontece no mundo. Então a gente começa no ginásio [...]"

"[...] Quando eu vou pro *ensino médio* também há o grêmio. Então, apesar de eu sair sem concluir no estado, mas eu participei de grêmio. Então eu tenho uma formação, já tenho alguns conceitos políticos pra atuar, então, quando eu tenho minha filha, desconstrói uma série de coisas e eu tenho uma consciência da minha condição étnica que é negra. O movimento negro está fervilhando nos anos 70 pra 80 [...]"

Como Lilá mesma diz, foi essa experiência política na escola que plantou nela “a vontade de saber e o desejo de modificar, pra ir a luta” que não foi destruído mesmo depois da interrupção dos estudos devido a chegada não planejada do primeiro filho aos 16 anos (1967).

E uma das razões pelas quais a trajetória de vida Lilá acaba não reproduzindo a trajetória da mãe e, que sua militância não esmorece é a entrada entre os 18 e 20 anos (1969-1971) no Jornal Diário da Noite, onde trabalha na área de faturamento. O Jornal a coloca no centro efervescente das discussões sobre a ditadura.

"[...] Eu [...] sempre fui de querer saber mais. Sempre tive amigos, então você vai pro um bar, você escuta o que as pessoas estão falando, então eu lidei num momento com jornalistas, eu tava ali no meio [...]. Evidentemente jornalista, naquele momento, o assunto é a ditadura, é fulano que foi preso [...]"

"[...] Essas coisas de festival eu participava, eu não tava na universidade, mas [...] os universitários tinha uma relação muito grande com quem não tava. Essa coisa do grêmio, quase todos [...] os *meus* amigos e amigas que conseguiram entrar na universidade se reencontra, embora eu não esteja lá, nós discutimos em pé de igualdade porque não faz diferença [...]"

"[...] eu tive uma sorte, que a minha mãe através do trabalho dela, me colocou no foco da discussão e aquilo foi alimentando mais [...] Senão eu teria voltado, eu seria mais uma empregada doméstica igual a minha mãe [...] E você voltando a ser empregada doméstica, naquela época, talvez eu teria que abafar essa semente do conhecimento, de uma serie de coisas [...]"

Quando passa a trabalhar na agência de publicidade Lilá encontra de certo modo um ambiente

político, dando, assim, continuidade a sua experiência militante.

“[...] na época os publicitários viviam em boates, era o auge da contracultura [...] Porque ser publicitário, na época, era uma classe trabalhadora que vinha dos movimentos, tinha um pensamento mais vanguardista e aqui falando, era o pessoal que vinha do movimento hippie [...] vinha saindo de universidades de outros campus, pensavam de outra forma e era mais libertários [...]”

Foi em meio a convivência com de jornalistas, fotógrafos, publicitários, antropólogos, sociólogos e universitários em geral, envolvidos com diversos movimentos, que gradativamente Lilá vai construindo uma consciência de raça e gênero.

“[...] então eu convivo com esse pessoal e tenho as minhas relações de amizade que a gente vai construindo de identificação com o movimento [...]”

Ainda em relação ao processo de politização no qual Lilá está inserida, ela destaca a contribuição direta e fundamental de um fotógrafo, seu amante, que de diversas formas a auxilia nessa conquista.

“[...] Esse relacionamento que eu tive [...] é muito importante *porque quando* [...] eu *estou na* publicidade, eu continuo uma pessoa sabendo que sou negra, mas sem reagir [...], eu ainda estou na inércia. [...] *então, ele* começa a conversar comigo, ele viaja muito, ele traz coisas, me conta das coisas da África, não sei da onde, traz as fotografias que ele tirou. Ele começa trazer a luz uma série de coisas e vai me empoderando da minha identidade *étnica*. E aí eu me reconheço como negra. É engraçado falar isso, mas foi um homem branco. [...] Esse relacionamento veio trazendo várias coisas, inclusive eu me redescobri como prazer na minha sexualidade porque esse homem me ensina a ter prazer. Ele, na verdade, é o que desperta em mim a minha sexualidade, o lance de ser mulher, o gosto de voltar a me arrumar, me estimula [...] a moda dele ele vai mostrando em mim a minha identidade étnica e de mulher [...]”

Em 1973 (22 anos), quando estava morando no Parque do Peruche (Casa Verde) e trabalhava na sua primeira agência publicitária entrou em contato com Movimento Negro, o que cada vez mais aprofundava a consciência política de Lilá.

“[...] *saindo da agência* num desses lugares que agente parava pra beber, tinha um grupo maior de negros. Aí a gente faz amizade, começa a se discutir MNU, Movimento Negro, da causa negra e aquilo eu vou me empoderando e começo a freqüentar o movimento negro que hoje é a organização movimento negro, que agora se chama Movimento Negro Unificado [...]”

“[...] Aí [...] uma das primeiras estratégias de denúncia é a questão cultural, então a gente vem através da cultura resgatando o teatro negro, dança negra [...] formamos o primeiro grupo de dança afro [...]”

A experiência no movimento negro faz com que Lilá leve para seu ambiente de trabalho, na agência publicitária, as discussões de raça que antecedem as de gênero.

“Então, essa minha militância ela vem acarreada da própria situação da gravidez na adolescência e de ter que superar alguns aspectos da minha vida que é pra poder tocar pra frente [...] Então é muito paralelo o meu ativismo dentro do combate ao racismo, da questão da discriminação racial, ele antecede um pouco a questão do feminismo [...]”

Vale ressaltar que após cinco anos trabalhando na publicidade, Lilá se sindicalizou, por volta dos 25 anos (1976). Todo o envolvimento com o movimento negro e com o sindicato influi na forma como Lilá defendia seus direitos no ambiente de trabalho que em muitos momentos foi extremamente hostil a ela, que, no entanto, não se deixou abalar.

A militância no movimento feminista foi possibilitada por meio da sua participação no movimento negro, e teve início apenas na década de 1990, após fazer um curso de formação de promotoras legais em 1995 oferecido pela ONG União das Mulheres, cujo objetivo era dá formação na área dos Direitos Humanos e dos Direitos da Mulher para a fim de combater a violência doméstica.

A própria Lilá havia sofrido com a violência doméstica e havia expulsado de casa, há pouco tempo, o homem com quem se relacionava e estava reconstruindo sua vida. Esse curso lhe devolve a auto-confiança e a força necessária para superar anos de destruição da sua auto-estima.

“[...] Aí eu comecei a aprender *sobre* gênero e raça, fazer corte, ver esse lado dos direitos [...] E aí foi ótimo pra mim, porque naquele momento eu tinha posto o cara pra fora [...] e tomei um impulso, o que me ajudou [...]. Ainda tinha medo de ele vir aqui [...] e tomar os filhos, levar meus filhos. Enfim eu tinha um monte de coisa. Essa preparação na área dos direitos me garantiu uma certa como é que se diz? [...] Segurança para eu poder [...] continuar [...]”

Além disso, a formação como promotora legal permite com que Lilá faça a escolha de trabalhar com o recorte de raça e gênero no próprio bairro por meio da ONG “G”, dando início a uma nova fase.

Como podemos perceber a militância trouxe para os três exemplos empoderamento para essas mulheres capaz de atribuir a todas conhecimento para saber lidar de modo mais eficiente com situações que as discriminavam ou desprestigiavam. Em todos os casos a militância teve um grande peso nas escolhas de trabalho e na não aceitação de qualquer situação ocupacional. No caso de Lilá e Fabíola a militância irá influenciar significativamente o modo como irão lidar com o terceiro setor.

Apesar de **Eleonor** ter participado do movimento negro, tal participação não foi tão expressiva. **Glória**, por sua vez, esteve ligada ao PMDB, mas isso não implicou numa formação política. **Paula** nunca esteve ligada ao movimento. Essas trajetórias também são fortemente definidas por essas escolhas e ausência de formação política.

Casamento e/ou a chegada dos filhos e sua influência sobre a inserção ocupacional

Evidentemente os adventos do casamento e da chegada dos filhos sempre irão significar mudanças expressivas na vida daqueles que estão envolvidos, no entanto, cabe avaliar se tais mudanças irão traduzir-se, temporária ou permanentemente, na estagnação e precarização de algumas trajetórias de vida, ou não. Cabe também analisar se existe maior responsabilização sobre as mulheres do que sobre os homens no que concerne a manutenção do matrimônio e ao cuidado com os filhos e, como isso pode afetar a trajetória ocupacional e educacional das mulheres.

Lilá engravidou muito nova, aos 16 anos (1977), quando ainda estava iniciando o segundo ano do ensino médio. Seu primeiro filho é fruto de uma pseudo-relação de uma única noite com um rapaz branco, de classe média, irmão de sua melhor amiga, seus vizinhos no Jabaquara e colegas de escola. A família do rapaz não aceitou a gravidez de Lilá, pois não queriam um neto negro.

“[...] O avô do *meu filho* ele era da Polícia Civil, naquela época [...] era a elite da polícia [...] Então ele tinha uma situação financeira melhor [...]”

“[...] Eu era apaixonada *pelo pai do meu filho*, eu fazia um monte de castelo, que um dia eu ia entrar na igreja, casada com ele, não sei o que [...]. Eu mesma não tive nenhuma relação sexual com ele, dizer assim de contato de corpo nú. [...] eu engravidei nas brincadeiras de ficar nas coxas, foi aí que eu engravidei [...] Eu era virgem quando eu engravidei. Aí, foi quando eu descobri o racismo [...]”

“[...] Aí a família *dele* [...] primeiro falaram que o filho não era dele [...] *Depois* eles diziam pra mim se a sua mãe não quiser você em casa a gente não pode ficar com você aqui porque o *fulano* vai casar com outra, mas se a criança nascer clara a gente fica com ela e a gente cria ela como filha [...]”

“[...] aí começou a interlocução da minha família com a família *dele* [...] foi quando eles falaram mesmo que não queriam um negro na família. Que a família era branca, eles não queriam misturar e achavam que o filho não era dele, que eu era uma sem vergonha e eu não podia dizer com quem eu andava [...]”

“[...] Eu passei o pior *vexame* da minha vida porque eles diziam que eu não era mais moça, aí eu tive que passar pelo Instituto Médico Legal, porque acabou indo pro Conselho da Polícia Civil e eles são uma categoria que é unida [...] eu tive que passar

num exame pra comprovar se eu era virgem ou não [...]"

"[...] Eu tinha esperança ainda, no último momento, aquelas coisas de romance, que no último instante ele ia abandonar a noiva dele portuguesa e vinha pra casar comigo, até o último dia. No dia que ele casou, eu estava sentada na frente do prédio, com o meu filho no colo e o carro [...] que levou o noivo [...] passou na minha porta [...] naquele dia eu chorei muito [...]"

Para Lilá a primeira gravidez resulta numa desconstrução moral, uma vez que ao sair da escola de ensino fundamental seu futuro já havia sido renunciado pela diretora do semi-internato que afirmou que ela seria uma prostituta depois que estivesse fora dali. Quando ela engravida em seguida, Lilá não escapa de definir sua gravidez como resultado de uma praga. O estigma é potencializado quando, primeiramente, a família do pai de seu filho faz com que todo o bairro onde moram a trate com desprezo e como uma prostituta e, seguida a própria mãe demonstra todo seu desgosto pela gravidez da filha, que de certo modo estava reproduzindo a própria trajetória da mãe, quando engravidou de Lilá de um ato sexual casual.

"[...] a família dele começou a dizer que eu dava pra todo mundo. Que fulano tinha me comido, eles arrumaram outros policiais que moravam ali no bairro pra dizer que tinham transado comigo. [...] Na rua onde eu morava lá no Jabaquara, quando eu saía pra ir na mercearia, como eles esparramaram isso, os homens me chamavam pra ir dormir: _“Quanto que você quer?”. Eu tive uma experiência muito dura de comunidade, de como uma comunidade que ao mesmo tempo tá contigo é tão perversa [...]"

"[...] As amigas, as mães não deixaram mais falar comigo. Foi uma coisa horrível, horrível, horrível. De ir pra escola e as pessoas te olharem diferente, as professora, então desmorona a sua vida toda. Pra uma menina de 16 anos foi muito duro pra mim, foi demais da conta. Uma coisa que me marcou terrivelmente. [...] é uma cicatriz que fica na gente que ela nunca mais sai [...]"

"[...] de certa forma a minha mãe me oprime porque ela não quer nenhuma vagabunda, nenhuma prostituta e não quer que eu tenha mais filhos [...]"

O abandono do pai de seu filho obrigou Lilá a interromper os estudos do 3º ano do ensino médio e a trabalhar para sustentar seu filho. Foi assim, que ela, aos 17 anos (1978), começou a trabalhar na limpeza do Hospital Sírio Libanês no período da noite devido ao adicional que ganhava.

"[...] *minha mãe* achou que eu tinha que parar de estudar, então ali eu tinha o compromisso de já que eu fiz a cagada de arrumar um filho, então ali parou [...] minha mãe achava que se eu voltasse de novo [...] a estudar à noite, eu ia arrumar outro filho. Eu acho que ela fez isso como uma rédea curta [...]"

Lilá, assim, como sua mãe, funda uma família monoparental e matriarcal e tem agora menos recursos e tempo livre para investir em seu desenvolvimento. Como parte da retomada de sua

vida, Lilá e a família se mudam para Cotia. No entanto, ela continuou morando com sua mãe que lhe ajudou financeiramente e a cuidar do filho, sendo esta a chefe da família.

“[...] A minha mãe trabalhava e me ajudava, eu também trabalhava, ela ia de manhã cedinho deixava ele na creche e quando eu saía do hospital eu ia buscar. *Quando* eu entrava à noite, eu ia levar ele na creche e à noite ela pegava quando vinha da casa da patroa. Ela me ajudou sim, não vou dizer que ele não me ajudou [...] Ajudou a criar e [...] a educar mesmo [...]”

Apesar da mãe de Lilá ter impedido a filha de dar continuidade aos estudos é ela que possibilita com que a filha dê início, entre os 18 e 20 anos (1969-1971), a uma trajetória ocupacional mais virtuosa, pois é a partir da indicação da sua patroa, esposa do dono do Jornal Diário da Noite, que Lilá irá trabalhar registrada no setor de faturamento dessa empresa. Além disso, a mãe de Lilá ajuda a cuidar de seu filho o que lhe dá mais liberdade para investir em si.

É nesse momento que Lilá irá concluir o ensino médio (supletivo) e que por meio de uma relação amorosa com um homem branco e casado do Jornal ela começa a recuperar sua auto-estima e a reconstruir sua feminilidade e sua relação com os homens, além de uma consciência de raça e de gênero.

Ao sair do Diário da Noite, Lilá vai trabalhar em uma agência de publicidade (fica 2 ou 3 anos), como secretária do faturamento financeiro, no setor de mídia que era na época predominantemente masculino, assim como toda a publicidade em sua fase inicial. É válido ressaltar que apesar de não ter formação na área, Lilá consegue trabalhar com publicidade devido ao fato de na sua fase inicial ninguém dessa área ter formação, e ela também ter feito um ginásio profissionalizante em secretariado aprendendo, entre outras coisas, datilografia, taquigrafia. A profissionalização da publicidade só virá na década de 1980 com a abertura de algumas faculdades.

“[...] Porque a publicidade no Brasil ela começa com gente que é do jornal com quem não é de jornal, ou seja, com gente que não tinha nem curso nenhum de superior [...]”

“Aí começou surgir as faculdades, começou a falar sobre a profissionalização e saiu o sindicato dos publicitários. Todo mundo que estava trabalhando em publicidade a mais de seis anos já era considerado publicitário, não precisava de diploma da universidade, já era considerado profissional [...]”

Como já foi dito Lilá começa a fazer faculdade de publicidade aos 20 anos (1971) o que demonstra certo investimento na sua formação e intenção em continuar numa área que estava se

desenvolvendo, simultaneamente a chegada de multinacionais no país e as mudanças de orientação na política econômica, que irão de fato ser oficializadas apenas na década de 1990 com a introdução do neoliberalismo no cenário nacional.

No entanto, a profissionalização instantânea daqueles que já estavam atuando na área faz com que Lilá desista da formação superior. Essa decisão tem efeitos negativos uma vez que ela não consegue acompanhar a evolução tecnológica da área, pois os cursos são muito caros, além do que a publicidade nasceu como uma profissão da elite e foi se tornando cada vez mais seletiva.

“[...] o mercado de trabalho publicitário ele era dirigido pra uma classe social, de um padrão mais elevado, não vamos poder esquecer que quem tava na faculdade, em determinadas áreas, eram os play boys que tinham grana [...]. Era pra uma elite. Então, chegou um momento na publicidade que só se contratava os caras que saíam da universidade [...]. E nesse meio as mulheres eram poucas. Aí começa a surgir as mulheres que se formam na universidade que são filhinhas de papai também [...].”

“[...] a publicidade está mudando, está entrando computador nas coisas [...].”

O fato da publicidade ser um ambiente masculino, acrescido do fato de Lilá ter apenas uma formação técnica em secretariado dificultam sua permanência nesse mercado. Some-se a isso a instabilidade constante que cercava o trabalho numa agência, principalmente das pequenas, que dependiam do faturamento para evitar os cortes.

“[...] você não tinha uma estabilidade no trabalho naquela época porque dependia muito do faturamento da empresa [...].”

Conjuntamente esses fatores produzem um gradativo afastamento de Lilá da área publicitária e o início de uma trajetória ocupacional descendente que a coloca no mercado informal.

Além disso, aos 22 anos (1973), Lilá torna-se definitivamente chefe de família, tanto no sentido moral, quanto econômico, pois sua mãe não trabalhava mais por ter ficado completamente cega depois de um atropelamento em 1970, e sua irmã que desde então era a chefe econômica da casa falece em 1972, deixando uma filha de 2,5 anos que Lilá passa a criar. É o estabelecimento de um ‘novo’ núcleo familiar ainda monoparental e matriarcal que agora se fixa no Parque do Peruche no distrito da Casa Verde onde moram por 9 anos.

“[...] Então, mas o meu salário não era o salário que contribuía pra sustentar, pagar aluguel pagar luz, não sei o que [...]. Naquele momento só tinha eu, a minha mãe e a minha irmã. Os meus irmãos já estavam casados, acho com exceção do *cicrano* [...] então ela era que mantinha. Quando a minha irmã falece, eu passo assumir as rédeas da família, como dizia a minha mãe. Então aí o meu salário vai manter a minha família

com as crianças [...] eu também estava em choque, nunca tinha assumido a direção da casa [...]"

"[...] Ai então eu tenho que ter um empenho maior pra sair de secretaria pra outros cargos pra poder ganhar mais pra sustentar a família. E ganhei bem [...] na época eu ganhava, por exemplo, se for fazer uma comparação hoje eu ganhava uns R\$ 2.500,00. Então eu ganhava um salário razoavelmente bem, não pra ter carro, nem nada, essas coisas, mas ter, teria uma situação boa [...] Minha mãe tinha que ir no médico, então eu tinha dinheiro pra médico, tinha dinheiro pra emprestar pra irmão casado que não tinha dinheiro porque na verdade eu cuidava, inclusive, dos irmãos casados [...]"

Essa nova configuração familiar provoca o agravamento da sua situação de incerteza, instabilidade e vulnerabilidade que afetam profundamente sua trajetória ocupacional na medida em que suas escolhas passaram a ser feitas em razão da sobrevivência de um grupo de pessoas economicamente dependentes, inclusive um de seus irmãos. É um momento de retração das possibilidades de construção de autonomia, seja pela via educacional, seja pela ocupacional.

"[...] A minha mãe que quer que meu irmão venha junto [...] E eu fico responsável de ter que pagar os dois alugueis. [...] Se ele pagava o aluguel, ele não tinha dinheiro pra comida. Então eu tinha que sustentar duas famílias [...] e *ele* veio com as minhas duas sobrinhas e *com a mulher* [...] a luz quem pagava era eu, a água quem pagava era eu porque o registro era tudo um só porque na verdade era pra dividir, ele nunca tinha dinheiro, quem sustentava a família dele era eu [...]"

Lilá trabalhou registrada em cerca de dez agências de publicidade, entre grandes e pequenas, sempre exercendo cargos que exigiam pouca qualificação. Na segunda agência em que entrou trabalhou no setor de tráfego, ou seja, aquelas pessoas encarregadas de levar as cobranças de produtividade e de cumprimento de prazo de um departamento para outro. Ela afirma que não era difícil arrumar empregos nas agências porque os colegas acabavam indicando uns aos outros.

Aos 34 anos (1985), depois de quinze anos na área publicitária, Lilá saiu desse mercado justamente quando ele está mais aquecido devido, entre outros fatores já mencionados, ao preconceito racial e de gênero que foi recorrente em todo o seu percurso na publicidade.

"[...] ai eu fui mandada embora [...] porque eu já tava trabalhando como produção, porque a produção é aquela que já faz o orçamento na área de criação. Faz o orçamento e manda fazer as coisas, você é muito responsável porque saiu uma coisa errada lá, a gente tá [...] a publicidade [...] era um ambiente muito masculino. Então, por exemplo, essas duas funções que eu tive que é produção e tráfego quem fazia era homem, eles não gostavam de mulher. Na minha época só tinha mais uma mulher que trabalhava na área de produção [...]"

"[...] Eu sei porque é o seguinte. É difícil ter que falar isso, mas eu sofri uma discriminação no trabalho, desde quando eu entrei nessa agência. [...] Discriminação por ser mulher e ser negra [...]"

“[...] A publicidade, de certa forma, era um espaço, um mercado de trabalho que só tinham homens [...] Então, redator [...] tudo era homem. Os papéis que as mulheres tinham na publicidade eram os papeis convencionais de administração de escritório [...]”

“[...] tinha um preconceito porque eu sentia o preconceito [...] Em relação a mim uma porque em alguns aspectos eu era mulher, e era um espaço também que tinha poucos negros trabalhando [...]”

Em duas agências diferentes Lilá vivenciou esse preconceito de forma direta a ponto de perder o emprego devido a ele.

“[...] Aí eu trabalhei muito lá, eles não tinham conhecimento, *mas um chefe lá* era louco pra me mandar embora. Esse odiava preto mesmo porque eu era a única negra que tinha lá. Eles não contratavam preto [...]”

Como ela mesma afirma o assédio sexual às mulheres era um procedimento freqüente num ambiente masculino. Geralmente as estagiárias contratadas eram vítimas fáceis, mas certamente não eram as únicas.

“[...] precisava de uma pessoa que dominasse produção e tráfego, que fizesse essas duas junções. E era pra mandar o curriculum [...]. Então os curriculum foram pra lá e eu não conhecia ninguém na expansão propaganda [...] Ficou dois curriculum. [...] uma lá que eles escolheram, quando ela chegou era loirona, gostosona [...] o cara da criação queria uma gostosa [...]”

“[...] foi a loira [...] fez a entrevista [...] quando eu cheguei ela tava saindo [...] Aí, eu entrei, fiz entrevista [...] eles me perguntavam e eu [...] respondia. Tudo bem, pode sair já, a gente telefona [...] já de mão sabia que eu não ia ser contratada. *Aí um dia* ligam pra uma amiga [...] aí eu vou lá, converso com eles e acho que já [...] era três meses que já tinha passado. Aí eles me chamam [...]”

“[...] Como eu tava precisando trabalhar eu achei bárbaro. Eu tinha que sustentar a minha família. Aí, eu descobri o que aconteceu [...] o meu curriculum tinha mais qualificação [...] eu comecei a trabalhar lá [...] o pessoal sentiu a diferença do trabalho, a loira não sabia fazer nada, ela não sabia mesmo. Mas, ela estava cursando faculdade [...] mas não deu certo eles me chamaram, quando venceu a experiência dela não teve condições [...]”

Especificamente entre os 33 e 34 anos (1984-1985), Lilá tem que enfrentar uma situação de muitas dívidas na família, pois sua mãe a obrigou a ajudar seu irmão a abrir um negócio e ele fugiu deixando apenas as contas. Nessa mesma época sua mãe cai e entra em coma, sendo Lilá a única responsável por ela. Todo esse contexto coloca Lilá numa situação de vulnerabilidade na medida em que reduz seu poder de escolhas em geral.

“[...] minha mãe insistiu que eu tinha que ajudar o meu irmão [...] *aí* eu apliquei o meu dinheiro na oficina do meu irmão, como sócia, só que o meu irmão não prestava conta. Quando ele foi embora [...], fugido pra não pagar as dividas [...] eu tive que pagar. [...] Eu fiquei com a dívida [...] aí ele saiu, eu tive que desmontar a casa porque eu fiquei

com essas dívidas [...]"

"[...] nesse período todo aí a minha mãe vai ficando muito doente porque ela sente falta do meu irmão nunca mais apareceu. Aí a minha mãe fica doente, cai, fica em coma e vai pro hospital [...] eu não tinha como fazer porque quem ia tomar conta da minha mãe. Eu pedi pra minha cunhada ficar e *meu irmão* falou _“Ah não, a mãe é sua” [...]"

Como vimos, Lilá deparou-se com o preconceito antes de entrar e durante sua permanência na agência de publicidade, lidando com situações de humilhação que só enfrentou devido à necessidade de sustentar sua família.

"[...] O *chefe*, pra me mandar embora, contratou [...] um japonês [...]. Menina, esse japonês me perseguia! *Ele me* atormentava, [...] o japonês pra me humilhar, mandou eu carregar as caixas. Aí já era o limite [...] eu fui trabalhar pra carregar caixa pros departamentos. [...] Eu já tava, eu falei _“Eu vou ter que engolir esse sapo porque a minha mãe tava doente. Eu fui do Peruche eu fui morar na casa da minha prima no Bexiga pra mim não gastar dinheiro de condução porque não tava dando pra mim manter a condução pra poder economizar o dinheiro por causa da minha família, eu tive que engolir esse sapo [...]"

"[...] fui carregando uma primeira, uma segunda, uma terceira, uma quarta, quinta caixa, cai no meu pé, quebra meu pé, meu pé incha na hora. Aí, eu vou pro médico, pego licença, trago a licença pro japonês, mas nesse ínterim o *chefe* contratou *um rapaz*, pra detonar comigo. *O cara* era branco! Loiro! [...] os olhos azuis, fazia faculdade, [...] aí eu comecei a ensinar o serviço pra ele. Aí ele queria me mandar embora e botar *o rapaz no meu lugar*, mas *o rapaz* vira meu amigo, nós começamos a sair pra beber junto [...]"

"[...] eu estava de licença médica [...] o que aconteceu? [...] quando eles me mandaram embora [...] *primeiro foi* dizendo que eu tinha faltado. Então foi indo, foi indo, foi indo. Aí num dia eles pegaram e me mandaram pro RH [...] Veio um papel, dizendo que eu estava sendo mandada embora [...] a justificativa era porque tinha problemas de relação interpessoal com as pessoas lá [...]"

Depois de brigar pelos seus direitos, uma vez que sua formação política, obtida tanto no movimento negro quanto no sindicato, a empoderou suficientemente de modo a não permitir que abusos como esses lhe destruíssem moralmente, Lilá deixa em definitivo o mercado publicitário aos 34 anos (1985), após tentar inúmeras vezes, sem sucesso, conseguir empregos em outras agências. Inicia, então, um outro tipo de experiência ocupacional na área de pesquisa de mercado: informal, menos estável e com menor remuneração.

"[...] eu fui trabalhar em pesquisa de mercado porque aí [...] eu comecei a ver outros empregos em agência. Aí eu não entrava, uma porque estava exigindo conhecimento de DOS, não sei o que lá [...] e eu não tinha esse conhecimento. [...] Tinha que fazer curso e era caro. Naquela época [...] essa parte de curso não é que nem hoje que em cada esquina tem um curso de computação [...] E aí, não tinha alternativa. Eu comecei a ver que eu não ia entrar *nesse* mercado de trabalho [...]"

Até esse momento Lilá havia conseguido se manter na publicidade por meio de seu conhecimento técnico de secretariado, no entanto, os avanços tecnológicos e sua introdução no meio publicitário agregado ao fator da impossibilidade monetária de investir na sua qualificação expulsam Lilá desse mercado e simultaneamente do mercado formal, a obrigando a buscar outras alternativas de trabalho aos 34 anos, idade onde a re-inserção no mercado formal fica mais difícil.

Logo que ficou desempregada Lilá foi obrigada a se mudar da sua casa na Casa Verde para um quarto na casa de uma prima na Bela Vista, pois não tinha condições de manter a família e ainda pagar o aluguel e as dívidas deixadas pelo irmão. Nessa época ela inicia um relacionamento conturbado com um homem que tempos depois vira usuário de drogas.

“[...] Aí eu me vi [...] minha mãe *doente*. Eu desempregada e com [...] dívidas [...] Já tinha saído da Casa Verde. Tava todo mundo morando na Bela Vista, com [...] minha prima, ocupando um quarto em cima com criança e tudo. A minha prima trabalhava como cabeleireira [...] minha mãe não andava, ficava na cadeira de roda [...]”

Essa situação obriga Lilá a pôr a mãe num asilo, pois não estava dando conta de trabalhar com pesquisa de mercado e tomar conta da sua mãe e dos quatro filhos: dois deles fruto do seu relacionamento recente.

“[...] Aí, como a minha mãe passou a ser uma funcionária pública, por causa do meu pai *que tinha sido funcionário e ao falecer deixou uma pensão* [...] Aí eu disse que eu não tinha como fazer, eu tinha as crianças pequenas, eu estava trabalhando em pesquisa de mercado porque eu não tinha como sustentar mais [...] tentei que meu irmão ficasse, ninguém quis ficar, eu tive que optar em botar a minha mãe no asilo. E a minha mãe morreu no asilo porque não tinha quem cuidasse dela [...]”

Lilá fez pesquisa de mercado para diversas firmas e chegou por um tempo a se estabelecer nesse mercado. Seu trabalho com pesquisa de mercado define uma saída do mercado formal para o informal a colocando numa situação de maior incerteza e instabilidade na medida em que ter trabalho dependia das oscilações do próprio mercado. A quantidade de dependentes aumenta sua condição de pobreza e vulnerabilidade.

Todavia, com parte do dinheiro obtido com a pesquisa de mercado Lilá consegue fazer um curso de cabeleireira no Senac e monta em sociedade com sua prima, com quem ela e os filhos moravam, um salão de beleza étnico. Assim, Lilá se re-insere num movimento ascendente e virtuoso no que diz respeito a sua trajetória ocupacional, uma vez que Lilá passa, então, a ter seu próprio negócio.

“[...] depois de pesquisa de mercado eu estudei cabeleireira, me formei cabeleireira e construí um salão de beleza [...]”

No entanto, o homem com quem se relacionava, pai de seus dois últimos filhos, por beber e ser usuário de cocaína e crack, costumava fazer escândalos na frente do salão que eram ignorados por Lilá e sua prima. Certo dia, porém, ele pôs a vida de uma cliente em risco e sua prima desfez a sociedade.

“[...] Um dia ele foi lá e começou a me xingar [...]. A gente fazia de conta que não era comigo, porque é muito chato né. Aí [...] nós tínhamos um lavatório perto da janelinha, então a filha da menina que tava sentada no lavatório, assim de costas pra janela [...] quando a menina levantou, ele jogou uma pedra, eu não sei se ele bateu, e o vidro caiu inteiro. Se a menina estivesse sentada lá, tinha pegado o pescoço dela. A partir daí a minha prima me chamou falou que não queria que eu trabalhasse lá. E realmente ela tinha razão. Estava ficando desconfortável né, porque de repente sem mais nem menos ele ficava doidão e ia lá, me xingar, entrava lá dentro querendo me bater lá dentro do salão com cliente [...]”

Diante de tal situação, Lilá que nessa época já morava em Cidade Tiradentes, volta a trabalhar com pesquisa de mercado. No entanto, esse mercado de trabalho já não dava um retorno monetário tão bom como no passado, além de dar preferência para estudantes universitários.

“[...] Aí [...] fiquei um tempo aqui parada, pensando o que ia fazer e voltei a fazer pesquisa, só que neste período, [...] mudou a pesquisa. Uma que não tava pagando tão bem e você tinha que produzir muitos questionários, antigamente era bem pagos [...] você andava muito, gastava dinheiro de condução. Antes a pesquisa de mercado te dava uma ajuda de custo diário para você tomar condução, comer, evidentemente era descontado sua produção final, mas aí você tinha um estímulo pra poder ir trabalhar e produzir mais. Aí quando eu voltei pra pesquisa as empresas não davam mais ajuda de custo. Então, eu tinha que pegar lugares mais próximos de *Cidade Tiradentes* pra mim fazer pesquisa. Aí você não consegue, as pessoas não [...] trabalhei, mas não foi uma coisa prática. Tava gastando mais pra trabalhar do que pra ganhar mesmo [...] Daí entrou uma onda na pesquisa que só iam pegar os estudantes universitários. Aí começa alguns critérios [...]”

Mesmo com sua formação, experiência de trabalho e politização construída pela participação no movimento negro, Lilá entra num movimento descendente na sua trajetória ocupacional devido a combinação de cinco fatores: (i) a exigência do mercado publicitário e do de pesquisa de mercado por maior formação e/ou formação superior que ela não conseguiu suprir por falta de renda para pagar os cursos; (ii) a quantidade de dependentes na família que reduziam não apenas o valor da renda que ela ganhava, mas do tempo livre de Lilá para investimento em si; (iii) o relacionamento com um homem alcoólatra e usuário de drogas que a humilhava reduzindo sua auto-estima e a prejudicando diretamente no trabalho com seus escândalos (nessa época Lilá não pertencia ao

movimento feminista e não tinha consciência de gênero); (iv) a distância de Cidade Tiradentes onde morava para o centro onde estão as melhores ofertas de emprego a exilava de certo modo, o que produziu uma estagnação na sua trajetória de vida; (v) ela tinha 34 anos, o significava pertencer a uma idade de difícil re-inserção no mercado formal.

Conjuntamente esses fatores contribuíram para que sua condição de pobreza se agravasse a colocando numa situação de alta vulnerabilidade, chegando inclusive a ser beneficiária do Renda Mínima durante o governo municipal de Marta Suplicy. Também podemos destacar que parte das atividades (secretariado) que exerceu durante sua trajetória na publicidade pertencia ao universo convencional das atividades exercidas por mulheres; quando atuou em atividades masculinas sofreu discriminação de raça e gênero, o que revela os mecanismos de controle e poder sobre as mulheres operando no espaço público. Tais mecanismos também se fizeram presentes no espaço privado da família na medida em que Lilá foi obrigada pela sua mãe a sustentar seu irmão e a família dele, o que reforça o papel de ‘cuidadora’ atribuído a mulher na sociedade.

Assim, podemos dizer que para Lilá a chegada dos filhos resultou numa perda de autonomia e seu enquadramento numa situação de pobreza crescente já que outros parentes iam se tornando seus dependentes.

Por sua vez, quando **Paula** casa aos 21 anos (1977) ela já trabalhava como costureira qualificada e autônoma desde os 18 anos em casa. Seu marido trabalhava como fiscal na CMTC onde ficou até ela ser fechada em 1994. Foi com dinheiro da venda de quatro de suas máquinas que ela e o marido compraram o terreno em Guaianases para onde se mudam em 1981 (25 anos).

Apesar da redução do número de máquinas não resultar na interrupção de seu trabalho como costureira de vestidos de noiva piloto (aqueles postos nas vitrines das lojas) podemos apontar uma retração no investimento na sua profissão, em parte alimentada pelo emprego estável do marido.

Já morando em Guaianases, Paula conta que seu marido a ajudava a costurar e com o dinheiro obtido com a costura eles iam gradativamente comprando máquinas de serralheria para que seu

marido pudesse também trabalhar em casa. Como o marido trabalha no período da manhã na CMTC, Paula aprendeu algumas tarefas de serralheria e adiantava o serviço para ele. Quando a serralheria estava montada, seu marido deixou de ajudá-la na costura.

Nessa época o casal já tinha seus 4 filhos, três meninos e uma menina que nasceu em 1982 quando Paula tinha 26 anos. Até então, o casamento e a chegada dos filhos não causaram interrupção de sua atuação como costureira, mas de fato sua renda não era a principal e o marido mantinha duas atividades simultâneas.

Aos 30 anos (1986), Paula faz um curso de bibliotecária e no ano seguinte começa a trabalhar como bibliotecária registrada no colégio adventista (particular) onde os quatro filhos estudam, permanecendo lá por oito anos. A costura passa a ser algo secundário e esporádico.

A escolha desse trabalho especificamente se deve a alguns fatores a serem ressaltados: o primeiro diz respeito aos problemas de saúde provocados pelo movimentos repetitivos da máquina de costura, que limitava cada vez mais a manutenção dessa atividade; o segundo se deve ao fato de Paula ser adventista o que facilitaria sua inserção na escola; o terceiro está relacionado ao fato de existir grande possibilidade de seus filhos terem descontos na escola por ela ser funcionária. Para, além disso, a própria Paula afirma que queria trabalhar onde os filhos estudavam, pois não queria deixá-los em creche ou com babá. Portanto, essa mudança na sua trajetória ocupacional foi fortemente influenciada pelos seus filhos, sem, no entanto, significar uma precarização, pelo contrário, Paula conquistou certa estabilização monetária.

Aos 36 anos (1992), Paula interrompe definitivamente o trabalho como costureira devido a problemas sérios de saúde causados pela própria atividade. Em 1993, sua filha começa a trazer e organizar atividades na própria casa para crianças que ficam na rua sem fazer nada. Paula descobre e pede para as mães dessas crianças ajudarem sua filha.

Dois anos depois, em 1995, Paula perde sua filha que morre afogada numa praia do litoral paulista. Esse acidente muda definitivamente a trajetória ocupacional de Paula que um ano depois deixa a de trabalhar na biblioteca da escola adventista e resolve assumir o que seria o sonho de

sua filha: cuidar de crianças. Atuou de forma amadora até 1996, quando funda a associação “C”. Paralelamente a essa atividade, que oficialmente não atribui renda a quem a desenvolve, Paula trabalha de forma autônoma como decoradora de eventos ligados a igreja adventista: casamento, formatura, aniversário.

Vimos que a morte da filha retira em definitivo, Paula do mercado formal aos 40 anos, por não suportar a pressão emocional de trabalhar no mesmo ambiente que a filha frequentou. De todo modo, a trajetória ocupacional de Paula esteve marcada pela ausência de um projeto pessoal de ascensão, ainda que isso fosse possível diante de sua formação escolar. Mesmo como costureira, profissão que praticou por mais tempo, exatamente 18 anos, ela nunca buscou uma inserção mais virtuosa.

Evidentemente que a maior parte do período como costureira foi vivido após o casamento e com a presença dos filhos, sendo este um fator de maior limitação na medida em que ela afirma não querer delegar a estranhos a tarefa de cuidar deles, o que a leva a fazer escolhas sempre mediadas pela responsabilidade primordial de ser mãe. Nesse sentido, os filhos foram um fator limitante para a construção de uma trajetória ocupacional mais virtuosa.

Podemos ainda destacar a vinculação da atividade como costureira e como bibliotecária ao universo convencional das atividades ditas femininas. O trabalho domiciliar está presente no setor de costura como havíamos destacado no Capítulo 1, o que de certo modo atribui um sentido de precariedade a essa atividade associada ao rol de tarefas banais da mulher. Quando Paula ajuda seu marido na serralheria, atividade masculina, em parte ela está buscando o reconhecimento de sua capacidade em exercer com qualidade algum tipo de profissão.

Quando Paula decide sair aos 40 anos do trabalho na biblioteca da escola adventista, ela se coloca num processo de perda de autonomia financeira na medida em que sua re-inserção no mercado formal era pouco provável, seja pela sua idade, seja pelo problema de saúde que a impediria de retomar a costura como atividade rentável, mesmo sendo qualificada na área.

No entanto, não dá para dizer que esse rompimento na sua trajetória ocupacional formal-estável a

tenha colocado numa condição de pobreza. Primeiramente, no que concerne a renda, seu marido acumulava a atividade de motorista de ônibus com a profissão de serralheiro o que dava uma segurança financeira razoável; em segundo lugar, e mais importante do ponto de vista de Paula, ela tinha pleno acesso a renda do marido, decidindo onde e como utilizá-la. Isso demonstra a existência de certa relação de poder de Paula sobre o marido, o que não deve ser entendido como se fosse um poder absoluto. De todo modo, o que é importante apontar é que Paula, depois de sair do mercado formal, manteve sua autonomia moral, tendo poder para decidir o que ser e fazer.

Eleonor estava com 16 anos (1985) e fazendo bico de garçõnete na lanchonete de uma amiga do bairro quando conheceu seu futuro marido – que naquele período trabalhava no correio. Apenas no ano seguinte, 1986, quando Eleonor estava trabalhando no Grupo X na Zona Norte, que começaram a namorar e imediatamente vão morar juntos numa edícula localizada no terreno de sua sogra, pagando aluguel (ficam 5 anos).

Três anos depois, em 1989, nasce o primeiro dos quatro filhos de Eleonor, o que provavelmente foi o fator decisivo para sua saída do Grupo X, onde tinha acabado de receber uma excelente proposta para ser encarregada da Casa. Some-se a isso, a distância entre local de trabalho e local de moradia como segundo fator fundamental para sua saída desse emprego.

Além dessa interrupção na sua trajetória ocupacional que sinalizava um movimento ascendente, a mãe de Eleonor atribui à chegada do seu neto a razão da interrupção dos estudos da filha nesse mesmo ano.

Diante da nova situação Eleonor passa a fazer bicos de faxina e de manicure e a trabalhar como empregada doméstica revelando um retrocesso na sua trajetória ocupacional na medida em que tais trabalhos se inserem no processo na sua trajetória ocupacional e a fazer unhas. Ela se encarregada da casa e teve que assumir o que seria o sonho de sua mãe num universo feminino de atividades desvalorizadas pela desvinculação com o processo de aprendizagem que lhes cabem.

Nesse período de sua vida Eleonor conhece uma ONG alemã chamada Kolping que passa a frequentar a partir de 1990 (21 anos) quando está trabalhando de empregada doméstica,

permanecendo nela por dez anos. É o início de sua inserção no universo das associações. Em 1992 (23 anos) ela passa a participar da Ação da Cidadania e por meio desta entra em contato com o Movimento Negro.

Esse novo ambiente que Eleonor passa a freqüentar dá a ela um novo estímulo e ainda em 1992 ela faz sua inscrição no CDHU e faz um curso de copeira no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). No ano seguinte, 1993 (24 anos), ela conclui o ensino fundamental. O curso de copeira e o certificado de ensino fundamental possibilitam com que ela consiga um emprego com registro como copeira no Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (CRECI).

Estamos diante de uma inflexão positiva de sua trajetória que parece novamente trilhar um caminho ascendente, uma vez que o trabalho como copeira, ainda que pertença ao rol de atividades femininas exige o conhecimento técnico do cerimonial de servir em eventos, o que agrega mais valor a essa atividade. É necessário dizer que paralelamente, Eleonor é indicada para um cargo de coordenação em um dos projetos do Ação da Cidadania e, ela se inscreve na Força Sindical para fazer o curso de auxiliar administrativo, o que caracteriza uma retomada do investimento em si.

No entanto, a onda de terceirização que tem início na década de 1990 atinge Eleonor que é mandada embora ainda em 1993 do seu trabalho no CRECI, que estava renovando seu quadro de funcionários por meio de empresas terceirizadas. Eleonor não aceitou ser recontratada como terceirizada, pois seu salário iria ser reduzido significativamente.

Apesar de voltar a fazer os bicos de faxina e a trabalhar de empregada doméstica, recaindo, assim, em atividades mais precárias, Eleonor continuou a investir na sua formação, iniciando em 1994 (25 anos) o ensino médio a partir do curso supletivo e o curso de auxiliar administrativo. Até este momento Eleonor pode retomar o investimento em si porque sua situação havia razoavelmente se estabilizado, pois seu marido estava trabalhando nos Correios e ela tinha apenas um filho.

Entretanto, o ano de 1995 (26 anos) traz muitas mudanças que irão pesar sobre sua vida e reduzir

seu campo de escolhas. A primeira delas é o desemprego do marido que era contratado do Correio, e a segunda é a chegada do seu segundo filho. Esse novo contexto, onde passa a sustentar sua família, obriga a Eleonor a aceitar trabalhar como terceirizada fazendo limpeza no Hospital das Clínicas. Nem mesmo a conquista de apartamento no CDHU em Cidade Tiradentes ameniza sua situação, pois ela fica impossibilitada de morar nesse distrito devido a falta de infraestrutura e de equipamento públicos, como creche e escola para os filhos.

Durante sua permanência nesse emprego ela fez o curso de remoção e implantação de cera, necessário para realizar a limpeza dos quartos do Hospital. Ela entrou para substituir uma amiga por tempo determinado e assumir a liderança da equipe como supervisora júnior. Trabalhou pouco mais de um mês, revezando o restante do tempo entre bicos e períodos sem nenhuma atividade, retomando, assim, uma situação de vulnerabilidade. Mesmo diante dessa realidade desfavorável Eleonor faz pela Força Sindical o curso de computação.

Apenas em 1996 (aos 27 anos) que Eleonor consegue um emprego de copeira numa firma de transporte onde fica por 3 anos. Lá ela desempenha diversas funções nessa firma, seguindo seu ímpeto de liderança, tais como de limpeza do galpão e de carregamento dos caminhões com as mercadorias. No ano seguinte, 1997, ela é promovida e passa a ser auxiliar de escritório, onde atua na área de logística, utilizando os computadores, mantendo a função de carregamento dos caminhões e abandonando o serviço de limpeza. No entanto, seu registro na carteira permanece o mesmo, assim como o salário.

Portanto, aquilo que poderia parecer uma melhoria na sua trajetória ocupacional de fato é uma relação declarada de exploração que Eleonor tenta mudar por meio de uma negociação constante da alteração do status do seu registro, sem nunca obter sucesso. Como ela mantinha a família, ficava sem opção para exigir seus direitos com maior firmeza. Durante esse período ainda, ela tem a eliminação da despesa do aluguel, pois sua mãe oferece sua casa, que estava vazia, para que Eleonor fosse morar com sua família sem nenhum custo.

Em 1998 (29 anos) Eleonor tem seu terceiro filho e em 1999 (30 anos) ela tem o quarto e último filho. Neste último ano ela sai da firma onde trabalhava, pois esta se muda para outra cidade.

Conjuntamente estes três últimos eventos agravam ainda mais sua situação socioeconômica. Simultaneamente a essa crise ela resolve fundar a associação “B”, pois se envolvia cada vez mais com o universo associativo. Ela retorna aos bicos de faxina e de empregada doméstica.

No ano de 2000 (31 anos) Eleonor consegue um emprego de copeira terceirizada na Associação Comercial do Estado de São Paulo, estabilizando novamente sua trajetória ocupacional. Apesar do registro de copeira ela acumulava a função de limpeza, coordenando uma equipe que fazia remoção e implantação de cera.

A situação de precariedade da família de Eleonor era agravada pelos conflitos constantes com o marido que não aceitava o trabalho associativo de Eleonor, o que resultou na sua separação ainda em 2000. Todavia, é Eleonor que sai de casa, deixando os filhos com o marido com o intuito que ele percebesse como a era difícil a tarefa de cuidar dos filhos e sustentar a casa.

Entretanto, essa situação não durou muito tempo, pois as crianças logo foram morar com mãe numa casa alugada em Ferraz de Vasconcelos – cidade contígua de São Paulo. Nesse ano seu marido consegue um trabalho como segurança numa firma terceirizada e passa a pagar pensão para os quatro filhos o que ajuda na economia familiar. No ano de 2000, Eleonor se afasta da Kolping, pois esta se envolve com desvio de verba.

É a partir do ano de 2001, que Eleonor finalmente começa a investir em formação na área do terceiro setor, por meio de cursos que realiza no Sebrae que alteram o modo como vê o trabalho associativo que deixa de ter um caráter assistencialista e passa a ter um perfil mais profissional seguindo as diretrizes definidas na Reforma do Estado para o Terceiro Setor.

É possível perceber que a separação com marido dá a Eleonor a liberdade de investir num tipo de atividade onde ela alcança maior realização, pois permite que seu espírito de liderança seja experimentado sem o inconveniente das críticas feitas anteriormente por ele. Portanto, podemos defini-lo como um elemento de estagnação da sua trajetória ocupacional que no geral oscilou entre serviços pertencentes ao universo feminino, ora com registro, ora informais.

Na medida em que esses trabalhos não garantiam a ela o reconhecimento e nem o crescimento esperado, frustrando seu espírito de liderança, ela passa a investir muito mais no mundo associativo, onde as pessoas atribuíam a ela uma posição central e fundamental. Por algum tempo, Eleonor ainda irá realizar trabalhos paralelos a atividade associativa, como o trabalho no SPC em 2001 (32 anos) e o trabalho na Bluelife¹⁴³ como vendedora de planos de saúde em 2003 (34 anos). No entanto, cada vez mais ela se afasta de trabalhos do mercado ‘tradicional’ e se aproxima de atividades do terceiro setor.

Podemos concluir que a trajetória de vida de Eleonor, mãe muito jovem e com pouca formação, foi fortemente limitada pela chegada dos filhos, principalmente dos dois primeiros, assim como pelo entraves colocados pelo marido quanto ao seu envolvimento com o universo associativo, o gerou inúmeros conflitos.

Nesse momento a possibilidade de superação da sua condição de pobreza e de construção de sua autonomia se coloca num horizonte distante após o casamento na medida em que os papéis tradicionais da família prevalecem e Eleonor investe todo seu tempo e renda na realização do trabalho fora e dentro de casa. Diante disso ela ficou impossibilitada financeiramente de realizar cursos de qualificação, interrompendo, inclusive seus estudos. Quando o primeiro filho nasce ela também se vê obrigada, devido à distância entre trabalho e moradia, a deixar o emprego no Grupo X onde estava trilhando um movimento ascendente na sua trajetória ocupacional, sendo convidada a ser encarregada da Casa.

No entanto, a longo prazo essa submissão imediata de Eleonor não resultou na sua anulação como mulher e como profissional. Aos poucos ela foi rompendo com as barreiras postas pelo casamento e pela presença dos filhos, e se empoderando por meio da aquisição de novos saberes inerentes ao terceiro setor e ao funcionamento da sociedade em si.

Assim, diante da impossibilidade de diálogo com o marido e da construção de uma relação familiar mais igualitária entre ambos, ela rompe a aliança e sai de casa deixando os filhos numa tentativa frustrada de fazer o marido refletir sobre os papéis tradicionais da família. Esse

¹⁴³ Empresa de assistência médica.

momento é simbólico da reconquista do poder de comandar novamente sua vida. Depois da separação do seu marido, Eleonor funda um núcleo familiar monoparental, mas os filhos não se colocaram como obstáculo para seu crescimento, não mais no mercado formal, mas no meio associativo.

Podemos dizer que sua saída definitiva do mercado formal e remunerado é em grande parte uma escolha, pois ela afirma que uma atividade com esse perfil impediria que pudesse investir na sua associação, onde ela assume um importância central, o que não ocorreu em nenhuma outra experiência de trabalho. Para além disso, a idade de 34 anos a introduz numa faixa etária que encontra mais dificuldades de inserção no mercado de trabalho formal, segundo a própria Eleonor. Como o trabalho associativo não a remunera, ela faz bicos escrevendo projetos, atas, estatutos para outras associações, assim como atua como contadora de particulares.

Micaela, talvez por ser homossexual, levou mais tempo para constituir uma família, se casando e tendo seu primeiro e único filho aos 33 anos (2004) por meio de inseminação artificial (velho conhecido doou seu esperma). Portanto, sua trajetória ocupacional anterior a fundação da associação “E” não foi afetada pela presença de parceiros e/ou dos filhos.

No entanto, após o nascimento de seu filho houve a exigência do estabelecimento de uma vida economicamente mais estável, uma vez que o trabalho que realizava na associação não a remunerava e o trabalho paralelo que fazia encaminhando processos de aposentadoria eram incertos e esporádicos.

Diante disso, Micaela fecha a associação e se muda para Campinas em 2006, com o filho e com a mulher, que tinha uma casa nessa cidade. Lá ela abre primeiramente uma lan house e, posteriormente um brechó, virando uma micro-empresária. Atualmente se divorciou, mas continua administrando seus dois negócios. De fato, o relacionamento com sua ex-mulher fez com que Micaela conseguisse uma ascensão na sua trajetória ocupacional e faz com que rompa com a condição de pobreza e construa sua autonomia.

Fabíola, de todas é a que constrói uma relação mais igualitária com seu parceiro. Velho

conhecido da época da PJMP, começa a namorá-lo em 2002 (aos 21 anos) quando os dois estão envolvidos com o MOVA. Ambos fazem faculdade e em seguida pós-graduação. Vão morar juntos em 2006 (25 anos) e apenas em 2008 (27 anos) nasce sua primeira filha.

A união com seu marido não desvia Fabíola de seus projetos de formação profissional, pelo contrário, eles têm muitas afinidades e incentivam o crescimento um do outro em todos os sentidos. A relação estabelecida no espaço privado da família é mais igualitária, o que pode ser notado quando a filha do casal nasce: ambos estão fazendo sua pós-graduação e Fabíola resolve interromper a sua, depois do casal conversar bastante e concluir que a pós-graduação do marido estava mais adiantada e que ele deveria terminá-la, para que ela pudesse retomar a sua em seguida. Portanto, a interrupção na sua trajetória educacional é temporária e circunstancial. Assim, o nascimento de sua filha não implica na perda de autonomia.

Quanto a trajetória ocupacional, Fabíola deixou de trabalhar no Centro de Referência da Mulher, serviço da associação “A”, em 2008, pois havia passado em um concurso da Secretaria de Assistência Social (SAS) da prefeitura de Ferraz de Vasconcelos. No ano de 2009, ela passa a trabalhar na SAS da prefeitura de São Paulo como assistente de um centro que cuida da reprodução feminina em Cidade Tiradentes. Portanto, podemos ver que sua trajetória ocupacional também não foi abalada pelo casamento e pela chegada da filha, ganhando pelo contrário, maior estabilidade por ser servidora pública. Fabíola mantém seu projeto de investir na sua pós-graduação a fim de poder dar aulas no nível superior.

Diante disso podemos notar que Fabíola percorre uma trajetória de vida que a insere num processo de empoderamento e autonomização onde seu campo de possibilidades sobre como conduzir sua vida é ampliado.

Por fim, **Glória**, que não tinha nem o ensino fundamental completo, o casamento aos 16 anos e a chegada dos dois filhos entre os 17 e 20 anos significa um grande obstáculo para o investimento em si na medida em que interrompe os estudos e que para de trabalhar, pois o marido pede que ela cuide dos filhos.

Dos 16 anos (1966) até seus 22 anos (1972), Glória só trabalhou por cerca de 1 ano em uma República de estudantes fazendo serviços domésticos e lavando roupa para fora, portanto, sem alterar sua situação ocupacional. Esse serviço era para complementar a renda do marido que durante todo esse período trabalhou como lubrificador em um posto de gasolina e fazia bicos de pedreiro.

Em 1972 (22 anos) a família se muda para Brasília onde o marido, convidado pelo seu patrão do posto de gasolina onde trabalhava em Minas Gerais, vai ser encarregado do setor de pintura externa de prédios e Glória vai trabalhar de empregada doméstica, de manicure, de cabeleireira para complementar a renda familiar. Ainda em Brasília fez curso de culinária e trabalhou fazendo bloco de cimento.

Até aqui a trajetória ocupacional de Glória é secundária e mais precária que a do marido, não só por exercer atividades pertencentes ao universo dito feminino, mas por estas atividades não resultarem em um emprego com registro. O casamento e os filhos mantêm Glória no mesmo ciclo de atividades e impedem maior investimento em si.

Quando Glória tem 30 anos (1980), ela se muda para São Paulo com a família e imediatamente consegue um trabalho de empregada doméstica, mas ainda sem registro. Pouco depois o marido vai trabalhar em um posto de gasolina e ao mesmo tempo faz um teste para ser lubrificador da prefeitura que o chamou dois meses depois e onde ele trabalhou a vida toda a até se aposentar recentemente como funcionário do patrimônio.

Diante da estabilidade ocupacional do marido, Glória decide sair da casa onde trabalhava de empregada doméstica e compra uma máquina de costura para tentar como autônoma melhorar sua vida. No entanto, ela não é bem sucedida na sua escolha ocupacional por falta de habilidade.

“[...] Eu queria melhorar de vida, eu queria deixar de ser cozinheira, deixar de limpar chão, queria subir, né? Aí fui costurar, porque eu achava que ganhava mais, comprei uma máquina e fui costurar. Aí costurei alguns meses, mas não deu muito certo a costura porque eu não tinha muita agilidade [...] e o homem tirou o serviço [...]”

Ficou desempregada por algum tempo e, em seguida, foi trabalhar de passadeira em uma casa obtendo seu primeiro registro. Nessa época acumulou esse serviço com o de limpeza em

consultório dentário e com a venda de tapware. Vale ressaltar que todos esses serviços eram muito próximos da sua casa o que possibilitava com que visse os filhos. E, apesar de Glória não sair do ciclo de trabalhos que sempre desenvolveu, ela e o marido, nessa época, trabalham em parceria.

“[...] três anos eu fiquei, passando, fazendo limpeza em casa, como diarista [...] e vendendo tapware, tudo pra ajudar o marido, porque eu tinha uma vontade de ter uma vida melhor. [...] *E os meninos* ficavam sozinhos, eles iam pra escola e cada um tinha uma responsabilidade, o menor lavava o banheiro, e a menina varria, dava uma limpadinha nos dois cômodos, eu lavava a roupa, a louça e fazia a comida, e meu marido chegava e ainda ajuda a lavar a roupa à noite [...] era quatro horas da manhã, às vezes, eu tava no tanque, lavando roupa. [...] E ele lá [...] ele ajudava muito a cuidar da casa, a cuidar dos meninos, ele ajudava a lavar a roupa, passar, tudo isso ele me ajudava [...]”

Glória ficou nessa rotina de trabalhos e bicos durante três anos, pois em 1984 ela se muda com a família para Cidade Tiradentes para a casa-embrião da COHAB que ela recebeu. Imediatamente ela foi procurar emprego no centro comunitário da própria COHAB e as assistentes sociais a convidaram para participar de reuniões onde seria apontado pelas moradoras, o que elas achavam que deveria ter em Cidade Tiradentes.

Desse modo Glória começou a se envolver, em 1985, com os políticos, primeiramente do PMDB e depois com os do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) (1988), juntamente com outras moradoras, começou a trabalhar de servente numa das escolas locais, onde permaneceu por muitos anos. Gradativamente Glória foi participando e até mesmo organizando pequenos eventos na sua comunidade, quando certa vez foi mencionado a necessidade de dela fundar uma associação. Com a ajuda de membros do PMDB, em 1985, Glória torna-se presidente da associação “F” e sua vida vai ganhando uma outra dimensão diferente da que até agora sua trajetória ocupacional lhe permitiu.

Seu marido colaborou para o crescimento de Glória como líder comunitária, assim como seus filhos. Como veremos, a ligação com o PSDB e o trabalho com a comunidade permitiram a Glória uma inflexão positiva na sua história de vida, chegando atualmente a ocupar o cargo de supervisora de habitação na subprefeitura de Cidade Tiradentes e a ganhar um salário de R\$ 3.800,00, rompendo assim, com uma situação de vulnerabilidade.

Podemos dizer que no início a chegada dos filhos significou uma interrupção na sua trajetória ocupacional ao mesmo tempo em que uma re-inserção em atividades ditas femininas, portanto, desvalorizadas. As escolhas ocupacionais de Glória sempre foram mediadas pela proximidade com a casa e dos filhos, o que revela a centralidade dada ao papel de mãe e de dona de casa.

4.1.2 QUESTÃO GERACIONAL E DE ‘RAÇA’

Foi possível perceber ainda que a trajetória ocupacional de Glória, Eleonor, Micaela e Lilá, mulheres negras, foi mais precária do que a de Fabíola e de Paula, mulheres brancas, em parte pela ausência de um suporte familiar, em parte pela trajetória educacional mais precária e ainda em parte pelo casamento precoce. Fabíola segue uma trajetória exatamente contrária, tendo mais apoio da família, uma trajetória educacional virtuosa e uma união matrimonial com alguém que compartilha seus ideais e num momento da vida onde suas escolhas em geral estão mais bem definidas.

Outra questão importante a ser destacada é a geracional: foi possível notar nas trajetórias, que a diferença de faixa etária das líderes, altera a concepção de família e de construção de uma carreira profissional que cada uma tem. Apesar da maior parte demonstrar a importância que a experiência profissional tem na sua vida, apenas Fabíola desde o começo transferiu a centralidade dada ao casamento e a maternidade para os estudos e para sua formação profissional. Eleonor segue o caminho inverso, desmanchando o casamento, construindo uma vida profissional dentro do Terceiro Setor e desejando retomar os estudos: quer fazer faculdade de Direito.

No entanto, o que é importante destacar em todas as experiências é que por caminhos diferentes elas estão inseridas num processo de autonomização ainda em construção. Seria importante acompanhar a geração dos filhos para notar como a educação dada a eles incorpora ou não os valores dessa autonomização re-elaborando os valores circulantes tanto no espaço privado quanto no espaço público, construindo uma sociedade mais igualitária.

Podemos dizer, diante do que foi exposto, que o espaço da família, com suas urgências, se coloca fortemente no espaço público por meio dos empreendimentos associativos, tendo nas mulheres

suas líderes mais recorrentes. A entrada das mulheres no trabalho associativo traz significativas mudanças nas representações e práticas no espaço da família dos papéis de homens e mulheres, criando conflitos que levam a uma outra situação de negociação entre o casal e re-definindo tais práticas domésticas e re-significando os papéis de homens e mulheres, cujos efeitos variam de acordo com as trajetórias familiares e com as gerações, assumindo um caráter híbrido, de coexistência de práticas mais igualitárias e emancipatórias com práticas de submissão e repressão da mulher, que se entrecruzam.

4.2 TRAJETÓRIA DE VIDA A PARTIR DA ENTRADA NO NOVO ASSOCIATIVISMO

Neste tópico iremos discutir a relação entre a trajetória ocupacional anterior das seis líderes, com sua inserção no trabalho associativo. Além disso, queremos ver como as experiências anteriores, tais como a participação em movimentos sociais ou a ligação com partidos políticos, influi no modo como essas mulheres irão atuar nas respectivas associações e no espaço público em geral.

Isso implica, em última instância, observar se algo novo e com sentido político e democrático está sendo construído; se essas mulheres inovam ou repetem velhas práticas clientelistas; se essa experiência resulta na sua autonomização ou na reprodução de antigos valores de dominação.

Quando necessário utilizaremos três categorias analíticas para facilitar a discussão entre as diretrizes do mundo macro-social e as práticas dessas seis líderes comunitárias.

4.2.1 O SENTIDO PARA AS MULHERES DA INSERÇÃO NO TERCEIRO SETOR

A entrada no mundo associativo de cinco das seis líderes locais entrevistadas ocorreu a partir de 1995, exatamente quando o governo Fernando Henrique Cardoso dá início às discussões sobre o novo marco legal do Terceiro Setor, que por sua vez se insere no âmbito de mudanças mais amplas vinculadas à Reforma do Estado. A exceção é Glória, da associação “F”, que entrou nesse universo dez anos antes, em 1985, impulsionada pelo PMDB.

Como vimos no tópico anterior a trajetória ocupacional das seis mulheres demonstra sua entrada

em um processo de informalização e de precarização das condições e relações de trabalho, assim como uma redução das possibilidades reais de se inserir ou re-inserir formalmente no mercado de trabalho. Diante disso o trabalho associativo surge como forte possibilidade não apenas de ter um trabalho, mas de desenvolver uma atividade que dê a essas mulheres um status que nunca tiveram anteriormente. Apenas para Fabíola, essa afirmação pode ser relativizada, pois sua entrada no terceiro setor se deu muito mais como resultado de sua trajetória militante do que pela falta de opção no mercado de trabalho formal e tradicional.

Simultaneamente ao agravamento da crise do trabalho da década de 1990, observamos o *boom* do novo associativismo que começa a se delinear como alternativa de trabalho, particularmente para as mulheres, na medida em que elas resistem menos a outras formas de trabalho que não seja o formal, seja porque este sempre esteve, no Brasil, mais ligado a identidade masculina, seja porque as mulheres priorizam a garantia de vida de seus filhos.

Com isso, queremos chamar a atenção para a vinculação entre o conceito de ‘empoderamento’ – mencionado no Capítulo 1 e relacionado especialmente a participação feminina no espaço público – e as motivações pessoais que levaram cada líder a entrar e/ou optar pelo trabalho associativo.

Podemos perceber que Paula, Glória, Eleonor e Micaela vêm sua entrada no mundo associativo como alternativa direta a sua experiência mal sucedida no espaço público e para aumentar seu prestígio social. Quanto a isso Paula fala que

"[...] Quem entra no negócio de associação, de entidade, fica viciado. Porque é tão gratificante você vê as pessoas que são beneficiadas e que vem te agradecer. Trabalha tanto na sua estima, tanto esse lado seu que talvez você não tenha do seu marido, não tenha dos seus filhos, não tenha dos seus amigos... que você não larga mais. Não larga mais [...]"

Lilá saía de uma experiência de violência doméstica e é levada pelo movimento negro a realizar o curso de promotora legal o que lhe empodera a superar seus traumas e a reconstruir sua vida. Portanto, a sua entrada no terceiro setor se dá a partir de uma necessidade de lidar com um problema pessoal e ao mesmo social que é o da violência doméstica. E, por fim, Fabíola entra no terceiro setor de modo circunstancial, a partir de sua atividade militante.

Um aspecto importante a ser destacado é a posição intermediária entre espaço privado e espaço público que a associação de bairro ocupa. Essa característica intersticial do trabalho associativo possui pelo menos três dimensões a serem destacadas: (i) geográfica; (ii) legal; (iii) simbólica.

A dimensão geográfica, que pode ser verificada quando a associação funciona na casa da própria liderança. Isso se dá devido à dificuldade em se ter e manter uma sede, seja por motivos legais-burocráticos de diversas ordens, seja por restrição monetária, o que é mais recorrente para uma população de baixa renda.

Foi o que ocorreu durante certo tempo com Eleonor e Paula, líderes das associações “B” e “C”, que só recentemente desvincularam o espaço doméstico do espaço de trabalho, e, ainda assim, não completamente.

A segunda dimensão é a legal, pois a associação é uma pessoa jurídica de caráter privado, mas com atribuições de responsabilidade de caráter público, ou o público não-estatal como os adeptos da Reforma do Estado denominam essa novidade legal. De outro modo, a associação lida com questões sociais de diversos tipos e com demandas expressivas, que escapam a sua capacidade e possibilidade reais de atendimento.

É válido ressaltar a utilização da palavra ‘atendimento’ no final do parágrafo anterior. Em geral, as líderes entrevistadas acabam trabalhando de modo a fornecer um tipo de serviço a comunidade, ou seja, operam segundo uma lógica de parceria prevista e pré-definida pelo poder público. As tentativas de uma postura mais propositiva por parte das líderes foram aos poucos sendo destruídas.

Exemplo disso foi a tentativa por dez anos de Paula, líder da associação “C”, em transformar um terreno de 5.000m² usado para desova de corpos e como ponto de venda e consumo de drogas num complexo esportivo para atender as crianças e adolescentes do Lajeado, assentamento urbano quase totalmente formado por invasões, que não possuem nenhum equipamento público para essa finalidade. Ela havia conseguido todos os patrocinadores, empresas privadas locais e nacionais, para a construção do complexo e a prefeitura não teria nenhuma despesa. Mesmo

assim, o terreno não foi concedido a sua associação e foi construída nele uma praça, onde os traficantes mantiveram suas atividades.

“[...] Em 1997, nos passamos a máquina nesse morro e fizemos um campo de futebol [...] pra molecada poder brincar. [...] Demos entrada em 1997 no Patrimônio de São Paulo pedindo a guarda da área para a entidade, para poder murar, fechar, fazer quadra, fazer uma atividade desportiva ali porque o bairro não tem uma área de lazer. [...] Mas de lá pra cá só rola documento, rola documento e não acontece nada. Já passamos por dois prefeitos, carta para dois prefeitos, todos os documentos de novo, e carta vai, carta vem, carta vai, carta vem e as pessoas invadindo o morro e nós tirando as pessoas do morro. [...] Ganhamos o material para construir todo o muro, as quadras da CBPO do Brasil... agora o povo começou a quebrar, para roubar o ferro porque são vigas... a polícia já prendeu quatro pessoas... a gente foi lá pedir para soltar porque você não pode ter inimigos [...]”

A associação “A” pode ser ainda considerada a única exceção a essa ausência de uma atividade mais propositiva. Logo que Fabíola iniciou em 2003 seu trabalho de coordenadora do Centro de Referência da Mulher de Guaianases – que foi resultado de um movimento de mulheres, revoltadas com a violência doméstica do bairro, em parceria com um dos líderes da igreja vinculada a teologia da libertação que ainda restavam na década de 1990 – ela deu início a um trabalho paralelo de capacitação e de geração de renda para as mulheres do bairro, independentemente de terem usado o Centro de Referência ou não.

A intenção é que esse trabalho fosse amadurecendo e que as mulheres pudessem formar uma cooperativa de artesanato. No entanto, ao longo dos 4 anos em que esteve a frente do Centro, notou-se que o sucesso do trabalho dessas mulheres dependia da participação de Fabíola, que nem sempre podia estar presente devido suas atividades oficiais no Centro de Referência, o que significou resultados sempre insatisfatórios. Fabíola chamou a atenção diversas vezes para a necessidade dessas mulheres terem uma líder forte. Vale destacar, que mesmo com a saída de Fabíola em 2007 da coordenação do Centro o trabalho com as mulheres foi mantido.

Todavia, o que esses dois exemplos mais diretamente, mas em geral todas as experiências nos mostraram é que a participação hoje tem um caráter definido e limitado pelo poder público, que se impõe sobre as iniciativas das líderes comunitárias, dando pouco espaço para seu poder criativo e para uma atuação de cunho mais político. De fato, após a lei das parcerias ser instituída, os atores sociais tem pouca margem de dúvida quanto ao seu papel, ou seja, ao poder público cabe a elaboração e proposição, e a sociedade civil organizada e atuante no terceiro setor, cabe a

execução dos projetos pré-aprovados por esse mesmo poder público a quem as associações terão que prestar conta por meio de relatórios e apresentação de notas fiscais.

Por fim, a terceira dimensão a ser considerada é a simbólica, pois a maior parte dos serviços oferecidos pelas associações está vinculada ao universo feminino do 'care', o que significa projetar para o espaço público, onde as atividades comunitárias ocorrem, o mesmo peso e valor que as atividades domésticas de cuidado possuem. É o que pode ocorrer com os serviços de creche oferecidos por Glória Paula e Eleonor.

Isso pode levar a um prolongamento da desqualificação do trabalho feminino, mesmo quando essas atividades saem do âmbito doméstico e vão para o espaço público, e, assim, existir certa resistência a mudanças de representação social da mulher. No entanto, a profissionalização desse trabalho pode re-significar essa atividade.

É importante lembrar que a creche é um equipamento fundamental que auxilia a mulher na busca de sua emancipação financeira, o que ficou demonstrado na entrevista com Eleonor quando esta se refere aos empregos gerados direta e indiretamente pelo Centro de Educação Infantil (CEI). É claro que apenas a creche não constrói uma relação de gênero mais igualitária; no entanto, a autonomia feminina só pode ser pensada a partir da obtenção de uma autonomia financeira e, esta é facilitada quando existe o suporte de um equipamento como esse.

Quanto à re-significação desse tipo de trabalho, Paula e Eleonor empreendem grande esforço na construção de um espaço profissional, tendo inclusive uma postura de pessoa jurídica dentro e fora do lugar de trabalho, adquirida por meio do Sebrae. A visão de algumas usuárias da creche e funcionárias é que Paula e Eleonor são empreendedoras do bairro. Imagem que ambas se preocupam em construir a partir do tratamento profissional que atribuem a um saber anterior adquirido durante sua sociabilização pela família, a saber, cuidar de crianças. Desse modo, elas tentam atribuir um valor superior para essa atividade comumente desvalorizada. Portanto, percebemos que a hipótese de desqualificação dessas atividades por serem vinculadas ao *care* não se confirma.

No caso de Fabíola, que lida com a questão dos direitos da mulher, combatendo diretamente a violência doméstica, não ocorre uma desqualificação do trabalho pela associação deste ao universo do “care”, mas existe uma dificuldade grande em tratar essa questão que está envolta em uma aura de muito preconceito, principalmente no que diz respeito ao tratamento público da violência doméstica, que costuma ser mantida sob segredo no interior da família e da vida privada.

O próprio código legal, antes da Lei Maria da Penha de 2006, qualificava a violência contra a mulher como um ato de menor potencial ofensivo, sendo julgado num Juizado Especial Criminal (Jecrim), e tinha o mesmo status de uma briga de trânsito ou de uma briga entre vizinhos. A pena máxima ao agressor não poderia ultrapassar um ano e o pagamento consistia em doação de cesta básica ou a prestação de serviços comunitários (penas alternativas). Como réu primário, após seis meses sem cometer nova agressão, a ficha do agressor era limpa e, caso ele voltasse a agredir uma mulher, retornava à condição de réu primário. Cabe ressaltar que nesse contexto era a mulher agredida que saía de casa levando seus filhos.

Além disso, existe certa hierarquização dos públicos alvos dentro da SAS que trata o serviço de defesa da mulher que Fabíola oferece como sendo de baixa complexidade em relação, por exemplo, à questão da criança e do adolescente, enviando menos verbas para projetos e/ou instituições que lidam com a questão da violência contra a mulher. Nas delegacias de mulher a orientação dada à vítima de violência a incentiva a desistir da denúncia contra o agressor, geralmente o marido, pautada na preocupação com as conseqüências que tal denúncia pode causar para ele, o que nos revela que o foco continua a ser o homem.

Mesmo depois da Lei Maria da Penha sancionada pelo presidente Lula em 2006, a qual trouxe avanços e conquistas para a garantia de direitos para a mulher, na medida em que altera o Código Penal, aumentando o rigor das punições aos agressores, existe grande dificuldade para efetivá-la de fato nas instituições que, em geral, não estão preparadas para lidar com a questão da violência contra a mulher. Entre algumas mudanças presentes na Lei está a possibilidade de que o agressor seja preso em flagrante, quando a violência ocorre dentro do âmbito doméstico e familiar, ou tenha a prisão preventiva decretada; não poderão mais ser aplicadas penas alternativas; houve um

aumento da pena máxima de um para três anos; a ainda está prevista a possibilidade de saída do agressor do domicílio e o afastamento dele da mulher e dos filhos; o agressor contará também com um acompanhamento psicológico paralelamente ao cumprimento da pena.

Com isso quero demonstrar que a questão da violência doméstica contra a mulher e a luta em geral para garantir diversos direitos sociais a elas ligados está vinculado a uma representação negativa da mulher na sociedade, o que dificulta o processo de profissionalização de serviços como o oferecido por Fabíola no Centro de Referência. Cabe ressaltar, no entanto, que hoje, o trabalho desenvolvido pelo Centro de Referência conta com reconhecimento local e desfruta de legitimidade perante os moradores, segundo nos fala Fabíola, demonstrando, assim, avanços na re-significação de um tipo de trabalho feito, por mulheres que lida diretamente com mulheres.

4.2.2 A VISÃO QUE AS LÍDERES TÊM DO TERCEIRO SETOR: TIPO DE GESTÃO E DOS SABERES

Particularmente para **Glória, Paula, Lilá, Micaela e Eleonor**, a inserção no terceiro setor resultou na aquisição de um conjunto novo e diferenciado de conhecimentos que ampliou sua visão sobre a política e sobre o funcionamento da sociedade, resultando no empoderamento dessas mulheres que a partir daí redefiniram suas escolhas profissionais, familiares e pessoais. Não necessariamente isso resulta na construção de relações mais igualitárias, seja no espaço privado, seja no espaço público, podendo ocorrer o estabelecimento de uma relação de dominação a partir da mulher.

Fabíola também adquire novos conhecimentos com sua atuação no terceiro setor, mas diferentemente do grupo acima, ela já estava inserida num movimento mais amplo e político-critico que reflete sobre a sociedade, sendo o trabalho associativo muito mais uma consequência de escolhas anteriores do que uma alternativa de trabalho que surge em meio as possibilidades de inserção feminina num mercado precarizado. Vale ainda apontar que o tipo de militância na qual Fabíola esteve envolvida, os princípios implícitos que a caracterizavam, afeta o modo como ela vai enxergar e atuar no terceiro setor, pois em geral o trabalho das líderes dá a elas uma centralidade e visibilidade na comunidade onde atuam que muitas vezes pode levar a gestões mais personalistas.

É o que ocorre, por exemplo, com **Paula** e **Micaela**. Mesmo o passado militante e o envolvimento com o movimento negro de Micaela não impede que sua gestão da associação se assemelhe a de Paula, que não teve envolvimento com nenhum tipo de militância. Sua inserção no terceiro setor agrega saberes a ambas que são reutilizados muito mais em benefício próprio do que para a busca da construção de benefício para a comunidade, ainda que isso possa ocorrer em certa escala, sempre reduzida. Tal fato pode ser constatado por meio de inúmeros depoimentos de pessoas que estiveram diretamente envolvidas com o trabalho associativo das duas líderes, assim como pelo posicionamento delas mesmas.

Micaela sempre centralizou a administração da associação "E" e em nenhum momento pensou em uma gestão mais democrática ou em utilizar o espaço associativo para promover a discussão da condição socioeconômica de seu bairro a fim de levar reivindicações para o poder público. Pelo contrário utilizava seu carisma, seu conhecimento como meios de agregar pessoas a sua entidade, pois sobrevivia da cobrança mensal monetária dos beneficiários de cesta básica, leite e de produtos que eram produzidos na sua entidade, tais como roupas e artesanato. Sua postura é muito mais empresarial que militante, o que fica explícito quando Micaela decide fechar a associação e se mudar para Campinas, onde abre uma lanhouse e um brechó, provavelmente com o dinheiro obtido com a venda de todos os bens que existiam na sua associação, como máquinas de costura.

Podemos dizer que Micaela utiliza uma situação política que incentiva a multiplicação das organizações da sociedade civil para conquistar benefícios próprios, se encaixando no perfil de braço do Estado, oferecendo certos serviços, sem contestar a política do Estado-Mínimo de afastamento das questões sociais. Isso resulta num processo de despolitização da participação da sociedade civil organizada nessas entidades.

Paula mais diretamente, sempre se apoiou no discurso do empreendedorismo social, difundido entre outros pelo Sebrae, e a gestão da sua associação era personalista e estrategicamente calculada para beneficiar a sua família e alguns privilegiados que ela escolhia. Foi acusada por pessoas da comunidade e que em certo momento atuaram juntamente com Paula, de desviar verba e material fornecidos pelo poder público e de beneficiar seus familiares. Em conversa recente,

Paula deixa claro que está abrindo creches para colocar seus familiares na administração das mesmas e, assim, saber que eles estão encaminhados e bem colocados.

Vemos aqui, um exemplo muito claro de como o discurso virtuoso sobre o terceiro setor é desconstituído e o trabalho associativo assume um caráter instrumental-pessoal para o líder da entidade e de gestão da pobreza para o poder público de inspiração neoliberal, não só pelo trabalho de ambas ser restrito a um número sempre pequeno de pessoas, inferior a cem, quanto pela inconstância na oferta dos serviços, cuja continuidade depende de uma série de variáveis, entre elas, o apadrinhamento político e a renovação de convênios.

No caso de **Eleonor** e **Glória** observamos ainda uma forte centralização na gestão das associações "B" e "F", respectivamente, mas o traço característico de ambas, e que as une numa mesma categoria de análise é o fato de buscarem a profissionalização de suas atividades associativas. Portanto, o foco de suas ações não está no benefício próprio, ainda que em alguma medida elas tenham tido algum ou mesmo que ainda tenham, mas na construção, por meio de estratégias diferentes, de um trabalho de cunho social mais duradouro e com resultados efetivos, sem fugir, no entanto, da idéia de funcionamento como braço do Estado que atua na ponta oferecendo algum serviço.

Isto pode ser observado na mudança de concepção de seu trabalho na associação que deixou de ter um caráter amadorístico e assistencialista, para assumir um caráter mais profissional, a partir da busca constante de formação para o terceiro setor por meio de cursos no Senac e Sebrae, entre alguns podemos citar: "Aprender a Empreender"; "Saber Mais"; "Terceiro Setor"; "Saber Empreender". Os saberes obtidos por meio desses cursos vão construindo a personalidade do líder comunitário a partir do referencial empresarial, o do "Você S.A." e transformando a associação de bairro numa pequena empresa a "Entidade S.A.". É assim, que **Eleonor** administra suas duas creches. Portanto, não há espaço na sua associação para a construção de uma gestão democrática, mas apenas para uma gestão de resultados, o que é confirmado por um de seus colaboradores que enfatiza a ausência de espaço para discussão na associação "B", sendo todas as decisões centralizadas em Eleonor. Ela mesma assume que ninguém seria capaz de fazer o que faz.

Glória, por sua vez, assumiu o trabalho comunitário em Cidade Tiradentes há 24 anos atrás e desde então tem diversos convênios com a prefeitura, oferecendo serviços como o de creche, liberdade, assistida. Diferentemente de Eleonor, ela adquiriu os saberes inerentes ao trabalho comunitário por meio, principalmente, do PSDB, partido ao qual ela é fiel. Apesar de seu discurso ser menos empresarial que o de Eleonor, Glória centraliza a administração de sua associação, mesmo quando, por alguma razão, não é a presidente da mesma. Do mesmo modo, as pessoas que trabalham na associação atribuem a Glória essa centralidade. Vale enfatizar ainda, que ao longo dos anos de existência da entidade, Glória tem ampliado o número de serviços oferecidos pela entidade, assim como o número de assistidos. Sua preocupação principal agora é dar continuidade a eles e deixar alguém que assuma sua posição, se referindo, sobretudo aos netos.

Evidentemente, que ambas assumem uma postura empresarial, e mais uma vez, vemos reproduzido o discurso do empreendedorismo social e da privatização do social, projetos neoliberais. No entanto, o diferencial aqui está na possibilidade de ser gerado benefícios para além daqueles obtidos pela própria líder.

A última categoria reúne Fabíola e Lilá, líderes das associações "A" e "G", que agregam ao discurso do empreendedorismo social um fator de dissonância, uma vez que elas têm uma formação política forjada no interior do movimento social, negro e feminista, anterior, a introdução do neoliberalismo no Brasil e da idéia de empreendedor social vir a voga. **Fabíola** criou no Centro de Referência uma gestão democrática e calcada na discussão comum de todos os assuntos e na decisão coletiva sobre as questões relevantes a gestão do espaço, assim como o compartilhamento de saberes adquiridos. Ela afirma que essa postura política vem da sua experiência na PJMP e nos movimentos sociais.

A existência de um enfoque político na gestão do Centro de Referência pode ainda ser notado em tentativas de escapar ao mecanicismo da mera oferta de um serviço, que por mais relevante que seja, não se basta. Dois exemplos podem ser citados, as palestras sobre violência doméstica que oferecem em diversos espaços que as solicitam, na busca da construção de uma consciência política sobre essa questão, e a tentativa de se criar uma cooperativa não apenas com as mulheres

que são atendidas no Centro, mas com as moradoras do distrito de Guaianases, pois Fabíola entende que a conquista da autonomia financeira é um importante passo para a conquista de uma autonomia com sentido mais amplo. No seu atual trabalho como assistente social e servidora pública, ela segue esse mesmo princípio de construção de conscientização política, ultrapassando ainda mais os limites impostos pela simples oferta de um serviço na medida em que não apenas dá palestras quando solicitada, mas existe a proposição de discussões que tem como finalidade discutir a mulher.

Lilá apresenta uma gestão mais centralizadora, podendo, muitas vezes ser comparada as líderes anteriores. No entanto, sua formação política cria um ponto de desequilíbrio que o tempo todo põe em questão a relevância da existência da discussão democrática como meio de equiparar diferenças e desigualdades. Como sua atuação militante em Cidade Tiradentes começou a partir de seu trabalho como promotora legal e militante do movimento negro, sua associação acabou virando um palco de formação de outras promotoras. Diante disso, os serviços tradicionais oferecidos por outras organizações não faziam parte do universo da sua entidade, que sempre teve um enfoque político e petista. É fundamental destacar que atualmente Lilá está vinculada muito mais ao cenário político de nível macro, ou seja, municipal, estadual e nacional, do que micro ou local, o que levou ao fechamento de sua associação. O caso de Lilá é emblemático de alguém que tentou fazer política por meio do terceiro setor e acabou se frustrando e voltando a cena política de novo como militante.

Em nenhum caso, podemos dizer que a atuação no terceiro setor representa uma transferência do espírito de 'cuidadora' que é atribuído a atividade da mulher na família, ainda que muitos dos serviços oferecidos pelas entidades seja vinculado ao universo feminino. Pelo contrário, sua inserção nesse meio tem mais vínculo com a busca de uma atividade onde teriam reconhecimento de suas qualidades. Não há dúvida que para Glória, Paula, Lilá, Micaela e Eleonor a inserção no trabalho comunitário deu a cada uma centralidade e importância que não tiveram em nenhuma das atividades que desenvolveram durante sua trajetória ocupacional anterior. No entanto, a forma como elas encaram o trabalho associativo foi bastante variado, muitas vezes, reforçando o discurso neoliberal, revelando as fragilidades da atuação no terceiro setor, outras vezes, com menor frequência, conseguindo criar espaços mais políticos e de debate.

4.2.3 RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO E COM OS POLÍTICOS

É unânime nas entrevistas com as seis líderes comunitárias, dotadas de certo conhecimento de como a sociedade funciona, que as associações são importantes bases de apoio para os políticos por estarem ligadas diretamente à comunidade, portanto, a eleitores em potencial. As próprias líderes são importantes por terem grande poder persuasão e convencimento perante os moradores de seu bairro. Os políticos, por sua vez, são importantes para as entidades, pois é por meio deles que as líderes têm seus projetos aprovados e conseguem obter convênios com a prefeitura. É diante de tais regras que a relação entre sociedade civil organizada, poder público e políticos pode alcançar uma dimensão utilitária e clientelista, ameaçando as bases democráticas.

Como afirma **Eleonor**, muitas associações de fachada funcionam como verdadeiros currais eleitorais, mantendo-se fechadas 90% do tempo, reabrindo na época das eleições para servir de palco político de cooptação de votos. Outras ainda, mantêm um trabalho assistencialista entregando leite e cesta básica em nome de algum político. E tanto umas como as outras são sustentadas por diferentes padrinhos políticos. Esse tipo de investida dos políticos nas comunidades periféricas se deve a sua constituição por uma população pobre com quem ele irá construir um jogo baseado na troca de favores.

A associação "E" de **Micaela** é um bom exemplo de curral eleitoral, pois seu padrinho político em época de campanha podia ser encontrado na entidade, nos dias de entrega de cesta básica fazendo discurso eleitoral. Apesar de funcionar a maior parte do ano e oferecer outros serviços, além do assistencial, essa associação recebia benefícios financeiros do seu político que, assim, poderia 'manter'/'comprar' sua base de apoio.

Paula e Micaela, agrupadas numa mesma categoria, a saber pessoal-instrumental, assim como Eleonor definida na categoria sócio profissional, optam por não ter fidelidade partidária o que pode ser explicado pela forte postura empresarial das três líderes. Portanto, para além das diferenças de finalidade que cada uma têm sobre o seu trabalho associativo, cada uma joga na cena política de modo estratégico com o intuito de obter benefícios para sua entidade.

Eleonor, por exemplo, se define como independente, ou seja, desvinculada de qualquer bandeira

política, pois como ela mesma aponta o jogo democrático muda de protagonistas e, portanto, de orientação política a cada quatro anos, o que poderia trazer dificuldades para as associações manterem seus convênios. De outro modo, se uma associação está assumidamente vinculada a uma bandeira partidária, sua liberdade e possibilidade de ação são maiores quando seu partido é o da situação e menores e até inexistentes quando os partidos da oposição estão no governo. Muitos benefícios chegam a ser cortados ou reduzidos e projetos não são aprovados.

Quanto a isso, na mudança do governo municipal do PT para o PSDB, **Fabiola** presenciou a alteração do tratamento dado à associação "A", vinculada ao partido do PT. Houveram boicotes, tais como, privilégio de informação, ou seja, nem tudo que estava acontecendo dentro da SAS foi repassado para a entidade e, conseqüentemente para o serviço que Fabiola representava; vistorias técnicas no Centro de Referência da Mulher que implicavam com detalhes irrelevantes que passariam despercebidos em outra situação e eram ignorados em associações ligadas ao partido da situação. Diante desse tipo de relação com o governo, a diretoria da entidade é que resolvia tais problemas por meio de seus contatos políticos, que passavam pela mediação do vereador de referência da entidade.

Deste modo, percebemos que a visão de Eleonor de se manter independente está diretamente vinculada a idéia de ter liberdade de negociar com qualquer partido, em qualquer instância do poder público e em qualquer mandato, uma vez que os serviços oferecidos pelas associações podem ser resultado de parcerias com qualquer uma dessas instâncias, que geralmente pertencem a bandeiras partidárias diferentes. A associação, segundo Eleonor, tem que entender como funciona o jogo de trocas para poder sobreviver. Até hoje Eleonor não é filiada a nenhum partido e está em busca de um político que 'abraçe' sua causa.

“[...] sou totalmente desvinculada da política. Trabalho para quem faz a diferença”. Se ele tiver “[...] responsabilidade social...”, agora “[...] se tiver só uma responsabilidade política, não vai me adiantar”. “[...] preciso de um parlamentar. [...] não vou negar [...] as entidades ficam vivendo de gabinete em gabinete, pedindo pra político [...] pros meus projetos, eu preciso de um político. Um político que, realmente, tenha vários contatos, [...] é horrível falar [...] que uma entidade depende de política, mas infelizmente, o próprio governo deixou corromper o nosso país. [...] político virou facção. Horrível falar isso, mas virou facção. Hoje, quem tá no poder, manda mais em quem não tá [...]”

As maiores ligações de Eleonor foi com dois candidatos locais a vereador pelo PT para quem

escolheu trabalhar gratuitamente como estratégia de criar uma dívida do candidato para com ela, pois, assim, poderia cobrar deles um compromisso de aprovar projetos. Nos dois casos, depois de eleitos os candidatos colocaram Eleonor em segundo plano, causando a ela uma sensação de frustração e decepção. Com isso, percebemos a fragilidade dessa relação hierárquica, portanto, desigual, entre político e líder comunitário, cujo poder de barganha é infinitamente menor.

Paula não pensou duas vezes em deixar de apoiar o PT, pois o vereador para quem fazia campanha ficou apenas como suplente, para voltar-se para o DEM, quando surgiu uma oportunidade dela negociar diretamente com o gabinete do prefeito, a doação de uma área pública para sua entidade administrar. Ela já estava há alguns anos tentando transformar esse terreno em um centro de lazer local, pois seu bairro é desprovido de qualquer equipamento com essa finalidade. A despeito da prefeitura não ter liberado a área e a ter transformado em uma praça que hoje é ponto de comércio de drogas, o que vale ressaltar aqui é a estratégia de ser livre partidariamente a fim de possibilitar a constituição de vínculos estratégicos e temporários que beneficiem de algum modo aquela associação.

Diferentemente Lilá e Fabíola que estão reunidas na categoria movimentalista e Glória que pertence a categoria sócio profissional, são fiéis respectivamente ao PT e ao PSDB. **Glória** entrou no universo associativo devido ao PSDB¹⁴⁴ e, desde então, ela obteve todos os seus sucessos na sua trajetória associativa devido a fidelidade muito mais ao partido como um todo do que a um político do partido, embora sempre declare sua admiração a Mario Covas. Tanto é assim, que nas últimas eleições, ela apoiou o Democratas (DEM), partido que o PSDB apoiou no segundo turno. A estratégia de apoiar uma legenda partidária parece ser mais eficiente que a estratégia personalista que apóia um candidato que pode ou não ser eleito e/ou reeleito. Em todo caso, mais uma vez encontramos o apadrinhamento político como estratégia da entidade não apenas conseguir benefícios, mas renová-los.

Apesar de **Fabíola** e **Lilá** serem fiéis ao PT, a relação entre as associações "A" e "G" com o poder público e com os políticos é de outra natureza, diferente do caráter instrumental até aqui

¹⁴⁴ O primeiro partido que apoiou Glória foi o PMDB (1985). No entanto, parte dos políticos com quem ela mantinha um relacionamento próximo fundaram o PSDB em 1988. Desde então ela esteve ligada apenas a este último partido. Por essa razão irei me referir neste texto mais ao PSDB que ao PMDB.

descrito. O político diretamente vinculado a associação "A" tem um passado político inserido nos movimentos sociais de saúde da zona leste, assim como nas pastorais da igreja militante da Teologia da Libertação, lutando ao lado dos diretores que compõe essa associação, que ele ajudou a fundar. Portanto, sua ligação com a associação é mais histórica do que resultado de uma dependência política estrutural. Outro ponto importante a ser destacado e que afeta o modo como a associação se relaciona, seja com o poder público, seja com os políticos é a ideologia sobre a qual ela se sustenta, baseada na autonomia de ação da sociedade civil.

Diante disso, **Fabiola** vê esse vereador como uma referência da associação, alguém com quem tem abertura para levar e discutir propostas, discordando de muitas de suas ações e acrescentando que acha que sua assessoria deveria estar mais bem preparada para lidar com a complexidade e diversidade das questões sociais. Ela faz uma ressalva, no entanto, de que este último ponto é um assunto a ser problematizado pelo partido e não pela entidade, que deve preservar sua independência, mas devo acrescentar, relativa independência, uma vez que, o vereador funciona, bem ou mal, como facilitador das conquistas da associação junto ao poder público, assumindo a posição de mediador e articulador, no espaço político oficial, para a resolução de problemas que a entidade venha a enfrentar, como já foi mencionado. A própria aprovação do então projeto do Centro de Referência da Mulher, serviço que Fabiola coordenou e ligado à associação "A", foi resultado da atuação direta desse político, facilitada pelo fato do governo municipal ser do PT.

Fabiola diz que a associação "A" não foge dessa relação política, "[...] mas tenta ter uma postura mais ética [...]". Ela, particularmente, afirma ainda que "[...] *não me sinto*, por isso, vendida. [...] valorizo o que é bom no governo e critico o que não é [...]". De todo modo ela reconhece que existe um clientelismo muito forte e disseminado mediando a relação entre Primeiro e Terceiro Setores, citando como exemplo emblemático dessa situação a postura assumida pelo representante da maior entidade local (ligada à igreja), que sobe em todo e qualquer palanque para conseguir benefícios, garantindo a aprovação e permanência de seus projetos. A associação "A", diferentemente, tem uma postura ideológica, desaprovando essa relação partidária utilitária.

Lilá nunca teve um político específico que a apadrinhasse e nem de fato ela buscou tal relação. Em parte isso se deve a seu tipo de atuação como promotora legal em Cidade Tiradentes que

desde o começo caracterizou um tipo de gestão diferenciada na associação "G". A relação com os políticos sempre esteve marcada pela busca de apoio a certos projetos de políticas públicas definidas em conferências abertas a sociedade civil, como a Conferência Municipal, Estadual e Nacional de Políticas Públicas para a Mulher.

Para além da ligação com os políticos, as líderes buscam se inserir em outros setores do poder público a fim de ampliar seu campo de contatos e de conhecimento, tendo assim a possibilidade de estar a frente das mudanças que são discutidas e decididas nesses espaços. É o que afirmam **Fabíola** e **Eleonor** quanto ao vínculo da associação "A" e "B" com o Conselho Municipal de Assistência Social (COMAS) e **Paula** quanto a sua participação como conselheira do Conselho Municipal da Criança e do Adolescente (CMDCA). Para aqueles que não participam do COMAS, por exemplo, **Fabíola** afirma que eles têm a sensação de que as decisões caem sobre suas cabeças num movimento de imposição do poder público sobre a sociedade, uma vez que é nesse espaço que as mudanças e novas diretrizes são pensadas antes de serem aplicadas no espaço público. No entanto, **Paula** relativiza, a participação nesses conselhos, afirmando que a sociedade civil encontra muita dificuldade de se fazer ouvir, sendo, inclusive, a votação dos representantes civis do CMDCA, particularmente, manipulada pelos representantes do governo, que para não terem atritos e nem divergências, fazem ser eleitos seus apoiadores.

É válido ainda destacar que a postura da SAS ao hierarquizar os problemas sociais está dialogando com uma lógica neoliberal que transforma tais problemas em produtos a serem consumidos, rompendo a conotação pública da questão social, que passa então a ser gerida pelo espaço privado, império dos valores, portanto, dos juízos morais e pessoais que dirão qual problema é mais urgente, reforçando essa hierarquização. Cria-se com isso um desigual tratamento das questões sociais que agrava ainda mais as desigualdades sociais existentes na medida em que a escolha do problema mais urgente também pode ser feita a partir do seu valor de troca no mercado das privações sociais (necessidades), ou seja, aquele que dá mais visibilidade e é mais lucrativo, que possibilita maiores repasses de verba, seja pública, seja privada.

Como já foi dito, as associações que têm como público-alvo crianças e adolescentes contam com

mais investimentos do que as associações que lidam com a questão da violência contra a mulher. Todavia, apesar de existir uma lógica de mercado que permeia o dia-a-dia dessas associações, não é possível dizer que todo o trabalho associativo está unicamente preso à lógica de oferta de serviços, pois é dentro desse quadro de possibilidades que Fabíola conseguiu transformar o Centro de Defesa da Mulher numa referência local. No entanto, também estamos longe da idéia da humanização do capital que as ONGs insistem em assumir como bandeira, o que é possível ver através da criação de práticas discriminatórias contidas nas escalas valorativas que hierarquizam os problemas sociais.

No que diz respeito à relação entre Primeiro e Terceiro Setores, não é possível assumir um discurso virtuoso sobre o mesmo e nem mesmo cair no seu contrário, o fatalismo da cooptação de tudo e de todos pela lógica neoliberal, numa visão reducionista e clientelista da troca de favores, pois a realidade tem se revelado extremamente complexa. De fato, todos estão inseridos numa dinâmica de precarização, flexibilização e fluidez, buscando cada um, segundo estratégias pessoais calcadas em saberes até então adquiridos, construir soluções para as adversidades que surgem, e não apenas para si. No entanto, entre àqueles que fazem o discurso da responsabilidade social entendida como oferta de serviços por meio de entidades patrocinadas pelo poder público, existem àqueles que buscam a construção de um debate político coletivo, que inclusive faria a crítica ao ‘modelo’ de política com o qual as associações lidam, que as instrumentaliza para fins privados de cada político.

4.2.4 RELAÇÃO COM A INICIATIVA PRIVADA

No caso onde a relação com o poder público e com os políticos é instável e incerta percebemos uma tendência das líderes a preferirem abertamente a construção de uma relação mais sólida com a iniciativa privada. É o que vemos com Paula, Micaela e **Eleonor**. Para esta última, diante de uma realidade política clientelista, ela vê na construção de uma parceria privada a possibilidade de escapar desse ciclo vicioso da troca de favores cujo foco está no indivíduo-eleitor-favorecido e não na comunidade, que é instrumentalizada.

Sua visão é de construir com as empresas uma consciência de sua responsabilidade social com a

comunidade, mostrando à empresa que os benefícios obtidos com esse tipo de postura 'ética' ultrapassam o abatimento fiscal (no imposto de renda), podendo obter um aumento do consumo de seus produtos que passarão a ser divulgados pela ONG na comunidade beneficiada, tornado-se assim conhecidos. Ela afirma que as empresas funcionam ainda dentro de uma lógica mecânica de produção, mas não tem um trabalho delicado de promoção desses produtos na sociedade em geral, ou seja, a empresa desconhece seu consumidor em potencial, muitas vezes não atingindo seu público-alvo, e o consumidor, por sua vez, ignora a existência desses bens, não os vendo como possibilidade de consumo. Dessa forma, Eleonor, coloca o Terceiro Setor como uma espécie de vitrine midiática desses produtos e de sua marca.

Ela mesma, calcada na força de seu carisma, construiu uma relação com diversas empresas de grande, médio e pequeno porte, a maior parte destas locais. Assim como ela, **Paula** tem uma longa lista de empresas com as quais mantém contato, algumas há um tempo longo como a Gerdhal. Geralmente calcada no discurso da responsabilidade social Paula recorre aos comerciantes locais para complementarem materiais que não são fornecidos pelo poder público. É o que ocorre, com alguns tipos de alimento que a prefeitura deveria fornecer para a creche conveniada da associação "C". A carne que as crianças comem, Paula consegue recorrendo a sua rede de contatos empresariais, pois a prefeitura não envia. Outras vezes, o poder público não envia uma cota suficiente de alimentos e Paula tem complementar por conta própria, novamente acessando a iniciativa privada.

"[...] Os meus lojistas aqui do meu bairro, quando vêm eu entrar na loja pergunta “_Dona Paula, o que você quer hoje? [...]”

Cabe destacar que as pequenas empresas, locais em sua maioria, participam desse mercado por meio de doações, o que evidencia uma relação cujas características são a inconstância, a incerteza, o cunho esporádico e limitado. Tudo isso cria a necessidade constante de buscar ampliar, o número de firmas com as quais a entidade se relaciona para garantir as doações e o seu relativo funcionamento. Esse tipo de prática também relativa o caráter profissional que se quer atribuir a essa atividade, pois a rede de doações é construída a partir do estabelecimento de relações pessoais entre empresa local e líder comunitária.

Diante da postura empresarial que Paula e Eleonor possuem em relação ao terceiro setor, elas

buscam e prezam muito mais pela constituição de um vínculo com a iniciativa privada do que com poder público. Quanto a isso **Eleonor** diz que se tivesse o apoio de um empresário, e aqui ela está se referindo à firmas de grande vulto, ela ficaria duplamente realizada, primeiro porque teria o apoio em si e, em segundo lugar porque poderia abrir mão da necessidade de ter um político: “[...] Aí é ótimo! Aí você não precisa do político [...]”. Todavia, Eleonor sabe que empresas desse porte só investem em ONGs bem estruturadas.

“[...] Eu me sentiria até melhor, se existisse um empresário que me abraçasse [...], eu tô me preparando, porque pra um empresário abraçar o seu projeto, [...] você tem que tá bem estruturado. [...] O empresário precisa investir numa ONG, mas precisa de uma contrapartida [...]”

Parte dessa estruturação da ONG significa adquirir títulos e certificados concedidos pelo poder público, que dão às associações uma aura de idoneidade que facilita a consolidação de parcerias com grandes e médias empresas e com outras ONGs, inclusive, internacionais, portanto, facilitando o acesso a verbas mais significativas. Outro ponto importante a ser destacado nessa relação desigual entre Segundo e Terceiro Setores é que a responsabilidade e custo para se estruturar ficam completamente a encargo das associações. Cabe dizer que isso é alimentado pelo Primeiro Setor que cobra uma imensa burocracia documental, paga pela associação para realizar a titulação e certificação da entidade. Isso também demonstra um percurso no sentido de uma profissionalização do trabalho da ONGs, uma vez que a burocracia envolvida para a conquista de tal status, de modo nenhum parece um trabalho amador e assistencialista. Ainda podemos destacar que todo esse movimento responde a necessidade das empresas em associar sua imagem a instituições que possam valorizar sua marca, vinculando sua imagem apenas a projetos sociais que dêem visibilidade e agreguem valor a sua marca.

O que vemos aqui no caso da relação entre empresas e terceiro setor é uma repetição da relação de dependência que as ONGs têm com os políticos. Em ambos os casos, a vinculação e o apoio a certos projetos se dão apenas quando a visibilidade proporcionada por essa ação pode ser revertida em lucro ou em votos. Eleonor, Paula e Micaela pensam escapar de uma relação de dependência política, mas caem em outro tipo de dependência: de mercado. Com isso, temos a transformação das questões sociais em mercadorias de maior ou menos valor de troca, sujeitadas às oscilações do mercado de necessidades, uma vez que existe uma ferrenha disputa entre projetos sociais, que atendem públicos-alvos limitados por um tempo pré-definido.

Lilá e Glória escapam dessa relação com a iniciativa privada, enquanto **Fabíola** descreve uma relação da associação "A" com Segundo Setor diferenciada. A associação "A" tem apenas uma parceria com o setor privado: com a Ericson. A parceria consiste no fornecimento, por essa empresa, de 'Recursos Humanos' (RH) com algum tipo de deficiência, contratados pela Ericson, e encaminhados para diversas entidades do Terceiro Setor. Portanto, o vínculo empregatício é com a firma e a prestação de serviço é realizada nas entidades. Três serviços da associação "A" têm um desses funcionários que permanece por um tempo determinado na mesma. Esse tipo de vínculo com a iniciativa privada evidencia o tipo de relação que a entidade prioriza, de cunho mais social, que dá oportunidade de colocação profissional para um grupo de pessoas que lidam com o preconceito no dia-a-dia, implicando numa maior dificuldade de inserção ocupacional no mercado. Assim a entidade surge como um espaço de possibilidade de trabalho.

A postura da associação "A" cria um contraponto a relação mais instrumental que encontramos nos casos anteriores, revelando mais uma vez que a trajetória militante das lideranças dessa entidade apresenta significativa influência sobre o modo como vêem o terceiro setor e as relações que podem ser construídas com a iniciativa privada.

4.2.5 RELAÇÃO COM O TERCEIRO SETOR

Como já foi apontado anteriormente o poder público não repassa suficiente verba para que as entidades conveniadas consigam funcionar adequadamente. É isso que cria brechas para a constituição de dependência das associações de bairro, seja com o segundo, seja com o próprio terceiro setor. Em geral as associações de bairro se vêem como adversárias competindo por meio de seus projetos pelo fundo público destinado para o terceiro setor. Portanto, no nível horizontal a competitividade dá a tônica da relação. Por sua vez, quando verticalizamos a relação entre as entidades do terceiro setor, encontramos uma relação mais hierárquica e desigual, mas também cooperativa.

A relação é desigual, pois no topo e em menor número se encontram as ONGs maiores, mais bem estruturadas e melhor amparadas financeiramente, e na base, se encontram em maior número as associações de bairro, nada ou pouco estruturadas, e deficientemente amparadas financeiramente

– quando o são. Com isso, cria-se uma relação de dependência das ONGs de pequeno porte em relação as de grande porte, que suprem muitas vezes a falta de verba e/ou de materiais dessas associações de bairro.

É o que ocorre, por exemplo, com o Centro de Referência da Mulher (**Fabíola**), assim como com a própria associação “A”, que depende para dar continuidade a seus projetos, mesmo os conveniados, de verba enviada por uma ONG italiana, localizada na cidade do padre amigo de Fabíola, formada por pessoas que querem ajudar os países que lidam com problemas sociais graves. Esta ONG recebe doações, que provém de diversas fontes da Itália, e repassa para a associação “A”, que por sua vez, redistribui o dinheiro entre os seus serviços. O próprio aluguel do espaço onde funciona o Centro de Referência é pago com essa verba estrangeira, pois na época do convênio (2004) a verba que a SAS destinou para pagar o aluguel era irrisória.

Só recentemente, é que existe a possibilidade de incluir o aluguel dentro das despesas cobertas pela prefeitura. Vale destacar que o repasse pela ONG italiana desse dinheiro para a associação “A” está ligado aos resultados obtidos por ela, e por seus serviços, que devem ser rigorosamente declarados em um relatório periódico. Além disso, os representantes dessa ONG internacional fazem visitas anuais para verificar a veracidade do relatório. Disso depende a manutenção do repasse, pois para conseguir as doações na Itália é necessário que a ONG estrangeira comprove para os doadores que o dinheiro está sendo usado conforme o acordado.

No entanto, não se sabe até quando poderão contar com esse repasse financeiro o que cria um ponto de instabilidade e de fragilidade quanto à continuidade dos serviços oferecidos. Fabíola acha que seria importante que a entidade capacitasse alguém para trabalhar apenas com a captação de recursos, o que possibilitaria uma sustentabilidade menos oscilante. Uma das formas para construir mais parcerias é obter outros títulos para a entidade que, por enquanto, só tem o de Utilidade Pública Municipal. Há uma busca agora dos títulos de Utilidade Pública Estadual e Nacional. Fabíola diz que a entidade, depois de muitas discussões, não quis ser OSCIP, pois não valia a pena, uma vez que esse título iria transformar a associação numa espécie de micro-empresa, desvirtuando-se desse modo do seu caráter militante. A associação “A” também não está cadastrada no CNAS, afirmando Fabíola que isso só será possível depois de obterem os

demais Títulos de Utilidade Pública.

Eleonor começou sua vida de envolvimento com o Terceiro Setor através da Kolping, ONG alemã. Hoje mantém relações com diversas ONGs, tais como, a Ação da Cidadania, para ser beneficiária de projetos desenvolvidos pela entidade, e a ABONG, para pertencer a um espaço de alta circulação de saberes do Setor. No entanto, não recebe nenhum tipo de verba de nenhuma delas, inclusive por não possuir títulos e certificações que abrem a porta para esse tipo de relação. De qualquer forma, vemos, mais uma vez, a predominância de relações mais verticais, entre associação de bairro e ONGs de grande porte, ainda que de outra natureza, do que horizontais, entre associações de bairro entre si. Apesar disso, Eleonor, ainda pretende firmar parcerias com entidades do Terceiro Setor, não abandonando a idéia de um trabalho em rede no próprio bairro.

Paula aponta esse caráter de competição que caracteriza a relação entre associações de bairro como o grande problema para a constituição de trabalhos em rede. Ela mesma tentou construir uma rede com associações do seu bairro, mas não foi bem sucedida, pois as associações se vêem como uma célula isolada que busca se relacionar apenas verticalmente, seja com o poder público, seja com as empresas, seja com outras ONGs. Sua relação com o terceiro setor está mais ligada ao esclarecimento de fazer projetos e estatutos.

Antes de **Micaela** fechar sua associação em 2006, ela não tinha relação nem com outras associações de bairro e nem com ONGs de grande porte, assim como Lilá e Glória, sendo que esta última aposta na relação com o PSDB para suprir todas as necessidades da sua associação. Em geral, podemos concluir que o repasse de verba de ONGs de grande porte está caracterizado pela produção de certos resultados esperados, o que nos coloca numa escala internacional de produção desses resultados, enfatizando mais uma vez o tipo de relação social precária que orienta as ações atualmente e a transformação da questão social numa mercadoria de troca.

A observação do trabalho associativo a partir da base que o constrói, ou seja, a partir das informações oriundas das experiências das trajetórias de vida aqui descritas, que vivenciam no seu cotidiano as tensões e conflitos dos diversos campos de força em disputa, tem se revelado extremamente substantiva para se entender os valores e lógicas presentes no contexto social neoliberal, onde ocorre um deslocamento do tratamento da questão social, do espaço público para

o privado, e para se compreender o ator social atual e a sociedade civil que vem se delineando.

A premissa neoliberal do Estado-Mínimo ao cruzar com a história político-cultural do Brasil obtém ressonância na medida em que o Estado é geralmente visto, aqui, principalmente pelos seus trabalhadores, como uma instituição improdutiva, ineficiente, incapaz, burocrática, morosa e incompetente para lidar com as questões sociais.

Além disso, o Estado é a instituição com a qual sempre é possível se produzir relações clientelistas. Diante dessa visão negativa do Estado, transversal a muitas orientações políticas, o investimento no Terceiro Setor, como expressão democrática, ganha um peso político. Esse discurso da inoperância do Estado traz ainda um esvaziamento do problema sóciopolítico da Reforma do Estado, na medida em que ocorre uma descontextualização da ação do poder público, deslocado da lógica neoliberal que o produz.

A significativa presença das mulheres no Terceiro Setor, em parte, responde a uma necessidade de enfrentamento de problemas sociais cruciais, que afetam a própria vida, tais como nas áreas da habitação, educação, saúde, defesa de direitos sociais, mas em parte responde a um tipo de entrada da mulher no espaço público, num campo de trabalho que se delinea: os espaços associativos se transformam num lugar de oportunidade de trabalho e de geração de renda, uma vez que o ingresso no mercado formal apresenta problemas de diversos tipos. Isso demonstra que a mulher entra por diferentes caminhos nesse espaço público, construído por muito tempo para os homens, assumindo certo empoderamento independentemente do modo como chegou ao trabalho associativo, na medida em que, inclusive, adquirem novos saberes e se apropriam do espaço da cidade.

4.3 ANÁLISE DAS TRAJETÓRIAS DE VIDA À LUZ DA TEORIA DISCUTIDA

A experiência de vida das seis mulheres durante a infância e início da adolescência tem uma característica importante a ser destacada: a humilhação. Para as quatro mulheres negras, Gloria, Lilá, Micaela e Eleonor a humilhação fez parte de seu cotidiano. Integrantes de lares monoparentais, cujas mães eram analfabetas e/ou tinham baixa escolaridade (primário) e que

geralmente trabalhavam como empregadas domésticas, lavadeiras e como lavradoras, a experiência de vida dessas mulheres entrevistadas revela como o racismo está presente nas práticas do espaço privado e público de diversos modos, se constituindo como mais um elemento de dominação e exploração (CARVALHO, 2002), dos homens sobre as mulheres, mas também como pudemos verificar de mulheres sobre mulheres, e não apenas de mulheres brancas sobre mulheres negras e de mulheres de classe média sobre mulheres de baixa renda, mas também de mulheres negras em posição privilegiada sobre mulheres e meninas negras em posição desprivilegiada e vulnerável.

Este foi o caso de Lilá no internato onde sofreu discriminação de classe e raça na medida em que a instituição era dirigida por duas freiras negras que usavam sua posição para reproduzir padrões discriminatórios, submetendo as filhas das empregadas domésticas a um tratamento moralmente inferior àquele dado às filhas das mulheres brancas (patroas).

Diariamente, as filhas das empregadas domésticas eram lembradas, da sua condição de pobreza, de serem bolsistas ou não pagantes dos serviços dos quais se beneficiavam. Isso era perceptível tanto pela exigência de que trabalhassem para manter o internato limpo e funcionando, quanto pelo tipo de comida que era servido para elas: fubá.

Para Gloria a humilhação apareceu na infância vinculada ao trabalho da mãe. Ao acompanhá-la, Gloria ficava das 6h às 23h na rua, muitas vezes dormindo no chão frio de cimento das casas das patroas que não ofereciam nem um jornal onde pudesse se deitar. No entanto, a principal humilhação veio ao 16 anos, pouco antes de casar, quando é assediada sexualmente numa das casas onde trabalhou.

Outro tipo de humilhação, exemplificado por Micaela, mas também pela mãe de Lilá, é a troca pelas respectivas patroas, do nome (registro civil) dado originalmente pelos pais, revelando a relação de poder que se estabelece entre classes e etnias diferentes. Micaela, ainda, sofre os efeitos da dominação por meio da violência física e moral que enfrentava com suas mães de criação.

Eleonor e Micaela revelam por meio de sua infância um tipo de exploração familiar sobre a criança, onde em troca do abrigo e alimento se exige uma retribuição na forma de serviços. Eleonor era empregada domésticas dos tios e Micaela das mães de criação, uma vez que ficou órfã aos 6 anos.

As duas mulheres brancas, Fabíola e Paula, pertencem a famílias biparentais, onde a figura do provedor seguia os registros do patriarcado, ou seja, estava centrada no homem-pai. No entanto, apesar dos pais terem um emprego formal (renda principal), as mães também possuíam boa inserção ocupacional, mesmo exercendo atividades ditas femininas, respectivamente, trabalho doméstico e costura. Comparativamente a mãe de Fabíola, a de Paula, teve uma trajetória ocupacional mais estável, pois trabalhou como costureira registrada durante 35 anos na mesma firma, enquanto a mãe de Fabíola foi obrigada pelo marido a parar de trabalhar a certa altura para cuidar dos filhos.

Essa estrutura familiar mais estável financeiramente permitiu antes de tudo que nenhuma das duas precisasse trabalhar para complementar a renda da família. O único momento na infância em que Paula precisou trabalhar foi aos 10 anos quando seu pai ficou desempregado, no entanto, isso durou apenas 7 meses e sua mãe não permitia que ela trabalhasse mais do que 2h/dia (trabalho domiciliar). Desse modo houve maior investimento familiar na formação de Fabíola e Paula, ainda que fosse um incentivo mais moral que financeiro, uma vez que estamos tratando de famílias de baixa renda.

A respeito do tipo de trabalho que essas mulheres realizaram durante a infância, todos estavam relacionados ao universo feminino do care: trabalho doméstico e costura. No entanto, apenas as mulheres negras trabalharam como empregadas domésticas e durante a infância (Glória, Lilá, Micaela e Eleonor); Paula (branca) trabalhou costurando, em casa, por sete meses e por 2h/dia. E, Fabíola (branca) nem chegou a trabalhar.

Para todas, inclusive Paula que costurava, o trabalho domiciliar foi predominante. A mãe de Paula também costurou no final da sua carreira para a firma onde sempre trabalhou e se aposentou na sua casa revelando, como Georges e Silva (2007) e Lavinias (1998) mostraram em

seus respectivos estudos, que o trabalho domiciliar é majoritariamente desempenhado por mulheres e/ou meninas.

Vale ainda apontar para a peculiaridade do uso da força de trabalho infantil que freqüentemente não é remunerada e é reutilizada no interior de um circuito familiar ou de parentesco. Isso geralmente ocorre quando não há um adulto responsável por essa criança, comumente a mãe.

Foi o caso de Micaela que era órfã de mãe e não conhecia o pai, possuindo apenas mães de criação que de fato a exploravam e a obrigavam a trabalhar em troca da casa e da comida. Ela só vai sair desse ciclo de exploração quando sua irmã de sangue a leva para São Luiz e a coloca para trabalhar de empregada doméstica, todavia, com remuneração.

Eleonor também foi explorada pelos tios em São Paulo, embora sua mãe estivesse viva e morando no mesmo bairro. No entanto, o contato entre as duas foi interrompido durante 5 anos, o que dava aos tios pleno domínio sobre Eleonor. Ela também só passará a ter remuneração quando começa a trabalhar fora do âmbito familiar.

Comparativamente, Gloria e Paula trabalharam na infância sob os cuidados de suas respectivas mães e sempre foram remuneradas, ainda que o valor recebido fosse baixo, o que por sua vez ratifica a desvalorização dessa força de trabalho. Gloria, especialmente, que trabalhou dos 11 anos até os 16 anos como empregada doméstica, demonstra como esse trabalho é precário em si, na medida que super explora crianças em serviços pesados de limpeza, na preparação de refeições, na lavagem de roupas, nos cuidados com outras crianças ainda menores – atividades que muitas vezes as impedem de estudar – e atribuem remunerações baixas a esse conjunto de atividades por serem consideradas como habilidades inerentes a natureza feminina. Portanto, pertencem ao universo do *care* (HIRATA, 2002) onde a desqualificação dos saberes adquiridos é predominante.

Fabíola, por sua vez, só teve sua primeira experiência de trabalho aos 16 anos como auxiliar de escritório, motivada pela vontade de conquistar sua autonomia financeira e, por meio desta, sua autonomia moral, uma vez que seu pai tentava se impor a ela, subjugando-a aos valores

patriarcais, o que ela não aceitava. Portanto, para ela não foi a necessidade de sobrevivência, mas a vontade de conquistar seu espaço e de defender seu pensamento que a motivou a trabalhar. Essa diferença coloca Fabíola em outro patamar com relação as demais mulheres. Além disso, outra singularidade é que de partida ela foi registrada, o que não ocorreu com as outras. E ainda, o tipo de trabalho que exerceu (auxiliar de escritório), apesar de também estar mais vinculado com uma identidade feminina, é menos estereotipado e mais valorizado que as atividades domésticas e de costura.

Assim, a condição de pobreza – entendida multidimensionalmente como ausência de renda e poder (NEVES; COSTA, 2007) – foi maior para famílias monoparentais chefiadas por mulheres do que para as famílias biparentais; para as mulheres negras do que para as brancas; para aquelas que vieram do interior e que trabalharam no campo do que para aquelas que nasceram e viveram em grandes centros urbanos como São Paulo.

A possibilidade de superação dessa condição de pobreza por meio da educação e investimento na formação vai se delineando como um horizonte cada vez mais distante, principalmente para Eleonor e Glória.

Por um lado, Eleonor e Glória tinham necessidade de trabalhar, uma vez que a renda familiar é baixa (mãe faxineira e lavadeira, respectivamente), por outro, a utilização do tempo em atividades menos qualificadas, impedia que estudassem, e que assim, pudessem se re-inserir no mercado de trabalho de modo mais vantajoso. Um ponto interessante é que para essas mulheres a educação nunca foi formulada como uma idéia vinculada a possibilidade de emancipação e construção de autonomia, assim como de superação do circuito de atividades de baixa qualificação nos quais as próprias mães estavam inseridas. O que explica, por exemplo, a interrupção dos estudos de Glória após conhecer seu futuro marido aos 12 anos, pois para ela o casamento significaria a soma da renda de seu trabalho (empregada doméstica) com a renda do trabalho do marido (lubrificador de carros).

Para Lilá, Micaela e Paula, que tiveram excelente formação escolar, conseguindo entrar no ensino superior, a superação da condição de pobreza via educação esteve sempre mais presente. No

entanto, a impossibilidade de pagar os cursos escolhidos interrompe o que poderia ter sido um ponto de inflexão na trajetória ocupacional dessas três mulheres.

Fabíola, ao contrário, segue uma trajetória onde o investimento na formação tem um papel central e estratégico de empoderamento e de construção de autonomia, incentivado em grande parte por sua mãe que por meio da experiência na pastoral vai também conquistando sua autonomia. Para ela, a necessidade de trabalhar nunca se deu, uma vez que a renda familiar, produzida a certa altura apenas pelo pai – que havia proibido sua esposa de trabalhar fora para se dedicar aos filhos e a casa – era suficiente para manter os cinco membros da família. Paralelamente, a experiência na PJMP colaborou para dá centralidade ao papel da educação como meio de construção de autonomia. Portanto, apenas para Fabíola é que a possibilidade de superação da condição de pobreza por meio da educação ocorreu de fato.

No que consiste a experiência na militância, esta significou a aquisição de novos saberes para Lilá, Micaela e Fabíola, o que por sua vez resultou, principalmente, numa mudança de postura nos respectivos ambientes de trabalho e na vida pessoal. Apesar de Micaela ter optado pelo trabalho autônomo e isso ter significado sua entrada na informalidade, o conhecimento que obteve por meio de sua participação no movimento negro a empodera suficientemente a ponto dela escolher novas estratégias de ação para elaborar sua vida, que a coloca no interior de um processo de autonomização, inclusive no espaço privado da família.

Lilá por sua vez atribui claramente o seu pertencimento a um meio jornalístico e publicitário militante a razão de não ter assumido o ‘destino ocupacional de sua mãe’ que sempre fora empregada doméstica. Foi por meio do empoderamento conquistado na participação no movimento negro, num primeiro momento, que ela soube enfrentar o preconceito sobre ela ser negra e mulher num ambiente masculino. A subsequente participação no movimento feminista contribui de modo expressivo para a construção de sua autonomia moral uma vez que as relações de poder no espaço privado da família são reelaboradas.

Para Fabíola a militância em diversas instâncias a politizou de modo que suas escolhas profissionais são pautadas grandemente pelo empoderamento adquirido por meio da participação

no movimento feminista. As relações inerentes ao espaço privado da família são postas em perspectiva por esses novos saberes, alterando o conjunto de valores que pautam sua conduta, que preza pela constituição de relações igualitárias.

A politização dessas três mulheres adquirida formalmente, não-formalmente e informalmente dá elas um instrumental capaz de aumentar seu campo de escolhas, sobre o que fazer e o que ser, ampliando seu campo de possibilidades de escapar da condição de pobreza. Já para Glória, Eleonor e Paula a ausência dessa politização, reduz esse campo de possibilidades, mesmo para Paula que tem uma boa educação formal. As relações de poder do espaço privado da família serão pautadas por padrões mais tradicionais.

Por sua vez, as experiências profissionais das seis mulheres, de modos diferentes, demonstram claramente o processo de terceirização e perda de direitos que afeta o mercado de trabalho durante os anos de 1990. Com exceção de Fabíola, as demais trajetórias ocupacionais experimentam uma gradativa desqualificação profissional, que misturou períodos de emprego, com períodos variados de desemprego, preenchidos com inúmeros trabalhos informais e bicos.

Eleonor não consegue escapar de uma re-inserção como copeira, a cada vez mais precária pela instabilidade, incerteza e insegurança vinculada à permanência no emprego terceirizado. Assim como não consegue escapar de uma constante volta ao trabalho doméstico a cada vez que está desempregada.

Mesmo **Fabíola**, experimentou os estratagemas da precarização na medida em que sua primeira inserção ocupacional (1997) foi numa firma que a contratou apenas pelo período de experiência, procedimento comum dessa firma. Portanto, ela é inserida de partida dentro dessa lógica de precarização que, entre outras coisas, explora força de trabalho jovem alegando falta de experiência. Fabíola só irá driblar os efeitos mais perversos do contexto neoliberal devido sua formação superior que permite uma colocação como servidora pública em 2008.

Gloria tem uma trajetória ocupacional em geral inserida no mercado informal, alterando trabalhos como empregada doméstica, manicure, vendedora de tapware, entre outros. Quando

finalmente é registrada, é numa atividade pertencente ao circuito desvalorizado de ocupações classificadas como femininas (passadeira). Para Gloria faltaram instrumentais que pudessem funcionar como meios para construir outras possibilidades de melhores inserções ocupacionais. Assim, em parte esse circuito precário é realimentado por sua pouca escolaridade e pela prioridade dada ao papel de mãe, esposa e dona de casa – o que confirma a forte presença dos valores patriarcais mediando a experiência de vida das mulheres em geral (Carvalho, 2002).

Para **Lilá** o processo de desqualificação fica evidente quando gradativamente é expulsa do mercado publicitário por falta de recursos para investir na sua formação, mas também por sofrer preconceito de raça e gênero – fazendo com que ser mulher e negra implicasse num demérito traduzido no mercado pela exploração dessa força de trabalho e na perda de direitos. Mesmo as atividades exercidas no mercado informal vão sofrendo os efeitos dessa precarização, tornando-se menos rentáveis e agregando menos benefícios e ‘direitos’.

Depois da experiência má sucedida trabalhando no crediário da Besni devido ao preconceito racial que sofreu, **Micaela** se insere no mercado informal onde permanece por longo tempo – em parte por opção, em parte pela distância de Cidade Tiradentes ao centro onde as ofertas de emprego são maiores – e de onde sai mais recentemente (2006) para ter seu próprio negócio. Uma explicação plausível para a opção em ser autônoma se deve ao seu passado onde trabalhou como empregada doméstica e sofreu muitas humilhações.

Por fim, **Paula** possui uma trajetória ocupacional vinculada ao universo de trabalhos femininos como costureira autônoma e qualificada, mas que por problemas de saúde se vê obrigada a buscar outra alternativa de trabalho. Ela, então aciona sua rede de contatos na igreja adventista e consegue uma inserção mais virtuosa como bibliotecária registrada. No entanto, abalada pela morte da sua filha decide sair do mercado formal, para onde não retorna, inclusive devido sua idade (40 anos) significar difícil re-inserção no mesmo. A formação apenas de ensino médio aliada a distância do lugar onde mora, Guaianases, para o centro onde existe maior oferta de emprego e trabalho colaboram para a manutenção da situação de desemprego.

Particularmente para um contexto neoliberal, a falta de investimento familiar na formação de

algumas dessas mulheres revela-se como importante elemento para uma inserção ocupacional pouco virtuosa e presa num circuito de trabalhos femininos. Para a família de Eleonor e Gloria, por exemplo, a situação de precariedade anterior sobrepõe a necessidade de trabalhar sobre a necessidade de estudar. O que mostra como a lógica de precariedade atual utiliza uma situação de pobreza precedente para fazer valer seus ditames de forma mais poderosa.

Para essas duas mulheres a entrada no mercado de trabalho (informal) era inevitável, pois suas mães trabalhavam sem registro como empregada doméstica/faxineira e lavadeira, respectivamente. Diferentemente, Fabíola, devido à estabilidade financeira familiar, não precisou trabalhar e investe seu tempo nos estudos, o que a longo prazo irá empoderá-la e colocá-la num processo de construção de sua autonomia e de superação da condição de pobreza.

As seis mulheres possuem o perfil do público mais vulnerável para competir por uma vaga no mercado de trabalho, tanto no início de sua trajetória ocupacional, quanto agora: ou eram jovens demais ou velhas demais, segundo classificação do mercado de trabalho formal; com baixa formação, segundo o que se exige hoje; pouca qualificação (como cursos de informática); a maior parte delas são negras (80%). Assim, para aceitar utilizá-las como força de trabalho, o mercado impõe baixos salários e reduz direitos, sempre as re-inserido em trabalhos ditos femininos ou convencionalmente realizados por mulheres. Mais uma vez ressaltamos, que Fabíola só escapa de entrar num processo de desqualificação profissional devido seu investimento na sua formação superior, possibilitado pela estabilidade familiar.

Assim os efeitos da precarização, que atravessa a vida de grande parte dos trabalhadores, ganha uma conotação mais perversa na medida em que incide sobre um trabalho tido como feminino, tais como o de copeira, de empregada doméstica, faxineira, lavadeira, todos inseridos no universo do *care*, portanto, desvalorizados e geralmente destituídos de direitos.

Assim, para Eleonor, Gloria e, até mesmo para Paula que costurava, esses efeitos foram vivenciados com maior amplitude.

Como vimos, a possibilidade de superação dessa condição de pobreza, entendida como ausência

de renda e de poder, que afetam diretamente aquilo que se pode fazer e ser, por meio do investimento na educação e formação profissional, se coloca num horizonte cada vez mais distante para algumas delas a partir do casamento e da chegada dos filhos.

Eleonor, Gloria, Lilá e Paula, considerando as peculiaridades de cada trajetória, foram mais fortemente e estruturalmente afetadas pelos eventos do matrimônio e da maternidade precoce, na medida em que seu tempo é completamente usado para a realização do trabalho fora e dentro de casa. Muitas, como Gloria e Paula, escolhem sua atividade de acordo com a proximidade do lar e, portanto, dos filhos. O dinheiro obtido com o trabalho está comprometido com a sustentabilidade daquele núcleo familiar, o que resulta na impossibilidade financeira para a realização de cursos de qualificação.

Além disso, muitas interrompem os estudos para cuidar e sustentar os filhos, como foi o caso de Lilá e Eleonor. Outras ainda, como Gloria, param de trabalhar para cuidar dos filhos e da casa. Isso revela, por um lado, uma maior responsabilização das mulheres com relação a reprodução social e com o trabalho doméstico, reproduzindo-se, assim, os valores patriarcais; por outro lado, essa situação reduz o poder de escolha e de elaboração sobre suas vidas, as introduzindo numa condição de pobreza.

Para Micaela e Fabíola a chegada dos filhos não implicou num retrocesso ou estagnação da trajetória ocupacional de cada uma. Pelo contrário, para Micaela houve uma inflexão positiva na medida em que abriu dois negócios próprios: um brechó e uma lan-house. Fabíola, após o nascimento da filha, manteve-se numa trajetória virtuosa chegando a ocupar um cargo público em 2008, como assistente social do município de São Paulo. Isso se deve grandemente aos respectivos parceiros que deram o suporte financeiro e moral para que ambas não perdessem sua autonomia.

Vale ressaltar que um desses núcleos familiares é homossexual, implicando na presença de duas mulheres na gestão do mesmo, o que produziu para este caso uma relação mais igualitária entre os pares. No entanto, mesmo para o núcleo heterossexual de Fabíola, existe uma relação de poderes mediada pela igualdade de deveres e de direitos. Isso é importante na medida em que o

tipo de lógica do espaço privado da família colabora tanto para o empoderamento da mulher, quanto para sua subjugação. E, nos dois exemplos acima, nós vemos uma relação colaborativa e igualitária entre os casais, o que permitiu com que Micaela e Fabíola não fossem afetadas de modo definitivo pela chegada dos respectivos filhos. Para elas a maternidade teve uma conotação positiva no sentido que não prejudicou sua inserção ocupacional no mercado de trabalho.

Fabíola e Micaela têm outro ponto em comum: a maternidade ocorreu após a entrada no mundo associativo (quase coincidindo com sua saída), diferentemente das demais atrizes sociais entrevistadas. Isso implica dizer que as razões concretas para a entrada das duas no terceiro setor não podem ser associadas a uma trajetória ocupacional anterior precarizada, cujos efeitos negativos são ampliados pela chegada dos filhos e pela desresponsabilização dos parceiros pelo cuidado dos mesmos.

Para **Fabíola** a entrada no terceiro setor surge como consequência de seu envolvimento nos movimentos sociais, especificamente um movimento organizado em Guaianases contra a violência doméstica sofrida pelas mulheres do distrito. Desse movimento surge um Centro de Referência, que Fabíola passa a coordenar como assistente social, ligado a associação “A”. Desse modo o que vemos é que sua entrada no mundo associativo significa uma oportunidade de continuar o investimento na sua carreira profissional.

Micaela por sua vez vê no terceiro setor uma oportunidade, não apenas de poder ter uma fonte de renda mesmo que produzida por meios escusos e ilegais, mas de alcançar a centralidade e ter o reconhecimento que não havia encontrado no mercado formal. Essa afirmação também vale para Gloria, Paula e Eleonor.

Como já foi explicado, **Eleonor** estava inserida num movimento de desqualificação profissional agravado pelo processo de precarização do mercado de trabalho nos anos de 1990 devido à reestruturação capitalista-produtiva¹⁴⁵, o que a introduz numa condição de pobreza e vulnerabilidade de difícil superação. No entanto, ela percebe de algum modo o surgimento do terceiro setor como uma oportunidade de romper com a experiência profissional estacionária ou

¹⁴⁵ SEGNINI, 1998 apud CARVALHO, 2002, p.38.

circular e com a vida familiar calcada nos papéis familiares tradicionais, limitadores para ela, promovendo um novo rumo e sentido para sua vida. Gradativamente Eleonor vai substituindo o mercado formal pelo trabalho no terceiro setor, inclusive porque neste ela encontra um espaço onde ela pode exercer seu poder de liderança.

A experiência de trabalho de **Gloria** é marcada pela desvalorização, seja pela sua informalidade, seja por pertencer a trabalhos atribuídos as mulheres e ligados ao *care*. O ano de 1985 marca um ponto de inflexão positivo na sua trajetória ocupacional, pois o contato com políticos do PMDB dá a ela a presidência da associação “F”. Assim, é no terceiro setor que Gloria encontra a centralidade e a importância nunca experimentadas. Portanto, mais do que uma atividade que possibilita um retorno financeiro, o trabalho na associação dá a Gloria status e visibilidade. Essa experiência também irá fazer com as relações internas a família sejam repensadas.

Apesar da trajetória de **Paula** não estar inserida num movimento de desqualificação, uma vez que ela havia deixado o trabalho como costureira autônoma e começado a trabalhar como bibliotecária registrada, é só no terceiro setor que ela encontra a realização pessoal que não havia achado nas atividades anteriores. Portanto, também para Paula a possibilidade de renda, não obstante ser relevante, tinha um peso menor que a centralidade, importância e visibilidade que o trabalho na associação dava a ela.

Por fim, **Lilá** encontra no trabalho na associação “G” um lugar que a empodera e amplia sua auto-estima que havia por anos sido destruída, por um lado pela violência doméstica de que era vítima, e por outro lado pela desqualificação profissional que caracterizara sua trajetória ocupacional. Novamente, a centralidade, visibilidade e importância que esse tipo de atuação permite, é mais relevante que a própria obtenção de renda.

Portanto, o que vemos com os seis exemplos é que o trabalho associativo funciona para essas mulheres como uma oportunidade de re-inserção ocupacional, que as coloca em outro patamar de importância que não haviam experimentado em outras atividades anteriores. Assim, ainda que o trabalho associativo seja uma forma de trabalho precarizado (MONTANO, 2007) entre outras tantas, como vimos no capítulo teórico, que não lhes garante direitos e é instável, ele também

permite a aquisição de novos saberes e traz para essas líderes uma centralidade e visibilidade que as empodera de modo a reconstruir sua identidade como mulher, como profissional e como cidadã.

O reflexo desse empoderamento pode ser percebido tanto na forma como atuam nos respectivos espaços associativos, como também no tipo de relações sociais estabelecidas no espaço privado da família que passam a ser questionadas a partir da nova experiência. Ainda que muitos núcleos familiares biparentais tenham se mantido simultaneamente a atuação de algumas dessas mulheres no terceiro setor, tais como o de Gloria e o de Paula, a tradicional relação de dominação foi fortemente abalada e em muitos momentos é invertida.

Os valores patriarcais, portanto, foram relativizados nesses lares, assim como no de Eleonor que rompe o matrimônio na medida em que não consegue construir uma relação mais igualitária com o marido, ainda que tenha tentado; no de Lilá que expulsa a figura masculina de casa. Para ambas a negação incisiva da formação um novo núcleo familiar com a presença masculina revela a constituição de uma outra identidade, onde elas figuram como personalidades centrais. Se não é possível encontrar um parceiro com quem travem uma relação igualitária, então é melhor negá-los.

Apesar do núcleo familiar de Micaela ser formado por duas mulheres, em parte, podemos dizer que havia certa identificação desta com a identidade masculina no sentido de assumir o papel de quem domina. No entanto, essa identidade não tem tanta força e predominantemente a relação do casal tendia mais para uma igualdade de condições do que a constituição de fato de um poder centralizador.

Todavia é Fabíola que dá o salto qualitativo com relação ao rompimento com os padrões patriarcais e de sua negação pela constituição de relações igualitárias entre o casal. E não obstante a participação no terceiro setor a ter empoderado, a constituição de uma identidade feminina dotada de poder e valor já vinha sendo construída há mais tempo a partir de outras experiências e pela forte influência de sua mãe que gradativamente vai também se empoderando – ainda que Fabíola, mais que a mãe tenha usufruído das conquistas desta última.

Nesse sentido, o terceiro setor passa a adquirir um sentido de emancipação para essas mulheres, de possibilidade de superação da sua condição de pobreza na medida em que isso significa ampliar o que podem ser e fazer, tanto no espaço público – de modo mais mediado – quanto no espaço privado da família – onde os efeitos dos conflitos gerados por essa experiência são primeiramente vivenciados. É assim que mulheres que foram educadas por suas respectivas famílias durante a infância para serem ‘cuidadoras’ passam, cada uma a seu modo, a fazer parte de um campo de disputa política e econômica – comumente vinculado ao universo masculino.

Como dissemos logo acima, esse empoderamento obtido por meio da experiência no terceiro setor vai afetar o modo como elas atuam no espaço público, assim como afetou o modo como agem no espaço privado, alterando as representações, cultural e socialmente forjadas sobre a mulher que é inserida, ‘descuidadamente’, num processo de autonomização.

Descuidadamente porque, como as respectivas trajetórias nos mostraram, a presença expressiva de mulheres atuando no terceiro setor está fortemente, mas não exclusivamente, vinculada com sua saída do mercado formal a partir de um processo de desqualificação profissional e de destituição de direitos (LIMA, 2002) produzido pelo contexto neoliberal de reestruturação do capital que atinge a homens e mulheres, cujo significado imediato para elas é o aumento da sua vulnerabilidade.

E ainda, o fato das mulheres e não dos homens recorrerem ao trabalho no terceiro setor com maior intensidade e frequência, pode ser explicado a partir do tipo de trabalho oferecido nesse espaço ser fortemente vinculado ao universo feminino do *care*, assim como pelo fato do novo associativismo ter um caráter mais provisório, incerto e instável incompatível com a tradicional experiência masculina no mercado formal.

Isso revela que a precarização das condições e relações de trabalho para os homens sempre esteve num horizonte mais distante do que para as mulheres, o que vai ao encontro do que apontam Georges e Silva (2007) sobre o mercado informal absorver muito mais a força de trabalho feminina.

Segundo Araújo (2004) uma das características desse processo de informalização do mercado é a reativação do domicílio como ambiente de trabalho, o que pode ser constatado no trabalho associativo desenvolvido por Paula e Eleonor que mantinham suas instituições funcionando dentro de suas residências – tornando possível trabalhar na entidade e cuidar dos filhos.

Essa posição intermediária da associação entre o espaço privado da família e o espaço público, revela um sentido de precariedade na medida em que não há muita distinção entre o trabalho profissional e o trabalho doméstico, além de confundi-los. Se somarmos a esse fato, outro, a saber, de que muitos dos trabalhos desenvolvidos por essas líderes comunitárias estão vinculados ao *care*, corre-se o risco de haver uma indistinção entre aquilo que se denomina como atividade profissional e atividade doméstica, resultando numa desvalorização do trabalho que essas mulheres possuem nas respectivas associações.

Portanto, temos um resultado complexo de, por um lado, desqualificação profissional com conseqüente expulsão do mercado e, por outro lado, de empoderamento a partir da aquisição de novos saberes por meio da participação no terceiro setor. É como se, simultaneamente, se fosse lançado na condição de pobreza e, se criado a possibilidade de sair da mesma por meios inesperados.

Quando nos voltamos para analisar a forma como atuam no espaço público e o sentido político que isso tem para pensar a consolidação dos parâmetros democráticos pensados a partir das práticas concretas, encontramos uma política dos jeitinhos e da persuasão para a conquista dos benefícios no lugar de reivindicação por direitos. As diferentes experiências de vida de cada líder explicam o fato de Fabíola e Lilá terem uma postura mais militante e impessoal e das demais terem uma postura mais profissional-empresarial e pessoal.

Analisando a experiência dessas seis mulheres no espaço público, no que consiste ao sentido que o trabalho associativo tem para seu processo de autonomização, na medida em que parte dos serviços oferecidos pelas entidades pertence ao universo associativo do *care*, percebemos que o processo de profissionalização pelo qual passa o terceiro setor atribui outro sentido para saberes antes vinculados ao espaço doméstico. Portanto, não há uma desqualificação do trabalho

feminino nesse sentido simbólico.

No entanto, a desqualificação desse trabalho surge quando percebemos as condições concretas precárias para sua realização, como observamos nas descrições que todas fizeram, mas especialmente as de Paula e Fabíola, sobre os repasse de verba pública e/ou privada para a manutenção dos serviços – geralmente inferiores às necessidades reais, e incertas quanto a sua continuidade.

Isso revela um processo de precarização maior vinculado ao estabelecimento do Estado Mínimo que assume uma política de afastamento com relação a questões sociais e repasse de sua responsabilidade para a sociedade civil organizada no terceiro setor. Apenas isso já configura um processo de precarização social pela perda do direito de ter garantido pelo Estado o fornecimento universal desse serviço (TELLES, 2006). No entanto, essa situação é agravada quando o próprio poder público repassa um valor expressivamente inferior ao necessário – ou aquele que o governo utiliza – para a efetivação e manutenção do serviço.

Portanto, a desvalorização do trabalho que as mulheres desenvolvem nas associações, ligado ao universo do *care*, como as creches, está inserido num processo maior de precarização, que ao recair sobre essas atividades tem sua dimensão ampliada, ainda que exista uma tentativa de profissionalização das mesmas. É que podemos ver por meio das experiências de Paula e Eleonor.

Esta última, particularmente empreende grande esforço na construção de um espaço profissional, tendo inclusive uma postura de pessoa jurídica dentro e fora do lugar de trabalho, adquirida por meio do Sebrae. A visão de algumas usuárias da creche e funcionárias é que Eleonor é uma empregadora do bairro. Essa visão também se estende para a atuação de Gloria, Paula e para a de Micaela quando esta lidava com terceiro setor. Isso não impede, no entanto, que ela enfrente dificuldades para a oferecer seu serviço.

No entanto, o que importa destacar aqui é uma mudança na forma de ver a questão social, que passa a ter um sentido de ‘negócio’, ou melhor, de produto a ser consumido por uma clientela

selecionada, perdendo, assim seu sentido político, sua conotação pública.

Contraopondo-se ao caráter amador, existe um forte discurso de profissionalização dessas atividades a fim de torná-las mais eficientes e duradouras, segundo os defensores do terceiro setor. Todavia Arantes (2000), Gohn (2008), Haddad (1999) apontam para um movimento de despolitização e de naturalização da responsabilização da sociedade civil quanto às questões sociais, resultando numa desconstrução de direitos e no surgimento de outras formas de discriminação na medida que esses direitos são esvaziados de seu sentido universal.

Isso pode ser visto por meio da hierarquização feita pela SAS dos problemas sociais, atribuindo mais valor a uns que a outros, o que concretamente implica em maior ou menor acesso a verba pública. Desse modo, as associações, cujo público-alvo são crianças e adolescentes, recebem maiores repasses de verba que àquelas que lidam com a questão da violência contra a mulher, como é o caso de Fabíola.

De todo modo vale a ressalva de que não obstante a lógica de mercado invada as práticas cotidianas dessas instituições, é possível afirmar, principalmente por meio da experiência de Fabíola, que não é apenas a lógica de oferta de serviços que se faz presente nesses espaços, pois foi a partir do campo de possibilidades constituídas que Fabíola conseguiu transformar o Centro de Defesa da Mulher numa referência local e num espaço de debates. Com isso também não estamos assumindo o discurso virtuoso que o terceiro setor faz sobre si de humanização do capital, uma vez que as práticas discriminatórias estão presentes nas escalas valorativas que hierarquizam os problemas sociais.

Quanto ao citado processo de profissionalização real, cabe ressaltar, que seu aprofundamento e efetivação esbarra justamente nessa ausência de um real suporte técnico e financeiro por parte do poder público para associações de bairro periféricos que lidam com uma população de baixa renda. As líderes comunitárias têm muita dificuldade no início, mas não somente, para implantar um serviço, pois geralmente elas não possuem conhecimento da burocracia necessária para dar andamento ao processo, e nem mesmo têm dinheiro para cumprir com todas as exigências oficiais. Mais um agravante é o fato da iniciativa para a implantação de um determinado serviço

precisar partir da sociedade civil. Conjuntamente, isso retarda o enfrentamento dos problemas sociais e, conseqüentemente aumenta a situação de vulnerabilidade e a condição de pobreza da população em geral, o que vai ao encontro dos argumentos daqueles que vêm nesse processo uma mera terceirização dos serviços públicos.

Não obstante considerarmos a importância dessa dimensão macrosocial, mas retomando nosso questionamento sobre o sentido que essas atividades desenvolvidas nas associações possuem para as mulheres que se utilizam deles, e também para as próprias líderes comunitárias, percebemos que em meio a toda a precariedade do mundo social, esses serviços ainda que vinculados a idéia de *care* introduzem a mulher num processo de autonomização.

As creches, por exemplo, são importantes equipamentos que auxiliam a mulher, como já foi dito, na sua emancipação financeira, primeiro passo para a efetiva construção da autonomia feminina. Com isso, não estamos dizendo que este serviço em si significa a constituição de uma relação de gênero igualitária, mas com certeza a sua ausência significa a manutenção do *status quo*. As líderes comunitárias que estão a frente desse tipo de serviço, sabem pela própria experiência o quanto o rompimento com os padrões de dominação dependem da implantação desse tipo de serviço, que amplia as possibilidades da mulher de circulação na cidade, de escolha sobre atividades profissionais, de investimento na sua qualificação, mesmo em contextos desfavoráveis.

E ainda, a participação de parte da sociedade civil, especialmente a organizada em torno do terceiro setor, é uma participação de manual, ou seja, com regras claras e prescritas pelo poder público. Desse modo as associações se reduzem a braços do Estado que oferecem alguns poucos serviços para públicos alvo restritos e muitas vezes escolhidos a partir de critérios pessoais. Esse cenário revela a presença de uma política de desmonte da noção de cidadania e de sua substituição pela noção de clientela (GOHN, 2008).

Diante do que vimos o lugar intermediário que a associação de bairro ocupa entre espaço privado da família e espaço público permite com que as urgências da família sejam deslocadas para esse espaço público, transformadas em empreendimento associativos, geralmente liderados pelas mulheres, inclusive, por serem elas, ainda, mais responsabilizadas pela família. No entanto, essa

experiência associativa irá trazer mudanças na forma como as mulheres constroem sua identidade, tanto no espaço privado, quanto público.

A partir das trajetórias de vida podemos perceber que os discursos dicotômicos polarizam argumentos e posicionamentos políticos, mas não alcançam as particularidades e singularidades dos efeitos produzidos no cotidiano da vida pelas mudanças macrosociais. A observação a longo prazo, que enfrente esse mundo micro pode problematizar o contexto social e descrever mudanças por onde não se esperava que elas ocorressem como vimos nos seis exemplos analisados. Para um país sem tradição democrática esse tipo de análise pode ser de extrema relevância para entender processo que ainda estão se delineando.

RECAPITULAÇÃO

Diante de tudo que foi exposto ao longo deste Capítulo, ao retomarmos nossa questão, colocada na parte teórica, sobre a possibilidade do espaço da família ser uma matriz de sociabilidades que se projetam para o espaço público, podemos observar que as trajetórias revelam o estabelecimento de um outro status de relações internas ao espaço privado da família, ainda que **Fabíola** seja mais bem sucedida neste aspecto, pois pertence a um núcleo familiar onde existe a figura do marido, potencial agente de conflito e de constante negociação.

Eleonor por sua vez rompe com sua aliança quando a relação conflituosa com o marido tende a colocá-la numa situação de desvantagem. Ao afirmar que não pretende casar novamente Eleonor está de certo modo reconhecendo a impossibilidade, do seu ponto de vista, de constituir um espaço privado mais igualitário.

Para **Glória** e para **Paula** o que ocorre é uma inversão do papel de dominação que passa ser exercido por elas. **Lilá** não chegou a constituir um núcleo familiar e **Micaela** manteve-se na dominação da relação, enquanto esteve casada, muito embora essa postura possa ser bastante relativizada na medida em que existia a tentativa de constituição de uma relação entre iguais. De qualquer modo o que está explícito nessas histórias é reflexão sobre valores tradicionais e a tentativa de sua superação, o que é publicizado a partir de suas escolhas, discursos e práticas.

No tópico “A VISÃO QUE AS LÍDERES TÊM DO TERCEIRO SETOR: TIPO DE GESTÃO E DOS SABERES” percebemos que a experiência de vida mais democrática que **Fabíola** teve desde sua infância, fortemente impulsionado pela própria experiência de sua mãe, influenciou seu modo de ver a vida, de lidar com as pessoas e de agir nos espaços que frequenta e trabalha. **Eleonor, Glória, Micaela e Lilá**, por sua vez, que desde novas, ao contrário de Fabíola, experimentam uma vida de exploração iniciada na própria família, tendo na maior parte das vezes que contar apenas com elas mesmas para superar as adversidades que se colocam, tem mais dificuldades em escapar ao centralismo administrativo. Apesar de **Paula** não ter tido uma infância sem incentivos familiares e onde foi explorada, ela acaba adotando uma postura empresarial no modo como administra. No entanto, a inserção delas em redes onde existe troca de conhecimento, em parte, tem posto em perspectiva, principalmente para Eleonor, a necessidade de constituir espaços mais dialógicos e democráticos.

No tópico “RELAÇÃO COM O PODER PÚBLICO E COM OS POLÍTICOS” percebemos experiências também diferenciadas na relação com o poder público e com os políticos que em parte são reflexo dos valores compartilhados no espaço privado da família. Enquanto Eleonor, Micaela, Paula e Glória utilizam seu carisma, tentando construir uma relação pessoal com aqueles de quem precisam ou esperam algo, estabelecendo uma relação de troca, Fabíola e Lilá assumem uma postura mais impessoal, calcada por um lado no discurso da garantia de direito, e por outro lado, na participação da elaboração de políticas públicas em espaço de debate e deliberação.

No tópico “RELAÇÃO COM A INICIATIVA PRIVADA” percebemos no caso de Eleonor e Paula um forte discurso em torno do empreendedorismo social, camuflado sob a idéia de responsabilidade social das empresas. Esse fato demonstra que lógica neoliberal está presente e encontra ressonância nos espaços associativos. Outro ponto interessante é que a declaração de Eleonor e Paula pela preferência em trabalhar por meio de parcerias com o setor privado ao invés do poder público, revela uma tendência a profissionalizar o trabalho desenvolvido na associação, sem, no entanto, se chegar a construir uma visão política sobre o repasse da responsabilidade sobre as questões sociais para a sociedade civil. Ou melhor, elas assumem a posição política defendida no discurso neoliberal da ineficiência do Estado. Já Lilá e Fabíola, esta por meio da entidade da qual pertence mostra um outro tipo de vínculo com o setor privado que não reproduz o discurso de

Eleonor e Paula. Pelo contrário, elas elaboram as questões sociais de modo a problematizar a política do Estado-Mínimo, e o único vínculo com o setor privado que a associação “A” possui tem um caráter mais social.

No último tópico tratado, a saber, “RELAÇÃO COM O TERCEIRO SETOR”, vemos que a entidade de Fabíola busca mais a integração em redes que promovam uma articulação mais horizontal entre as entidades. Já as demais se mantêm mais isoladas. Mais uma vez a experiência anterior se faz presente influenciando nas escolhas de ação de cada líder. Fabíola sempre esteve exposta a espaços plurais e de debates, enquanto Eleonor e Paula, por exemplo, não, tendo sempre que se virar sozinha. Fabíola, ainda, pensa a possibilidade de organizar movimentos sociais, enquanto Eleonor e Paula formatam sua ação segundo uma lógica mais mercadológica. Glória, por sua vez, sempre esteve inserida no ambiente de debate do PSDB, o que significa a defesa de uma posição ideológico-partidária.

Vale ressaltar que o trabalho associativo surge, como vimos nos Capítulos 3 e 4, como uma oportunidade de trabalho para mulheres com faixa etária acima de 40 anos. Percebemos, ainda, que a experiência de vida individual e familiar delas se faz notar nas suas ações publicizadas a partir dos serviços que oferecem nas respectivas associações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao retomar as análises desenvolvidas sobre as formas de ação coletiva que caracterizaram os anos de 1970 e 1980, os movimentos sociais, e os anos de 1990 em diante, sob o primado do novo associativismo, assim como entender o sentido da recuperação teórica pelas ciências sociais do conceito de ‘sociedade civil’, nos faz perceber como ao longo desse período histórico no Brasil o associativismo civil vai adquirindo sentidos políticos diferentes com relação ao projeto de construção e/ou consolidação da democracia.

Enquanto na maior parte da literatura especializada é atribuído aos movimentos sociais um sentido mais positivo, de tal modo que essas ações coletivas personificam o associativismo que melhor encarnaria o espírito democrático, se vê com bastante ressalva o discurso que elabora o novo associativismo do ‘terceiro setor’ como uma forma mais moderna de atuação – calcada na fundação de organizações civis – condizente com a estrutura política e econômica atuais.

Estariamos diante de uma mudança de paradigma que conduz a ‘sociedade civil’ da concepção de participação social para a de organização social no interior de um novo espaço denominado de público não-estatal. Com isso, reafirmando o que já havia dito na introdução, não quero cair nem no discurso do virtuosismo, nem no discurso da cooptação.

Como pudemos ver na primeira parte deste estudo, nos últimos dezoito anos o ‘terceiro setor’ vem crescendo significativamente – o que pode ser constado por meio de diversas estatísticas que mostram o incremento no número de instituições¹⁴⁶ que o compõe, assim como o aumento na quantidade de pessoas envolvidas com os trabalhos desenvolvidos nesse setor e o maior volume de valores monetários que movimenta.

Simultaneamente, a essa trajetória ascendente, o novo associativismo vem sendo enaltecido por intelectuais, políticos e cidadãos a partir de um discurso que se revela ideológico. Com isso queremos dizer que sob a conceituação positiva e pouco precisa de ‘terceiro setor’ omite-se a

¹⁴⁶ Entre algumas, citamos as ONGs, entidades assistenciais e filantrópicas não estatais.

relação deste com outro fenômeno real, a saber, o neoliberalismo, que de modo nenhum poderia ser negado.

A perspectiva ideológico-instrumental analisa o fenômeno ‘terceiro setor’ de tal modo que este é desarticulado da totalidade social, desconsiderando, portanto, processos desencadeados pelas premissas neoliberais como a reestruturação produtiva e a Reforma do Estado.

Ao contrário, pensamos que para obter uma compreensão mais exata do fenômeno ‘terceiro setor’, de sua existência real, é necessário que as teorizações produzidas a seu respeito partam de uma análise articulada dos processos e dos fenômenos que caracterizam o mundo contemporâneo.

No entanto, para escapar do âmbito do discurso ideológico-político sobre o novo associativismo, esta pesquisa escolheu tomar a experiência de certos atores sociais no ‘terceiro setor’ como ponto de partida para entender o significado da relação entre projeto neoliberal e projeto democrático, descortinando, assim, as contradições e conflitos inerentes ao campo de disputa do novo contexto político.

A partir da trajetória de vida das líderes comunitárias entrevistadas conseguimos problematizar de modo articulado, como as transformações empreendidas no mundo macro político e econômico são experimentadas por essas mulheres, constituídas como experiência pessoal e reelaboradas no interior da vida privada, para retornarem em seguida para o espaço público como projetos sociais e em alguns casos, também político.

Primeiramente, como vimos, a realidade socioeconômica do lugar onde moram, revela um caráter de alta precariedade devido à deficiência na cobertura da infra-estrutura-básica e na oferta de equipamentos e serviços públicos se considerarmos o imenso contingente populacional local.

Desse modo, as questões sociais de cada distrito são enfrentadas pelos próprios moradores a partir, principalmente, da formação de um amplo tecido associativo, majoritariamente informal. As associações formais por sua vez, são constituídas segundo um quadro legal mínimo. Como vimos no Capítulo 3, as diferentes histórias de envolvimento com os movimentos sociais dos

anos de 1970 e 1980 não resultou em formas de ação e de participação diferentes entre os três distritos.

Podemos verificar um processo de deslocamento do tratamento da questão social da esfera pública para a esfera privada, pautada pelo novo modelo de desenvolvimento neoliberal, altamente excludente, que vem desmontando o padrão de intervenção social estatal conquistado pelos movimentos sociais dos anos de 1970 e 1980, cujo marco legal é a Constituição de 1988, que visa o ‘bem estar social’ do conjunto da população.

A Reforma do Estado, iniciada a partir de 1990 e levada a diante pelos sucessivos governos federais, produziu uma desestruturação desse padrão de resposta social constitucionalmente conquistado pelos trabalhadores e cidadãos, provocando um encolhimento da ação do Estado quanto ao atendimento das demandas sociais e suas necessidades.

Os efeitos dessa nova política sobre a população foram a precarização, a focalização e a desconcentração da política social estatal. De outro modo, os municípios mais pobres deixaram de ter o suporte financeiro dos governos estadual e federal para investir na área social; as ações do poder público passaram a adotar o critério seletivo dos públicos-alvo para a aplicação de políticas públicas direcionadas.

Como vimos nos Capítulos 2 e 4, com as políticas públicas precárias e focalizadas cria-se uma demanda por serviços sociais, que passa a ser atendida por instituições privadas, sejam empresas ou associações de bairro, o que significa dizer que estamos diante de um processo de privatização das questões sociais, que transforma os cidadãos em clientela. Mas uma vez ressalto que não estou reproduzindo o discurso da cooptação, apenas quero mostrar a relação e influência que o neoliberalismo tem sobre a realidade. E, ainda, busco as brechas por onde os atores sociais podem e conseguem afirmar valores mais igualitários.

O Estado pós Reforma cria mecanismos legais para potencializar esse processo de privatização do social. A Lei das OSCIPs e o Termo de Parceria são dois desses instrumentos legais que possibilitam o estabelecimento das aclamadas ‘parcerias’ entre Estado e ‘sociedade civil’. Com

isso, o Estado incentiva e financia o desenvolvimento das ações filantrópicas na esfera da ‘sociedade civil’, dando seguimento ao projeto neoliberal de terceirização dos serviços públicos e de enxugamento do aparelho estatal.

Opera-se, assim, simultaneamente, uma desresponsabilização do Estado quanto a sua obrigação em gerar respostas para as questões sociais; uma desoneração do capital na medida em que as ações sociais financiadas são aquelas onde existe a possibilidade de isenção fiscal; uma responsabilização da própria ‘sociedade civil’ que deve gerar as soluções para seus próprios problemas sociais por meio da auto-ajuda, ajuda mútua e filantropia.

Assim, o uso positivado da expressão ‘terceiro setor’ pelo Estado neoliberal, encobre um processo de desconstituição dos direitos dos cidadãos, contrariando a Carta Constitucional, nos levando nesse sentido a um retrocesso histórico.

Isso também pode ser constatado nos reflexos que as medidas neoliberais produzem sobre o mercado de trabalho. Seguindo as orientações firmadas no Consenso de Washington (1989) e de organizações internacionais vinculadas ao capital financeiro, tais como Banco Mundial, FMI e OMC, os sucessivos governos brasileiros iniciaram o combate ao mercado de trabalho, por meio do processo de reestruturação produtiva, com conseqüente desmonte dos direitos conquistados pelos trabalhadores – caracterizados pela sociedade salarial.

Os processos de informalização e precarização das condições e relações de trabalho afetaram setores da sociedade que histórica e culturalmente já sofriam algum tipo de discriminação, entre eles apontamos as mulheres. Apesar da inserção ocupacional feminina, ter aumentado nos últimos vinte anos comparativamente a dos homens, e também existir um nicho de mulheres que estão inseridas no mercado formal, a expressiva maioria delas está no mercado informal em serviços sub-contratados, comunitários, domésticos.

No que concerne à entrada das mulheres nos trabalhos comunitários, organizados em associações de bairros que oferecem algum tipo de serviço de interesse público e conveniado com a prefeitura, podemos dizer que eles surgem como uma oportunidade de trabalho e de inserção das

mulheres no espaço público, que normalmente as exclui, o que explicaria o fato do ‘terceiro setor’, principalmente as associações de bairro, ser composto essencialmente por mulheres, seja quando são definidas como público-alvo, seja como agentes sociais. Além disso, a presença das mulheres também se explica pelo tipo de serviço oferecido pela maior parte das associações, vinculados ao universo feminino do *care*.

Não obstante o trabalho associativo ser também precário, tem contribuído para o processo de empoderamento e autonomização dessas mulheres que, assim, ampliam sua possibilidade de superação da condição de pobreza, entendida como aquilo que se pode ser e fazer. Um dos grandes efeitos dessa experiência tem sido sentido nas transformações dos padrões tradicionais-patriarcais que caracterizam as relações sociais no espaço privado da família.

Diante disso, observamos uma clara relação entre o *boom* associativista dos anos de 1990 com a introdução das premissas neoliberais no país, e a subsequente crise do trabalho, com a condição de pobreza que recai, sobretudo, sobre as mulheres. Assim, o trabalho associativo surge ao mesmo tempo como uma alternativa e como estratégia, por um lado, de sobrevivência para as mulheres e, por outro lado, de superação da condição de pobreza, ou seja, de acesso a serviços básicos, de geração de renda, de garantia de direitos sociais, de ‘poder’.

A localização do trabalho associativo entre o espaço privado da família e o espaço público, faz do ‘terceiro setor’ um tipo de trabalho mais flexível, capaz de conciliar de certa forma o trânsito entre as atividades peculiares a esses espaços, entre trabalho reprodutivo e trabalho produtivo. Isso pode ser mais facilmente confirmado por meio da história de Eleonor e de Paula que por algum tempo mantiveram suas associações funcionando dentro da própria casa, não havendo distinção entre lugar de trabalho e lugar de moradia.

Além disso, o fato dos serviços oferecidos pelas entidades serem identificados com o universo feminino do ‘care’, fazendo alusão a habilidades feminizadas, e muitas vezes sendo vistos como prolongamentos do trabalho desenvolvido pelas mulheres no espaço privado, pode implicar num possível empecilho para a construção de uma identidade emancipada da mulher e para seu empoderamento.

No entanto, o que se viu é que o processo de profissionalização pelo qual essas atividades inerentes ao terceiro setor estão passando, apesar de significar por um lado a transformação da questão social num produto a ser consumido, traz também implícito um sentido de re-significação de saberes antes apenas vinculados ao universo privado da vida doméstica.

Como vimos, tanto Paula, Glória e Eleonor – com suas creches – quanto Fabíola, Mícaela e Lilá – com o trabalho com mulheres – estão desenvolvendo atividades que afetam o universo feminino, estas últimas mais diretamente e as primeiras indiretamente, uma vez que seu público-alvo são os filhos dessas mulheres.

Diante disso, podemos constatar que o conceito de sociedade civil forjado para servir de parâmetro analítico a partir de onde podem ser pensadas as relações tanto com o Estado, quanto com o mercado, assume atualmente um sentido que contraria sua noção tradicional que colocava a esfera da sociedade civil, pólo positivo, em oposição ao Estado, pólo negativo.

Foi assim nas décadas de 1970 e 1980, período onde os movimentos sociais organizados pela sociedade civil incorporavam um sentido positivo da novidade e da possibilidade de transformação da cultura política brasileira, tendo no Estado autoritário militar o seu inimigo definido.

Assim, se noção de sociedade civil, segundo Habermas e Arendt, presume que esta seja a esfera das associações civis, autonomamente organizadas em relação à esfera do Estado e a esfera do mercado, que vão ao espaço público para questionar as ações dessas duas últimas esferas, assim como para reivindicar direitos e para propor políticas públicas, podemos dizer quanto a expressão ‘sociedade civil’ que estamos diante não de um conceito impróprio e incapaz de responder as questões político-sociológicas de hoje, mas estamos enfrentando um processo de desconstrução do poder vital, criativo e político da sociedade civil.

Por essa razão, o sentido atualizado do conceito de sociedade civil está permeado de críticas na medida em que a relação entre ela e o Estado-Mínimo e, com o mercado, se dá a partir da idéia de parceria, pondo em questão a noção de autonomia da sociedade civil e, portanto, da própria

possibilidade de se consolidar a democracia nacional no interior de um campo de disputas cujas regras são formuladas a partir do ideário neoliberal.

A autonomia da esfera da sociedade civil não deve ser compreendida como ausência ou impossibilidade de relação dessa esfera com as esferas do Estado e do mercado, mas como a instituição de um espaço regido por regras próprias, que professa suas próprias opiniões diante da realidade, finalmente, que não está sujeito/dependente à potência externa.

O que está em jogo aqui é a constituição e consolidação de um espaço público político e democrático, para que de fato possa existir a possibilidade de transformação da cultura política dominante.

Nesse sentido, o Capítulo 4, por meio da descrição das trajetórias de vida, foi ilustrativo de como não podemos afirmar categoricamente que as urgências da vida privada permanecem confinadas a seu âmbito, pelo contrário, de modos diferentes ela vem sendo levadas para o espaço público onde são debatidas. Portanto, a tendência a privatização neoliberal não é tão absoluta e que existem brechas por onde o inusitado se constrói.

No interior deste contexto e por meio das associações, que muitas vezes lidam com o universo dito feminino, as mulheres se introduzem num caminho de construção de autonomia e emancipação, em amplo sentido, contestando os valores tradicionais e buscando um novo *status* de relações mais igualitário, melhor caracterizado no caso de Fabíola, mas também presente na história de vida das demais líderes.

Com isso podemos dizer que o espaço privado da família também surge como um lugar onde novas sociabilidades se constroem, a partir de parâmetros democráticos, e se desdobram para o espaço público, inclusive assumindo a forma de modelo político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS*

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Nas redes invisíveis da exploração do trabalho: desigualdade social, informalidade e acumulação capitalista. In: X Encontro Nacional da ABET, 2007, Salvador.

ABRAMO, Lais (Ed.). **Questionando um mito: custos do trabalho de homens e mulheres**. Brasília: OIT, 2005. 196 p.

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon de. Fé em Deus e pés na terra. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n.65, p. 67-73, 1980.

ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: UFMG, 2000. 542 p.

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: GENTILLI, P; SADER, E. (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 205 p.

ARANTES, Paulo E. Esquerda e direita no espelho das ONGs. In: _____. **Zero à Esquerda**. São Paulo: Conrad, 2004. p. 165-190. (Coleção Baderna).

ARATO, A. Ascensão, declínio e reconstrução do conceito de sociedade civil: orientações para novas pesquisas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** 10, São Paulo, n.27, p.18-27, fev. 1995.

ARAÚJO, A. M. C. Os sentidos do trabalho da mulher em tempos de reestruturação produtiva. In: XV International Congress on Women's Health Issues, 2004, Ribeirão Preto. 24 p.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008. 352 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **ABNT. NBR 6023 – Informação e Documentação - Referências - Elaboração**. Rio de Janeiro: ABNT, 2002. 24p.

AVRITZER, L. Teoria crítica e teoria democrática: da impossibilidade de democracia ao conceito de esfera público. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.53, p 167-188, mar. 1999.

AVRITZER, L. **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994. v.1. 308 p.

AVRITZER, L; COSTA, S. Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.47, n.4, p. 703-728, 2004.

BAPTISTA, Myrian V.; PEZOTI, Rosangela H.; VALENÇA, Maria M. **Uma aproximação ao conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente do município de São Paulo**. São Paulo: Polis; PUC-SP, 2002. 56 p. (Observatório dos direitos do cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo; v.7).

* Baseadas na norma NBR 6023, de 2002, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

BATISTA, Myrian V.; VALENÇA, Maria M.; PEZOTI, Rosangela H. **Uma aproximação ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente do município de São Paulo**. São Paulo: Instituto Polis; PUC-SP, 2002. 56 p. (Observatório dos direitos do cidadão: acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Paulo; v.7).

BORJA, Jordi. **Movimientos Sociales**. Buenos Aires: Ediciones SIAP-Planteos, 1985.

BRESSER-PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. (orgs.). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. 500 p.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Sociedade civil: sua democratização para a Reforma do Estado. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (orgs.). **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 1999. p. 67-116. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1998/93SociedadeCivil.PDF>>.

BRUSCHINI, M. C. A.; LOMBARDI, M. R. Hommes et femmes sur le marché du travail au Brésil: un panorama des années quatre-vingt-dix. **Travail Genre et Sociétés la Revue du Mage**, Paris, v.10, p. 149-171, 2003.

CABANES, Robert. Espaço privado e espaço público: o jogo de suas relações. In: CABANES, Robert; TELLES, V. S. (orgs.). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Humanitas, 2006. p. 389-432.

_____. **Travail, Famille, Mondialisation: récits de l'avie ouvrière**. Paris: IRD; Karthala, 2002. 479 p.

CABANES, Robert; TELLES, V. S. (orgs.). **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Humanitas, 2006. 442 p.

CARA, Daniel T. **Estrutura teórica e importância analítica do conceito de sociedade civil e sua aplicação no Brasil**. 2005. 150 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARDOSO, Ruth C. L. A trajetória dos movimentos sociais. In: DAGNINO, E. (org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 81-90.

_____. Fortalecimento da sociedade civil. In: IOSCHPE, Evelyn B. (org.). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 7-12.

CARDOSO, Ruth C. L.; FRANCO, A. de; OLIVEIRA, Miguel D. de. **Um novo referencial para a ação social do Estado e da sociedade: sete lições da experiência da Comunidade Solidária**. Brasília: PNUD, 2000.

CASTEL, R. **As Metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Tradução Iraci D. Poleti. 6.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 611 p.

CASTELLS, Manuel. **Cidade, democracia e socialismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. 193 p.

_____. **Movimientos Sociales**. Madrid: Siglo Veinteuno Ed, 1976.

CARVALHO, Denise Gomide. **Mulheres na coordenação de organizações do terceiro setor no município de São Paulo (1990-2000):** construção de sujeitos coletivos e de propostas socioeducativas. 2002. 208 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP: [s.n.], 2002.

CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE. **Mapa da Vulnerabilidade Social da População da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Cebrap; Sesc; Sas-PMSP, 2004. 63 p. (Zona Leste do Município de São Paulo; v.4).

CHERTO. Revista Trevisan, 1998.

COHEN, J. L.; ARATO, A. **Civil Society and Political Theory**. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1992. 771 p. (Studies in contemporary German social thought).

COMMAILLE, J.; MARTIN, C. La repolitisation de la famille contemporaine. In: DOSSIÊ Comprendre le lien familial. **Philosophie et Sciences Sociales**, n.2, p. 129-150, 2001.

CORRÊA, Mariza. **Antropólogas e Antropologia**. Belo Horizonte: UFMG, 2003. 278 p. (Coleção Humanitas; Área: Antropologia).

COSTA, S. Categoria analítica ou passe-partout político-normativo: notas bibliográficas sobre o conceito de sociedade civil. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, Rio de Janeiro, n.43, p. 3-25, 1º semestre de 1997.

_____. Esfera pública, redescoberta da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.38, p. 38-52, mar. 1994.

COUTINHO, C. N. Prefácio. In: SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. p. 9-12.

DAGNINO, E. (org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. 172 p.

_____. (org.). **Sociedade civil e espaços públicos no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra; Unicamp, 2002. 364 p.

DAGNINO, E.; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, A. (orgs.). **A Disputa pela Construção Democrática na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: UNICAMP, 2006. 501 p.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; ANPOCS, 1995. 353 p.

DRUCK, G. A flexibilização e a precarização do trabalho na França e no Brasil: alguns elementos de comparação. In: 30º Encontro Anual da ANPOCS, 2006, Caxambu. 39 p.

DRUCK, G.; FRANCO, T. (orgs.). **A perda da razão social do trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007. 235 p.

DURÃES, Bruno. Novas configurações no mundo do trabalho: o que há de novo na informalidade de rua. In: X Encontro Nacional da ABET, 2007, Salvador.

ELIAS, Nobert. **O Processo Civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. v.1. 280 p.

_____. **A Sociedade dos Indivíduos**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994. 201 p.

FERNANDES, R. C. O que é o Terceiro Setor? In: IOSCHPE, Evelyn B. (org.). **3º Setor**: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 25-34.

_____. **Privado porém público**: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 156 p.

FIGUEIRÓ, A. L. **Redefinição política ou despolitização?** As concepções de “terceiro setor” no Brasil. 2000. 109 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000.

FILGUEIRAS, Luiz A. M. Reestruturação Produtiva, Globalização e Neoliberalismo: capitalismo e exclusão social. In: V Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, 1997, Rio de Janeiro. Anais do V Encontro Nacional de Estudos do Trabalho. Rio de Janeiro: ABET, 1997. p. 895-919.

FOWLER, Marcos B. A Constitucionalização da Assistência Social: Contexto Legislativo e Tendências. In: **Assistência Social**: Constitucionalização, Representações e Práticas. São Paulo: Veras Editora, 1998.

FRANCO, A. de. A nova Lei do Terceiro Setor. 1999. Texto fotocopiado.

FREITAG, B.; ROUANET, S. P. (orgs.). **Habermas**: sociologia. São Paulo: Ática, 1980. 216 p. (Grandes Cientistas Sociais; v.15).

GEORGES, I. P. H.; Silva, C. F. A naturalização da precariedade: trabalho informal, “autônomo” e cooperativado entre costureira em São Paulo (Brasil). In: V Congresso Latinoamericano de Sociologia del Trabajo, 2007, Montevideo.

GOHN, M. G. M. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008. 166 p.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006. 383 p.

_____. **O Protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005. 120 p. (Coleção questões da nossa época; v. 123).

_____. Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v.13, n.2, p. 20-31, mai./ago. 2004.

_____. **Os Sem-Terra, ONGS e Cidadania**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2003. 172 p.

_____. **Mídia terceiro setor e MST: impactos sobre o futuro das cidades e do campo**. Petrópolis: Vozes, 2000. 182 p.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995. 213 p.

GRAMSCI, Antonio. **Maquiavel, a política e o Estado moderno**. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978. (Perspectivas do Homem – Série Política; v.35).

GUÉRIN, Isabelle. **As mulheres e a economia solidária**. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 239 p.

GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. (orgs.). **Desemprego: trajetórias, identidades, mobilizações**. São Paulo: Senac São Paulo, 2006. 320 p.

GURZA LAVALLE, A. Jürgen Habermas e a virtualização da publicidade. **Margem**, São Paulo, n.16, p. 65-82, dez. 2002.

_____. **Espaço e vida públicos: reflexões teóricas e sobre o pensamento brasileiro**. 2001. 386 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

GUTIÉRREZ, Fernando C.; JELIN, E. Classes sociais e movimentos sociais na América Latina: perspectivas e realidades. **RBCS** 5, p. 65-85, 1987.

HABERMAS, J. Neues Vorwort [Novo Prefácio]. In: _____. *Strukturwandel der Öffentlichkeit* [Mudança estrutural da esfera pública]. Frankfurt a.M.: Suhrkamp, 1990.

HADDAD, S. **Fortalecimento do terceiro setor ou desmonte da assistência social?** Boletim ABONG, jun. 1999.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. 15.ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006. 349 p.

HIRATA, H.; MARUANI, M. (orgs.). **As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho**. São Paulo: Senac São Paulo, 2003. 366 p.

HIRATA, H. **Nova divisão sexual do trabalho?: um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002. 335 p.

HUDSON, Mike. **Administrando organizações do terceiro setor: o desafio de administrar sem receita**. São Paulo: Makron Books, 2004.

JEREZ, A.; REVILLA, M. El tercer sector. Una revision introductoria a un concepto polémico. In: JEREZ, A. (org.). **Trabajo voluntário o participación?** Madrid: Editorial Tecnos, 1997.

KEANE, J. **Democracy and Civil Society**: on the predicaments of european socialism, the prospects for democracy, and the problem of controlling social and political power. Londres; New York: Verso, 1988. 253 p.

KOWARICK, L. F. F. **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo, passado e presente. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. 316 p.

LANDER, E. Limites atuais do potencial democratizador da esfera pública não-estatal. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. (orgs.). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

LANDIM, Leilah. Notas em torno do terceiro setor e outras expressões estratégicas. **Revista O Social em Questão**, Rio de Janeiro: Departamento de Serviço Social PUC-Rio, ano III, v. 4, 1999.

_____. (org.). **Ações em sociedade**: militância, caridade, assistência etc. Rio de Janeiro: Nau; Iser, 1998. 287 p.

_____. (org.). **Sem fins lucrativos**: as Organizações Não-Governamentais no Brasil. Rio de Janeiro, ISER, 1988. 167 p.

LANDIM, Leilah; BERES, N. **Ocupações, despesas e recursos**: as organizações sem fins lucrativos no Brasil. Rio de Janeiro: Nau, 1999.

LANDIM, Leilah; SCALON, Maria C. **Doações e trabalho voluntário no Brasil**: uma pesquisa. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000. 92 p.

LANDIM, Leilah; VILHENA, N. **O terceiro setor no Brasil**. In: 4º Encontro Iberoamericano do Terceiro Setor, 1998, Rio de Janeiro.

LAVINAS, Lena et al. **Trabalho a domicílio**. Novas formas de contratação. Genebra: OIT, 1998. 54 p.

LEITE, M. P. Vinte anos de Constituição Cidadã no Brasil. mimeo, 2009.

_____. O trabalho e suas reconfigurações: conceitos e realidades. In: 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambu. 33 p.

_____. Tecendo a precarização: trabalho a domicílio e estratégias sindicais na indústria de confecção em São Paulo. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v.2, n.1, p 239-275, mar. 2004.

_____. **Trabalho e sociedade em transformação**: mudanças produtivas e atores sociais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. 223 p.

LIMA, J. C. **As artimanhas da flexibilização**: o trabalho terceirizado em cooperativas de produção. São Paulo: Terceira Margem, 2002. 160 p.

LINS, N. Vilar. Não se trata de dividir responsabilidades, mas de exercer a co-responsabilidade. In: O novo conceito de filantropia: a contribuição do Terceiro Setor para o desenvolvimento sustentado do país. São Paulo: CIEE, 1999. (Coleção CIEE; n.29).

LOJKINE, Jean. O papel do Estado na urbanização capitalista. In: FORTI, Reginaldo (org.). **Marxismo e urbanismo capitalista: textos críticos**. São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1977. p. 15-51.

MARCOVITCH, J. Da exclusão à coesão social: profissionalização do terceiro setor. In: IOSCHPE, Evelyn B. (org.). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 121-130.

MARTINELLI, A. C. Empresa-Cidadã: uma visão inovadora para uma ação transformadora. In: IOSCHPE, Evelyn B. (org.). **3º Setor: desenvolvimento social -sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 81-88.

MATOS, M. Izilda S. **Terceiro setor e gênero: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: Cultura Acadêmica – Instituto Presbiteriano Mackenzie, 2005. 125 p.

MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais. **Revista Lua Nova**, São Paulo: CEDEC, n.17, p. 49-66, 1989.

_____. Social Movements and the Democratization of Everyday Life. In: KEANE, J. **Civil Society and the State: New European Perspectives**. Londres; Nova York: Verso, 1988.

MIRANDA, T. G. **Movimentos sociais no Brasil: balanço da literatura, 1970 – 1995**. 1997. 637 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

MONTANO, Carlos. **Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2007. 288 p.

MORONI, J. A. Pontuando a Lei. *Jornal do CRESS (Conselho Regional de Serviço Social)*, 10ª região, Porto Alegre, mai. 2000.

NEVES, Magda de A.; COSTA, Bianca L. Empreendimentos de reciclagem: as mulheres na economia solidária. In: XIII Congresso Brasileiro de Sociologia: Desigualdade, Diferença, Reconhecimento, 2007, Recife. *Anais do XIII Congresso Brasileiro de Sociologia*. Recife, 2007. p. 247-248.

NEVES, Magda de A.; JAYME, J.; ZAMBELLI, P. Trabalho e Cidade: os camelôs e a construção dos shoppings populares em Belo Horizonte. In: 30º Encontro Anual da ANPOCS, 2006, Caxambu.

OLIVEIRA, A. de; ROMÃO, V. **Manual do Terceiro Setor e Instituições Religiosas: trabalhista, previdenciária, contábil e fiscal**. São Paulo: Atlas, 2006. 555 p.

ORMEROD, P. **A morte da economia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 258 p.

OTTMANN, Goetz. Cidadania Mediada: processos de democratização da política municipal no Brasil. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.74, p 155-175, mar. 2006.

PAOLI, Maria Célia. Movimentos Sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: Hellmann, Michaela (org.). **Movimentos sociais e democracia no Brasil: sem a gente não jeito**. São Paulo: Marco Zero, 1995. 133 p.

REILLY, C. A. Redistribuição de direitos e responsabilidades – cidadania e capital social. In: BRESSER PEREIRA, L. C.; GRAU, N. C. (orgs.). **O público não-estatal na reforma do Estado**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

RIFKIN, J. Identidade e natureza do Terceiro Setor. In: IOSCHPE, Evelyn B. (org.). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 13-24.

ROLNIK, R. **Reestruturação urbana da metrópole paulistana: análise de territórios em transição**. Relatório de pesquisa, 2000.

_____. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, L. F. F. **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 95-112.

_____. São Paulo, início da industrialização: o espaço e a política. In: KOWARICK, L. F. F. (org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 95-112.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980**. 4.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001. 315 p.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Primórdios do conceito de gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, v.12, p. 157-163, set. 1999.

_____. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987. 120 p.

SALAMON, L. Estratégias para o fortalecimento do terceiro setor. In: IOSCHPE, Evelyn B. (org.). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 89-112.

SANTOS, Ailton D. dos (org.). **Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais**. São Paulo: Peirópolis, 2005. 188 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). **Democratizar a cidadania: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 39-82. (Reinventar a Emancipação Social: Para Novos Manifestos; v.1).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2000. 348 p.

- SARTI, C. A. A família como ordem simbólica. **Psicologia USP**, São Paulo, v.15, n.3, p. 11-28, 2004.
- _____. **A família como espelho**: um estudo sobre a moral dos pobres. 1994. 222 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.
- SARTORI, Giovanni. **A teoria da representação no Estado representativo moderno**. Belo Horizonte: Edições da Revista Brasileira de Estudos Políticos, Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, 1962. 141 p. (Estudos Sociais e Políticos; v. 22).
- SCHERER-WARREN, Ilse. ONGs na América Latina: trajetória e perfil. In: SCHERER-WARREN, Ilse et al. (orgs.). **Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania**: desafios para as Ciências Sociais. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- _____. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo J. (orgs.). **Uma revolução no cotidiano?** Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 35-53.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO. **Planos Regionais Estratégicos do Município de São Paulo**: Subprefeitura de Cidade Tiradentes. São Paulo: SEMPLA, 2004. 49 p.
- SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO. **Planos Regionais Estratégicos do Município de São Paulo**: Subprefeitura de Guaianases. São Paulo: SEMPLA, 2004. 49 p.
- SEGNINI, L. R. P. **Mulheres no Trabalho Bancário**: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero. São Paulo: EDUSP, 1998. 209 p.
- SEMERARO, Giovanni. **Gramsci e a sociedade civil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.
- SINGER, P. I. **São Paulo**: o povo em movimento. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1981. 231 p.
- SOARES, L. Tavares. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2001. 365 p.
- _____. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. São Paulo: Cortez, 2000. 118 p. (Questões da nossa época; v.78).
- SOUZA, Leandro M. **Tributação do terceiro setor no Brasil**. São Paulo: Dialética, 2004. 352 p.
- STEPAN, Alfred. **Rethinking Military Politics**: Brazil and the Southern Cone. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1988. 167 p.
- SZAZI, Eduardo. **Terceiro Setor**: regulação no Brasil. 4.ed. São Paulo: Peirópolis, 2006. 439 p.
- SZAZI, Eduardo (org.). **Terceiro Setor**. São Paulo: Peirópolis, 2004. 144 p. (Temas Polêmicos; v. 1).

TELLES, V. S. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, E. (org.). **Os anos 90: política e sociedade no Brasil**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 91-102.

_____. Direitos sociais: afinal do que se trata? In: Direitos Humanos no Limiar do Século XXI, 1997, São Paulo. Módulo Direitos Sociais. São Paulo, 1997. 12 p. (Oficina).
Disponível em: <http://www2.ibam.org.br/municipiodh/biblioteca%2FArtigos/Direitos_sociais.pdf>.

_____. Anos 70: experiências, práticas e espaços políticos. In: KOWARICK, L. F. F. (org.). **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo, passado e presente. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994. p. 217-251.

_____. Espaço público e espaço privado na constituição do social: notas sobre o pensamento de Hannah Arendt. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v.2, n.1, 1º sem. 1990. 11 p. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/sociologia/temposocial/pdf/vol02n1/espaco%20publico.pdf>>

THOMPSON, Andrés A. Do compromisso à eficiência? Os caminhos do Terceiro Setor na América Latina. In: IOSCHPE, Evelyn B. (org.). **3º Setor: desenvolvimento social sustentado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p. 41-48.

VIEIRA, Listz. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 1997. 142 p.

WALZER, M. The Civil Society Argument. In: MOUFFE, C. (Ed.). **Dimensions of Radical Democracy: Pluralism, Citizenship, Community**. Londres: Verso, 1992. p. 89-107.

WANDERLEY, Mariângela B. Refletindo sobre a noção de exclusão. In: SAWAIA, Bader (org.). **A artimanha da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 16-26.

WEFFORT, F. **Por que democracia?** São Paulo: Brasiliense, 1984. 133 p.

WOLFE, A. Três caminhos para o desenvolvimento: Mercado, Estado e Sociedade Civil. In: **Desenvolvimento, Cooperação Internacional e as ONGs**. Rio de Janeiro: IBASE; PNUD, 1992.

YAZBEK, M. Carmelita. A política social brasileira dos anos 90: a refilantropização da questão social. **Cadernos Abong: Políticas de Assistência Social**, São Paulo, v.1, n.1, p. 15-24, 1995.

APÊNDICE

APÊNDICE A - CRONOLOGIA DA TRAJEÓRIA DE VIDA DAS LÍDERES DAS ASSOCIAÇÕES

1) CRONOLOGIA DE FABIÓLA

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
1979	A mãe de Fabíola conhece seu futuro marido e vai morar com ele. Fica grávida e faz um aborto. Nessa época, o pai de Fabíola tinha mais estudo (8ª série) que sua mãe.	A mãe de Fabíola vai trabalhar como inspetora de uma escola particular no Ibirapuera. Fica mais de 8 anos. Seu pai é pedreiro.	
1980	Mãe de Fabíola engravida dela e casa legalmente com seu marido.		Período da Ditadura. Bispo de Guaianases: D. Angélico.
1981	Fabíola nasce em São Paulo, no hospital de São Bernardo. Moravam em Diadema.		Período da Ditadura. Bispo de Guaianases: D. Angélico. Governador de SP: Paulo Salim Maluf - 1979 a 1982 (governador eleito pelo Colégio Eleitoral) Prefeito de SP: Reinaldo Emídio de Barros - 1979 a 1982 (prefeito nomeado pelo governo estadual)
1982	Ao 1 ano... Nasce seu irmão.		Bispo de Guaianases: D. Angélico. Governador de SP: José Maria Marin - 1982 a 15 1983 (vice-governador eleito pelo Colégio Eleitoral, assumiu o cargo de governador) Prefeito de SP: Antônio Salim Curiati - 1982 a 1983 (prefeito nomeado pelo governo estadual)

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
1985	<p>Aos 4 anos...</p> <p>Nasce sua irmã.</p> <p>O pai de Fabíola pede para a mãe dela, parar de trabalhar para cuidar da casa, dele e dos filhos. Apesar de não gostar da idéia ela cedeu depois de brigas que quase provocaram a separação do casal.</p> <p>Eles também brigavam devido a dois vícios do pai de Fabíola: a rinha e a bebida.</p> <p>Seus pais já tinham comprado o terreno em Guaianases, por indicação do irmão do pai de Fabíola que já morava no bairro.</p>	<p>Mãe de Fabíola para de trabalhar por pressão do marido, mas passou a vender AVON.</p>	<p>Período da redemocratização.</p> <p>Bispo de Guaianases: D. Angélico.</p> <p>Sarney presidente da República.</p> <p>Governador de SP: André Franco Montoro - 1983 a 1987 (governador eleito em sufrágio universal)</p> <p>Prefeito de SP: Mario Covas - 1983 a 1986 (prefeito nomeado pelo governo estadual)</p>
1987	<p>Aos 6 anos...</p>		<p>Bispo de Guaianases: D. Angélico. Ele já está saindo e sendo substituído por D. Fernando (salesiano) que muda a linha da igreja: quebra os movimentos. Está até hoje.</p> <p>Plano Cruzado 2 criado por Dilson Funaro. Ele pede a moratória. Esta medida está associada a punições por parte do mercado econômico internacional.</p>
1988	<p>Aos 7 anos...</p> <p>Em julho saem de Diadema e seguem para Guaianases, depois de 3 anos construindo o básico da casa (quarto, sala, cozinha, banheiro). Até hoje a casa passa por reformas e construção.</p> <p>Fabíola estava no 1º ano da escola primária em Diadema e foi muito difícil deixar a escola e enfrentar outra. Além disso, ela estava saindo de um lugar melhor estruturado, com asfalto, para outro onde nada era asfaltado e tudo era muito longe. A adaptação foi difícil: chorava bastante.</p>		<p>Nova Constituição é promulgada.</p> <p>Governador de SP: Orestes Quércia - 1987 a 1991 (governador eleito em sufrágio universal)</p> <p>Prefeito de SP: Jânio Quadros - 1986 a 1989 (prefeito eleito)</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
1989	<p>Aos 8 anos...</p> <p>Sua mãe começa a participar da igreja católica local e logo é convidada a entrar na pastoral. A igreja católica em Guaianases estava ligada a Teologia da Libertação. Depois um tempo a mãe de Fabíola vira ministra (celebra missas na sua e em muitas comunidades)</p> <p>Fabíola e seu irmão (7 anos) começam a catequese.</p>	<p>O pai de Fabíola foi pedreiro até os 38 anos. Presta concurso na CMTC para ser motorista de ônibus, avisado e incentivado por uma senhora para quem prestou serviços de pedreiro. Ele passa.</p>	<p>Bispo da região D. Fernando (salesiano).</p> <p>Governador de SP: Orestes Quércia - 1987 a 1991 (governador eleito em sufrágio universal)</p> <p>Prefeito de SP: Luiza Erundina - 1989 a 1993 (prefeita eleita)</p>
1993	<p>Aos 12 anos...</p> <p>Fabíola freqüentava o grupo de jovens da igreja (PJMP), mas sem compromisso. Recebia alguns convites e participou de poucos encontros.</p>		<p>Bispo da região D. Fernando (salesiano).</p> <p>Itamar Franco é presidente da República em substituição a Collor que sofreu impeachment.</p> <p>Governador de SP: Luís Antônio Fleury Filho - 1991 a 1995 (governador eleito em sufrágio universal)</p> <p>Prefeito de SP: Paulo Salim Maluf - 1993 a 1997 (prefeito eleito)</p>
1995	<p>Aos 14 anos...</p> <p>Fabíola fez a crisma e foi convidada a participar de um grupo de jovens da sua comunidade (Santa Eulália na Vila Iolanda). Foi quando passou a entender a sociedade, pois na pastoral se trabalhava tanto o lado espiritual quanto político. Ela participava da PJMP (Pastoral da Juventude do Meio Popular) onde existia uma conscientização das diferenças de classes e como jovens ricos e pobres eram diferentes.</p> <p>Um militante (era filiado ao PT, mas não era vereador ainda) conhecia e gostava da mãe de Fabíola e convidou a filha para conhecer o que era o movimento de saúde. Fabíola, então, passou a freqüentar as reuniões dos conselhos com ele.</p> <p>É fundada a associação "A" por um padre militante que já desenvolvia um</p>		<p>Bispo da região D. Fernando (salesiano).</p> <p>Governo Federal FHC.</p> <p>Governador de SP: Mário Covas Júnior - 1995 a 1999 (governador eleito em sufrágio universal)</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	trabalho com criança e adolescente usando o CNPJ da paróquia. Seus serviços hoje são: abrigo; 2 centros de reforço escolar; Mova; núcleo de defesa e Craf. Sua sede é no mesmo local onde fica o abrigo, no Jardim Etelvina. O espaço é da diocese (São Miguel).		
1996	<p>Aos 15 anos...</p> <p>Fabiola foi convidada para coordenar o grupo da PJMP, mas não aceitou, pois se achava muito jovem para o cargo e, que tinha pouco tempo de participação (era a mais jovem entre os participantes). No entanto, foi colocada ao lado da coordenadora para representar a comunidade na paróquia.</p> <p>Fabiola participou do movimento de saúde de Guaianases e região, inclusive do conselho do Hospital Geral de Guaianases.</p>		Governo Federal FHC (PSDB).
1997	<p>Aos 16 anos...</p> <p>Fabiola passou a ser secretária da paróquia de Guaianases.</p> <p>Filiou-se ao PT incentivada pelo militante amigo da mãe e por um padre muito amigo que coordenava a PJMP, que também era filiado.</p>	<p>A 1ª experiência de trabalho de Fabiola ocorreu em uma terceirizada de construção como auxiliar de escritório. Entrou sabendo que ficaria apenas o período de experiência. Ficou um mês a mais. Acha que isso sujou sua carteira, a prejudicando em entrevistas posteriores, uma vez que achavam que não tinha passado pela experiência. Chegou nesse emprego por meio de uma indicação.</p>	<p>Bispo da região D. Fernando (salesiano).</p> <p>Governador de SP: Mário Covas Júnior - 1995 a 1999 (governador eleito em sufrágio universal)</p> <p>Prefeito de SP: Celso Pitta - 1997 a 2000 (prefeito eleito)</p>
1998	<p>Aos 17 anos...</p> <p>É convidada por uma freira que conheceu em um dos encontros do Jubileu 50 (curso político), a participar de um centro bíblico de linha popular em Santo Amaro. Passou a trabalhar lá e a fazer cursos. Isso possibilitou a ampliação da visão sobre os problemas sociais para além dos limites de Guaianases. Conheceu gente que realiza o mesmo trabalho, mas em outros lugares.</p> <p>É nessa época que opta e entra na Faculdade de Serviço Social na Faculdade São Francisco no Pari (particular). Sabia que queria trabalhar</p>	<p>Em troca da bolsa que recebia, Fabiola trabalhava duas vezes por semana no centro atendendo telefone, enviando e recebendo correspondências e outras burocracias, mas não existia nenhuma rigidez de horário ou dias de trabalho. Ela imprimia o ritmo que lhe era mais conveniente.</p>	FHC é reeleito.

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	<p>com o povo. Só foi possível fazer faculdade porque ganhou uma bolsa integral de R\$ 3.000 do centro bíblico e uma de 50% da faculdade restituíveis no final do curso que terminou de pagar em 2008. Ganhou essa bolsa do centro bíblico, pois houve uma identificação construída entre ela e a freira a partir do interesse de Fabíola em aprender sobre a Bíblia. Tal interesse tinha por objetivo aprender para depois realizar cursos onde pudesse disseminar tais conhecimentos. Nesse período Fabíola dormia bastante no seminário onde se encontrava o centro bíblico, pois estudava a noite e ficava longe para voltar para Guaianases. Essa experiência de ficar fora de casa por certos períodos foi muito enriquecedora. Frequentou o centro durante os 4 anos de faculdade e por mais 1 ano depois.</p>		
1999	<p>Aos 18 anos...</p> <p>Sua mãe foi eleita para o Conselho Tutelar que atendia Lajeado, Guaianases e Cidade Tiradentes. São 3 anos de gestão.</p> <p>Fabíola inicia o curso de Serviço Social e passa a ser secretária da PJMP regional. Deixa de atuar apenas em Guaianases. Os encontros eram aos finais de semana. Ficou dois anos.</p> <p>Participou de um grupo de formação apenas para coordenadores de paróquia idealizado por um ex-padre: Jubileu 50. Neste grupo se aprendia sobre a sociedade, sexualidade, afetividade, procurando dar uma formação integral. Depois de passar por essa formação os coordenadores repassavam o que aprenderam para seus grupos. Este grupo politizou bastante seus integrantes e só existiu por influência do padre amigo e militante e de um padre salesiano da D. Bosco.</p>		<p>Bispo da região D. Fernando (salesiano).</p> <p>O padre amigo e militante estava na paróquia de Guaianases.</p> <p>Governador de SP: Mário Covas Júnior - 1999 a 2001 (governador reeleito em sufrágio universal, faleceu no exercício do cargo)</p>
2000	<p>Aos 19 anos...</p> <p>Em novembro sai da secretaria regional da pastoral PJMP depois de não conseguir ser eleita para a estrutura nacional.</p>		<p>Prefeito de SP: Régis de Oliveira - 2000 (vice-prefeito eleito)</p> <p>Prefeito de SP: Celso Pitta - 2000 a 2001 (prefeito eleito)</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	<p>Foi o ano do Jubileu da Juventude no mundo e Fabíola foi em julho, juntamente com outras pessoas, representar os jovens da sua comunidade na Itália, onde ficou um mês. A idéia era trocar as experiências. Lá conheceu o padre Z de quem se tornou muito amiga. Ele era professor/pesquisador de uma universidade nas áreas de sociologia e filosofia. A casa onde ficou era perto da paróquia que freqüentou. No final convidou o padre Z para conhecer o Brasil. Os dois se comunicavam por ICQ. Quando ela já estava no Brasil ele aceitou o convite depois de relutar um pouco. O padre amigo e militante achou ótimo que ele viesse conhecer a experiência da paróquia, mesmo não o conhecendo. Outras pessoas, que se tornaram amigas, vieram conhecer Guaianases.</p>		
2001	<p>Aos 20 anos...</p> <p>Sua mãe conclui os estudos do E.M. (supletivo).</p> <p>No 3º ano de faculdade começa a procurar um lugar para fazer estágio. Preferia remunerado, mas em último caso devido a dificuldade em arrumar um, até voluntário serviria. Também preferia que não fosse em empresa, mas se não achasse nada melhor cederia. Por meio de um contato do centro bíblico conseguiu em julho um estágio no ABC num abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica (a assistente social do abrigo, ex-freira, que também já foi do centro, ligada a teologia da libertação, militante, tinha morado com o contato de Fabíola no centro, ligou para alguém do centro perguntando se conhecia alguma estagiária de serviço social).</p> <p>Nos 8 meses subseqüentes faz o percurso Santo André (abrigo) – Brás (faculdade) – Guaianases (casa).</p> <p>Julho: sai do centro bíblico porque inicia o estágio de 40h semanais.</p> <p>Representa a casa-abrigo no Fórum</p>	<p>Inicia o estágio remunerado na casa-abrigo para mulheres vítimas de violência doméstica do ABC.</p> <p>Permanência: 1,5 ano; Jornada: 40h/semanais; Registrada: como assistente social</p>	<p>Bispo da região D. Fernando (salesiano).</p> <p>Governador de SP: Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho - 2001 a 2003 (vice-governador reeleito em sufrágio universal, assumiu o cargo de governador)</p> <p>Prefeito de SP: Marta Suplicy - 2001 a 2005 (prefeita eleita)</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	<p>paulista de não violência contra a mulher. É um lugar que tem diversos serviços e atende muitos lugares do Estado de São Paulo.</p> <p>Em agosto padre Z vem com um grupo (5 paroquianos ao todo) conhecer o Brasil. Ficou hospedado na casa da mãe da Fabíola. Cada integrante do grupo ficou hospedado em um lugar diferente. Ficou quase um mês e adorou a visita. Alguns do grupo visitaram até outros estados do Brasil, mas ele ficou apenas em Guaianases seguindo o padre amigo e militante.</p>		
2002	<p>Aos 21 anos...</p> <p>Sua mãe é reeleita para ser conselheira tutelar, mas agora existe um conselho só do Lajeado.</p> <p>Começa a namorar seu futuro marido. Já o conhecia há muito tempo.</p> <p>Em fevereiro a coordenadora da casa-abrigo convida Fabíola para morar no ABC com ela. Fica até o final do ano. É sua primeira experiência de fato de morar fora.</p> <p>Em abril de 2002 é assassinada uma moradora de Guaianases. Diante disso Fabíola propõe para o padre amigo e militante, que lhe dá todo o apoio, uma pesquisa nas comunidades que revele a realidade de violência vivida pelas mulheres, a fim de posteriormente fazer um trabalho de formação e prevenção com elas. Falou também da pesquisa com padre Z e ele fica bastante interessado em ajudar. Usa o instrumental do seu TCC, como ponto de partida, que é aperfeiçoado com outras perguntas por ambos os padres. Logo depois, padre Z propõe vir ao Brasil com uma aluna para ajudar na pesquisa.</p> <p>Conclui, em dezembro, o curso de Serviço Social. Defende um TCC sobre as mulheres do abrigo.</p> <p>Representa a casa-abrigo no Fórum paulista de não violência contra a</p>	<p>Sai do abrigo no final do ano, pois acaba o estágio.</p>	<p>Lula vence as eleições para presidente da república e toma posse no ano seguinte.</p> <p>Prefeito de SP: Marta Suplicy - 2001 a 2005 (prefeita eleita)</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	mulher.		
2003	<p>Aos 22 anos...</p> <p>Fabiola volta a morar com os pais em Guaianases. Seu pai se torna limitador e os dois começam a se desentender.</p> <p>Continua a freqüentar o Fórum paulista de não violência contra a mulher, mas por conta própria.</p> <p>Em fevereiro padre Z e sua orientanda vieram para Guaianases com um programa onde já constavam todas as perguntas da pesquisa e com dinheiro para pagar as pesquisadoras. Fizeram a pesquisa em 15 dias e simultaneamente iam processando os dados. Dois dias depois do final da pesquisa as 800 entrevistas estavam processadas. Ao concluir o trabalho padre Z volta em fevereiro com sua orientanda para a Itália e ninguém tem acesso aos resultados. Fabiola propõe a criação de um centro de referência da mulher. Padre Z se interessa e volta em maio para fazer uma apresentação pública dos resultados e encaminhar o projeto. Conversa diretamente com Aldaíza Sposati sobre o projeto, mas independentemente da prefeitura aprova-lo o padre entra com uma verba para alugar um local onde funcionaria o Centro de Referência, que orientaria as mulheres, coordenado por Fabiola.</p> <p>O padre amigo e militante, coordenador da PJMP, foi transferido para Manaus. Com sua saída a antiga paróquia foi dividida em duas: paróquia Santa Quitéria e paróquia Sagrada Família. A igreja assume um perfil mais conservador.</p>	<p>Para não ficar sem renda Fabiola aceita trabalhar num abrigo para adolescentes no ABC, embora não se identificasse muito com o trabalho.</p> <p>Fabiola sai do abrigo de adolescentes e começa a trabalhar na associação "A" em maio, sendo registrada apenas em agosto. O Centro de referência estava ligado a essa associação.</p>	<p>Bispo da região D. Fernando (salesiano).</p> <p>Governo Federal Lula.</p> <p>Governador de SP: Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho - 2003 a 2006 (governador reeleito em sufrágio universal)</p> <p>Prefeito de SP: Marta Suplicy - 2001 a 2005 (prefeita eleita)</p>
2004	<p>Aos 23 anos...</p> <p>Acaba o mandato de sua mãe como conselheira. Ela ingressa na faculdade de Pedagogia.</p>		<p>Bispo da região D. Fernando (salesiano).</p> <p>Governador de SP: Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho - 2003 a</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	<p>Em maio acaba a verba italiana que paga o aluguel do Centro de Referência e em abril sai o convênio com a prefeitura.</p> <p>Padre Z propôs ao padre amigo e militante realizar a mesma pesquisa feita em Guaianases em Manaus.</p> <p>Sua irmã caçula anuncia que está grávida (19 anos). Fabíola acha que foi opção dela, pois queria experimentar a vida a dois.</p> <p>Em outubro, Fabíola, foi morar com uma amiga em Guaianases devido aos desentendimentos com seu pai.</p>		<p>2006 (governador reeleito em sufrágio universal)</p> <p>Prefeito de SP: Marta Suplicy - 2001 a 2005 (prefeita eleita)</p>
2005	<p>Aos 24 anos...</p> <p>Em fevereiro aluga uma casa em Guaianases e vai morar sozinha. Também neste mês sua irmã tem seu filho aos 20 anos.</p> <p>Seu irmão de 23 anos quer sair de casa para casar.</p> <p>Em abril sai a inscrição para um apartamento do PAR.</p> <p>Entrou no mestrado em Ciências Sociais na PUC-SP, dando um enfoque antropológico. Escolheu a antropologia, porque ela acredita que a violência empreendida contra a mulher é cultural e tem relação com a cultura patriarcal na qual vivemos e que permeia a realidade de muitos povos. Ela quer trazer essa questão para os dias atuais.</p> <p>Hoje Fabíola acha que talvez tivesse escolhido outro curso para sua formação: Ciências Sociais. Mas acha que foi válida sua experiência.</p> <p>É realizada a mesma pesquisa em Manaus.</p> <p>A diocese de São Miguel solicita para a associação "A" o espaço onde está instalado o abrigo para adolescentes, de volta, pois a igreja mudou sua linha de ação tornando-se mais conservadora e acha que a entidade é muito política.</p>	<p>O pai de Fabíola está prestes a se aposentar como motorista de ônibus.</p>	<p>Bispo da região D. Fernando (salesiano).</p> <p>Governador de SP: Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho - 2003 a 2006 (governador reeleito em sufrágio universal)</p> <p>Prefeito de SP: José Serra - 2005 a 2006 (prefeito eleito)</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	<p>Para não associar sua imagem a ela eles solicitam a retirada desse serviço do seu espaço. Os diretores da associação já estão transferindo sua sede para o Jardim Lurdes onde funciona o CRAF, mas o abrigo vai permanecer onde está até que se ache um outro local.</p> <p>Uma frustração de Fabíola é que o trabalho no centro impediu com que ela mantivesse o grupo de mulheres pesquisadoras e líderes que tinham se formado na época da pesquisa. Por curto tempo ela realizava reuniões e encontros no próprio centro, mas aos poucos foi acabando porque o grupo não tinha uma vida independente dela. Só existia quando Fabíola convocava e podia estar presente. Ela acha que faltou uma outra liderança que articulasse essas mulheres. Sonha que um dia possam ter um movimento forte. Ao chamar uma líder local, militante antiga e muito respeitada na região para Centro de Referência, não foi apenas para cuidar da cooperativa que estavam tentando criar, mas para tentar articular esse movimento. Acha que a longo prazo a cooperativa pode ser o embrião desse movimento.</p> <p>Seu plano é sair de São Paulo, cidade que não gosta devido a agitação, e ir morar no interior. O mestrado em antropologia de certo modo é a possibilidade de sair do centro de referência, lugar onde não se vê em longo prazo. É simultaneamente oportunidade de aprofundamento sobre a questão da violência, mas também de construção de uma perspectiva de futuro. Ela se vê militando em algum grupo, mesmo que não seja na pastoral ou com mulheres, assim como na academia dando aula, o que gosta muito. Ela e o namorado, que pensa do mesmo modo, pensam em ir para o litoral. Planejam morar juntos. Ele é formado em história pela Unicastelo e vai se formar em filosofia este ano pela PUC. Vai tentar entrar no mestrado em sociologia na mesma instituição. Como assistente social ela não vê muitas oportunidades. Normalmente prestaria</p>		

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	<p>um concurso para ser servidora ou então, se ligaria a uma entidade. Já uma assistente social com mestrado, abre maiores possibilidades para ela. Se ela fosse fazer uma 2ª graduação faria Ciências Sociais. Quanto ao curso de Serviço Social ela prefere escrever artigos sobre a implantação de serviços, do que fazer um mestrado sobre o tema, que não lhe interessa.</p> <p>Iria ocorrer um encontro do grupo Jubileu 50 em que Fabíola se formou para discutir a revitalização da teologia da libertação (um teólogo que dá aula na Metodista ia fazer a palestra – Kim Jong – paróquia Santana; o ex-padre que idealizou esse grupo estaria lá – hoje ele dirige um posto de saúde em CT).</p>		
2006	<p>Aos 25 anos...</p> <p>Em 7 de agosto foi sancionada pelo presidente Lula a Lei Maria da Penha (11.340) alterando o código Penal em que o agressor fica sujeito a uma pena de 3 anos de reclusão e não mais ao pagamento de cesta básica e ações comunitárias. Está previsto também o seu afastamento do lar e a proibição de sua aproximação de mulher e filhos. Esta lei considera apenas agressões restritas ao âmbito doméstico.</p>		<p>Lula é reeleito presidente da República.</p> <p>Governador de SP: Cláudio Salvador Lembo - 2006 a 2007 (vice-governador eleito em sufrágio universal, assumiu o cargo de governador)</p> <p>Prefeito de SP: Gilberto Kassab - 2006 (vice-prefeito eleito)</p>
2007	<p>Aos 26 anos...</p> <p>Na conferência municipal da mulher, onde encontrei Fabíola, existia uma luta para tornar efetiva a lei Maria da Penha, uma vez que as instituições não estão preparadas para cumpri-la.</p> <p>Fica grávida sem planejar.</p>		<p>Governador de SP: José Serra - 2007 (governador eleito em sufrágio universal)</p> <p>Prefeito de SP: Gilberto Kassab - 2006 (vice-prefeito eleito)</p>
2008	<p>Aos 27 anos...</p> <p>Fabíola e o marido compram uma casa em Guaianases utilizando além das economias dele, o dinheiro da venda do apartamento do PAR que pertencia a Fabíola.</p> <p>Nasce sua filha.</p>	<p>O marido está trabalhando em um projeto social fomentado pela Fundação Itaú, ligado aos jovens.</p> <p>Fabíola sai do Centro de Referência e vai trabalhar como assistente social concursada na prefeitura de Ferraz de Vasconcelos.</p>	

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
2009	<p>Aos 28 anos...</p> <p>Fabiola e o marido estão morando na casa da mãe dela, pois a casa dos dois foi inundada.</p> <p>Interrompe seu mestrado temporariamente até seu marido concluir, em agosto, o seu que está mais adiantado. Depois ela pretende voltar a fazer a pós-graduação.</p>	<p>O marido está trabalhando em um projeto social fomentado pela Fundação Itaú, ligado aos jovens.</p> <p>Fabiola sai da prefeitura de Ferraz e vai trabalhar na casa SER (Centro de Atenção à Saúde Sexual e Reprodutiva), em Cidade Tiradentes, como assistente social concursada pela prefeitura de São Paulo.</p>	<p>Lula é o presidente da República.</p>

2) CRONOLOGIA DA ELEONOR

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
1945	Nasce a mãe de Eleonor. Tinha 5 irmãos: 2 meninos e 3 meninas. Morava no sítio do seu pai, onde ele plantava e tinha criação (porco). Fez até a 3ª série do Ensino Fundamental.	O pai da mãe de Eleonor vendia parte das hortaliças que plantava.	
1960	Mãe de Eleonor casa aos 15 anos com um homem violento que a agride por ciúmes. Teve cinco filhos: 2 meninos e 3 meninas. Depois de casada a mãe de Eleonor continua a morar no sítio do seu pai que queria manter os filhos todos juntos. Ele tinha uma grande chácara (fazenda) onde os filhos moravam com suas respectivas famílias, cada um na sua própria casa.		
1969	Eleonor nasceu em Feira de Santana – Bahia, cidade que fica a 120Km de Salvador. É a quarta filha de cinco irmãos. Eleonor morava com seus avôs maternos e foi criada por eles, pois seus pais não se entendiam.		Período da Ditadura.
1972	Aos 3 anos... A mãe de Eleonor não agüenta a violência doméstica e a falta de cuidado com a família de seu marido, que inclusive a deixou passar fome junto com os filhos, e resolve se separar, tendo o apoio do pai.		Período da Ditadura.
1973	Aos 4 anos... Três meses depois de separada, a mãe de Eleonor, foge junto com sua cunhada para São Paulo com medo das ameaças de morte que sofreu do ex-marido. Ela também sempre sonhou em conhecer São Paulo e foi incentivada por seu pai a sair de Feira de Santana. Eleonor e seus irmãos continuam com seus avós, pois a cunhada da mãe exigiu que ela fosse sozinha, uma vez que não teria espaço na sua casa de dois cômodos para todos: o irmão da mãe de Eleonor (porteiro de prédio) e sua cunhada (costureira do Brás e depois de oficina na própria casa) tinham dois filhos.	Logo que chegou em São Paulo a mãe de Eleonor foi trabalhar de mensalista numa casa na Vila Mariana (dormia na casa). Voltava a cada 15 dias para a casa da irmã (a 1ª da família a vim para São Paulo). Diz que devido às dores que sentia na vesícula por causa das pedras passava mais tempo na casa da irmã do que trabalhando. Passou 10 anos trabalhando como doméstica. Registrada: não	Período da Ditadura.

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	A mãe de Eleonor fica morando na casa de seu irmão e de sua cunhada em São Miguel, onde ajuda na casa e divide as despesas.		
1975	Aos 6 anos... Uma das tias de Eleonor a ensinou a ler e escrever. Nunca foi a escola enquanto morou em Feira de Santana.	A menina ajudava seu avô na roça: carpia, plantava, ajudava a colher e raspar mandioca, auxiliava a fazer farinha, separava as verduras e as frutas. Seu avô vendia esses produtos.	Período da Ditadura.
1978	Aos 9 anos... A mãe de Eleonor pede para seu irmão trazer sua filha com ele, quando este vai a uma de suas viagens para Feira de Santana. A razão do pedido se deve ao fato do avô reclamar que ela brigava muito com seus irmãos e com as crianças em geral, de ser mandona, apesar de gostar da neta que lhe ajudava muito. Sua intenção era trazer todos os filhos, mas nunca teve condições para isso. Eleonor sai de Feira de Santana e segue com o tio para cuidar da casa e dos filhos dele. Devido a vinda de Eleonor, sua mãe vai morar com a irmã em São Miguel. A tia de Eleonor a coloca em uma escola estadual: já sabia ler e escrever porque ainda em Feira de Santana foi ensinada por uma tia que era professora. Inicia na 1ª série. Estuda pela manhã das 7h até às 11h. Sua rotina era da escola para casa e de casa para a escola. Se queixa que dos 9 aos 14 anos vivia como uma escrava presa dentro de casa. Tinha um vizinho que a vigiava para não ir para a rua. Estudou 5 anos nessa escola.	Eleonor trabalha sem remuneração para a tia, ajudando a cuidar da casa e dos filhos dela, pois a tia trabalhava fora como costureira no Brás. A irmã da mãe de Eleonor, primeira a vir para São Paulo, era costureira (já teve oficina na sua casa). Devido às despesas com a luz resolve fechar a oficina e faz costura para particulares. Vende AVON também.	Período da Ditadura.
1983	Aos 14 anos... Eleonor foge da casa da tia para a casa de uma vizinha – amiga sua de escola. A mãe de sua colega a aceita, pois já conhecia a situação e já a tinha avisado que quando quisesse podia ir p/ sua casa. Eleonor sai na 5ª série da escola estadual onde estudava, porque ficava perto da	A mãe de Eleonor parou de trabalhar como doméstica e resolveu arrumar um trabalho que lhe desse registro. Foi assim que ela entrou numa firma que prestava serviço de limpeza (terceirizada) para o metrô e para prédios.	Governador de SP: José Maria Marin - 1982 a 15 1983 (vice-governador eleito pelo Colégio Eleitoral, assumiu o cargo de governador) Prefeito de SP: Antônio Salim Curiati - 1982 a 1983 (prefeito nomeado)

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	<p>casa da tia.</p> <p>Eleonor, segundo versão de sua mãe, foi morar com ela saindo da casa dos tios. Devido a isso, a mãe de Eleonor sai da casa de sua irmã e aluga um cômodo na Vila Curuçá Velha para morar com a filha.</p> <p>Eleonor entra em outra escola estadual perto de casa. Ficou 4 anos.</p>	<p>Salário: um salário mínimo</p> <p>Registrada: como auxiliar de limpeza</p> <p>Permanência: 1 ano</p>	<p>pelos governos estaduais)</p> <p>Plano Delfim 3 monitorado pelo FMI;</p>
1984	<p>Aos 15 anos...</p> <p>Eleonor foi morar na casa de uma senhora, costureira, onde ficou um ano trabalhando.</p>	<p>A mãe de Eleonor saiu da firma de limpeza onde trabalhava e entrou em uma firma de construção, contratada diretamente como faxineira. Foi a última firma onde trabalhou como faxineira.</p> <p>Registrado: pela própria empresa</p> <p>Permanência: 5 anos</p> <p>Eleonor trabalhava de doméstica na casa dessa costureira.</p> <p>Permanência: 1 ano</p>	
1985	<p>Aos 16 anos...</p> <p>Eleonor sai da casa da costureira e volta a morar com a mãe na Vila Curuçá Velha.</p> <p>Eleonor conheceu seu futuro marido (carteiro) e pai de seus 4 filhos na lanchonete em que trabalha.</p>	<p>Eleonor trabalhou dois meses em uma lanchonete de uma amiga para lhe ajudar. Lá conheceu pessoas da Penha que lhe falaram que o Grupo X estava precisando de garçomete. Ela foi fazer entrevista na Penha, passou, mas foi transferida para Santana.</p>	<p>Período da redemocratização.</p> <p>Sarney presidente da República.</p> <p>Governador de SP: André Franco Montoro - 1983 a 1987 (governador eleito em sufrágio universal)</p> <p>Prefeito de SP: Mario Covas - 1983 a 1986 (prefeito nomeado pelo governo estadual)</p>
1986	<p>Aos 17 anos...</p> <p>As amigas da Penha e Tatuapé a ajudaram a conhecer em um ano a cidade até então desconhecida.</p> <p>Na Vila Curuçá Velha Eleonor se solidariza com a miséria dos moradores da favela vizinha e os ajuda como pode. Tira muitas vezes coisas de dentro de casa para dar.</p>	<p>Eleonor vai trabalhar como garçomete para o Grupo X: churrascaria.</p> <p>Indicação: conhecidos que freqüentavam a lanchonete da amiga.</p> <p>Registrado: não</p> <p>Permanência: 3 anos</p> <p>Motivo da saída: talvez a gravidez; talvez a compra do</p>	<p>Plano Cruzado criado por Dilson Funaro;</p> <p>Época dos "Ficais do Sarney" com suas tabelas;</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	Eleonor começa a namorar seu futuro marido e vai morar com ele na Ponte Rasa, numa edícula da casa da sogra onde pagava aluguel. Ficaram morando lá 5 anos.	terreno comprado em Guaianases.	
1987	Aos 18 anos... Faltava aula para virar no trabalho. Chegava a faltar três dias seguidos. Mas na semana seguinte não faltava aula e repunha as faltas com trabalhos. A professora já sabia que semana sim, semana não, ela não aparecia.	Eleonor retira sua primeira carteira de trabalho e é registrada como garçom no Grupo X. Data de admissão: 1ª dez de 1987. No primeiro ano de emprego ela acumulou outras funções: auxiliar de cozinha; cozinheira; caixa; atendente de balcão; auxiliar de ajudante geral; ajudante geral. Eleonor diz ser boa cozinheira e que deve isso a sua tia (cunhada da mãe). No Grupo X aprendeu a cozinhar comidas árabes: kibe cru, kafta (espeto de carne moída), tabule, beirute, doces folhados; ganhava muitas gorjetas e aos finais de semana chegava a faturar com as mesmas o correspondente a seu salário do mês. Os clientes gostavam dela, pois era carismática. No Grupo X Eleonor diz que a consideravam da família. Às vezes chegava a dormir no trabalho para abrir a casa no dia seguinte. Eleonor se classifica como alguém extrovertida e com iniciativa, capaz de liderar.	Plano Cruzado 2 criado por Dilson Funaro. Ele pede a moratória. Esta medida está associada a punições por parte do mercado econômico internacional;
1988	Aos 19 anos...	(Consta na carteira três meses de trabalho na Novato – Cofecções de guarda-chuvas no Brás. Mas essas datas não estão corretas, pois a 1ª carteira se perdeu e esta foi refeita sem precisão. Ficou pouco porque a empresa faliu. A data de admissão está marcada como 30 de agosto. Ganhava 57 cruzados e nove centavos.)	Nova Constituição é promulgada. Governador de SP: Orestes Quércia - 1987 a 1991 (governador eleito em sufrágio universal) Prefeito de SP: Jânio Quadros - 1986 a 1989 (prefeito eleito)
1989	Aos 20 anos... A mãe de Eleonor faz acordo com a firma de construção onde trabalhava	A mãe de Eleonor deixa a firma de construção onde trabalhava e passa a trabalhar como doméstica novamente, no Carrão, porque	É criada a coordenadoria da mulher (hoje vinculada a Secretaria de Participação e Parceria);

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	<p>para ter dinheiro e iniciar o pagamento do terreno (da CMTC) que compra na Estrada de Poá em Guaianases. Foi um processo cheio de brigas, porque o dono alegava que ela não tinha pagado duas prestações devido a ausência dessas notas. Teve inclusive processo e em todas as audiências sua mãe ganhou. Até que um dia ele tentou agredir a mãe de Eleonor que a defendeu, o expulsando para fora da casa. Esse homem costumava fazer isso e já havia vendido anteriormente o terreno para outra pessoa. Só no ano seguinte a mãe de Eleonor foi morar na casa de um cômodo. Não se sabe ao certo se Eleonor também colaborou na compra do terreno, pois saiu do Grupo X neste ano (parece que também fez acordo com sua firma). Outro motivo que pode explicar sua saída do trabalho foi a gravidez do primeiro filho.</p> <p>Eleonor casa e nasce o 1º filho do casal.</p> <p>A mãe de Eleonor diz que a filha parou de estudar.</p>	<p>ganhava mais. Pagava a carteira como autônoma e o que recebia era sem descontos. Como doméstica ganhava menos de dois salários mínimos. Não dormia no trabalho e lavava, passava, cozinhava, tomava conta das crianças. Queixa-se que também começou a sentir dificuldade para arrumar trabalho registrado devido à idade (44 anos). Depois trabalhou em outras casas e algumas patroas pagavam seu carnê de autônoma. Quando ficava desempregada deixava de pagar o carnê.</p> <p>Trabalho sem registro, mas a patroa pagava a carteira de autônoma da mãe de Eleonor.</p> <p>Indicação: Eleonor que trabalhou na casa da sogra da patroa de sua mãe.</p> <p>Depois de 3 anos de trabalho no mesmo local, Eleonor recebe um convite do encarregado do Grupo X, que estava satisfeito com seu desempenho, para ser encarregada da casa. No entanto, Eleonor não aceitou, pois morava muito longe: saía às 3h da manhã de casa para chegar ao local de trabalho às 8h (nessa época era mais difícil se deslocar pela cidade, era só a CMTC, considerada um caos, e o ônibus que fazia essa linha, que passava de hora em hora. Pegava um p/ o terminal Pq. D. Pedro (2h) e depois outro até a Marginal Tietê ou o metrô até Santana. Hoje tem metrô, a estação de trem de Guaianazes; muitas lotações).</p> <p>Diante disso Eleonor pede transferência para a Penha, mas lá não precisavam de gente. Então, Eleonor pede para sair do Grupo X.</p> <p>Segundo a mãe de Eleonor, depois que a filha casou, ela</p>	<p>Governador de SP: Orestes Quércia - 1987 a 1991 (governador eleito em sufrágio universal)</p> <p>Prefeito de SP: Luiza Erundina - 1989 a 1993 (prefeita eleita)</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
		passou a trabalhar como faxineira e manicure.	
1990	<p>Aos 21 anos...</p> <p>A mãe de Eleonor se muda para o Jd. Soares (Guaianases) aconselhada pela filha para garantir a posse da casa. Ao chegar lá conhece seu vizinho, viúvo e com duas filhas, e passa a ajudá-lo a cuidar das meninas.</p> <p>Em outubro Eleonor começa a freqüentar a Kolping, ONG alemã, onde fica 10 anos.</p> <p>Parece que a mãe de Eleonor teve problemas para retirar seu FGTS que foi apreendido por Collor. Conseguiu, no entanto, uma parte dele.</p>	<p>Eleonor trabalha em casa de família em São Miguel.</p> <p>Permanência: 1,5 ano.</p>	<p>É eleito o primeiro presidente pelo voto direto depois de 30 anos - Collor;</p> <p>Em março a ministra Zélia Cardoso de Mello lança o Plano Collor que confisca o dinheiro das poupanças e das aplicações financeiras; queda abrupta da inflação de 82%/mar para 3%/abr;</p>
1991	<p>Aos 22 anos...</p> <p>A mãe de Eleonor, originalmente católica, entra a convite de um amigo e vizinho para a igreja evangélica da Assembléia de Deus. Por sua vez ela convidou o vizinho viúvo que ajudava com as filhas, com quem havia começado a namorar a pouco tempo.</p>		<p>Promoção de congelamentos de preços, elevando preços públicos, impostos, juros e voltando ao caminho da recessão.</p>
1992	<p>Aos 23 anos...</p> <p>A mãe de Eleonor vai morar com seu novo marido (o vizinho viúvo com duas filhas): ele nasceu em Pernambuco, tem 60 anos e só sabe assinar o nome.</p> <p>A mãe de Eleonor aluga sua casa para um inquilino que não paga.</p> <p>Eleonor faz inscrição para ter um apartamento do CDHU.</p> <p>Eleonor entrou na Ação da Cidadania (talvez por meio da Kolping) e lá entrou em contato com o Movimento Negro. Participa do Grito dos Excluídos criado por esse movimento (seus avós são africanos e os avós do seu avô eram índios – lado materno. Seu pai era português).</p> <p>Eleonor fez curso de copeira no SENAC/Penha porque queria obter mais um conhecimento. Nessa época era cadastrada no Senac como pessoa física</p>		<p>Em 29 de setembro Collor é afastado da presidência para ser julgado por corrupção;</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	e ficava esperando ser chamada (mais recentemente é cadastrada como terceiro setor).		
1993	<p>Aos 24 anos...</p> <p>Termina o 1º Grau.</p> <p>Neste ano montou uma chapa e foi indicada para ser coordenadora da Ação da Cidadania em todo o Estado de São Paulo. Estava na coordenação até 2005.</p> <p>Pouco antes de sair no CRECI Eleonor faz cadastro para o curso de auxiliar administrativo na Força Sindical onde tem que se aguardar por uma vaga.</p>	<p>Eleonor entra para o Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (CRECI), na rua Pamplona, da Cristina Karan (2ª região). Na época o diretor era Roberto Tapuano. Exigiam o 1º Grau completo. Trabalhava apenas no setor da diretoria.</p> <p>Indicação: ficou sabendo por amigos comuns que trabalhavam na área e que se encontravam para a cerveja de final de semana.</p> <p>Registro: copeira</p> <p>Data de admissão: 24 de maio</p> <p>Data de saída: 10 de dez</p> <p>Permanência: 8 meses</p> <p>Motivo da saída: terceirização dos serviços de copa e limpeza</p> <p>Quando ficava até tarde era levada até sua casa. Também levava as sobras dos coquetéis que tinham no local. Gostava muito desse emprego. Dizia que estava sempre servindo gente importante como jornalistas da Globo, SBT, Bandeirantes e gente do exterior. Em cada reunião era gasto R\$ 3.000,00 entre material e comida.</p> <p>Saiu porque a empresa estava passando por uma crise devido a acusações de processos ilegais e foi feito corte de funcionários, no que Eleonor entrou. A empresa estava contratando terceirizadas no lugar de seus empregos diretos (copeira e auxiliar de limpeza) e queriam que Eleonor ficasse com eles, porém através da terceirizada, o que ela não quis, pois seu salário cairia significativamente. Ela não gosta da idéia de trabalho terceirizado.</p>	<p>Itamar Franco é presidente da República em substituição a Collor que sofreu impeachment.</p> <p>Governador de SP: Luís Antônio Fleury Filho - 1991 a 1995 (governador eleito em sufrágio universal)</p> <p>Prefeito de SP: Paulo Salim Maluf - 1993 a 1997 (prefeito eleito)</p>
1994	<p>Aos 25 anos...</p> <p>Inicia o 2º grau (foi supletivo).</p> <p>Começa um curso de auxiliar</p>		<p>Em julho é lançado o real (Plano Real). É desindexada a economia. R\$ 1 = 1URV. A âncora do plano era o controle</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	administrativo de 4 meses na Força Sindical.		cambial. A inflação despenca e tem-se um aumento do consumo e produção;
1995	<p>Aos 26 anos...</p> <p>Fez curso de computação na Força Sindical, pois estava sobrando vaga. Segundo Eleonor era só para “aperfeiçoar seu currículo”.</p> <p>Nasce o 2º filho de Eleonor.</p> <p>O marido de Eleonor é mandado embora do Correio. Ele não era concursado, mas contratado de emergência e entrou no quadro de corte devido a questões políticas. Ficou 5 anos desempregado e ela é quem sustentava a casa.</p> <p>Sai o apartamento do CDHU e o tio do marido de Eleonor ficou morando no local para evitar que invadissem.</p>	<p>Eleonor tem sua primeira experiência com empresa terceirizada, onde chegou por meio de uma agência de trabalho que ficava na Lapa é levada para uma empresa de limpeza de Alphaville onde retira apenas o uniforme e é enviada para ser supervisora júnior de limpeza do Hospital das Clínicas. Ela era responsável pela folha de pagamento, por fazer crachá, pagamento, relatório de funcionários, mexia no computador, respondia por qualquer problema que tivesse em sua equipe, providenciava substituições. No hospital fez um curso de capacitação chamado <i>remoção e implantação de cera</i>.</p> <p>Indicação: chegou nesse emprego a partir de uma amiga que lhe pediu para substituí-la por um mês.</p> <p>Exigência: Ensino Médio completo (mas parece que no seu caso devido ter curso de copeira não precisou da escolaridade).</p> <p>Permanência: pouco mais de um mês. Menos do que o período de experiência.</p> <p>Motivo da saída: seu contrato era por tempo determinado.</p>	<p>Governo Federal FHC.</p> <p>Governador de SP: Mário Covas Júnior - 1995 a 1999 (governador eleito em sufrágio universal)</p>
1996	Aos 27 anos...	<p>Eleonor entra numa firma de transportes, na Mooca, onde aprende a mexer em computador.</p> <p>Indicação: chegou lá a partir da sobrinha de sua ex-patroa, para quem trabalhou de empregada doméstica. Elas tinham se tornado amigas, se visitavam e saíam juntas de vez em quando. Essa moça trabalhava de copeira nessa empresa e disse para Eleonor que estavam precisando de outra lá, no que ela foi fazer uma ficha e 3 dias depois já estava trabalhando.</p>	

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
		<p>Registrada: copeira Permanência: 3 anos Motivo da saída: a empresa muda de dono e de endereço indo para Osasco.</p> <p>Ainda enquanto era copeira agregou a esse trabalho as funções de limpeza do armazém e de carregadora dos caminhões. Vendo que os motoristas faziam corpo mole entre chegar no armazém, tomar café e carregar o caminhão com a mercadoria, ela se adiantava, retirava a comanda do computador que descrevia qual produto estava sendo pedido, carregava o caminhão, ia tomar café com os motoristas, dava o itinerário de cada um e ficava em cima para eles saírem dentro do prazo calculado. Os produtos variavam entre geladeiras, microondas, computadores. O encarregado dizia que não se conformava em vê-la em meio a tantos homens fazendo esse serviço.</p>	
1997	<p>Aos 28 anos...</p> <p>Depois de 5 anos sem pagar aluguel o inquilino da mãe de Eleonor vai embora e ela convida a filha e família para morar na casa vazia sem custo. O casal se muda.</p>	<p>É promovida a auxiliar de escritório. No entanto continua carregando os caminhões. Para apenas de varrer o armazém, serviço esse que fica por conta de um senhor contratado para isso. Os motoristas gostavam dela. A chamavam, inclusive, para tomar cerveja.</p> <p>Permanece na carteira como copeira ganhando R\$ 700,00, embora tenha pedido para mudar seu registro para auxiliar de escritório. Eles não mudam alegando que teriam de pagar honorários.</p>	<p>Governador de SP: Mário Covas Júnior - 1995 a 1999 (governador eleito em sufrágio universal)</p> <p>Prefeito de SP: Celso Pitta - 1997 a 2000 (prefeito eleito)</p>
1998	<p>Aos 29 anos...</p> <p>Nasce o 3º filho de Eleonor: uma menina.</p>		FHC é reeleito.
1999	<p>Aos 30 anos...</p> <p>Nasce o 4º filho de Eleonor: outra menina.</p>	<p>Sai da firma de transportes porque toda a diretoria muda e a firma é transferida para Osasco. Pede para ser mandada embora. A amiga que a colocou lá</p>	<p>Governador de SP: Mário Covas Júnior - 1999 a 2001 (governador reeleito em sufrágio universal, faleceu no exercício do</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	<p>Dia 28 de agosto abre sua instituição constituída com 12 pessoas na diretoria (mas é só ela quem trabalha). Tirou CNPJ, estatuto e o CCM. Trabalha com crianças e adolescentes. Faz a Caravana de Natal da Coca-Cola. Esta empresa doava refrigerantes, brinquedos, bolos. Ela também promove eventos com artistas e o Supermercado Davó lhe ajuda. A prefeitura lhe dá o palco. As Casas Bahia, Casa da Batata (doa fritas para ela), Extra, Doces Imperial, Casa do Bebê, Marabrás, Veran Supermercados, Xodó, Boticário e pequenos comércios locais (padaria, bares, lojas de 1,99) também dão apoio. A CooperAlfa Leste lhe ajuda mandando ônibus (cooperativa de ônibus). Pede doação para o Fundo Social. É cadastrada pelo Poupa-Tempo e leva grupos de pessoas sem documentos para retirá-los de graça (carta de motorista, RG, carteira de trabalho). Eles também fazem arrecadação de alimentos e roupas e doam para a associação de Eleonor. A CET, a USP também ajudam. Ela procurou cada empresa e se fez conhecida dos gerentes e vai até eles com um ofício pedindo algum tipo de coisa para seus eventos. Ela sempre divulga nesses eventos os nomes de quem colaborou e quem patrocinou. Faz uso da responsabilidade social de cada empresa.</p>	<p>também sai pelo mesmo motivo: a distância.</p> <p>Seu trabalho remunerado atual, descrito como bicos, é bem diversificado: contadora de particulares (pessoas de empresas e instituições que conhece); faz documentação para outras associações a pedido da subprefeitura, tais como ata, estatuto, ganhando R\$ 100 ou R\$ 150, declaração de impostos, faz projetos etc. Coisas que em geral aprendeu com a experiência associativa. Não pode receber salário a partir do convênio por ser presidente da associação Ela também destaca que um trabalho remunerado impediria que continuasse com a associação e pela sua idade não conseguiria mais emprego.</p>	<p>cargo)</p>
2000	<p>Aos 31 anos...</p> <p>A mãe de Eleonor casa com seu vizinho viúvo por exigência da igreja que não permite a participação de pessoas 'amasiadas' em parte de seus rituais.</p> <p>Três anos depois de estar morando na casa da mãe, Eleonor se separa do marido devido a desentendimentos, ela, com relação à família dele que invadia seu espaço, e ele, com relação a seu trabalho associativo. Ela estava decepcionada por ele ter um pensamento muito individualista.</p> <p>Ela vai morar em Ferraz de Vasconcelos (casa de 8 cômodos e quintal imenso – uma chácara – que aluga por R\$ 180,00). A proprietária queria que Eleonor ficasse lá para não invadirem o</p>	<p>Vai à agência de trabalho na Lapa que a envia para uma empresa terceirizada de segurança, que por sua vez a manda para a Associação Comercial do Estado de São Paulo na rua Boa Vista/Sé. Trabalhava em todos os andares.</p> <p>Indicação: agência de trabalho Registrada: copeira</p> <p>Trabalha como copeira. Mas fazia limpeza também: coordenava uma equipe que fazia remoção e implantação de cera, assim como no HC. Ensinava as meninas a mexerem com o material e equipamento. Lá não tinha curso. As vezes deixava os</p>	<p>Prefeito de SP: Régis de Oliveira - 2000 a 2000 (vice-prefeito eleito)</p> <p>Prefeito de SP: Celso Pitta - 2000 a 2001 (prefeito eleito)</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	<p>lugar e também para ela consertar os danos da propriedade. Deixa os filhos com ele por um ano para lhe dar uma lição de como a vida não é fácil. Ele não acreditava que ela fosse fazer isso, mas fez. A mãe de Eleonor ajudava cuidando das crianças. Só que esse ‘contrato’ não deu certo e logo as crianças foram morar com Eleonor que teve que arrumar uma pessoa para tomar conta de seus filhos. Ficou 2 anos em Ferraz.</p> <p>Sai da Kolping devido a instituição se envolver com desvios de verba. Participou durante 5 anos de um projeto de moradia .</p>	<p>andares semi-preparados para as demais. Fazia entre 3 a 6 andares dependendo do dia.</p> <p>Jornada: das 18h às 22h. No máx. iam até às 23h30 por causa do horário do ônibus de volta para casa. Algumas vezes trocava o turno e fazia das 6h-8h ou das 12h-14h. No entanto, como copeira ela ficava o dia todo trabalhando e passava nos escritórios para ver se tinha lixos.</p> <p>O marido de Eleonor consegue um trabalho na numa firma de segurança (tem curso de segurança) onde está até hoje. Desde então ele paga uma pensão para os 4 filhos.</p> <p>Eleonor aproveitava a área de recursos humanos da firma para pedir orientações de como fazer ofícios para sua associação.</p>	
2001	<p>Aos 32 anos...</p> <p>Eleonor faz alguns cursos no SEBRAE que mudam sua forma de pensar o trabalho associativo. Entre eles estão: Líder Cidadão, que gostou particularmente, pois ensinava a ter uma postura pessoal profissional; Aprender a Empreender; Terceiro Setor; Saber Empreender; Saber Mais. É nesse momento em que ela inicia uma mudança de perspectiva sobre seu trabalho que deixa de ser predominantemente assistencialista para gradativamente tornar-se mais profissional, ou seja, por meio de projetos que no seu caso visam qualificar e empregar a mão-de-obra local. No entanto, ela afirma que uma associação não pode deixar de ser completamente assistencialista, mantendo pelo menos 5% de seus serviços dentro desse perfil, pois as pessoas que ela não consegue qualificar e nem empregar, podem ser atendidas desse modo.</p> <p>Nenhuma cesta básica que entregou até hoje veio do governo. Ela faz eventos</p>	<p>Eleonor trabalhou no SPC.</p> <p>Permanência: 3 anos</p>	<p>Governador de SP: Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho - 2001 a 2003 (vice-governador reeleito em sufrágio universal, assumiu o cargo de governador)</p> <p>Prefeito de SP: Marta Suplicy - 2001 a 2005 (prefeita eleita)</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	onde as arrecada.		
2002	<p>Aos 33 anos...</p> <p>Devido ao fato dos seus filhos estarem muito largados em Ferraz, uma vez que a associação lhe tomava muito tempo – uma das filhas chegou até a ficar doente, pois a babá não dava janta – e também receber constantes queixas do diretor da escola de que as crianças chegavam sempre atrasadas, chegando ameaçar notificar o Conselho Tutelar, Eleonor, contra vontade, alugar, por R\$ 250,00, uma casa em Guaianases, perto da escola, para morar com seus filhos. Nessa casa também funcionava associação.</p> <p>Seu ex-marido continuava a morar na casa da mãe de Eleonor.</p> <p>Devido ao fato de Eleonor morar no mesmo lugar onde trabalha isso lhe traz muitos problemas que fazem com que não aja uma diferenciação entre vida pessoal e profissional.</p>	Está no SPC.	Prefeito de SP: Marta Suplicy - 2001 a 2005 (prefeita eleita)
2003	<p>Aos 34 anos...</p> <p>Eleonor traz suas coisas, roupas e móveis, que estavam estragando da casa de sua mãe e pensa em transferir a associação para o terreno da sua mãe onde ficam a maioria dos seus associados – facilitando para eles o acesso. Mas isso não ocorre.</p> <p>Sua associação recebe muito apoio do Sebrae, com doações de materiais, cadeiras, cursos; do SENAC, com doação de cadeiras; de empresas privadas, como a Telefônica, com doação de mesa da Telesp. Ela também costuma pedir materiais para outras entidades. A USP já doou cadeiras universitárias para outra entidade e Eleonor acabou pegando uma parte. Já com o setor público ela não tem vínculos.</p>	<p>Sai do SPC.</p> <p>Entra como vendedora de planos de saúde da Bluelife. Fica três meses.</p> <p>Indicação: conhecido Permanência: 3 meses</p> <p>Passa a não ter mais vontade de trabalhar em empresas porque começa a fazer cursos no SEBRAE que lhe dão uma visão mais empreendedora do trabalho associativo: “Aprender a empreender”; “Líder Cidadão”; sobre Terceiro Setor; fazer projetos. O curso de Líder Cidadão modificou sua visão de como levar uma ONG. Hoje para uma associação se manter é em cima de projetos e nesse ponto que o governo entra. Para Eleonor, a maior parte das associações acha que sendo assistencialista elas vão conseguir retorno do governo, mas estão</p>	<p>Governo Federal Lula.</p> <p>Governador de SP: Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho - 2003 a 2006 (governador reeleito em sufrágio universal)</p> <p>Prefeito de SP: Marta Suplicy - 2001 a 2005 (prefeita eleita)</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
		enganadas. É o processo de profissionalização.	
2004	<p>Aos 35 anos...</p> <p>Conhecemos Eleonor num churrasco organizado na igreja São Benedito em Guaianases pelo GPS (Grupo de Apoio e Solidariedade) para apoiar a candidatura a vereador do PT, dono/presidente da CooperAlfa (micro ônibus). Ela faz parte da equipe que coordena a campanha dele e da campanha de segundo turno de reeleição da prefeita/candidata Marta Suplicy. Trabalhou junto com Paula na campanha dele.</p> <p>Fecha um acordo com esse vereador: ela trabalha na sua campanha e ele pagava aluguel+água+luz (R\$ 300,00) da associação.</p> <p>Eleonor conheceu Paula quando esta abriu sua associação e fez um evento para jovens ao lado da própria casa. Na inauguração Paula apareceu e disse que iria ajuda-la, mas depois Eleonor foi para o Jd. Soares. Eleonor comenta que Paula é como ela, tem 12 pessoas na diretoria, mas é só ela quem trabalha.</p> <p>Eleonor a ajudou na sua eleição para o CMDCA. Tempos depois, devido a saída de alguém, Paula entrou no CMDCA porque tinha tido muitos votos.</p> <p>Eleonor é ligada a ABONG; Participa como coordenadora da Ação da Cidadania-Comitê São Paulo.</p> <p>Falou de um projeto do vereador que apóia, que se chama de <i>Via Comunidade</i>. Esse projeto visa reunir a própria comunidade por meio de associações e lideranças, para conseguir benefícios para a própria comunidade. Sua premissa é que a comunidade é mais eficiente para resolver seus problemas que o Estado. Esse projeto fez parte da campanha desse vereador e coincide com a idéia de Eleonor de trabalhar em parceria com varias associações, cada uma dentro de seu foco, na mesma micro localidade.</p>		<p>Governador de SP: Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho - 2003 a 2006 (governador reeleito em sufrágio universal)</p> <p>Prefeito de SP: Marta Suplicy - 2001 a 2005 (prefeita eleita)</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	<p>Quanto a este projeto de trabalhar em parceria com as demais entidades locais do Jd. Soares, sua idéia é que ao invés de cada entidade tentar dar conta de um universo amplo de problemas, se concentrar em um ou dois focos, encaminhando as demais questões para as associações vizinhas, especializadas, que lidam com isso. É a formação de uma rede de parcerias.</p>		
2005	<p>Aos 36 anos...</p> <p>O vereador que Eleonor apóia fica como suplente. Trabalhou de graça para a campanha dele, mas ele a abandonou. Ela ficou decepcionada e diz que o político dela precisa abraçar sua comunidade ou não serve.</p> <p>Paula e Eleonor se afastaram porque esta última pegou um projeto e não passou para Paula.</p> <p>Participa como beneficiária da campanha “Natal sem fome” da Ong do Betinho “Ação da Cidadania: Contra a fome, a miséria e pela vida”. Diz que não há apoio político para essa ONG, que atua meio que isolada e juntamente com os empresários. Ela fala como se ela fizesse parte como idealizadora do projeto Fome Zero.</p> <p>Tem 300 associados que ela atende. Paga aluguel, telefone, luz, água e tudo do seu bolso. Acha que o governo deveria ajudar mais.</p> <p>Faz também o “Recreio nas Férias”.</p> <p>Eleonor resolveu mudar para a casa da mãe para ter de volta sua vida pessoal. Pede para o ex-marido sair da casa da mãe e diz para ir para o apartamento dela do CDHU em Cidade Tiradentes. Eleonor não quis ir para o apartamento porque o acesso é ruim e não tem escola e nem creche no local. Ficaria difícil criar os filhos ali.</p> <p>Com o dinheiro da pensão dos filhos ela paga o aluguel da casa onde funciona a associação e a conta de luz, pois o vereador não bancava mais tais</p>	<p>Eleonor destaca que um trabalho remunerado impediria que continuasse com a associação e pela sua idade não conseguiria mais emprego. Prefere os bicos.</p> <p>Seu filho mais velho trabalha numa pequena firma de refrigeração do bairro: conserta freezer e geladeira. Ganha R\$ 60/a semana. Ele ajuda na economia doméstica. A mãe de Eleonor às vezes consegue um trabalho e também ajuda, assim como seu padrasto que é pedreiro. Eleonor também ajuda o padrasto quando pode.</p> <p>Depois que ela foi buscar esse conhecimento no SEBRAE, porque não estava satisfeita com o que estava fazendo, hoje por estar trabalhando com projetos seu trabalho está se expandindo (área territorial também). Seu principal projeto no momento é a CEI – Centro de Educação Infantil. Quem a está auxiliando é um ex-conselheiro tutelar que teve dois mandatos e conhece todas as burocracias para se ter uma creche (como atender criança e a estrutura física que precisa). Ele também esteve envolvido na política, mas no momento está afastado dela. O prédio onde pretende instalar a creche tem dez anos e está abandonado: tem 12 salas em cima e uma padaria embaixo (o dono foi para o Tatuapé e trancou o prédio). A Secretaria de Educação já fez a vistoria e aprovou. O terreno tem 1.200m²</p>	<p>Governador de SP: Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho - 2003 a 2006 (governador reeleito em sufrágio universal)</p> <p>Prefeito de SP: José Serra - 2005 a 2006 (prefeito eleito)</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	<p>despesas.</p> <p>Tem intenção de fazer faculdade de Serviço Social ou Direito. Seu objetivo é colocar todos os filhos na universidade. Não pensa em marido porque eles não entendem seu trabalho, por exemplo, o fato de fazer reunião com muitos homens.</p> <p>Estava correndo atrás da CEI: no Jd Soares tem 2 mil crianças fora da creche e apenas um equipamento para atender a demanda: esta creche atende 120 crianças e tem 600 na fila. São 10 mil moradores. Outras duas creches, de localidades próximas, tem 500 e 700 na fila. A CEI que quer implantar pretende atender 275 crianças. O custo da reforma do prédio é de 40 mil e será custeado pela Secretaria de Educação; do aluguel é de 4 mil/mês. Sua intenção é futuramente comprar o prédio da creche. O governo passa a verba e é a associação que administra. Vão ter 36 funcionários e precisam fazer parcerias para conseguir mais verba porque a da prefeitura é pequena. Quer transferir a sede de sua associação para o prédio da creche, pois o local onde está hoje não está legalmente habilitado para ser associação.</p> <p>Quer montar um escritório dentro da sua associação onde possa atender ONGs que não saibam retirar documentos, ou seja regularizá-las e qualificá-las (cursos e parcerias com SEBRAE e Senac). Teriam um contador e um advogado. Não gosta de trabalho em rede porque pode acontecer o mesmo que nas federações: as associações são passadas para trás. Não aceitou trabalhar na rede com Paula, devido, principalmente, ao tempo que estava dedicando ao projeto da CEI, mas também estava aguardando para ver o que ia ocorrer. Eleonor acha que Paula não vai dar conta de levar o projeto da rede adiante porque tem muitas responsabilidades, inclusive no CMDCA. Paula também não está mais com o vereador que apoiava porque se juntou com um político do PSDB para conseguir um espaço onde pretende</p>	<p>de área construída. A educação vai repassar o dinheiro para a entidade e esta é que vai pagar aluguel de R\$ 4.000,00 e outras despesas. A Secretaria de Educação exige uma série de documentos da associação: certidão negativa, ata totalmente constituída e atualizada, estatuto, diretoria toda composta. A entidade não precisa de CMDCA (houve uma mudança de responsabilização pelas creches que passou da SAS para a Educação).</p> <p>Outro projeto que ela está querendo trazer para sua comunidade é o FUNDECA da Secretaria Estadual da Juventude, Esporte e Lazer. O estado dá todo o subsídio para trabalhar com esporte feminino, masculino e mirim: futebol, voleibol, futsal. Eles dão lanche, uniforme, rede, bola, tudo, inclusive o dinheiro para construir a área esportiva, mas para ter esse projeto precisa ter o CMDCA. Vai tentar inscrição no FUNDECA em janeiro, pois dia 15 de novembro se encerram as inscrições do ano vigente.</p> <p>Ela também conseguiu por meio de licitação a verba (70 mil) para a reforma do CDM (Centro Desportivo Municipal), a partir de um projeto feito e encaminhado para a Secretaria do Esporte. A reforma deve começar em breve e o prazo de entrega é janeiro.</p>	

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	<p>implantar seu maior projeto. Paula e Eleonor tiveram também divergências quanto a certos procedimentos da campanha do vereador que apoiavam. Tem dois projetos ligados ao movimento negro dirigidos ao SUS e a prefeitura: “Consciência Negra”: danças, artesanatos, teatros.</p> <p>Eleonor falou que participou da “Casa dos Meninos” organização do Lajeado que tem vínculo histórico com a associação “A”. Ela apoiou a campanha do político que está ligado a associação “A”.</p> <p>Seu avô chegou aos 99 anos.</p>		
2006	<p>Aos 37 anos...</p> <p>Em abril abre sua creche primeiro na Vila Rosa, que atende 60 crianças e, depois no Jd Soares que atende 275 crianças. Tem convênio com a prefeitura.</p> <p>Entra no COMAS: a vice-presidente da associação representa a entidade.</p> <p>Seu amigo (ex-conselheiro tutelar) que a estava auxiliando a abrir as creches, antigo braço direito, quem consegue o convênio com a prefeitura, desvia verba da creche. No entanto, Eleonor é processada por ele que alega burla aos seus direitos trabalhistas.</p> <p>Um outro homem é chamado por Eleonor no final do ano para lhe ajudar na creche devido aos problemas causados pelo ex-conselheiro tutelar, mas fica só 2 meses e meio.</p> <p>Um de seus projetos é construir um Núcleo Sócio-Educativo onde as crianças possam desenvolver atividades sócio-culturais-educativas depois do horário de escola. Esse lugar também possibilitaria a formação de alguns profissionais e também contaria com uma agência de trabalho que os encaminharia para o mercado. Eleonor falou que tem uma área próxima, da prefeitura e que está pleiteando para a construção desse núcleo que custa cerca</p>	<p>A mãe de Eleonor se aposentou por idade e ganha um salário mínimo (conseguiu a aposentadoria por meio de uma lei que dizia que se tivesse mais de 12 anos de contribuição e 60 anos de idade pode se aposentar). Não conseguiu se aposentar pelos anos de trabalho porque tinha muitos anos sem registro. Hoje ela fica o dia todo na associação que conta ainda com a vice-presidente da entidade (oscila entre creche e associação) e um rapaz (administração da associação).</p>	<p>Governador de SP: Cláudio Salvador Lembo - 2006 a 2007 (vice-governador eleito em sufrágio universal, assumiu o cargo de governador)</p> <p>Prefeito de SP: Gilberto Kassab - 2006 (vice-prefeito eleito)</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	<p>de 2 milhões de reais.</p> <p>Tem outro projeto importante, implantado atualmente nos CEUs do bairro, junto com a prefeitura. Trata-se de um programa de extensão escolar, fora das 4 horas de atendimento “regular” escolar, que mantém as crianças até a 5ª série na escola durante mais 4 horas. Elas têm aulas de esporte, teatro, natação etc. com um professor contratado pela associação. E como não há benefício monetário para a associação, muitas ONGs desistem.</p>		
2007	<p>Aos 38 anos...</p> <p>Os pais podem reclamar sobre qualquer problema que vejam na creche diretamente no Conselho Tutelar que pode intervir. Por exemplo, podem aplicar uma medida de pressão na CEI caso esteja recusando a entrada de uma criança que chegue atrasada. Quanto ao critério de seleção das crianças que estão na fila de espera é usado a sua ‘situação de risco’, ou seja, se está exposta a criminalidade, moradia precária, falta de trabalho dos pais, violência doméstica a ela e a mãe. Com a criação da creche Eleonor realiza um outro projeto seu: o gerar emprego local – direto e indireto. Até 30 de maio de 2007 foram criados 42 empregos diretos, na sua maioria para moradores do bairro, já qualificados ou em processo de qualificação – incentivada por ela. Outros empregos criados indiretamente foram os de babás e empregadas domésticas que passaram a trabalhar na casa das pessoas que foram trabalhar na creche. Entre as 265 mães que tem seu filho na CEI, cerca de 30% das desempregadas encontraram trabalho.</p> <p>A secretária de Eleonor na associação, colocada pelo ex-conselheiro tutelar, tinha sido mandada embora após descobrirem sua parceria com ele no desvio de verbas para a creche.</p> <p>Em 31 de maio às 13h Eleonor e a vice-presidente da associação, acompanhadas de seu advogado, foram no Tribunal do Trabalho (Barra Funda), para uma</p>	<p>Seu trabalho remunerado atual, descrito como bicos, é bem diversificado: contadora de particulares (pessoas de empresas e instituições que conhece); faz documentação para outras associações a pedido da subprefeitura, tais como ata, estatuto, ganhando R\$ 100 ou R\$ 150, declaração de impostos, faz projetos, etc. Coisas que em geral aprendeu com a experiência associativa. Não pode receber salário por meio do convênio por ser presidente da associação. Ela também destaca que um trabalho remunerado impediria que continuasse com a associação e pela sua idade não conseguiria mais emprego.</p>	<p>Governador de SP: José Serra - 2007 (governador eleito em sufrágio universal)</p> <p>Prefeito de SP: Gilberto Kassab - 2006 (vice-prefeito eleito)</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	<p>audiência com o ex-conselheiro tutelar, que exigia 80 mil de indenização pelos serviços prestados para a entidade.</p> <p>Eleonor tem vários projetos, sendo que um deles, o mais novo que está em andamento, é o “São Paulo é uma escola”, proposto por ela à prefeitura (conveniada). Trata-se de abrir os CEUS durante os períodos sem aula, à noite, para a Terceira Idade.</p>		
2008	<p>Aos 39 anos...</p> <p>Participa do COMAS, que terão novas eleições onde pretende colocar um amigo.</p> <p>Quer lançar um projeto na câmara dos vereadores para que a diretoria da associação possa ser remunerada.</p> <p>Eleonor diz que sua mãe a apóia nos eventos que realiza e a tomar conta dos filhos.</p> <p>Nunca mais teve notícia dos seus irmãos, desde os 9 anos, quando veio para São Paulo. Todos moram na Bahia. O mais velho morreu com 26 anos. Duas irmãs e um irmão casaram. Também não tem contato com seu pai.</p> <p>Incentiva a qualificação da sua comunidade para empregá-la.</p>	<p>Seu trabalho remunerado atual, descrito como bicos, é bem diversificado: contadora de particulares (pessoas de empresas e instituições que conhece); faz documentação para outras associações a pedido da subprefeitura, tais como ata, estatuto, ganhando R\$ 100 ou R\$ 150, declaração de impostos, etc. Coisas que em geral aprendeu com a experiência associativa. Ela também destaca que um trabalho remunerado impediria que continuasse com a associação e pela sua idade não conseguiria mais emprego.</p>	
2009	<p>Aos 40 anos...</p> <p>Muda para uma casa fora do bairro onde atua.</p>	Idem.	Lula é presidente.

3) CRONOLOGIA DA PAULA

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
1956	Nasceu na cidade de São Paulo no bairro do Ipiranga onde morou por oito anos em uma casa alugada.		
1964	Aos 8 anos... Muda do bairro do Ipiranga e vai morar no Jd. Santa Adélia em São Mateus.		Golpe Militar.
1966	Aos 10 anos... Morando em São Mateus.	Seu pai ficou desempregado. Fazia bico em uma rádio tocando e cantando ao lado de Inezita Barroso e Chico Mendes. Paula começa a trabalhar 2h/dia em casa pregando bolso em calça rancheira para ajudar a família. Sua mãe fazia meias e seu irmão mais velho fazia carroto na feira. Os outros irmãos não trabalharam porque um era bebê e o outro não tinha nascido. Quando o pai arrumou serviço eles pararam de trabalhar. Ao todo Paula fica sete meses trabalhando para ajudar em casa.	Período da Ditadura.
1968	Aos 12 anos...	Depois de dois anos desempregado o pai de Paula consegue arrumar um emprego.	Período da Ditadura. Decretado o AI-5.
1970	Aos 14 anos... Faz curso de modelista no Sesi de Santo André e na Rhodia. Nesta última foram dois anos de curso: modelagem e alta tecnologia em máquina. É aberta a av. Sapopemba.		Período da Ditadura.
1974	Aos 18 anos... Se forma como modelista. Morando em São Mateus.	Paula resolve comprar duas máquinas de costura, com a ajuda dos pais, e começa a trabalhar em casa. Nessa época sua mãe trabalhava meio período numa fábrica de meia do Ipiranga. Ela trabalhou 22 anos dentro dessa firma e continuou posteriormente prestando serviço, registrada, dentro de casa para a mesma fábrica que entregava os rolos de meia de perua. Só parou de	Período da Ditadura.

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
		trabalhar lá dentro porque o marido não queria mais. Foi o único registro na carteira de trabalho: 35 anos de firma.	
1977	Aos 21 anos... Paula entra na faculdade de medicina. Paga os primeiros seis meses com o dinheiro da sua costura. É obrigada a trancar porque não tinha mais dinheiro. Nunca mais volta a fazer uma faculdade.	Seu futuro marido, entra na CMTC. Trabalha como cobrador no começo e depois passa a ser fiscal.	Período da Ditadura.
1978	Aos 22 anos... Carmem casa. Mora um ano em São Mateus.	O marido trabalhava na CMTC pela manhã.	Período da Ditadura.
1979	Aos 23 anos... Paula e seu marido se mudam para uma casa alugada em Vila Prudente. Tinha mais três famílias morando no mesmo quintal. Ficam dois anos nesse endereço.	Paula carrega suas máquinas de costura para a casa nova. Seu marido trabalhava na CMTC.	Período da Ditadura.
1981	Aos 25 anos... Paula e o marido se mudam para Guaianases para um terreno com um cômodo e cozinha levantados. Para comprá-lo ela teve que vender quatro das suas seis máquinas de costura e ainda ficaram faltando 3 prestações que foram re-parceladas em seis vezes. Levam 13 anos para concluírem sua casa.	Ela trabalhava em casa costurando vestido de noiva piloto (aqueles que se colocam em vitrine). O marido trabalha na CMTC pela manhã e na serralheria que está montando em casa a tarde. Todo mês eles compravam uma máquina nova. Ele ajudava Paula a costurar antes de terem as máquinas da serralheria e, posteriormente, ela o ajudava na serralheria. Quando passou a ter a serralheria seu marido deixou de ajudá-la na costura, mas ela manteve sua ajuda na serralheria. Ela ponteava e ele soldava. Posteriormente ela ficou apenas com a costura.	Governador de SP: Paulo Salim Maluf - 1979 a 1982 (governador eleito pelo Colégio Eleitoral) Prefeito de SP: Reinaldo Emídio de Barros - 1979 a 1982 (prefeito nomeado pelo governo estadual)
1982	Aos 26 anos... Nasce sua filha (única menina).		Governador de SP: José Maria Marin - 1982 a 15 1983 (vice-governador eleito pelo Colégio Eleitoral, assumiu o cargo de governador) Prefeito de SP: Antônio

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
			Salim Curiati - 1982 a 1983 (prefeito nomeado pelo governo estadual)
1986	Aos 30 anos...	Até essa idade Paula usa a costura como sua fonte de renda principal. Faz curso de bibliotecária.	Período da redemocratização. José Sarney é presidente da República eleito indiretamente no ano anterior. Governador de SP: André Franco Montoro - 1983 a 1987 (governador eleito em sufrágio universal) Prefeito de SP: Mario Covas - 1983 a 1986 (prefeito nomeado pelo governo estadual)
1987	Aos 31 anos...	Vai trabalhar no colégio Adventista (particular) como bibliotecária onde seus quatro filhos também estudam. Fica oito anos nesse emprego.	Plano Cruzado 2 criado por Dilson Funaro. Ele pede a moratória. Esta medida está associada a punições por parte do mercado econômico internacional.
1992	Aos 36 anos...	Carmem completa 18 anos costurando. Para definitivamente por problemas na coluna provocados pelo seu tipo de trabalho.	Itamar Franco é presidente da República em substituição a Collor que sofreu impeachment. Governador de SP: Luís Antônio Fleury Filho - 1991 a 1995 (governador eleito em sufrágio universal)
1993	Aos 37 anos... Sua filha começa a trazer crianças para dentro de casa para tirá-las da rua.		Prefeito de SP: Paulo Salim Maluf - 1993 a 1997 (prefeito eleito)
1994	Aos 38 anos...	A CMTC fecha e seu marido sai da firma e fica trabalhando apenas como serralheiro.	
1995	Aos 39 anos... Sua filha, que iria completar 13 anos, morre afogada numa praia do litoral paulista.		Governo Federal FHC. Governador de SP: Mário Covas Júnior - 1995 a 1999 (governador eleito em sufrágio universal) Plano Real e Reforma do Estado.

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
1996	Aos 40 anos...	<p>Paula deixa o colégio Adventista, pois não suporta freqüentar o lugar onde a filha estudava.</p> <p>Começa a juntar 70 crianças numa casa de três cômodos de sua irmã e passa a ensinar pintura em tecido, origami e outros tipos de artesanato, utilizando material comprado com o dinheiro do acordo com o colégio Adventista, que acaba em dois meses. No entanto, Paula vê uma reportagem na TV sobre o Senai e um departamento que doa material para comunidades que trabalham com crianças. Ela procura o Senai e é encaminhada pela instituição para a FOS (Federação de Obras Assistenciais do Estado de São Paulo) para retirar os documentos da associação.</p> <p>Trabalha como decoradora de formatura, aniversário, casamento e eventos em geral, principalmente nos meses de maio e setembro.</p>	
1997	<p>Aos 41 anos...</p> <p>Paula manda limpar um morro do seu distrito, usado para venda e consumo de drogas, assim como para desova de corpos, para fazer um campo de futebol, pois a região não possui área de lazer para os jovens.</p>		<p>Governador de SP: Mário Covas Júnior - 1995 a 1999 (governador eleito em sufrágio universal)</p> <p>Prefeito de SP: Celso Pitta - 1997 a 2000 (prefeito eleito)</p>
1998	<p>Aos 42 anos...</p> <p>Paula faz um curso de cooperativismo pelo Senac.</p>		FHC é reeleito.
1999	<p>Aos 43 anos...</p> <p>Paula faz um curso de cooperativismo pelo Sebrae.</p>		Governador de SP: Mário Covas Júnior - 1999 a 2001 (governador reeleito em sufrágio universal, faleceu no exercício do cargo)
2000	<p>Aos 44 anos...</p> <p>Paula faz o curso Formatos 500 de formação de associação, pelo Senac – uma porta sempre aberta ao terceiro setor. Aprende sobre o atendimento ao cliente, cooperativismo, a fazer estatuto. Foram dois anos de curso.</p>	<p>Resolve juntamente com duas amigas a ligar (telemarketing) para moradores da região pedindo doações entre R\$ 5,00 e R\$ 10,00 por mês para comprar material para as crianças.</p> <p>Trabalhou dois meses fazendo um</p>	<p>Prefeito de SP: Régis de Oliveira - 2000 a 2000 (vice-prefeito eleito)</p> <p>Prefeito de SP: Celso Pitta - 2000 a 2001 (prefeito eleito)</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
		projeto social para uma entidade e cobrou.	
2001	Aos 45 anos...	O custo do telemarketing estava alto e Paula é quem o bancava. Interrompe as ligações no meio desse ano.	Governador de SP: Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho - 2001 a 2003 (vice-governador reeleito em sufrágio universal, assumiu o cargo de governador) Prefeito de SP: Marta Suplicy - 2001 a 2005 (prefeita eleita)
2002	Aos 46 anos...	Paula firma parceria com o banco Banespa Santander para ministrar um curso de alfabetização de crianças acompanhada de atividade esportiva. Eles pagavam o professor e doavam o material. Foram atendidas 120 crianças.	Lula vence as eleições para presidente da república e toma posse no ano seguinte. Prefeito de SP: Marta Suplicy - 2001 a 2005 (prefeita eleita)
2005	Aos 49 anos...	Paula mantém suas máquinas de costura e, esporadicamente, ajuda o marido na serralheria. Ela está montando uma cooperativa de lava-jato juntamente com o dono do supermercado Máster (local). Lá serão empregados os alunos dos cursos que Paula dá na sua associação. Seu marido trabalha sem registro como serralheiro para uma cooperativa de transporte urbano localizada na região.	Lula é o presidente da República. Governador de SP: Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho - 2003 a 2006 (governador reeleito em sufrágio universal) Prefeito de SP: José Serra - 2005 a 2006 (prefeito eleito)
2006	Aos 50 anos...	Esta tentando formar uma rede de associações não apenas do seu bairro, mas não dá certo. Desvia, segundo outros líderes, dinheiro e material público, enviados para o Recreio nas Férias (programa social municipal) e vai para Minas Gerais onde um de seus filhos mora com a esposa.	Lula é reeleito presidente da República. Governador de SP: Cláudio Salvador Lembo - 2006 a 2007 (vice-governador eleito em sufrágio universal, assumiu o cargo de governador) Prefeito de SP: Gilberto Kassab - 2006 (vice-prefeito eleito)
2008	Aos 52 anos...	Paula abre, no seu bairro, uma creche, conveniada com a prefeitura, para 120 crianças.	Lula toma posse no ano anterior para exercer o segundo mandato de

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
			presidente da República.
2009	Aos 53 anos...	Paula pretende abrir mais duas creches, cada uma com capacidade para receber 60 crianças, em Cidade Tiradentes. Já está na fase final da negociação com a prefeitura. Seu marido está trabalhando registrado como serralheiro de uma cooperativa de transporte urbano localizada na região.	Lula é o presidente da República.

4) CRONOLOGIA DA MICAELA

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
1971	<p>Nasceu no interior do Maranhão (Pericumã) lugar precário sem água encanada (toda água usada vem do poço) e energia elétrica.</p> <p>É a última dos 4 irmãos: 2 meninas e 1 menino. Os pais ficaram juntos até o 2º filho, depois separam-se, mas continuaram tendo relações sexuais (próximos dois filhos)</p> <p>A mãe não tem estudo. Na 5ª gravidez a mãe sofre um aborto.</p> <p>O pai veio de boa família e é sustentado pela mãe (avó de Micaela) sabia ler e escrever. Micaela não conheceu o pai.</p>	<p>A mãe de Micaela trabalhava na roça cultivando para consumo próprio. Produziam também farinha de onde saía a renda para as outras necessidades.</p>	<p>Período da Ditadura.</p>
1977	<p>Aos 6 anos...</p> <p>A mãe logo após o aborto sofre uma cirurgia, volta para a casa e tem uma briga com a mulher de seu irmão (tio de Micaela) leva uma paulada na cabeça o que gera um câncer e a mata depois de um ano.</p> <p>Antes de morrer sua mãe divide e entrega os filhos para seus tios e tias. Micaela é encaminhada para uma comadre de sua mãe (que a agride fisicamente) e essa a encaminha para uma conhecida chamada (1ª patroa).</p>		<p>Período da Ditadura.</p>
1979	<p>Aos 8 anos...</p> <p>Por sua vez, a 1ª patroa passa Micaela para sua filha, 2ª patroa, que tinha 4 filhos, e que a agride fisicamente. A 2ª patroa, troca o nome de batismo de Micaela (achava feio).</p> <p>Micaela entra na escola.</p>	<p>Micaela ajuda a criar os 4 filhos e cuidar da casa: lava, passa roupa, cozinha e limpa.</p> <p>Sem remuneração.</p>	<p>Período da Ditadura.</p>
1981	<p>Aos 10 anos...</p> <p>A 2ª patroa morre e Micaela resolve voltar para a casa de sua mãe de criação (comadre da mãe biológica), que a recebe e a encaminha para sua irmã que mora em São Luiz.</p> <p>A forma que Micaela encontra para</p>	<p>Nesta casa ela passa a cuidar dos filhos da irmã de sua mãe de criação, juntamente com outra irmã de sua mãe de criação. Micaela é agredida por esta última irmã.</p>	<p>Governador de SP: Paulo Salim Maluf - 1979 a 1982 (governador eleito pelo Colégio Eleitoral)</p> <p>Prefeito de SP: Reinaldo Emídio de Barros - 1979 a 1982 (prefeito nomeado pelo governo estadual)</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	descontar a raiva era brigando com colegas na escola.	Sem remuneração	
1984	<p>Aos 13 anos...</p> <p>Volta para a casa de sua mãe de criação. Estava na 3ª série. A tia de Micaela que era professora não admite que ela estude com o novo nome dado pela 2ª patroa e troca novamente o nome, retornando ao nome de batismo. Devido a isso, Micaela volta para a 1ª série.</p> <p>Volta a ser agredida por sua mãe de criação. O marido desta não admitia que a esposa maltratasse Micaela, e esta começa a inventar histórias para que existissem argumentos para Micaela apanhar, inclusive do pai de criação.</p> <p>O irmão da sua mãe de criação a ameaçou dizendo que se percebesse outra vez que Micaela estava apanhando a levaria embora. Após dois meses ela volta a apanhar e uma de suas irmãs, avisada de tal violência, vem buscá-la e a leva para morar com outro irmão em São Luis (Maranhão).</p>	<p>Micaela trabalha em uma casa como empregada, inicialmente foi contratada como babá, mas era obrigada a limpar o banheiro e toda a casa.</p> <p>Indicação: sua irmã Registrada: não Motivo da saída: sentia-se abusada e humilhada, pois não era esse o combinado.</p>	<p>Diretas-Já.</p>
1985	<p>Aos 14 anos...</p> <p>Micaela deixa a casa de seu irmão e vai morar com a irmã.</p> <p>Volta a estudar e, após um teste interno da escola, vai direto para a 5ª série por ser muito inteligente.</p>	<p>Micaela arruma o segundo emprego como babá. Gostou desta experiência.</p> <p>Nesse meio tempo se afastou por uns meses do seu trabalho para ajudar o irmão que lhe deu moradia em São Luis a cuidar da filha recém nascida. Em seguida, volta para seu trabalho.</p> <p>Indicação: sua irmã Salário: sim Permanência: 3 anos</p>	<p>Período da redemocratização.</p> <p>Sarney presidente da República.</p> <p>Governador de SP: André Franco Montoro - 1983 a 1987 (governador eleito em sufrágio universal)</p> <p>Prefeito de SP: Mario Covas - 1983 a 1986 (prefeito nomeado pelo governo estadual)</p>
1987	<p>Aos 16 anos...</p> <p>Vira líder estudantil do seu colégio na 7ª série, faz vários movimentos, passeatas e abaixo assinados para melhorar as condições da escola.</p>		<p>Plano Cruzado 2 criado por Dilson Funaro. Ele pede a moratória. Esta medida está associada a punições por parte do mercado econômico internacional.</p>
1988	<p>Aos 17 anos...</p> <p>Ao concluir a 8ª série, faz uma prova de seleção para entrar numa das melhores escolas de Ensino Médio de São Luis e</p>	<p>Deixa o emprego de babá e vai trabalhar de cozinheira.</p> <p>Indicação: sua irmã Salário: sim</p>	<p>Nova Constituição é promulgada.</p> <p>Governador de SP: Orestes Quércia - 1987 a</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	<p>passa em 12º lugar, concorrendo com 7 mil candidatos.</p> <p>Começa a compor, cantar e faz alguns shows participando do Movimento Negro local.</p> <p>Passa por humilhações na escola pelos professores, por ser muito inteligente. Escreve uma peça chamada “VOCÊ VAI MORRER DE RIR” que é apresentada em várias escolas.</p>	<p>Permanência: 4 anos Motivo da saída: vai para São Paulo.</p>	<p>1991 (governador eleito em sufrágio universal)</p> <p>Prefeito de SP: Jânio Quadros - 1986 a 1989 (prefeito eleito)</p>
1992	<p>Aos 23 anos...</p> <p>No ano anterior o melhor amigo de Micaela, com quem estudou o Ensino Médio, em São Luis, tinha vindo para São Paulo e pediu que Micaela também viesse, o que ela fez. Eles vão morar juntos de aluguel, com mais algumas amigas no Cambuci. Pagava R\$ 600,00 de aluguel em um apartamento (dividia com os amigos).</p>	<p>Micaela vai trabalhava como analista de crédito na empresa Besni. Fez prova de matemática e português para conseguir a vaga.</p> <p>Registrado: pela própria empresa Permanência: 2 anos Motivo da saída: Sofre preconceito por ser negra, perdendo um cargo de gerência para uma mulher branca e loira com menos formação que ela, e decidi sair. Pede demissão.</p>	<p>Itamar Franco é presidente da República em substituição a Collor que sofreu impeachment.</p> <p>Governador de SP: Luís Antônio Fleury Filho - 1991 a 1995 (governador eleito em sufrágio universal)</p>
1994	<p>Aos 25 anos...</p> <p>Vai morar em Guaianases, em uma casa, com seu melhor amigo, pois o aluguel é mais barato R\$ 90,00.</p>	<p>Sai da Besni, continua fazendo os shows, começa nos trens.</p> <p>Compra um carrinho de cachorro quente e passa a trabalhar por conta, pois não quer mais trabalhar para ninguém. Ela vendia principalmente em um campo de futebol e carregava o carrinho. Com o tempo o esforço realizado causa dores.</p>	<p>FHC ganha as eleições para a presidência da República.</p> <p>Prefeito de SP: Paulo Salim Maluf - 1993 a 1997 (prefeito eleito)</p>
1997	<p>Aos 26 anos...</p> <p>Compra um apartamento da COHAB em Cidade Tiradentes e se muda.</p>	<p>Devido as dores, Micaela fixa seu carrinho de cachorro quente na frente de um grande prédio térreo da Cohab que estava abandonado, cujos fundos eram utilizados para desmanche. Nesse local ficava também o ponto final de uma linha de ônibus.</p>	<p>Governador de SP: Mário Covas Júnior - 1995 a 1999 (governador eleito em sufrágio universal)</p> <p>Prefeito de SP: Celso Pitta - 1997 a 2000 (prefeito eleito)</p>
1999	<p>Aos 28 anos...</p>	<p>Para de vender cachorro quente.</p> <p>Micaela resolve invadir uma das portas desse prédio abandonado e montar um bar. No entanto, o</p>	<p>Governador de SP: Mário Covas Júnior - 1999 a 2001 (governador reeleito em sufrágio universal, faleceu no exercício do</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
		negócio não vingou, pois seus clientes eram constantemente assaltados, embora ela fosse sempre preservada.	cargo)
2000	Aos 29 anos... Monta a associação “E” dando foco para as mulheres, inclusive as tinham algum tipo de deficiência física.	Abre uma oficina de costura na associação que costura peças para uma loja do Brás. Realiza diversos cursos de capacitação: cabeleireiro, artesanato. Sua renda vem da associação por meio do das peças confeccionadas e também do trabalho autônomo como procuradora de pessoas que querem se aposentar. Ela dá entrada nos processos no INSS.	Prefeito de SP: Régis de Oliveira - 2000 (vice-prefeito eleito) Prefeito de SP: Celso Pitta - 2000 a 2001 (prefeito eleito)
2002	Aos 31 anos... Conhece sua atual parceira fixa, é homossexual e nunca se relacionou com homens. Tentam adotar um filho, mas de última hora o casal que faria a doação desiste e fica com a criança.	Idem.	Lula vence as eleições para presidente da república e toma posse no ano seguinte. Prefeito de SP: Marta Suplicy - 2001 a 2005 (prefeita eleita)
2004	Aos 33 anos... Engravidada por inseminação artificial (paga R\$6 mil no processo); tem depressão pós-parto e não consegue amamentar, durante 6 meses tira leite do peito e dá na mamadeira para seu filho. A parceira é quem cuida da criança durante esse tempo.	Idem. Abre também uma pequena loja próximo do seu apartamento, onde vende roupas para criança de confecção da própria associação.	Governo Federal Lula. Governador de SP: Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho - 2003 a 2006 (governador reeleito em sufrágio universal) Prefeito de SP: Marta Suplicy - 2001 a 2005 (prefeita eleita)
2005	Aos 34 anos... Criou um evento chamado “Dia da Cidadania” que já acontece a 5 anos sobre diversidade sexual, orientação sexual, terceira idade, preconceito etc. Tem um projeto em andamento e ganhou o espaço para colocar em prática. O local terá quadras poliesportivas, tratamento médico, psicólogos, cursos, teatro, música, e será adaptado para deficientes físicos e também será usado por toda a comunidade. A associação “E”, inicialmente, era mantida pelos associados que contribuíam com R\$10,00 mensais.	Idem. Passa a oferecer o corte de cabelo gratuito para toda a comunidade – de 50 a 60 pessoas por dia.	Governador de SP: Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho - 2003 a 2006 (governador reeleito em sufrágio universal) Prefeito de SP: José Serra - 2005 a 2006 (prefeito eleito)

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	Depois a sua associação vira OSCIP. Micaela faz casamentos comunitários.		
2007	Aos 36 anos... Micaela fecha a associação e se muda com sua parceira para Campinas.	Abre uma Lan-house.	Governador de SP: José Serra - 2007 (governador eleito em sufrágio universal) Prefeito de SP: Gilberto Kassab - 2006 (vice-prefeito eleito)
2009	Aos 38 anos... Micaela se separa da parceira, mas continua a morar em Campinas.	Continua com a Lan-House e abre também um brechó.	Lula é o presidente da República.

5) CRONOLOGIA DA GLÓRIA

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
1950	<p>Gloria nasceu em Araxá (MG). Filha de pais separados ela era a única filha por parte de mãe e tinha 5 irmãos por parte de pai.</p> <p>Sua família materna, com a qual conviveu, era de alcoólatras.</p>	A mãe era lavadeira e o pai era ceramista.	
1952	<p>Aos 2 anos...</p> <p>Pai de Gloria abandona a família levando somente seus 5 filhos do primeiro casamento. Gloria ficou com sua mãe.</p> <p>A mãe era analfabeta. Elas moraram até os 5 anos de Gloria em Araxá.</p>	A mãe foi trabalhar em uma fazenda, colhendo café e carpindo a lavoura. Depois ela foi expulsa de lá e voltou para a cidade e a lavar roupas nas casas. Saía às 6h da manhã e levava Gloria. Sua mãe também trabalhou em padarias na parte de fornos e adquiriu alguns problemas de saúde devido aos choques térmicos.	
1954	<p>Aos 4 anos...</p> <p>Gloria tinha um tio alcoólatra que ela via como se fosse seu pai. Ele bebe e diz a sobrinha que ia morrer: pega um revólver e dá um tiro no ouvido na frente de Gloria. Apesar do trauma ele sobrevive.</p>	Sua mãe é lavadeira.	
1955	<p>Aos 5 anos...</p> <p>Gloria e sua mãe se mudaram para Uberlândia, mas elas não tinham casa própria indo morar de favor na casa de parentes ou de aluguel. Uma das irmãs da mãe de Gloria as chama para irem morar com ela. Lá também morava a irmã caçula da mãe de Gloria.</p> <p>A irmã que era dona da casa discutiu com a irmã mais nova e a expulsou da casa, com isso a mãe de Gloria resolveu ir embora para amparar a irmã mais nova.</p> <p>Gloria só morou 2 anos em Uberlândia.</p>	Sua mãe é lavadeira.	
1957	<p>Aos 7 anos...</p> <p>Gloria volta para Araxá com sua mãe e entra na 1ª série de uma escola pública.</p>	Sua mãe é lavadeira.	
1958	<p>Morre queimada em Uberaba a avó de Gloria. Ela havia bebido muito e deixou de baixo de sua cama de palha uma</p>	Sua mãe é lavadeira.	

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	lâmpada acesa que logo começou a incendiar sua avó que estava deitada dormindo. Gloria e sua mãe vão para Uberaba.		
1959	Aos 9 anos... Gloria voltou para Uberlândia.	Sua mãe continuava a lavar roupas para ganhar dinheiro e, eventualmente Gloria a ajudava esfregando as meias e os lenços que a lavava e passava.	
1961	Aos 11 anos...	Gloria começou a trabalhar como empregada doméstica para poder ajudar sua mãe que arrumava as casas onde a filha ia trabalhar, mas não aceitava que a maltratassem. Ela limpava a casa, lavava as fraldas dos gêmeos que tomava conta. Permanência: 1 ano.	
1962	Aos 12 anos... Em uma festa religiosa Gloria conhece o seu futuro marido que tinha 18 anos.	Gloria vai trabalhar como empregada doméstica em uma mansão, onde o serviço era demais. Permanência: 2 anos. Salário: pouco	
1964	Aos 14 anos... Gloria fica noiva.	Gloria trabalha como empregada doméstica em outra casa onde fica até casar aos 16 anos.	Golpe Militar.
1966	Aos 16 anos... Três meses depois de largar o emprego, Gloria casa.	Gloria trabalhava como empregada doméstica e foi assediada sexualmente pelo marido de sua patroa. Gloria conta para seu noivo, que a orienta a largar o emprego. Gloria sai. O marido de Gloria trabalhava em posto de gasolina como lubrificador, emprego arranjado pelo tio de Gloria.	Período da Ditadura.
1967	Aos 17 anos... Gloria teve uma filha: 1ª.	Para de trabalhar para fora.	Período da Ditadura.
1968	Aos 18 anos... A filha já estava maior e necessitava de menos cuidados, assim ela volta a trabalhar.	Gloria trabalhou em uma República, limpando a casa e lavando roupas. Depois da morte de um estudante de medicina, pelo qual tinha carinho, Gloria saiu do trabalho.	Período da Ditadura. É decretado o AI-5.
1969	Aos 19 anos... Gloria se converteu ao protestantismo logo após ter sido enganada e assediada.		Período da Ditadura.

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
1970	Aos 20 anos... Gloria teve seu último filho, pois foi proibida pelos médicos de engravidar novamente por motivos de saúde.		Período da Ditadura.
1972	Aos 22 anos... Morre a mãe de Gloria. Depois do falecimento de sua mãe, Gloria conheceu seu pai. Depois ela volta para Uberlândia.	Fez curso de cabeleireiro e corte costura.	Período da Ditadura.
1973	Aos 23 anos... Gloria e seu marido aceitam o convite do dono do posto onde seu marido trabalhava e vão morar na divisa da Bahia com Goiás, onde esse homem tinha comprado outro posto. No entanto, o filho deste senhor se envolveu em uma briga e matou um rapaz o que fez com que todos tivessem que fugir de lá, indo morar em Brasília. A família de Gloria e do dono do posto dividiam um mesmo apartamento e o aluguel.	O marido de Gloria começa trabalhar no posto desse senhor como lubrificador. No período que Gloria ficou em Brasília teve diversos empregos todos informais. Trabalhou como empregada doméstica, fazendo blocos –operava a máquina de fazer blocos – foi manicure. O dono do posto de gasolina se envolveu na área de construção e colocou a o marido de Gloria como encarregado de pintura externa de prédios em DF. Fez curso de culinária.	Período da Ditadura.
1978	Aos 28 anos... Gloria conseguiu colocar seus filhos em uma escola particular.	Gloria trabalhava na fabrica de tijolos do dono do posto.	Período da Ditadura.
1980	Aos 30 anos... Gloria e seu marido venderam tudo o que tinham em DF e se mudam para São Paulo em busca de uma vida melhor. Gloria e sua família moraram somente 1mês na casa de seus cunhados, pois conseguiram um lugar para alugar. Seu marido fez curso de computação.	Em pouco tempo Gloria consegue emprego como empregada doméstica e seu marido em um posto de gasolina, onde ficou apenas 2 meses, pois foi chamado logo depois para trabalhar na prefeitura onde tinha feito, logo que chegou em São Paulo, um teste para ser lubrificador. Quando entrou na prefeitura o marido de Gloria, foi promovido a chefe de sessão. Por motivos pessoais ele larga o cargo e vai trabalhar também como chefe na sessão de patrimônios, fazendo as documentações do setor.	Período da Ditadura.

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
		<p>A vida começou a se estabilizar e Gloria resolve largar a vida de empregada doméstica e investe na carreira de costureira. Gloria começa a costurar pra uma empresa de roupas do Brás só que por sua falta de agilidade ela foi mandada embora. Gloria então, fica desempregada.</p> <p>Depois Gloria consegue novamente um emprego de passadeira em uma loja, e com isso, teve seu primeiro registro na carteira.</p> <p>Registrada: passadeira; Permanência: 3 anos; Jornada: 7h às 17h c/ 10 minutos para café da manhã e 30 minutos de almoço.</p>	
1981	Aos 31 anos...	Com 11 anos o filho de Gloria começa a trabalhar em um escritório de contabilidade por indicação de sua ex-patroa. Por motivos de mau comportamento ele é despedido e quem o substitui é sua irmã. Depois de um tempo ele começou a trabalhar como torneiro mecânico e ela largou o escritório de contabilidade e foi ser auxiliar de dentista do filho de uma ex-patroa de sua mãe.	<p>Governador de SP: Paulo Salim Maluf - 1979 a 1982 (governador eleito pelo Colégio Eleitoral)</p> <p>Prefeito de SP: Reinaldo Emídio de Barros - 1979 a 1982 (prefeito nomeado pelo governo estadual)</p>
1984	<p>Aos 34 anos...</p> <p>Sai a casa (embrião) na COHAB em cidade de Tiradentes. Gloria e sua família se mudam para lá e começam aos poucos a ampliar os cômodos da casa.</p> <p>Surgiu nesse mesmo período na vida de Gloria a ação comunitária da COHAB onde ela foi procurar emprego.</p> <p>Com a mudança para a cidade de Tiradentes os filhos de Gloria tiveram que abandonar os respectivos trabalhos devido a distância.</p>	O filho de Gloria trabalhou registrado na COHAB dos 14 aos 17 anos.	Diretas-Já.
1985	Aos 35 anos... Gloria participa da inauguração das 3 primeiras escolas da cidade de Tiradentes.	Gloria participa de um concurso dentro de uma das escolas inauguradas e começou a	<p>Período da redemocratização.</p> <p>Sarney presidente da República.</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	<p>Nesse mesmo ano Gloria ganha a presidência da Ação Comunitária numa chapa única e dá o nome de associação "F". No começo só tinha estatuto e ata de fundação.</p> <p>Gloria foi atrás do programa de leite do Sarney para poder levar a sua associação. O CONAN passou a fornecer o leite para Gloria poder distribuir na entidade.</p> <p>Gloria passou a cobrar um preço simbólico (cinco cruzados) para poder ajudar a manter a associação. Também começou a reivindicar ajuda financeira e ganhou no governo Quéricia seu primeiro convênio para poder começar a trabalhar com as crianças (cinquenta cruzeiros). A LBA liberou para Gloria cinquenta cruzeiros para ela poder pegar vinte crianças nas creches que tinham entre 2 a 6 anos.</p> <p>Com esses apoios Gloria conseguiu manter as duzentas crianças que tinham entre 6 a 14 anos e mais essas vinte que pegava nas creches.</p> <p>Gloria mantia essas crianças com a ajuda desses apoios, comunidade e seu próprio salário.</p>	<p>trabalhar como servente.</p> <p>Lá dentro seu nome vai ganhando fama e ela vira a presidente da Ação Comunitária de Cidade Tiradentes com o apoio do partido do Mario Covas (PMDB) na época.</p>	<p>Governador de SP: André Franco Montoro - 1983 a 1987 (governador eleito em sufrágio universal)</p> <p>Prefeito de SP: Mario Covas - 1983 a 1986 (prefeito nomeado pelo governo estadual)</p>
1986	<p>Aos 36 anos...</p> <p>Gloria descobre que seu filho está se envolvendo com drogas e isso a deixa desesperada, interferindo na sua vida.</p>		
1987	<p>Aos 37 anos...</p>	<p>O filho de Gloria perde o emprego que tinha na COHAB.</p>	<p>Plano Cruzado 2 criado por Dilson Funaro. Ele pede a moratória. Esta medida está associada a punições por parte do mercado econômico internacional.</p>
1988	<p>Aos 38 anos...</p> <p>Com 21 anos, a filha de Gloria engravida e ela a obriga a se casar porque não quer vê a filha mal falada.</p> <p>Ela participou da fundação do PSDB indo, inclusive, para Brasília.</p>		<p>Nova Constituição é promulgada.</p> <p>Governador de SP: Orestes Quéricia - 1987 a 1991 (governador eleito em sufrágio universal)</p> <p>Prefeito de SP: Jânio</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
			Quadros - 1986 a 1989 (prefeito eleito)
1989	Aos 39 anos... Gloria faz outro pedido de convênio e consegue mais verba para sua associação.		Governador de SP: Orestes Quércia - 1987 a 1991 (governador eleito em sufrágio universal) Prefeito de SP: Luiza Erundina - 1989 a 1993 (prefeita eleita)
1990	Aos 40 anos... Gloria entrou num processo de depressão que a deixou 1 ano e 6 meses a base de 4 remédios antidepressivos, pois todas as crianças que completavam 14 anos saiam das associações. Não existia um projeto que desse continuidade para o aprendizado dessas crianças e muitas delas se envolviam com as drogas e eram assassinadas por diversos fatores. Gloria começa a enfrentar um processo difícil onde busca algumas soluções.	Além de servente Gloria também era merendeira.	Collor é o primeiro presidente da República eleito diretamente pelo povo.
1993	Aos 43 anos... Gloria participa da implantação do conselho tutelar, CMDCA e COMAS em Cidade Tiradentes e foi fundadora do Conselho de Segurança da Cidade de Tiradentes.		Itamar Franco é presidente da República em substituição a Collor que sofreu impeachment. Governador de SP: Luís Antônio Fleury Filho - 1991 a 1995 (governador eleito em sufrágio universal) Prefeito de SP: Paulo Salim Maluf - 1993 a 1997 (prefeito eleito)
1994	Aos 44 anos... A filha de Gloria tem um tumor na cabeça e isso ajuda a aumentar a depressão de Gloria. Felizmente sua filha não chega a falecer. Quando Mario Covas ganhou a eleição, Gloria que era sua aliada botou em pratica o projeto "Arquimedes", um projeto cultural onde envolvia, teatro, musica, balé, canto coral. Justamente o que Gloria tanto queria para dá continuidade ao trabalho que ela fazia com as crianças até seus 14 anos.		Plano Real.

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
1995	<p>Aos 45 anos...</p> <p>Fernando Henrique é presidente do Brasil e monta o “Jovem Cidadão” um projeto baseado no projeto “Arquimedes”. Gloria assume esse projeto por pouco tempo, pois logo ela perde esse convênio.</p> <p>Mas pra frente eles passam para sua responsabilidade o projeto “Agente Jovem” (uma ajuda de R\$ 65,00/mês) voltado para jovens entre 15 e 17 anos em situação de risco e vulnerabilidade social.</p>		<p>Governo Federal FHC (PSDB).</p> <p>Governo Federal FHC.</p> <p>Governador de SP: Mário Covas Júnior - 1995 a 1999 (governador eleito em sufrágio universal)</p>
1996	<p>Aos 46 anos...</p> <p>Gloria recebe o título de Utilidade Pública Federal sem ter o municipal.</p>		<p>Governo Federal FHC (PSDB).</p>
1997	<p>Aos 47 anos...</p> <p>O filho de Gloria já era pai de 3 crianças e ainda era dependente de drogas (craque; cocaína), mas não traficava. Ele era um dos educadores da associação “F”, ajudava as crianças e ensinava entre outras coisas o perigo que as drogas podem trazer. Ele cuida de seus filhos com ajuda de sua mãe (Gloria), pois sua primeira mulher, mãe de seus filhos, abandonou o lar quando eram muito bebês. O envolvimento do filho de Gloria com as drogas também foi influenciado por esse problema de relacionamento e com o problema de saúde de sua irmã.</p> <p>A filha de Gloria tem duas filhas que foram criadas por ela e pela avó Gloria. Ela não tem um bom casamento. Devido a doença a filha de Gloria vai se aposentar por invalidez.</p>	<p>A filha de Gloria torna-se Guarda Civil Metropolitana (GCM) e seu marido está desempregado.</p>	<p>Governo Federal FHC (PSDB).</p> <p>Governador de SP: Mário Covas Júnior - 1995 a 1999 (governador eleito em sufrágio universal)</p> <p>Prefeito de SP: Celso Pitta - 1997 a 2000 (prefeito eleito)</p>
2004	<p>Aos 54 anos...</p> <p>Gloria se candidata a vereadora e recebe somente 3.200 votos, sendo assim, ela perde a campanha.</p> <p>Atualmente Gloria é presidente do conselho de entidades filantrópicas da Cidade de Tiradentes e também é conselheira da comunidade negra.</p>	<p>Gloria recebe um cargo de confiança na subprefeitura de Cidade Tiradentes (cargo comissionado) de supervisora de habitação, cujo salário é R\$3.800.</p> <p>A partir do cargo que ocupa na prefeitura se inicia um programa habitacional para os sem teto. Gloria irá entregar 224 apartamentos distribuídos em oito</p>	<p>Governo Federal Lula (PT).</p> <p>Governador de SP: Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho - 2003 a 2006 (governador reeleito em sufrágio universal)</p> <p>Prefeito de SP: Marta Suplicy - 2001 a 2005</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	<p>Dentro do PSDB, Gloria era do diretório de Guaianases: foi tesoureira executiva e delegada. Logo ela irá ser presidente do diretório da zona 404 de Cidade Tiradentes.</p> <p>Gloria possui 7 convênios que ajudam a manter a associação “F”; não conta com nenhuma ajuda da iniciativa privada e nem terceiro setor.</p> <p>Ela participa do TUCANAFRO (segmento negro dos tucanos).</p>	<p>prédios de sete andares cada, construído pelas mãos dos moradores (o poder público só levantava a estrutura).</p> <p>Nesse mesmo período Gloria começa a ser ameaçada de morte pela facção do PCC (Primeiro Comando da Capital), pois eles se incomodam com seu trabalho e influência.</p>	(prefeita eleita)
2009	<p>Aos 59 anos...</p> <p>Sua casa está concluída.</p> <p>A associação amplia suas atividades para outros endereços em Cidade Tiradentes.</p>	<p>Gloria permanece como supervisora de habitação da subprefeitura de Cidade Tiradentes.</p>	<p>Governo Federal Lula (PT) desde 2003.</p>

6) CRONOLOGIA DA LILÁ

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
1951	<p>Nasce em São Paulo no Ipiranga. Foi concebida a partir de um ato sexual esporádico de seus pais. Seu pai era do RJ.</p> <p>Foi registrada pelo primeiro marido da sua mãe, com quem esta última teve 3 filhos: 2 meninos e 1 menina. Lilá era a caçula.</p> <p>A mãe de Lilá estava pagando um terreno, mas seu marido encarregado de realizar os pagamentos, ficava com o dinheiro. Ela perde o terreno.</p>	<p>A mãe de Lilá trabalhava de empregada doméstica: lavava, passava e cozinhava.</p> <p>Os irmãos trabalhavam como engraxates.</p> <p>O marido da mãe de Lilá era pedreiro, mas bebia muito.</p> <p>O pai de Lilá trabalhava na ferrovia.</p>	
1952	<p>Ao 1 ano...</p> <p>Lilá morava perto do aeroporto de Congonhas. Seu pai foi visitá-la no seu aniversário.</p>	<p>Sua mãe trabalha como empregada doméstica.</p>	
1959	<p>Aos 7 anos...</p> <p>Lilá foi colocada pela mãe no internato porque sua patroa a viu em uma feira pedindo as coisas.</p> <p>No internato tinham as filhas das empregadas domésticas e as filhas das patroas. Estas últimas eram preparadas para serem esposas: aprendiam bordado, a tocar piano, dançar a balé.</p> <p>Lilá estudou Balé clássico e estudava no SESI.</p>	<p>Sua mãe trabalha como empregada doméstica.</p>	
1960	<p>Aos 8 anos...</p> <p>No internato havia uma diferença de classes. As filhas das patroas não faziam nada e comiam da melhor comida, e as filhas das empregadas cozinhavam e limpavam, além de comer fubá.</p>	<p>No internato, Lilá começou a cozinhar e limpar.</p>	
1963	<p>Aos 11 anos...</p> <p>Entra no ensino fundamental na escola estadual 15 de novembro. A partir da 7ª série começa a participar do Grêmio Estudantil.</p>		
1965	<p>Aos 13 anos...</p> <p>O pai de Lilá passa seu sobrenome para a filha para obter certos benefícios na</p>	<p>Seu pai entrou na prefeitura de São Paulo para trabalhar como borracheiro e, tempos depois tornou-se macânico.</p>	<p>Período da Ditadura.</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	prefeitura onde começa a trabalhar.		
1966	<p>Aos 15 anos...</p> <p>Sai do internato e se inicia no Candomblé.</p> <p>Mora no Bairro do Jabaquara e conhece o pai (branco) do futuro filho dela: irmão de sua melhor amiga e vizinha. Ele pertencia a uma família de policiais civis. Lilá era apaixonada por ele.</p> <p>A irmã mais velha e a mãe de Lilá sustentam a casa.</p>	A irmã mais velha trabalhava em um circo.	Período da Ditadura.
1967	<p>Aos 16 anos...</p> <p>Lilá engravida, mas esconde a gravidez da família, principalmente da mãe, de quem tinha medo. Assim como ela, Lilá engravida num ato sexual esporádico.</p> <p>A família do pai do filho de Lilá a humilha, primeiramente negando que o filho era de seu filho, alegando que ela não sabia com quem se deitava, e em seguida, exigindo que ela fosse no IML fazer um exame para provar que era virgem como defendia.</p> <p>Também fizeram com que outros policiais, moradores do bairro, ficassem convidando Lilá para fazer programa. Finalmente afirmaram que não queriam negro na família.</p> <p>Seu ginásio era técnico e preparava para o mercado de trabalho.</p>	A irmã mais velha trabalhava em um circo.	Período da Ditadura.
1968	<p>Aos 17 anos...</p> <p>Nasceu o primeiro filho dela no Hospital da Mãe Solteira.</p> <p>Vê o pai de seu filho indo para a igreja onde se casaria com outra mulher.</p> <p>Lilá se vê obrigada a colocar o filho de oito meses na creche, para poder trabalhar.</p> <p>Interrompe os estudos na 3º ano do ensino médio para trabalhar e, assim, poder sustentar o filho.</p>	Lilá arruma um emprego no Hospital Sírio Libanês (primeiro trabalho registrado): era faxineira.	<p>Período da Ditadura.</p> <p>É decretado o AI-5.</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	Lilá nunca deixou de morar com a mãe dela.		
1969	Aos 18 anos... Conclui o ensino médio por meio de suplência.	Sai do Hospital Sírio Libanês por causa das histórias de terror que sua mãe contava. A mãe dela trabalhava de empregada doméstica na casa do dono do Diário da Noite e consegue uma colocação para a filha no jornal. Começa a trabalhar na área administrativa do Diário da Noite. Registrada.	Período da Ditadura.
1970	Aos 19 anos... Conhece um homem casado e branco com quem tem um relacionamento, que a ajuda a reconstruir sua feminilidade e sexualidade. Entra para o candomblé e começa a trabalhar como militante do Movimento Negro, do Movimento das Mulheres Negras e do Movimento Feminista.		Período da Ditadura.
1971	Aos 20 anos... O filho sai da creche e entra no EMEI.	Começa a trabalhar na área de publicidade por indicação do homem com quem tinha um relacionamento. Trabalhava no tráfego cobrando o cumprimento de metas.	Período da Ditadura.
1974	Aos 23 anos... Deu o primeiro banho no filho quando ele tinha 6 anos, pois sua mãe é quem cuidava do seu filho.		Período da Ditadura.
1975	Aos 24 anos... Foi morar em Cotia para fugir da humilhação que sofria no Jabaquara. A irmã mais velha morre aos 35 anos devido erro médico deixando uma filha de 2,5 anos que Lilá adota. Seu pai morar com Lilá. Assume a direção da casa, inclusive financeiramente.		Período da Ditadura.
1976	Aos 25 anos... Lilá e a mãe vão morar no bairro da Casa Verde onde fica por quase 9 anos.		Período da Ditadura.

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
	<p>Seu irmão se aproveitava de Lilá, que acabava sustentando a ele e sua família.</p> <p>Lilá morava com sua mãe, seu pai, seus dois filhos e a família de seu irmão.</p> <p>Ela já pertencia ao Movimento Negro.</p>		
1977	<p>Aos 26 anos...</p> <p>Entra para o Movimento Negro Unificado e começa um relacionamento com um homem branco (casado) que a ajuda a reconstruir sua feminilidade.</p> <p>Recebe o registro de publicitária sem ter se formado na faculdade, porque na época era considerado profissional na área quem já trabalhava a mais de 6 anos. Era o início da profissionalização da publicidade.</p>	<p>Ao longo desses anos ela trabalhou em pequenas e grandes agências de publicidade e em diversas áreas.</p>	
1980	<p>Aos 29 anos...</p> <p>A filha de sua irmã, que ela tinha adotado, entra para o primário.</p> <p>Muda para a Bela Vista.</p>	<p>O pai dela trabalhava na prefeitura, como borracheiro e depois mecânico.</p>	<p>Período da Ditadura.</p>
1983	<p>Aos 32 anos...</p> <p>Depois de uma queda sua mãe entra em coma. Ela se recupera, mas fica em uma cadeira de rodas.</p> <p>Lilá coloca sua mãe em um asilo, porque não tinha como tomar conta dela e seu irmão também não quis ficar com a mãe porque ia dar muito trabalho.</p>	<p>Trabalha numa agência publicidade interna do BCN. É a última agência onde trabalha.</p> <p>Permanência: 1,5 ano.</p>	<p>Período da Ditadura.</p> <p>Governador de SP: José Maria Marin - 1982 a 15 1983 (vice-governador eleito pelo Colégio Eleitoral, assumiu o cargo de governador)</p> <p>Prefeito de SP: Antônio Salim Curiati - 1982 a 1983 (prefeito nomeado pelo governo estadual)</p>
1984	<p>Aos 33 anos...</p> <p>Ela estava no RJ devido a uma festividade do candomblé, quando recebe a notícia de que sua mãe faleceu.</p>		<p>Período da Ditadura.</p> <p>Diretas-Já.</p>
1985	<p>Aos 34 anos...</p>	<p>Sai definitivamente da área de publicidade por discriminação racial e gênero, mas também porque não conseguiu acompanhar a informatização da publicidade, pois os cursos eram caros.</p>	<p>Período da redemocratização.</p> <p>Sarney presidente da República.</p> <p>Governador de SP: André Franco Montoro - 1983 a 1987 (governador eleito em sufrágio universal)</p>

ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
			Prefeito de SP: Mario Covas - 1983 a 1986 (prefeito nomeado pelo governo estadual)
1986	Aos 35 anos... Começa a morar no centro (Bexiga) com os filhos. Com o dinheiro das pesquisas ela fez um curso de cabeleireira (SENAC).	Foi trabalhar com pesquisas de mercado. Seu filho mais velho trabalhava como office-boy.	Período de redemocratização.
1987	Aos 36 anos... Começou um outro relacionamento com um homem com quem terá dois filhos.	Abre um salão de cabeleireira com sua prima. A maior parte das clientes são do movimento negro.	Período de redemocratização. Plano Cruzado 2 criado por Dilson Funaro. Ele pede a moratória. Esta medida está associada a punições por parte do mercado econômico internacional.
1988	Aos 37 anos... Nasce sua filha do 2ª relacionamento.	Trabalha fazendo cabelo em casa devido a chegada da filha.	Período de redemocratização. Nova Constituição é promulgada. Governador de SP: Orestes Quércia - 1987 a 1991 (governador eleito em sufrágio universal) Prefeito de SP: Jânio Quadros - 1986 a 1989 (prefeito eleito)
1992	Aos 41 anos... Nasce o 2º filho do 2º relacionamento. O pai achou que o filho nasceu escuro demais e tornou-se violento.		F. Collor, primeiro presidente eleito pelo povo, sofre impeachment.
1993	Aos 42 anos... A violência doméstica se intensifica. Vai morar em Cidade Tiradentes.	O homem com quem se relacionava faz escândalos no salão onde trabalhava e a prima desfaz a sociedade com Lilá. Passa a trabalhar como cabeleireira em casa.	Itamar Franco é presidente da República em substituição a Collor que sofreu impeachment. Governador de SP: Luís Antônio Fleury Filho - 1991 a 1995 (governador eleito em sufrágio universal) Prefeito de SP: Paulo Salim Maluf - 1993 a 1997 (prefeito eleito)

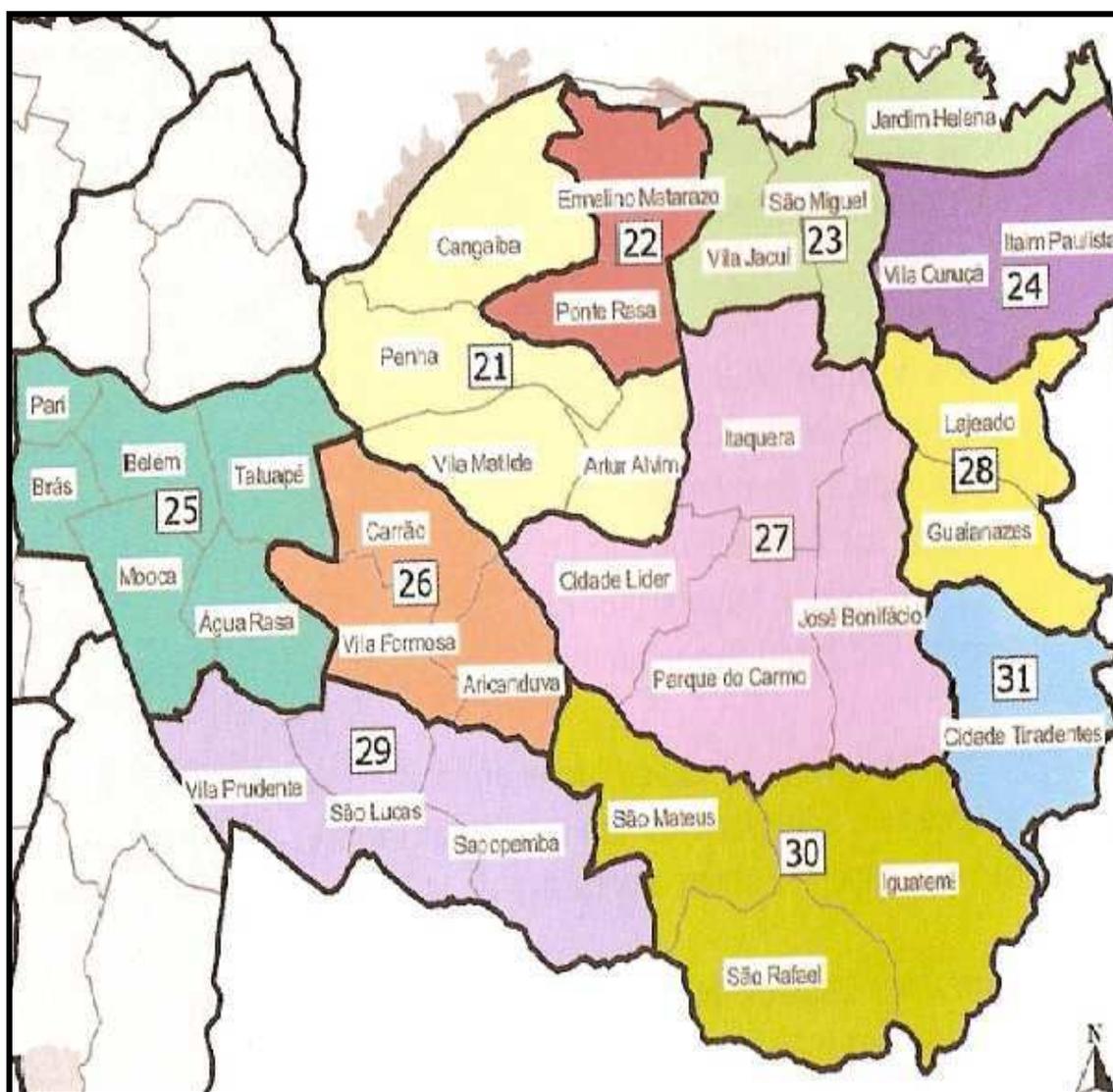
ANO	TRAJETÓRIA FAMILIAR	TRAJETÓRIA OCUPACIONAL	TEMPO SOCIAL
1994	<p>Aos 43 anos...</p> <p>Expulsa o homem quem se relacionava e que a batia. Começa a retomar sua vida e reatar com seus amigos.</p> <p>Alguns deles, do Movimento Negro, levaram Lilá para dentro do Movimento Feminista onde fez o curso de promotora legal onde começa a se empoderar por meio da aquisição de novos conhecimentos sobre os direitos das mulheres.</p>	Trabalha com pesquisa de mercado: o mercado está fraco.	Plano Real.
1995	<p>Aos 44 anos...</p> <p>Começa a atuar como promotora legal em Cidade Tiradentes.</p>		<p>Governo Federal FHC (PSDB).</p> <p>Governador de SP: Mário Covas Júnior - 1995 a 1999 (governador eleito em sufrágio universal)</p>
2001	<p>Aos 50 anos...</p> <p>Entra o governo Marta e começa a receber o Renda Mínima, que ajuda na manutenção da casa e da associação "G".</p> <p>Lilá estava desemprega e dependia do Renda Mínima para se sustentar.</p>		<p>Governo Federal FHC (PSDB).</p> <p>Governador de SP: Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho - 2001 a 2003 (vice-governador reeleito em sufrágio universal, assumiu o cargo de governador)</p> <p>Prefeito de SP: Marta Suplicy - 2001 a 2005 (prefeita eleita)</p>
2006	<p>Aos 55 anos...</p> <p>Entra o governo de José Serra (PSDB). Como ela não apoiou o PSDB perde o Renda Mínima.</p> <p>Para manter a casa contava com a ajuda de amigos que davam comida e dinheiro.</p> <p>Quer se formar na faculdade no curso de Sociologia.</p>		<p>Lula (PT) é reeleito presidente da República.</p> <p>Governador de SP: Cláudio Salvador Lembo - 2006 a 2007 (vice-governador eleito em sufrágio universal, assumiu o cargo de governador)</p> <p>Prefeito de SP: Gilberto Kassab - 2006 (vice-prefeito eleito)</p>
2009	<p>Aos 58 anos...</p> <p>A associação "G" já está fechada e Lilá se dedica a atuar em espaços de discussão sobre a implementação de políticas públicas.</p>		Governo Federal Lula (PT) desde 2003.

ANEXO

ANEXO A - MAPAS DE GUAIANASES, LAJEADO E CIDADE TIRADENTES

Mapa da Zona Leste da cidade de São Paulo¹⁴⁷

- a) Subprefeitura de Guaianases: distritos de Guaianases e Lajeado (nº 28 no mapa abaixo);
- b) Subprefeitura de Cidade Tiradentes: distrito de Cidade Tiradentes (nº 31 no mapa abaixo).



¹⁴⁷ CENTRO DE ESTUDOS DA METRÓPOLE, 2004, p. 18.